

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA  
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS E HUMANAS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA  
MESTRADO EM HISTÓRIA**

**REVOLUÇÃO E REALIDADE SOCIAL NA IMPRENSA  
TROTSKISTA BRASILEIRA DOS ANOS 1930**

**DISSERTAÇÃO DE MESTRADO**

**Roberto Borges Lisboa**

**Santa Maria, RS, Brasil  
2014**

**REVOLUÇÃO E REALIDADE SOCIAL NA IMPRENSA  
TROTSKISTA BRASILEIRA DOS ANOS 1930**

**por**

**Roberto Borges Lisboa**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História – Mestrado em História, da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM, RS), como requisito parcial para obtenção do grau de **Mestre em História**.

**Orientadora: Prof. Dra. Gláucia Vieira Ramos Konrad**

Santa Maria, RS, Brasil

2014

**Universidade Federal de Santa Maria  
Centro de Ciências Sociais e Humanas  
Programa de Pós-Graduação em História  
Mestrado em História**

A Comissão Examinadora, abaixo assinada,  
aprova a Dissertação de Mestrado

**REVOLUÇÃO E REALIDADE SOCIAL NA IMPRENSA TROTSKISTA  
BRASILEIRA DOS ANOS 1930**

elaborada por  
**Roberto Borges Lisboa**

como requisito parcial para obtenção do grau de  
**Mestre em História**

**COMISSÃO EXAMINADORA:**

---

**Gláucia Vieira Ramos Konrad, Dra.**  
(Presidente/Orientadora)

---

**Beatriz Ana Loner, Dra. (UFPEL)**

---

**Leonardo Guedes Henn, Dr. (UNIFRA)**

---

**Vitor Otávio Fernandes Biasoli, Dr. (Suplente - UFSM)**

Santa Maria, 10 de março de 2014.

## AGRADECIMENTOS

Inicialmente, torna-se imperativo agradecer à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) pelo auxílio financeiro que propiciou o desenvolvimento desta pesquisa. Ainda, devo agradecer ao Centro de Documentação do Movimento Operário Mário Pedrosa (CEMAP), pertencente ao Centro de Documentação e Memória (CEDEM) da Universidade Estadual Paulista (UNESP), que na figura do atencioso Luiz Alberto Zimbarg disponibilizou digitalmente todo o acervo solicitado.

A seguir é necessário reconhecer a importância da professora Gláucia Vieira Ramos Konrad que aceitou desafio de me orientar e possibilitou a tessitura desta dissertação. Orientação que veio acompanhada de relevantes críticas e proposições teórico-metodológicas que foram fundamentais na sua redação. Também, deixo a minha imensa gratidão à professora Beatriz Ana Loner pelas aulas instigantes, apontamentos sobre a pesquisa e livros emprestados. Junto a isso não poderia deixar de destacar sua gentileza disponibilizada à minha pessoa.

É imprescindível recordar o convívio junto aos colegas Flávio Correia Nardy, Renan Santos Mattos e Yuri Rosa de Carvalho durante o mestrado. A diferença temática de cada pesquisa não impediu o compartilhamento de informações, de diálogos e, o mais fundamental, a construção de amizades que espero manter ao fim do curso.

Não poderia deixar de agradecer a contribuição financeira e afetiva de minha mãe Luciana Salvador Borges. Certamente, grande parte da formação acadêmica está relacionada ao incentivo e palavras de persistência.

Finalmente, expresso a mais sincera gratidão à minha esposa Aline Silveira Flores. Não foi um período fácil. Devo a ti Aline a possibilidade de acompanhar todas as atividades e, ainda, melhorar a minha formação acadêmica durante o mestrado. Sem o teu apoio e o sorriso diário da nossa filha Maria Cecília, a finalização deste trabalho não teria sido possível.

## EPÍGRAFE

“A única forma autêntica de emancipação é a auto-emancipação.”

(Michael Löwy)

## **RESUMO**

Dissertação de Mestrado  
Programa de Pós-Graduação em História  
Universidade Federal de Santa Maria

### **REVOLUÇÃO E REALIDADE SOCIAL NA IMPRENSA TROTSKISTA BRASILEIRA DOS ANOS 1930**

AUTOR: ROBERTO BORGES LISBOA

ORIENTADOR: GLÁUCIA VIEIRA RAMOS KONRAD

Local e Data da Defesa: Santa Maria, 10 de março de 2014.

A historiografia da dissidência comunista do Partido Comunista do Brasil está vinculada majoritariamente a confecção de estudos sobre a trajetória de suas organizações políticas alinhadas a Oposição Internacional de Esquerda, a Liga Comunista Internacionalista (período fracionário na Internacional Comunista) e a Quarta Internacional (período que assume decisivamente a forma partido). Em menor medida, ela incidiu sobre momentos específicos da vida e da crítica política daqueles alinhados a Leon Trotsky (a “Revolução de 1930”, a luta antifascista e os levantes militares de 1935). A iniciativa de modificar minimamente “o estado atual de coisas” motivou a problematização de sua imprensa política e, em especial, do seu itinerário na década de 1930. De certo modo, a visualização de aspectos pouco presentes na historiografia vigente possibilitou historiar um vivo percurso (apesar do limite temporal diante da quantidade de fontes e informações disponíveis) a partir de duas questões que definimos por “revolução e realidade social”. A amplitude e a condição genérica destes dois eixos permitiram tomar contato com os jornais e boletins trotskistas (disponibilizados digitalmente pelo Centro de Documentação do Movimento Operário Mário Pedrosa pertencente ao Centro de Documentação e Memória da Universidade Estadual Paulista) e especificá-los. Pertencente a linha de pesquisa intitulada “Migrações e Trabalho, esta dissertação definiu o foco de dois movimentos consecutivos relativos aos eixos estabelecidos. Enquanto o primeiro tratou de identificar as temáticas fundamentais da revolução internacional repercutidas pela imprensa trotskista brasileira (a União Soviética, a Internacional Comunista, o Fascismo e a Guerra) e evidenciar o conteúdo teórico e político suscitado por estas a partir do movimento de circulação de ideias provenientes de outras “paragens”; o segundo buscou refletir sobre a realidade social vinculada ao mundo do trabalho, em particular, sobre o desenvolvimento capitalista no Brasil, a legislação sindical e do trabalho erigida e a dinâmica política da classe trabalhadora na década de 1930. Em suma, esperamos que o presente trabalho contribua para enriquecer a temática dos trotskistas brasileiros dos anos 1930, a partir da reorientação da forma de diálogo do historiador com seu objeto e fonte de pesquisa.

Palavras-Chave: Imprensa Trotskista; Trotskistas; Classe Trabalhadora; Brasil; Revolução Social; Década de 1930.

## **ABSTRACT**

Master's Dissertation  
Masters in History  
Federal University of Santa Maria

### **REVOLUTION AND SOCIAL REALITY BRAZILIAN TROTSKYIST PRESS IN THE 1930S**

AUTHOR: ROBERTO BORGES LISBOA

ADVISOR: GLÁUCIA VIEIRA RAMOS KONRAD

Date and Place of Defense: Santa Maria, March 10th, 2014.

The historiography of Communist dissidents of the Communist Party of Brazil is linked mostly to making studies on the trajectory of their political organizations aligned to the International Left Opposition, the Internationalist Communist League (odd period in the Communist International) and the Fourth International (period which assumes decisively the party way). To a lesser extent, it focused on specific moments of life and political criticism of those aligned to Leon Trotsky (the "1930 Revolution", the antifascist struggle and uprisings of 1935). The initiative to minimally modify "the current state of things" led to questioning of his political press and particularly its itinerary in the 1930s. In a way, the viewing of little aspects present in the current historiography enabled recounting a live track (despite the time limit on the amount of available sources and information) from two issues we define as "revolution and social reality". The breadth and general condition of these two axes allowed making contact with the Trotskyist newspapers and newsletters (available digitally by the Documentation Centre of the Movement Worker Mario Pedrosa belonging to the Documentation Centre and Memory from Universidade Estadual Paulista) and specifying them. Belonging to the line of research entitled "Migration and Labour", this dissertation defined the focus of two consecutive movements for the established axis. While the former sought to identify the key themes of the international Trotskyist revolution passed by the Brazilian Trotskyist press (the Soviet Union, the Communist International, War and Fascism) and highlight the theoretical and political content raised by these from the movement flow of ideas from other "stops" while the second sought to reflect on the world of work linked to social reality, particularly on capitalist development in Brazil, the trade union and labor laws erected and political dynamics of the working class in the 1930s. In short, I hope that this work will contribute to enrich the theme of Brazilian Trotskyists in the 1930s from redirecting the form of a dialogue of the historian with its object and source of research.

Keywords: Trotskyist press; Trotskyists; Working class; Brazil; Social revolution; 1930s.

## LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

Ação Integralista Brasileira (AIB)  
Aliança Liberal (AL)  
Aliança Nacional Libertadora (ANL)  
Arquivo Edgard Leuenroth (AEL)  
Bloco Operário e Camponês (BOC)  
Centro de Documentação e Memória (CEDEM)  
Centro de Documentação do Movimento Operário Mario Pedrosa (CEMAP)  
Confederação Geral do Trabalho no Brasil (CGTB)  
Consolidação das Leis do Trabalho (CLT)  
Confederação Operária Brasileira (COB)  
Confederação Sindical Unitária do Brasil (CSUB)  
Comitê Central Executivo do PCB (CCE)  
Comitê Executivo da Internacional Comunista (CEIC)  
Departamento de Ordem Política e Social (DOPS)  
Estados Unidos da América (EUA)  
Frente Única Antifascista (FUA)  
Grupo Comunista Lenin (GCL)  
Internacional Comunista (IC, Comintern)  
IV Internacional (QI)  
Juventude Comunista do PCB (JC)  
*Kommunistische Partei Deutschlands* (KPD)  
Legião Revolucionária (LR)  
Liga Antiimperialista Revolucionária (LAR)  
Liga Comunista (LC)  
Liga Comunista Internacionalista (LCI)  
Liga Comunista Internacionalista – Seção brasileira (LCI-b)  
Ministério do Trabalho, da Indústria e do Comércio (MTIC)  
*Nationalsozialistische Deutsche Arbeiterpartei* (NSDAP)  
Nova Política Econômica (NEP)  
Oposição Internacional de Esquerda (OIE)  
Partido Comunista do Brasil (PCB)  
*Parti Communiste Français* (PCF)



Partido Operário Leninista (POL)  
Partido Socialista Brasileiro (PSB)  
Partido Socialista Proletário do Brasil (PSPB)  
Partido Republicano Paulista (PRP)  
Partido Socialista Revolucionário (PSR)  
Partido Trabalhista Brasileiro (PTB)  
Partido Operário da Unidade Marxista (POUM)  
*Sozialistische Arbeiterpartei* (SAP)  
*Sozialdemokratische Partei Deutschlands* (SPD)  
União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS)  
União dos Trabalhadores Gráficos (UTG)  
Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP)  
Universidade Estadual Paulista (UNESP)

## LISTA DE QUADROS

Quadro 01 - Sucessão organizacional dos trotskistas brasileiros dos anos 1930.....	30
Quadro 02 - Ilustração dos jornais e boletins trotskistas publicados na década de 1930.....	48/49

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO</b> .....	12
<b>1 – DA OPOSIÇÃO DE ESQUERDA AOS PARTIDOS DA IV INTERNACIONAL NO BRASIL: ANTECEDENTES, TRAJETÓRIAS E IMPRENSA POLÍTICA</b> .....	18
<b>1.1 Antecedentes da Oposição de Esquerda: Forma e conteúdo</b> .....	18
<b>1.2 A trajetória da dissidência comunista do PCB: De fração a partido</b> .....	29
<b>1.3 A imprensa trotskista brasileira</b> .....	41
<b>2 – O ITINERÁRIO INTERNACIONAL DA REVOLUÇÃO SOCIAL NOS JORNAIS E BOLETINS “TROTSKISTAS”</b> .....	50
<b>2.1 A União Soviética e a Internacional Comunista: O socialismo confiscado pela reação burocrática stalinista</b> .....	51
<b>2.2 À meia noite do século XX</b> .....	67
<b>3 – A INTERPRETAÇÃO DA REALIDADE SOCIAL BRASILEIRA PELA IMPRENSA POLÍTICA “TROTSKISTA”: HISTÓRIA E CONJUNTURA</b> .....	82
<b>3.1 Ponto de partida</b> .....	83
<b>3.2 O golpe de Estado da Aliança Liberal</b> .....	87
<b>3.3 A política brasileira dos anos 1930</b> .....	94
<b>4 – ASSERTIVAS “TROTSKISTAS” SOBRE A LEGISLAÇÃO, A CONCEPÇÃO E O MOVIMENTO SINDICAL PELO VIÉS DE SUA IMPRENSA POLÍTICA</b> .....	114
<b>4.1 O movimento sindical pelo viés da Oposição de Esquerda no Brasil</b> .....	114
<b>4.2 Crítica e atividade sindical dos Partidos “trotskistas”</b> .....	126
<b>CONCLUSÃO</b> .....	142
<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS</b> .....	146
<b>FONTES</b> .....	152

## INTRODUÇÃO

Esta dissertação objetiva interrogar dois aspectos da imprensa política ligada ao trotskismo no Brasil, o itinerário internacional da revolução social e os olhares sobre a realidade social, em específico, durante os anos 1930. Importa ressaltar que, até o momento, grande parte da historiografia – daqueles que se intitularam bolcheviques-leninistas<sup>1</sup> e que estiveram ligados tanto a fortuna quanto ao infortúnio da trajetória política de Lev Davidovitch, Trotsky<sup>2</sup> – está ligada, concordando com Dainis Karepovs (2005), à confecção de uma “história política”. Assim, espera-se que ao focar nos aspectos suscitados acima seja possível contribuir minimamente aos estudos já existentes.

Neste sentido, cabe traçar um breve panorama da historiografia sobre o trotskismo brasileiro. A temática é recente, ela aparece pela primeira vez na década de 1970, através dos trabalhos de Roberto Alexander (1973), John Foster Dulles (1973) e Edgard Carone (1974). Enquanto Alexander aborda o trotskismo latino-americano, inclusive o brasileiro, o de Dulles e Carone abordam os dissidentes comunistas de forma episódica com reduzida delimitação temporal. Ao localizar estes trabalhos historicamente, é possível perceber um avanço significativo em relação a dois momentos historiográficos anteriores: o da produção militante<sup>3</sup>, das décadas de 1950 e 1960, e o das sínteses sociológicas<sup>4</sup> a partir da década de 1960.

---

<sup>1</sup> Bensaïd (2010, p. XX) sustenta que, na década de 1930, os alcunhados trotskistas preferiram definir-se enquanto “bolchevique-leninistas” ou “comunistas internacionalistas”, pleonasma necessário para a distinção do comunismo confiscado pela reação burocrática staliniana.

<sup>2</sup> Lev Davidovitch Bronstein (1879 – 1940). Participou dos acontecimentos decisivos da História da Revolução Russa. Em 1905, participou dos eventos revolucionários na Rússia czarista, presidindo o Soviete de São Petersburgo. Membro do Partido Social-Democrata Russo (PSDR) tentou conciliar mencheviques e bolcheviques para a ação revolucionária. Contudo, durante o curso da Primeira Guerra Mundial admitiu a impossibilidade de conciliação entre mencheviques e bolcheviques – acusando os primeiros de “oportunistas” e “social-patriotas” – se aproximando dos bolcheviques, aos quais seu grupo se juntaria, a partir de julho de 1917. Neste momento, era novamente o presidente do Soviete de Petrogrado, o qual dirigiria a Insurreição de Outubro de 1917. Durante a guerra civil e a reação de diversos países capitalistas contra as conquistas da Revolução Russa, Trotsky organizou e comandou o Exército Vermelho russo, o qual saiu vitorioso em fins de 1920. Foi membro do governo soviético e ocupou as mais altas hierarquias do Partido Comunista até 1927, sendo deportado no ano seguinte, após embate político contra o setor majoritário que se estabelecera definitivamente após a morte de Lênin, tendo como seu antagonista principal o georgiano conhecido por Josef Stalin. In. LISBOA, 2011, p. 16.

<sup>3</sup> O historiador Cláudio Batalha (1998, p. 148-149) indica que esta se apresentou sob três formas: a das “efemérides”, as histórias “inaugurais” e a das “memórias”. Entre a tessitura de cronologias de grandes greves, congressos, a divisão de uma “pré-história inconsciente” do movimento operário, antes da fundação do PCB em 1922, e o papel legitimador desses aportes e dos esquecimentos; ressalta-se “o ineditismo e pioneirismo” desses trabalhos, mas também seu caráter em determinados momentos “anacrônico”.

<sup>4</sup> Karepovs (op. cit., p. 268) assevera que ela buscou estabelecer cortes cronológicos político-institucionais (antes e depois de 1930), além de algumas constatações no mínimo problemáticas, tais como: a falta de condições para a constituição da classe operária na Primeira República devido à insuficiente industrialização ou, ainda, a ausência de valores industriais entre trabalhadores sem tradição de classe.

Na década seguinte, as pesquisas desenvolvem-se de forma incipiente. O trotskismo brasileiro aparece no livro sobre Trotsky de José Roberto Campos (1981) e no livro sobre o trotskismo latino-americano de Osvaldo Coggiola (1984).<sup>5</sup> A temática ainda não obtém o impulso necessário para sua consolidação. Talvez, o impulso editorial decisivo tenha sido a publicação do livro organizado por Fúlvio Abramo e Karepovs (1987) que reuniu textos publicados no jornal *A Luta de Classe e Boletim da Oposição*.<sup>6</sup>

Fartamente documentado, a publicação de José Castilho Marques Neto (1993) é decisiva para a consolidação da temática. O autor delimita os episódios que precedem a Oposição de Esquerda no Brasil (OEB) e os primeiros passos organizativos e programáticos entre 1928 e 1931. O desenvolvimento temático ganha mais e mais espaço nas décadas seguintes. Karepovs (2005, p. 276) indica que “este crescimento foi acompanhado de um salto de qualidade (...). Com novos e mais profundos olhares sobre o trotskismo dos anos 1930”.

Resumidamente, os aportes temáticos cresceram e ganharam em complexidade dos anos 1990 até o presente momento. O incremento substancial devido a crescente disponibilidade de novas documentações<sup>7</sup> deu impulso a diferentes tipos de trabalhos. Por exemplo: a história da trajetória das organizações políticas ligada a Trotsky, em especial, a panorâmica teve seu desenvolvimento através das pesquisas de Karepovs e Marques Neto (2002), Coggiola (2003); o percurso intelectual da primeira geração<sup>8</sup> de trotskistas brasileiros resultou na publicação de importante artigo de Karepovs, Michael Löwy e Marques Neto (1995); a práxis do trotskismo foi delimitada a determinados períodos, o processo constituinte e a luta antifascista, como resultado da dissertação e tese de doutorado de Ricardo Figueiredo de Castro (1995, 2002), ou aquele entre a “Revolução de 1930” e o *putsch* comunista de 1935 pela dissertação de Miguel Tavares de Almeida (2003); a especialização temática trouxe a problemática do conceito de revolução e do viés de Brasil pelos trotskistas nas obras de Pedro Roberto Ferreira (1999, 2005), uma interrogação de Ângelo da Silva (2003) acerca da

<sup>5</sup> Conforme Karepovs (2005), as fontes utilizadas para a confecção destes estudos foram consultadas no Arquivo Edgard Leuenroth (AEL) adquirido pela Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP). Na década de 1980, este serviu como impulsionador das pesquisas referentes ao movimento operário brasileiro.

<sup>6</sup> Os documentos reunidos no livro foram retirados do Centro de Documentação do Movimento Operário Mário Pedrosa (CEMAP) criado em 1981. Sua constituição origina-se de coleções particulares de diversos militantes históricos da esquerda brasileira, como Fúlvio Abramo, Mário Pedrosa, Plínio Melo, Raul Karacik e Lívio Xavier. Recentemente ele foi adquirido pelo Centro de Documentação e Memória (CEDEM) da Universidade Estadual Paulista (UNESP).

<sup>7</sup> Hoje é possível consultar a documentação originária do Tribunal de Segurança Nacional e preservada no Arquivo Nacional localizado no Rio de Janeiro. Estes documentos haviam sido apreendidos após a repressão governamental após a derrota do *putsch* comunista em novembro de 1935. (KAREPOVS, 2005, p. 274). Ainda, estudos recentes utilizaram-se do fundo documental do Departamento de Ordem Política e Social (DOPS) da Associação dos Procuradores do Estado de São Paulo, especificamente do prontuário do Comitê Antifascista, além dos fundos do DOPS existentes nos Arquivos Públicos dos Estados de São Paulo e Rio de Janeiro.

<sup>8</sup> Do Grupo Comunista Lenin ao Partido Operário Leninista (1930-1939).

crítica operária à “Revolução de 1930”; um estudo de Alzira Campos e Liana Trindade (2008) sobre o aparato repressivo e policialesco do governo, anterior ao Estado Novo, que emergiu da vitória da Aliança Liberal. Referente à especialização temática, o último trabalho sobre o trotskismo dos anos 1930 encontra-se na dissertação de Felipe Demier (2008). O autor evidencia aspectos convergentes entre o trotskismo brasileiro e a academia indicando os nexos entre as análises dos trotskistas dos anos 1930 e os estudos acadêmicos “antidualistas” e “antietapistas”, mas também com a “teoria do populismo”.

Portanto, torna-se evidente uma maior complexidade do tema propiciada pelas pesquisas das últimas décadas; afinal, olhares foram aprofundados, perspectivas modificaram-se e novas luzes foram lançadas sobre caminhos percorridos insuficientemente ou ainda não explorados. O percurso historiográfico traçado acima permite concordar com a ressalva sublinhada por Karepovs (2005, p. 268):

É uma estranha edificação: trechos de pisos, paredes, janelas, portas, divisórias de cômodos, coberturas e telhados convivem com vazios a serem preenchidos, onde modismos historiográficos, acervos insuficientemente explorados e novas fontes documentais acabam determinando esta ou aquela via na sua construção. Embora seja evidente sua crescente solidez, há construções feitas sobre o vazio ou mal apoiadas, embora estas disponham de cimento, areia, pedregulho e águas suficientes.

Nesta acepção, espera-se que esta dissertação que dispõe de uma bibliografia específica satisfatória e de uma base documental sólida, consiga evitar os percalços suscitado pelo autor acima. Contudo, deve-se reconhecer que explorar insuficientemente determinado conjunto de fontes e escolher esta ou aquela via não depende de fatores propriamente exclusivos à pesquisa.

Outra questão que deve ser evidenciada é a da localização dos estudos da dissidência comunista do Partido Comunista do Brasil (PCB) na historiografia. Entende-se que os mesmos devem ser caracterizados como parte integrante da história da classe operária, do movimento operário e do PCB a partir do ano de 1928. Surgida das fraturas e tensões no interior do PCB, esta dissidência deve ser entendida historicamente a partir das experiências partilhadas por segmentos desta classe, organizada politicamente, e na relação com outros segmentos de trabalhadores tanto nos locais de trabalho quanto em sindicatos. Mesmo que seja possível definir as pesquisas sobre os militantes trotskistas e suas organizações políticas “no quadro dos trabalhos mais correntes (tradicionais) sobre a classe operária (BATALHA, op. cit.)”, ou seja, de seus partidos (história política); é fundamental evidenciar que, no caso

desta corrente política, sua participação foi apresentada muitas vezes de forma pontual e depreciativa ou, simplesmente, “esquecida”.

Ainda, parte-se desse pressuposto para indicar as diretrizes deste trabalho e seu enquadramento funcional na linha de pesquisa “Migrações e Trabalho”. Mais especificamente, o trabalho que segue busca distinguir-se dos trabalhos mais correntes ao retirar o foco específico das organizações políticas de matiz trotskista, ao menos de forma parcial, e por em evidência a sua imprensa política de 1930 a 1939.

O estudo dos jornais e boletins trotskistas permitiu conhecer as organizações e imprensas políticas que o trotskismo no Brasil tomou contato e que sua imprensa noticiou e reproduziu. Foi possível perceber as traduções de textos de Trotsky e de outros membros do movimento trotskista internacional, e também, a circulação de ideias, análises e interpretações que extrapolaram as fronteiras nacionais. Por outro lado, as inflexões teóricas que fundamentaram as análises brasileiras também estiveram presentes. Cabe ressaltar que este trabalho procurou também despressurizar a relação crítica mais que evidente com o PCB e a Internacional Comunista (IC, Comintern) e focar nas análises sobre o capitalismo brasileiro voltado ao mundo do trabalho.

Ressalta-se que os jornais e boletins consultados foram cedidos digitalmente pelo CEMAP, pertencente ao CEDEM da UNESP. O acervo pesquisado permitiu precisar os objetivos da pesquisa e readequar seu direcionamento inicial que utilizava os jornais e boletins disponíveis apenas como fonte. Ainda que esta proposta não tenha sido levada as últimas consequências, acredita-se que minimamente tornou-se viável explorar facetas da imprensa política não estudada diretamente pela historiografia da temática, bem como, abordar o conjunto de jornais e boletins trotskistas disponíveis pelo CEMAP.

O método geral desta dissertação foi dividido em três momentos consecutivos. Primeiramente, a confecção de índices de cada jornal e boletim trotskista consultado propiciou sistematizar as temáticas contidas no conjunto das análises e dos relatos. Reconhecida a diversidade do percurso, o movimento seguinte procedeu ao agrupamento de temáticas comuns recorrentes ao longo dos dez anos de publicações trotskistas no Brasil. Desta feita, o percurso expresso pelas páginas consultadas com seus temas reincidentes possibilitou articular o roteiro internacional da revolução social e, ainda, os olhares sobre a realidade social brasileira.

Outro pesquisador mais atento poderia identificar diferentes possibilidades de composição e entendimento quanto à análise dos índices e do conteúdo de cada texto. É provável que algum outro historiador sem apego ao dado pesquisado construísse edifício

semelhante. No entanto, os eixos temáticos (títulos e subtítulos) que emergiram das fontes consultadas representam uma escolha aparentemente arbitrária e possuem caráter orientador. O que interessa de fato está situado na especificidade de cada notícia analisada sobre cada eixo, ou seja, cada fragmento que permitiu constituir o percurso internacional da revolução social e os olhares acerca da realidade social brasileira que revelou a dinâmica teórica e política dos jornais e boletins trotskistas junto da emergente totalidade, fragmentária e provisória, de realidades estruturadas herdadas e transmitidas pelo passado por meio da ação humana.

Ainda, espera-se que duas preocupações teórico-metodológicas acompanhem satisfatoriamente os capítulos desta dissertação. Como sustenta Bensaïd (1999, p. 132), “o capital produz seus conteúdos concretos e entra em conflito com eles”. No conflito forças e relações sociais mobilizam-se e são mobilizadas no processo histórico cujo desenvolvimento da luta de classes *pode* definir a contenda. Ou seja, a análise da imprensa política trotskista deve evidenciar tanto os conteúdos concretos do capital percebidos pela dissidência comunista quanto o conflito desencadeado e sua resultante. Realizada as principais considerações sobre o presente trabalho, apresenta-se a seguir a disposição de capítulos do mesmo.

Desta forma, o primeiro capítulo deve oportunizar conhecer os antecedentes internacionais da OEB e seus movimentos constitutivos. Além disso, deve aparecer a trajetória fracionária e partidária da dissidência comunista do PCB através de episódios singulares da política brasileira e da relação crítica estabelecida com os comunistas. Outra questão fundamental diz respeito às origens da imprensa proletária, ao desenvolvimento inicial sob a tutela do anarcossindicalismo e a emergência da imprensa partidarista de resistência, a qual *A Classe Operária* e *A Luta de Classe* foram referências fundamentais.

Salienta-se que este capítulo teve sua redação fundamentada na bibliografia encontrada sobre o trotskismo dos anos 1930. Ainda, objetiva-se que o mesmo funcione enquanto uma apresentação temática atualizada que contenha as principais questões pesquisadas sobre suas organizações políticas, salvo a exceção das análises do desenvolvimento histórico brasileiro que serviu como fundamento junto às fontes para o terceiro capítulo.

De outro modo, os demais capítulos propõem uma mudança parcial de foco. O objetivo incide na apropriação sintética do conjunto notícias e análises divulgadas pela imprensa trotskista brasileira para expressar, de acordo com os dois aspectos específicos da investigação (o do itinerário internacional da revolução social e aquele acerca da realidade social brasileira), as questões suscitadas por estes. Fruto de uma exaustiva pesquisa



documental nos jornais e boletins, espera-se que eles permitam identificar os principais debates e interpretações desenvolvidas pelo movimento trotskista brasileiro e internacional num determinado contexto histórico.

Infere-se que o segundo capítulo deve evidenciar quatro temáticas que tiveram importância decisiva na práxis do trotskismo internacional, e que de alguma forma marcaram toda a uma época. A saber, a da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS) e a Comintern, bem como, a do fascismo e a guerra. Todas elas de grande incidência nas páginas dos jornais e boletins trotskistas e reveladoras de uma análise sistemática da luta socialista a partir de uma série de questões. Assim, espera-se que a articulação do texto, com o dado pesquisado, e com o contexto tenha como resultado o itinerário internacional da revolução social pelo viés dos dissidentes comunistas do PCB.

Ao final, o terceiro capítulo deverá possibilitar que o leitor tenha acesso às análises dos trotskistas brasileiros sobre a realidade social brasileira, vinculada ao mundo do trabalho. Isto quer dizer, visualizar o viés trotskista da história do Brasil e da conjuntura que permitiu a chegada ao poder da Aliança Liberal (AL), a interpretação da política brasileira dos anos 1930 e o que há de novo com o advento do Estado Novo em 1937, aliás, todo esse período marcado pelo fenômeno do bonapartismo<sup>9</sup>. Por fim, o quarto capítulo deve permitir perceber a concepção sindical da dissidência comunista do PCB ao longo dos anos 1930, sua inserção sindical e a crítica de uma vanguarda junto ao movimento sindical relacionada à legislação sindical e do trabalho erigida na década pesquisada pelos governos de Getúlio Vargas.

---

<sup>9</sup> Concorde-se com Demier (2013, p. 33) quando ele assinala: “O bonapartismo se exprime, fundamentalmente, pelo fenômeno da chamada autonomização relativa do Estado diante das classes sociais e demais segmentos sociais em presença. Em determinadas conjunturas de exacerbação da luta de classes, nas quais o proletariado se apresenta como uma ameaça (real ou potencial) ao domínio do capital, e nenhuma das frações de classe dominante possui as condições de impor um projeto político à sociedade, de dirigi-la segundo os seus interesses e preceitos particulares, instaura-se aquilo que se convencionou chamar de uma “crise de hegemonia”. Nessa situação de aguda divisão social, de impasse político, enfim, de equilíbrio de forças e incapacidade hegemônica, o aparelho de Estado se ingurgita, eleva-se por sobre os grupos conflitantes e, apregoando a unidade nacional a qual ele próprio afirma encarnar, impõe pela força a “paz social” e salvaguarda a ordem capitalista em xeque”.

# **1. DA OPOSIÇÃO DE ESQUERDA AOS PARTIDOS DA IV INTERNACIONAL NO BRASIL: ANTECEDENTES, TRAJETÓRIAS E IMPRENSA POLÍTICA**

Este capítulo objetiva indicar os antecedentes e trajetórias das organizações políticas brasileiras que, ao longo dos anos 1930, conformaram a Oposição Internacional de Esquerda (OIE) e, em seguida, a Liga Comunista Internacionalista (LCI), movimento político pela fundação da IV Internacional (QI). Em geral, refiro-me a tradição política de matiz “trotskista”.

Neste sentido, o desenvolvimento deste capítulo possibilitará entrever a forma e o conteúdo político do conjunto de episódios que precederam o surgimento da Oposição de Esquerda no Brasil; a sequência organizacional dos alcunhados “trotskistas” brasileiros, as fronteiras políticas que delimitam o fim de uma organização e o surgimento de outra, a relação estabelecida com o PCB e os acontecimentos da política nacional que participaram. Outra questão que deve aparecer é a dos antecedentes da imprensa operária brasileira no século XIX, o surgimento da forma partido de imprensa desde os anos 1920 e a aparição de *A Luta de Classe* na década seguinte mantendo a tradição da década anterior junto de outros jornais e boletins de menor repercussão ligados a matiz trotskista.

## **1.1 Antecedentes da Oposição de Esquerda no Brasil: forma e conteúdo**

Considera-se importante começar esta parte do trabalho apresentando duas definições gerais da historiografia recente sobre a temática do trotskismo brasileiro que englobam a formação da Oposição de Esquerda neste país. Por conseguinte, destaco que elas irão acompanhar as páginas seguintes estabelecendo os limites da reflexão sobre a questão.

Na primeira assertiva, os pesquisadores Karepovs, Marques Neto e Löwy (1995, p. 231) entendem que o processo de constituição dos trotskistas brasileiros e, conseqüentemente, de afastamento do PCB, de 1927 a 1929, encontra-se “nas vicissitudes desse período” relativas ao desenvolvimento do PCB e da IC. Por conseguinte, o indicativo de que “as diferenças com as teses locais do Partido Comunista correm paralelamente à clarificação do quadro internacional” reforça a primeira assertiva dos autores. (Ibid., p. 232).

A segunda definição sobre a questão trata substancialmente da forma de entender as divergências que resultam na constituição de uma fração no PCB. Desta feita, a acepção de Karepovs e Marques Neto (2002, p. 115) evidencia “um processo cumulativo de dissensões, que se manifestaram nas fileiras do PCB”.

Destarte, a primeira assertiva permite entrever as vicissitudes intrínsecas à IC e, conseqüentemente, o processo de stalinização vivenciado do V ao VI Congresso da mesma. Em seguida, a identificação resultante sobre o desenvolvimento deste processo na seção brasileira (o PCB) possibilita desvendar as relações e indicar parte do conteúdo das dissensões e configurações ulteriores.

O processo de stalinização (o estabelecimento definitivo da fração stalinista na direção política da URSS e da IC via “eliminação” das Oposições) do partido mundial da revolução (transformado em “exército permanente” do regime soviético) é uma página capital do movimento comunista internacional. Em parte, ele deriva do processo de mudanças efetivadas na URSS na ocasião do afastamento de Lenin<sup>10</sup> (ele estava doente) e, posteriormente, de sua morte em janeiro de 1924. Ele é reflexo das conseqüências do longo isolamento URSS (a crescente burocratização do regime, a rigidez partidária e o desnível dos preços da agricultura e da indústria), da situação imprevista de relativa estabilização da situação internacional ao fim de 1923 (após o cancelamento da revolução alemã em outubro) e do desenvolvimento de divergências políticas decorrentes destas questões cuja expressão mais contundente foi a Oposição de 1923<sup>11</sup> liderada por Trotsky.

Conforme Bensaïd, estas questões implicaram ao conjunto do Partido Comunista russo a seguinte contradição:

---

<sup>10</sup> Vladimir Iliitch Ulianov, principal teórico e liderança organizativa dos bolcheviques. Ao final da década de 1880, Lenin, organizou os círculos socialdemocratas em São Petersburgo sendo preso e deportado. Em 1903, tornou-se líder dos bolcheviques – setor da social-democracia russa – que defendia uma concepção de partido centralizado e disciplinado de acordo com as exigências da luta política na Rússia czarista. Com a deflagração da Primeira Guerra Mundial, o revolucionário russo, refugiado na Suíça, assinalou a derrocada da 2ª Internacional Socialista diante da capitulação às direções burguesas na guerra imperialista, proclamando a necessidade de uma nova internacional. Com a Revolução Soviética, em fevereiro de 1917, e a política dos bolcheviques russos – Stalin e Kamenev – que “admitiam a colaboração com o governo provisório e uma política de defesa nacional” retornava a Rússia com suas “Teses de Abril”. Combateu a política levada adiante por seus camaradas defendendo que “os operários e camponeses devem lutar pelo poder dos soviets” e que a Revolução Soviética era o prólogo da “revolução mundial”, “a primeira etapa da transformação da guerra imperialista em guerra civil”. Se ao chegar na Rússia encontrara-se em minoria entre os bolcheviques, logo suas teses seriam vitoriosas. Com pequena maioria, também, venceria o conflito dentro do Partido em favor da insurreição em outubro de 1917. In. BROUÉ, 1996, p. 14-18 passim.

<sup>11</sup> As reivindicações foram “o restabelecimento da democracia interna do partido e a adoção de uma planificação econômica para controlar os efeitos desiguais e centrífugos da Nova Política Econômica”. In. BENSAÏD, 2010, p. 22.

Os dirigentes bolcheviques tinham sempre concebido a revolução na Rússia como gênese e primeira parte de uma revolução européia ou, pelo menos, como um prelúdio da revolução. A questão colocada em 1923 era, portanto, como aguentar até a eventual recuperação do movimento revolucionário na Europa? (BENSAID, 2010, p. 23-24).

A saída encontrada pelos dirigentes comunistas que detinham “o leme” do regime soviético foi elaborada por Iossif Stalin. O historiador Pierre Broué (2007, p. 450) indica que o cancelamento da revolução alemã possibilitou àquele construir uma justificativa teórica sobre a possibilidade e, finalmente, sobre a necessidade de construir o “socialismo num só país”.

Esta teoria procurou contrapor a sua maneira aquela da revolução permanente<sup>12</sup> elaborada pelo principal opositor russo Trotsky. Neste sentido, Broué indica os objetivos do dirigente comunista:

Ele quer demonstrar que as perspectivas da revolução mundial de Trotsky deixam somente ao povo russo a perspectiva de “vegetar em suas próprias contradições e de apodrecer ainda no pé esperando a ‘revolução mundial’”. Apoiando-se numa citação de Lenin, que ele teve de manipular para utilizar, ele garante: “A vitória do socialismo num só país é evidentemente possível e provável, mesmo se este país é menos desenvolvido do ponto de vista capitalista e mesmo se o capitalismo subsiste em países mais desenvolvidos do ponto de vista do capitalismo”. (Ibid., p. 450).

Deste modo, a necessidade de construir o socialismo num só país propugnado por Stalin através de reflexões sobre a revolução alemã, abortada, foi a primeira consequência direta.

Milos Hájek sustenta que o fracasso alemão ocasionou outra constatação, a da insuficiente “bolchevização” dos partidos comunistas ocidentais a partir de reflexões comparativas dos mesmos ao modelo partidário da Revolução de Outubro de 1917. A consequência lógica foi o indicativo da bolchevização. Foi durante o V Congresso da IC que a palavra de ordem geral da bolchevização assentou raízes através das invectivas violentas de

---

<sup>12</sup> Em linhas gerais, sobre *a teoria da revolução permanente*, Trotsky sustenta que “para os países de desenvolvimento retardatário e, em particular, para os países coloniais e semicoloniais, a teoria da revolução permanente significa que a solução verdadeira e completa de suas *tarefas democráticas e nacional-libertadoras* só é concebível por meio da ditadura do proletariado, que assume a direção da nação oprimida e, antes de tudo, de suas massas camponesas”. Isto significa que a ditadura do proletariado, enquanto força dirigente da revolução democrática, pelas forças sociais em presença, se transforma em revolução socialista. Para Trotsky, “a revolução socialista não poder ser concluída nos marcos nacionais” visto que “uma das principais causas da crise da sociedade burguesa reside no fato de que as forças produtivas por ela engendradas tendem a ultrapassar os limites do Estado nacional”. Daí a conversão em revolução permanente, ou seja, uma revolução que “começa na arena nacional, desenvolve-se na arena internacional e termina na arena mundial”. In. TROTSKY, 2010, p. 311-317 passim.

Grigory Zinoviev ao defender a necessidade de se construir um “partido monolítico”. (HÁJEK, 1985, p. 197-198).

Contudo, as primeiras conseqüências desta política geral rapidamente especificaram-se. A seguir Broué apresenta os significados diretivos da seção alemã da Comintern e a forma como os dirigentes comunistas soviéticos entenderam a questão:

Na Alemanha, em ligação contra a direita, a condenação feita contra o trotskismo é ampliada ao “luxemburguismo”. Concretamente, o acento é colocado sobre a ortodoxia doutrinal e sobre a “disciplina de ferro que devem se combinar em “monolitismo e, por aí, como diz Zinoviev, “extirpar todos os resíduos e as sobrevivências da social-democracia, do federalismo e da autonomia”, etc. O comitê executivo da Comintern recebe todos os poderes para aplicar sem fraqueza a disciplina mais rigorosa. Stalin sublinha com muito vigor que a bolchevização é também o apoio sem falha ao poder soviético e a luta contra as maquinações imperialistas, a consciência de que a União Soviética é “o bastião dos movimentos revolucionários de todos os países” e que sua salvaguarda significa a aproximação da vitória da classe operária sobre a burguesia mundial. (BROUÉ, op. cit., p. 478).

O combate desencadeado contra o trotskismo internacionaliza-se de fato e tanto Zinoviev quanto Stalin apresentam seus postulados diretivos à IC. Os derivativos destes postulados permitem compreender a mudança significativa operada a partir de 1924 na estrutura da Comintern e dos partidos comunistas.

Concordando com Broué, as conseqüências à IC foram expressivas. O surgimento de “um aparato profissional único, centralizado e disciplinado reproduzido sobre o modelo soviético, dirigido de Moscou e em conformidade com a política exterior soviética” foi a primeira e a resultante inicial mais efetiva. Ainda, a “depuração” de elementos à direita e à esquerda na IC evidenciou a amplitude das mudanças “no caráter, na composição e na direção dos partidos comunistas”. (Ibid., p. 479).

A seguir, a conclusão de Broué torna objetivo o resultado desta política e problematiza a aplicação do termo:

Saem daí partidos de tipo novo. Não são mais os partidos social-democratas de esquerda que eles foram pela força das coisas e pelo peso da história. Não são ainda os partidos stalinistas que eles se tornaram com o alinhamento a este grande modelo do Leste, de quem eles são auxiliares na luta pelo “socialismo num só país”. (...). É somente por um abuso de linguagem dos propagandistas stalinistas que esta transformação, completamente oposta tanto à letra como ao espírito do bolchevismo, pode ser chamada “bolchevização”. (Ibid., p. 479).

A perspectiva de construção do socialismo num só país e da bolchevização abriram o caminho para o assentamento da fração stalinista no poder da URSS e da IC. Destarte, o V Congresso da Comintern marcou o reconhecimento do PCB às suas fileiras. De 1924 a 1928,

o partido gozou de relativa autonomia em relação à IC e sua linha política, no que se refere ao caráter da revolução brasileira e às alianças, esteve assentada nas elaborações de Octávio Brandão e Astrogildo Pereira.

As elaborações iniciais tinham como fundamento a necessidade de aliança com a “pequena burguesia revolucionária” devido à tese que indicava que a partir das revoltas de 1922, no Forte de Copacabana, no Rio de Janeiro, e de 1924, em São Paulo, iria desenvolver-se uma terceira revolta mais radicalizada. (MARQUES NETO, 1993, p. 94). Para Marques Neto, as ideias contidas em *Agrarismo e Industrialismo* de Brandão delimitaram o desenvolvimento do PCB até 1928. Para o autor, a tese de Brandão protelava a revolução proletária e tinha como objetivo:

Impelir a revolta pequeno-burguesa e aprofundar a “revolução burguesa industrial [...] aos seus últimos limites, a fim de, transposta a etapa da revolução burguesa, abrir-se a porta da revolução proletária, comunista”. Derrubar as oligarquias passa pela “frente única com a pequena burguesia e a grande burguesia industrial”. (Ibid., p. 94).

Sobre a questão, Marcos Del Roio aponta que o desdobramento concreto das ideias de Brandão efetivou-se através da configuração do Bloco Operário para o embate eleitoral, transformado em outubro de 1927, em Bloco Operário e Camponês (BOC). A proposta incidia na construção de uma “ampla frente única de forças políticas antioligárquicas” e “antiimperialistas”. (DEL ROIO, 2002, p. 30-31).

Para o autor, a propaganda do Bloco foi articulada através da chamada pelo “Kuomintang brasileiro” que buscara adesão de setores positivistas cuja influência do professor Leônidas Rezende através do diário *A Nação* assumiu a proposta comunista. O indicativo prático acabou sendo a tentativa dos comunistas em aproximar-se da “juventude militar rebelada”, os tenentes. Contudo, o seu significado foi mais amplo e resultou na tentativa de aproximar ainda a “pequena burguesia urbana”. (Ibid., p. 31).

Cabe indicar que esta política de alianças ocasionou o surgimento de divergências relevantes no Comitê Central Executivo (CCE) do PCB em outubro de 1927. O centro do debate constituiu-se em torno da perspectiva de aliança com o comandante Luis Carlos Prestes, então refugiado na Bolívia. Coube a Rodolpho Coutinho contrapor a proposta aliancista apresentada por Brandão e Pereira. Sobre o militante divergente, Marques Neto comenta que:

Recém chegado da Alemanha, para onde havia seguido após uma temporada na União Soviética iniciada em 1924, quando representa o Brasil no Congresso da III Internacional, Rodolpho Coutinho é um destacado militante. Advogado e professor

pernambucano, é ainda primo de Cristiano Cordeiro, fundador do PCB em 1922. Na fundação do Partido, foi eleito suplente do Comitê Central, ocupando-se em estudar a questão agrária. Segundo depoimentos de ex-militantes trotskistas, Coutinho teria conhecido Trotski e debatido com ele sobre seus estudos agrários, o que o torna o primeiro brasileiro a aproximar-se de Trotski em meados dos anos 1920. Desenvolve intensa atividade intelectual e militante na Europa, principalmente na Alemanha, e quando retorna ao Brasil em 1927 assume um lugar na CCE. Torna-se responsável pela atuação do Partido junto ao movimento camponês no Rio de Janeiro, além de ser um dos diretores de *A Nação*. (MARQUES NETO, op. cit., p. 99).

Na ocasião da reunião<sup>13</sup> na casa de Joaquim Barbosa, Coutinho – secundado por este – coloca-se frontalmente contra a aliança com um “movimento pequeno-burguês” e desenvolve uma atitude principista assinalando que a proposta ensejava trair ao proletariado. O destaque de Marques Neto para um provável conhecimento de Coutinho sobre os acontecimentos recentes na China o leva a concluir que o que de fato importava era a “pureza ideológica” na origem dessas estratégias e não uma “crítica ao estágio do PCB e da luta de classes no Brasil”. Outra possibilidade que ajuda a entender a recusa de Coutinho em compartilhar a estratégia aliancista refere-se ao contato do “recém-chegado da Europa” com a *Revista Clarte*<sup>14</sup> e outras publicações atentas à crise política na URSS. (Ibid., p. 100-101). A dificuldade, contudo, reside em precisar o conteúdo.

Por outro lado, Marques Neto indica igualmente o doutrinário do revide realizado pelo CCE que imputa o epíteto de “esquerdista” a Coutinho e a aprovação na reunião da política de alianças proposta por Brandão e Pereira. (Ibid., p. 101). Em breve, Coutinho cumpriria importante papel nos episódios que determinarão a cisão com o PCB e o estabelecimento de uma fração no Partido, mas o primeiro passo direcionado ao trotskismo foi dado.

A opção pelo o *Kuomintang* brasileiro e a aprovação do indicativo de construir aliança com o Prestes aconteceu em um contexto de fortes divergências no Partido Comunista russo. Zinoviev e Lev Kamenev afastaram-se de Stalin acuados pelo fortalecimento do kulaque<sup>15</sup> na sociedade soviética e lançaram-se à luta contra Stalin.

Apesar do confronto, o XIV Congresso do Partido, em dezembro de 1925, consagrou as teses do grupo dirigente liderado por Stalin. A Oposição de Esquerda, que continuava existindo na forma de uma rede de contatos próxima a Trotsky, pôde assistir o desfecho irônico da luta pelo aparelho burocrático soviético. Em abril de 1926, as condições para o

<sup>13</sup> Estiveram presentes ainda Paulo de Lacerda, Joaquim Pimenta, Cendon, Hermógenes Silva e Freitas.

<sup>14</sup> Publicação comunista que adota a perspectiva da Oposição de Esquerda soviética, dirigida pelo francês Pierre Naville.

<sup>15</sup> Camponeses abastados.

surgimento da Oposição Unificada<sup>16</sup> foram preenchidas com as devidas precauções clandestinas para ampliar os contatos. O programa abordou uma série de questões que foram ao longo dos anos 1920 debatidas sobre o desenvolvimento interno da economia soviética. As questões vinculadas à política externa fizeram-se presentes, em especial, na condenação da teoria do socialismo num só país, nas críticas ao comitê Anglo-Russo<sup>17</sup> e à revolução chinesa<sup>18</sup>. Todavia, em dezembro de 1927, o desfecho no XV Congresso, após a exclusão de Trotsky e Zinoviev do Partido, dividiu novamente os opositores. O grupo que não capitulou teve a sua frente Khristian Rakovski cuja defesa irredutível das ideias de Lenin não impediu as votações unânimes em favor do grupo dirigente ao redor de Stálin. (BROUÉ, 1996, p. 80-84 passim).

No mês seguinte ao XV Congresso, a crise de abastecimento evidenciou as consequências das medidas econômicas da direção comunista nos últimos anos. A seguir, Broué o desenvolvimento da crise e a saída encontrada por Stalin:

Em janeiro de 1928, o trigo escasseou, apesar da colheita de 1927 ter sido excelente. Na realidade, os excedentes diminuíram em 25% porque os kulaques haviam armazenado a produção. Em fevereiro, o CC adotou medidas de urgência, a fim de permitir o confisco do estoque dos especuladores. Stalin então escreve: “O kulaque reergue a cabeça”. Os incidentes multiplicavam-se e já, em junho de 1928, Stalin parecia pensar numa guinada à esquerda para escapar da pressão do campesinato abastado. Tratava-se de coletivizar os campos e acelerar a industrialização. (Ibid., p. 87).

Em julho de 1928, o VI Congresso da IC constatou conjuntamente “uma radicalização das massas e um agravamento nas contradições do capitalismo que o conduziria à ruína”. A guinada esquerdista logo significou a adoção das políticas de “classe contra classe” e do “terceiro período”. (KAREPOVS & MARQUES NETO, op. cit., p. 107).

A seguir, Karepovs e Marques Neto indicam o significado da política aprovada:

Sustentava que as burguesias nacionais já não eram uma força revolucionária antiimperialista, devendo os comunistas rechaçar alianças com tais forças, o que produziu, como consequência, a política de rejeição de alianças com a social-democracia, desde então chamada de “social-fascista”. Chamava-se também de “terceiro período”, porque o primeiro, de 1917 a 1924, é considerado o declínio do

<sup>16</sup> Compunham a Oposição Unificada: a tendência “O Centralismo Democrático” (chamada decista) de Saprónov e Smirnov, a “Oposição Operária” de Chliapnikov, a “Oposição de 1923” de Trotsky, Preobrajenski e Rakovski, e a “Nova Oposição” de Zinoviev e Kamenev. In. BROUÉ, 1996, p. 79.

<sup>17</sup> A crítica principal residia na postura da IC de reconhecer, durante o movimento grevista, o Conselho Geral das *trade unions* como “único representante do proletariado inglês. In. LISBOA, 2011, p. 23.

<sup>18</sup> A Oposição Unificada preconizava uma política de independência do PC Chinês e o rompimento com a política seguida na China, de apoio ao exército e ao governo de Chiang Kai-Chek, e de submissão do Partido Comunista ao Kuomintang. In. BROUÉ, 1994, p. 89.



capitalismo e ascenso revolucionário; o segundo, de 1925-1928, é o de estabilização do capitalismo; e o terceiro seria o período final do capitalismo. (Ibid., p. 107).

Também, uma divisão genérica dividiu os países em três grupos utilizando o critério nivelar do desenvolvimento econômico. Cada um deles refletia uma política de alianças diferenciada, o que imputou aos de alto desenvolvimento a luta pela “ditadura do proletariado”; aos de nível médio a necessidade de “conquistas democrático-burguesas” como estágio precedente; aos considerados coloniais, semicoloniais e dependentes, uma série de “etapas preparatórias” para uma real possibilidade de “transição à ditadura do proletariado” que seria o coroamento de “todo um período de transformação da revolução democrático-burguesa em revolução socialista”. Para os últimos, a incapacidade de chegar ao socialismo previa, ainda, o auxílio daqueles que viviam sob a ditadura do proletariado. (Ibid., p. 107).

A nova política adotada pela IC trazia consequências importantes à política do PCB e sua política de alianças. O partido teria de reorientar-se. Uma série de relatórios dos delegados do PCB ao VI Congresso da *Comintern* precisam o conteúdo daquilo que deveria ser modificado, assim como, o documento de Brandão intitulado “O proletariado perante a revolução democrática pequeno-burguesa”. (MARQUES NETO, 1993, p. 96). Em janeiro de 1929, após o III Congresso do PCB, as novas diretivas são aplicadas.

A ligeira mudança de estratégia, buscando agora deixar explícita a hegemonia do Partido Comunista, obedece à crítica provinda da experiência kuomintangista. Fundamentalmente, no entanto, ela permanece assentada em suas velhas bases. (...). As modificações da estratégia política não chegam a abalar a crítica contundente dos opositoristas: por um lado, abandona-se a ideia do Partido operário fundir-se com organizações da pequena burguesia, substituindo-a pela ideia de blocos, mas, por outro, a perspectiva etapista da revolução consolida-se e, nela, a aliança com a pequena burguesia e setores antiimperialistas investe-se de inevitabilidade pragmática. (Ibid., 98).

Pouco antes do VI Congresso, o PCB vivenciou o aparecimento de serias divergências que implicaram na demissão de “meia centena de militantes” de suas fileiras. Na ocasião da Conferência de Organização da Região do Rio de Janeiro, Barbosa e Joaquim Pimenta foram duramente criticados pela “postura corporativista” e por “privilegiar a “obra do sindicato isolado de sua corporação” em detrimento do “da obra dos sindicatos federados”. A postura de Barbosa e Pimenta às críticas levaram o último “a demitir-se do cargo da Federação Sindical Regional do Rio de Janeiro”; por sua vez, Barbosa demitiu-se do CCE resolvendo “polemizar abertamente com a direção”. (KAREPOVS & MARQUES NETO, op. cit., p. 116).

O passo seguinte de Barbosa foi destinar uma carta aberta alinhavando as principais diferenças com o partido.

A primeira dela dizia respeito à regulamentação da lei de férias, que concedia 15 dias de férias aos trabalhadores da indústria e do comércio. Barbosa que defendia um movimento independente dos trabalhadores, que exerceriam pressão direta sobre o governo, afirmava que, com a participação dos sindicatos dirigidos pelos comunistas no processo de discussão da regulamentação, o partido viu-se colocado na posição de cúmplice do que foi aprovado nos debates, sendo a lei de férias, na prática, “revogada mercê de um regulamento capcioso e inexecutável”. O processo de regulamentação da lei de férias apontou para a criação da Confederação Geral do Trabalho, sustentada por uma suposta unidade de pontos de vista entre representantes operários. Para Barbosa, tratava-se de um “plano mirabolante”, que ignorava a realidade e servia para distanciar o partido da vida sindical, além de chocar-se com as resoluções do II Congresso do PCB. Chamava a atenção para o caráter sectário da política sindical do PCB e, de outro, levava uma acirrada luta ideológica com “os amarelos” e os anarcossindicalistas, resultando numa excessiva identificação entre partido e sindicato. (Ibid., p. 116).

A proibição de difusão da carta pelo PCB foi ignorada pelo “Comitê Regional do Rio de Janeiro” que realizou discussões da mesma entre seus militantes. A consequência deste ato levou a destituição da direção regional em abril seguida de protestos de Rodolpho Coutinho que decidiu demitir-se do CCE. Em maio, meia centena de militantes envia documento ao partido descontentes com o episódio da “Oposição Sindical” e os desdobramentos ulteriores. A crítica sugere a falta de democracia interna no partido e os abusos da direção na ocasião. A desconfiança destes, em relação à direção do partido, acarreta na reivindicação de que seja realizada “uma conferência nacional” do partido. Contudo, “sem a resposta esperada, 46 deles demitem-se do partido”. (Ibid., p. 117).

Sobre este episódio, Coggiola comenta que Coutinho tinha importante influência na Juventude Comunista (JC), o que acabou precipitando que a crise interna no partido atingisse esta no nascedouro. Ainda, o autor indica que Aristides Lobo, que trabalhava na JC em São Paulo, passou para o lado da Oposição Sindical, assim como, “quatro membros do CCE da JC romperam com a direção, entre os quais Hilcar Leite”. O resultado destes episódios impactou a vida partidária e a CCE do PCB decidiu publicar uma revista “destinada ao debate das questões levantadas”. Por conseguinte, a *Revista Auto crítica*<sup>19</sup> surgia devido ao acúmulo de críticas e divergências partidárias no período recente. (COGGIOLA, 2003, p. 240-241).

Apesar destes episódios emblemáticos, algumas ligações podem ser estabelecidas a partir de movimentos internos ainda precários no partido. Antes da “Cisão de 1928”, a

---

<sup>19</sup> Marques Neto sugere que a partir dos números 03 e 06 da revista pode-se perceber a presença de raridades bibliográficas e, inclusive “uma aproximação com os organismos da IC que jamais o Brasil tivera anteriormente”. In. MARQUES NETO, 1993, p. 113.

existência de um memorial ao próximo congresso do PCB indica o descontentamento com o partido. As cartas de Coutinho dirigidas a Lívio Xavier, de janeiro de 1928, indicam a presença do memorial que, após a demissão de maio, “o grupo tenta fazer discutir no III Congresso do Partido”. O documento produzido ao III Congresso do PCB contém traços das críticas do memorial. Dois pontos abordados por Marques Neto, ao referir-se ao documento, indicam o conteúdo político da crítica:

O BOC [...] tornou-se a caixinha de segredos dos conchavos, tramados à revelia do Partido, com os parlamentares profissionais e políticos da burguesia [...] O Kuomintang brasileiro [...] foi a pedra de toque de todos os desvios [...]. O antagonismo irremediável entre o agrarismo e o industrialismo em substituição à luta de classes. (MARQUES NETO, op. cit., p. 116).

O autor sustenta que o documento permite indicar a inter-relação entre os conflitos de 1927 e 1928. Neste sentido, a referência crítica ao *Kuomintang* brasileiro e à estratégia preconizada pelo PCB é um indício forte. Também, permite indicar nexos sobre o conhecimento das divergências na URSS e na IC e as dissensões ocorridas. No entanto, as divergências não devem ser situadas apenas no debate ideológico desenvolvido ou às peculiaridades nacionais. A dificuldade reside antes em precisar o nível de conhecimento.

A resolução do congresso sugere que o retorno daqueles oriundos da cisão de 1928 deve ocorrer “apenas individualmente e após um pesado processo de autocrítica”. O grupo cisionista não será ouvido pelo congresso. Por outro lado, as cartas – de março de 1929 – trocadas por Wenceslau Escobar Azambuja e Xavier permitem entrever as dificuldades organizacionais encontradas pelos membros do grupo cisionista. (Ibid., p. 117-118).

Conforme Karepovs e Marques Neto, dois outros episódios influenciariam na constituição da Oposição de Esquerda no Brasil. A seguir, os autores comentam tais episódios e indicam as polêmicas que suscitaram:

O primeiro foi uma greve de 72 dias (de março a maio de 1929), realizada pelos gráficos de São Paulo, que reivindicavam o cumprimento da legislação de férias, da jornada de trabalho para mulheres e aprendizes e do pagamento por acidentes de trabalho. A orientação esquerdista do PCB buscava ampliar a greve e levá-la a outros setores. Esta atitude levou a uma sectarização do movimento e seu prolongamento inútil, gerando poucos ganhos concretos para os trabalhadores grevistas. O resultado evidente desta ação desastrosa do PCB foi seu desgaste em São Paulo. Mas o resultado ainda pior, do ponto de vista interno, ficou conhecido como o “episódio da célula 4-R”. Essa célula agrupava gráficos do jornal carioca *O Paiz* e, em julho de 1929, do mesmo modo que Barboza fizera cerca de um ano antes, defendia a necessidade imperiosa da organização das massas para a consolidação das forças comunistas. O grande obstáculo, segundo a 4-R, era a orientação esquerdista do PCB. (KAREPOVS & NETO, op. cit., p. 118-119).

Contudo, a direção do PCB não aceita as críticas desferidas pela célula 4-R e, durante o “III Pleno do Comitê Central”, expulsa seus militantes. A justificativa para a expulsão foi caracterizada como parte da luta contra “os desvios de direita” e a “subestimação da situação objetivamente revolucionária do país e das forças do Partido”. (MARQUES NETO, op. cit., p. 125). Não obstante, os efeitos da linha política do terceiro período e a consequente orientação de “classe contra classe” faziam-se sentir no PCB.

Àqueles que saíram ou foram afastados, a dispersão parecia o caminho provável ainda que alguns militantes continuassem buscando organizar os dissidentes. Coube a Mário Pedrosa a importante tarefa de agrupar os dissidentes dispersos depois das cumulativas dissensões entre 1927 e 1929.

Em fins de 1927, Pedrosa foi designado pelo PCB para frequentar a Escola Leninista de Moscou. Contudo, ao chegar à Alemanha, ele desiste de continuar sua viagem a Moscou após descobrir que Trotsky e a oposição foram expulsos do Partido Comunista russo. Ainda, Karepovs, Löwy e Marques Neto sugerem que Pedrosa antes de embarcar a Moscou já conhecia os problemas políticos enfrentados na URSS e na IC e descartam a tese que indica que a interrupção de sua viagem a Moscou fora causada por uma doença que propiciou que conhecesse as teses da Oposição ligada a Trotsky. Segundo os autores, Pedrosa já conhecia as posições políticas dos opositoristas antes do embarque. (KAREPOVS, LÖWY & MARQUES NETO, op. cit., p. 233-234).

As cartas endereçadas a Xavier durante a estada de Pedrosa na Alemanha permitem, ainda, afirmar que o primeiro conhecia desde 1928 a situação recente da Oposição de Esquerda. Mesmo a distância Pedrosa procura dialogar com Xavier acerca da Oposição Sindical e da cisão de 1928 que considera precipitada.

Contudo, ao chegar ao Brasil em agosto de 1929, Pedrosa encontra um cenário pouco animador entre os dissidentes. Ainda assim, Pedrosa e Coutinho procuram:

Promover atividades de estudo entre os dissidentes, sem nenhuma atividade prática e organizativa paralela ao PCB. Buscava-se, na sua expressão, a “homogeneidade ideológica” do grupo, demonstrando que nada estava pronto quando ele retornou ao país. Suas cartas e o material político enviado ao Brasil não chegaram a aproximar um grupo maior de pessoas que não fosse o seu círculo de debates. (Ibid., p. 234).

As bases da Oposição de Esquerda no Brasil estavam lançadas. As dissensões ocorridas devido às posturas políticas do PCB sobre a realidade brasileira e sua política de alianças correram conjuntamente à clarificação da política da IC e das divergências na URSS.

Ainda, o PCB cada vez mais bolchevizado<sup>20</sup>, a partir de 1928, apresenta relações nítidas com a IC e seu desenvolvimento ulterior permite aos futuros dissidentes verificar a relação construída. Neste ínterim, soma-se a conjunção destes fatores a relação construída de alguns militantes descontentes com opositoristas de outros países, o que propicia a continuidade daqueles que ousaram não ceder apesar do estabelecimento nacional e internacional da fração stalinista agora hegemônica na URSS e na IC.

Em janeiro de 1929, Trotsky foi expulso da URSS apesar dos direitistas<sup>21</sup>. Em novembro, a autocrítica destes indicou o fim de toda e qualquer oposição política. O comentário lacônico de Broué demonstra o significado imenso da eliminação das oposições no outrora país dos Soviéticos: “no futuro haveria apenas batalhas no aparelho e tentativas de ‘revoluções palacianas’”. (BROUÉ, 1996, p. 89).

## **1. 2 A trajetória da dissidência comunista: de fração à partido**

A dissidência comunista foi definida por alguns historiadores do movimento operário como portadora de uma audiência minoritária ante a classe trabalhadora, numericamente reduzida e formada por intelectuais. Em contrapartida, essa afirmação veio acompanhada do reconhecimento de que estes lançaram importantes olhares sobre o momento político vivenciado pelo Brasil dos anos 1930 e analisaram historicamente como se chegara a este momento.

No entanto, a primeira afirmação considerando os anos 1930 é demasiada superficial se tomada de conjunto. A repressão, a clandestinidade, as prisões de 1930 a 1937 constituem um desarticulador das organizações políticas oriundas do movimento operário. No período ulterior, o advento do Estado Novo aprofunda as dificuldades encontradas pelo conjunto das organizações de esquerda e impõe limites para a intervenção ainda mais estreitos se comparado ao período anterior.

Em retrospectiva, ao longo dos anos 1930, a intervenção política dos alcunhados trotskistas pode ser dividida em dois momentos. De 1930 a 1933, a atividade fracionária vincula estes às posturas e direcionamentos políticos do PCB. Igualmente, a crítica e o diálogo que se procura estabelecer através do Grupo Comunista Lenin (GCL) e da Liga

---

<sup>20</sup> Consoante aos partidos de novo tipo, resultado do V Congresso da IC no ano de 1924, indicado por Broué e comentado anteriormente.

<sup>21</sup> Nicolai Bukharin, Alexei Rykov e Mikhail Tomsy. O primeiro presidiu a Internacional Comunista após a queda de Zinoviev até o surgimento de divergências com Stalin. Derrotado, é substituído do cargo em 1928.

Comunista (LC) estão perspectivadas aos equívocos da política da IC. Cabe ressaltar que ao desenvolver uma atividade fracionária junto ao PCB, os trotskistas ainda reivindicam o PCB e a IC enquanto o Partido da Revolução Mundial, apesar das crescentes divergências. Neste sentido, eles reivindicam o programa dos quatro primeiros congressos da IC como base programática de enfrentamento a polícia desenvolvida posteriormente.

De 1933 a 1939, o abandono das fileiras do PCB e da IC é cadenciado pela proposta de construção de uma nova internacional, efetivada em 1938. Assim, a Liga Comunista Internacionalista (LCI-b), o Partido Operário Leninista (POL) e o Partido Socialista Revolucionário (PSR) inscrevem-se na dura cisão do movimento comunista internacional. O quadro abaixo sintetiza o período de atividade política dos trotskistas brasileiros;

<b>O TROTSKISMO NO BRASIL DOS ANOS 1930</b>				
<i>Fração do PCB</i> (Maio de 1930 – Outubro de 1933)		<i>Partidos “trotskistas” (Outubro de 1933...)</i>		
Maio - 1930	Janeiro - 1931	Outubro - 1933	Janeiro - 1937	Agosto – 1939...
Grupo Comunista Lenin (GCL)	Liga Comunista (LC)	Liga Comunista Internacionalista (LCI-b)	Partido Operário Leninista (POL)	Partido Socialista Revolucionário (PSR)
Oposição Internacional de Esquerda (OIE)		Liga Comunista Internacionalista (LCI)	IV Internacional	
<b>O MOVIMENTO TROTSKISTA INTERNACIONAL DOS ANOS 1930</b>				

Quadro 01 – Sucessão organizacional dos trotskistas brasileiros dos anos 1930.

A primeira fração organizada do PCB, o GCL, surgiu nos meses iniciais de 1930. Ela foi formada por meio da junção de militantes das dissensões ocorridas de 1927 a 1929 no PCB. Conforme Karepovs e Marques Neto (op. cit., p. 120), a fração “agrupava parte da Oposição Sindical, parte dos signatários da carta de 2 de maio de 1928, os militantes da célula 4-R e elementos esparsos”.

As primeiras atividades desenvolvidas por esta pequena fração foram eminentemente teóricas a partir da iniciativa de Mário Pedrosa, Rodolpho Coutinho, Lívio Xavier, João Dalla Déa e Wenceslau Escobar Azambuja, suas principais lideranças. (Ibid., p. 120). Suas elaborações teóricas e políticas incidiram por meio da perspectiva fracionária de reorientar o direcionamento político do PCB, ainda que, todos seus militantes tivessem sido expulsos ou se afastado do partido.

Neste sentido, os dissidentes comunistas buscaram alterar os erros decorrentes da política do terceiro período através da orientação de classe contra classe da IC que fincara raízes no PCB através da proletarização. Del Roio ao comentar as diretrizes do Secretariado Sul-Americano da IC, de maio de 1930, sustenta que:

Nesse encontro ficou estabelecido que não deveria permanecer qualquer resquício de aliança com o movimento político da pequena burguesia, tendo em vista ser este o equivalente do “social-fascismo” no Brasil, muito particularmente o “prestismo”, sua “ala esquerda”. (DEL ROIO, 2007, p. 89)

Pouco antes da depuração dos quadros dirigentes do PCB, Neto informa que uma carta foi expedida à recente fração pelo Secretariado Internacional provisório da Oposição de Esquerda, fundado em Paris no dia 6 de abril de 1930. Nela constava um convite ao GCL para uma reunião no dia 13 de abril com o objetivo de aproximação desta a partir de cinco questões:

Qual “o melhor caminho para realizar a união internacional das organizações de esquerda comunista”, o envio de teses e documentos para a plataforma única da Oposição; o envio ao Secretariado das publicações do grupo; a possibilidade de contribuição financeira para o Boletim de Informações do Secretariado; como fazer a distribuição do Boletim de Informações no Brasil. (MARQUES NETO, op. cit., 131).

O GCL respondeu com o envio de uma carta em 20 de abril. Sobre ela, o autor indica que a resposta desta fração foi desenvolvida sob três pontos fundamentais. Inicialmente, o GCL sustentou que a tarefa que se propunha era a mesma do Secretariado, a de aglutinar os militantes descontentes com a linha política adotada pelo Partido Comunista em torno de uma “plataforma única”, diferenciando-se apenas na amplitude do alcance do trabalho; em seguida, apontou as causas do surgimento da fração; e, por fim, definiu-se pela adoção das teses de Trotsky sobre “a teoria da edificação do socialismo num só país, a questão do Comitê Anglo-Russo e a Questão Chinesa”. (Ibid., p. 132-133).

Ainda, as cinco questões levantadas pelo Secretariado Internacional anteriormente são aprovadas a partir dos seguintes encaminhamentos práticos:

A criação de um Bureau e um Boletim Internacional de Informação para preparar uma Conferência Internacional; a feitura de uma plataforma que “possa ser a consequência de um estudo tão completo quanto possível da situação mundial e dos principais setores em particular”; a divulgação do Boletim de Informação, em número de vinte exemplares se for em francês e em maior número se em espanhol, além da tradução de artigos a serem publicados no jornal do grupo que sairia em maio. (Ibid., p. 133).

Na ocasião do lançamento de *A Luta de Classe*, a proposta do GCL foi direcionada ao esclarecimento de suas posições políticas frente aos equívocos da direção do PCB, das ideias de Trotsky e da OIE. Também, tomam as páginas do jornal, durante cinco números, questões sobre a política nacional a partir das posturas do PCB e, conseqüentemente, da crítica fracionária do GCL mantendo a luta pela reintegração partidária ao caminho da revolução proletária.

Apesar da interessante elaboração histórica, o GCL após a dita “Revolução de 1930”, que depôs Washington Luiz e efetivou a Aliança Liberal no poder por meio do governo de Getúlio Vargas, começou a perder consistência. A doença de Pedrosa após este acontecimento e, seu afastamento para tratá-la, indicou a fragilidade organizacional da incipiente fração trotskista. Entre novembro de 1930 e janeiro de 1931, a possibilidade do trabalho iniciado recentemente diluir-se foi imensa.

É interessante notar outro componente explicativo apontado por Neto no que se refere ao processo de dissolução do GCL. Para o autor, o espaço político ocupado com “projetos de cunho social e modernizante” pelo governo Vargas junto da tentativa inicial de “controlar as organizações operárias controladas pelos comunistas” acentuaram o declínio do GCL. (MARQUES NETO, op. cit., p. 159).

Todavia, o declínio do GCL foi estancado com a adesão de militantes há pouco desligados das fileiras do PCB, notadamente, dos jornalistas Aristides Lobo<sup>22</sup> e Plínio Mello. Em janeiro de 1931, o GCL transformava-se em Liga Comunista. Segundo Karepovs e Marques Neto:

---

<sup>22</sup> Existem várias versões sobre o envio de Aristides Lobo a Buenos Aires para ganhar o exilado Luis Carlos Prestes ao trotskismo. Em 1930, Lobo participa da formação da Liga Antiimperialista Revolucionária (LAR) e redige (uma versão, segundo Coggiola) o Manifesto de Maio de Prestes conclamando a uma insurreição nacional antiimperialista. Enviado ao Rio Grande do Sul para estudar a situação, alguns dirigentes do PCB teriam aproveitado a situação para convencer Prestes a dissolver a LAR e unir-se ao PCB. In. COGGIOLA, 1984, 31-32. Uma versão mais recente indica que Lobo funda a LAR com Prestes e ao retornar do exílio rompe publicamente com o PCB aderindo oficialmente a Oposição de Esquerda no Brasil. In. MARQUES NETO, 1993, p. 160.



Nesta reunião, estabelece-se oficialmente a filiação da nova organização à Oposição Internacional de Esquerda. Além da ratificação das bases teóricas acumuladas pelo GCL, houve um aprofundamento da análise sobre os rumos que o país tomava após a chamada “Revolução de 1930” e lançou-se a palavra de ordem de luta por uma Assembléia Constituinte. (KAREPOVS & NETO, op. cit., p. 123).

A LC consegue dar continuidade aos trabalhos do GCL organizando-se definitivamente enquanto fração do PCB. De 1931 a 1933, ela publica *A Luta de Classe* definindo seu caráter teórico e inicia a divulgação de *Boletim da Oposição* com o intuito de apresentar suas teses. Neste sentido, foram publicados, respectivamente, onze e quatro números daqueles de forma irregular abordando temas nacionais e internacionais variados da luta de classes no período referido acima.

Ainda, com as novas adesões a intervenção da LC voltou-se para São Paulo diante da situação política derivada do golpe de Estado da Aliança liberal que abalou a hegemonia da burguesia cafeeira paulista e instalou o “tenente” João Alberto que buscou garantir às 40 horas de trabalho semanal preocupando os industriais. O clima de agitação política dinamizou o movimento operário que deflagrou greves em importantes indústrias. (MARQUES NETO, op. cit., p. 169-170).

O quadro orgânico de militantes da LC cresce no período, encontrando aderentes nas cidades de Rio de Janeiro e, principalmente, em São Paulo.

A Liga Comunista (Oposição) é fundada por nove pessoas e durante o ano de 1931 recebe o maior número de aderentes até 1933. Além dos nove fundadores em janeiro de 1931, ela se amplia em São Paulo com mais dezesseis adesões até agosto. No Rio de Janeiro, de abril a outubro de 1931, a liga consegue doze militantes. O total, portanto, no ano de 1931 é de 25 militantes em São Paulo e doze no Rio de Janeiro. Até março de 1933, a ampliação foi de apenas seis pessoas em São Paulo e uma no Rio de Janeiro. (Ibid., p. 171).

A militância dos trotskistas desenvolveu-se através da luta pela convocação da Assembléia Constituinte, pois acreditavam na possibilidade de utilizar as contradições no interior da Aliança Liberal e intensificar o movimento construindo um programa aos trabalhadores que se interessavam cada vez mais pela política. No entanto, sua atividade foi isolada devido à “política sectária praticada pelo PCB”. No campo sindical, a LC defendeu a unidade sindical procurando participar da reorganização dos sindicatos desarticulados desde a chamada “Revolução de 1930”. (KAREPOVS & MARQUES NETO, op. cit., p. 123).

Neste sentido, os autores indicam que os trotskistas pretendiam participar, em março de 1931, do Congresso Operário Estadual, organizado pela Federação Operária (anarquista).

Este reuniu os mais importantes sindicatos paulistas. A tática que deveria ser empregada era a de junto aos comunistas conquistar “a liderança do conclave”. Contudo, sob a égide da política de classe contra classe, o PCB preferiu apostar na construção de sindicatos vermelhos criando uma federação própria. Em 1932, a LC seguiu apostando na política de unidade sindical intermediada pela União dos Trabalhadores Gráficos de São Paulo. A proposta de frente única sindical foi conjugada por meio da criação da Coligação dos Sindicatos Proletários de São Paulo que fora retomada logo depois da derrota do “movimento 9 de julho de 1932, alcunhado ‘mazorca constitucionalista’ pelos oposicionistas”. (Ibid., p. 123).

Neste momento, a repressão que atingia o movimento operário brasileiro deixou marcas profundas na fração trotskista do PCB. O panorama repressivo traçado por Campos e Trindade refere-se a diversas prisões de trotskistas e simpatizantes no período de existência da LC. No dia 21 de julho de 1932, Lobo foi detido na Associação dos Empregados do Comércio; em agosto foi a vez de Pedrosa, Mary Houston, Victor de Azevedo Pinheiro e Mario Dupont. Neste ano ainda foram presos o garçom espanhol simpatizante da LC Elias Garcia Sanchez, detido quatro vezes nos últimos dois anos, e Mello. (CAMPOS & TRINDADE, 2008, p. 10-11).

Corroborando com o quadro repressivo que fragilizou a intervenção política dos trotskistas, Marques e Neto sustentam que “a atuação dos oposicionistas sofreu, em 1931 e 1932, uma forte repressão, que atingiu 41 de seus militantes e acabou por limitar suas atividades e seu crescimento”. Por outro lado, a atividade política destes militantes desenvolveu-se através dos sindicatos dos gráficos e jornalistas, comerciários, motoristas, ferroviários, alfaiates, trabalhadores da construção civil, sapateiros e professores. Em especial, os autores indicam “uma real influência nos sindicatos dos gráficos do Rio e São Paulo e dos comerciários de São Paulo”. Em maio de 1933, a primeira conferência nacional assinalou que, durante os dois primeiros anos de atividade fracionária, os trotskistas recrutaram às suas fileiras 16 militantes no Rio de Janeiro e 51 em São Paulo. (KAREPOVS & MARQUES NETO, op. cit., p. 124).

A literatura sobre a temática do trotskismo considera 1933 o ano-chave da OIE e de suas organizações nacionais. Ele marca a ruptura com a possibilidade de reorientar a IC e derrotar a fração stalinista e, conseqüentemente, romper com os ziguezagues produzidos pela direção política centrista. A orientação política desastrosa de classe contra classe atinge seu ápice na derrota do Partido Comunista alemão, que denominara a socialdemocracia como social-fascista, diminuindo as chances de combater a ascensão dos nazistas e de Hitler ao poder na Alemanha.

Coube a Trotsky a proclamação favorável a criação de uma nova internacional. Bensaïd sustenta que o secretário do ex-dirigente bolchevique nos anos 1930 Van Heijenoort indicou que Trotsky começou a esboçar esta possibilidade entre março e julho de 1933 decidindo-se apenas em 1936. (BENSAÏD, op. cit., p. 41). Na OIE, a derrota do proletariado e dos comunistas alemães foi emblemática, “a política do terceiro período não trouxe a revolução proletária, mas a ditadura nazista”. A constatação da falência da IC propiciou iniciar de fato o debate sobre a construção de uma nova internacional e de novos partidos comunistas. Em setembro, a OIE definiu levar adiante esta política denominando-se Liga Comunista Internacionalista (LCI) e abandonou a atividade fracionária na IC. (KAREPOVS & MARQUES NETO, op. cit., p. 124-125).

No Brasil, a ascensão dos nazistas ao poder na Alemanha teve reflexos imediatos na LC.

Inicialmente, ela toma a via de “fração de esquerda”: envia-se uma carta ao PCB para propor-lhe uma ação em comum contra a ascensão do fascismo em escala mundial e em defesa do proletariado alemão. Sem resposta. Diante da gravidade do problema, pois além do quadro internacional, por aqui pululavam organizações que se reivindicavam o fascismo, decidir agir. (KAREPOVS, LÖWY & MARQUES NETO, op. cit., p. 240-241).

Neste sentido, uma mudança organizacional qualitativa do fascismo desenvolveu-se a partir da fundação, em outubro de 1932, da Ação Integralista Brasileira (AIB). Castro sustenta que “os anos 1933-1935 abarcam o período a partir do qual as esquerdas brasileiras passaram a se interessar politicamente pelo antifascismo e criaram organizações que disputaram entre si a hegemonia política e organizacional na luta antifascista”. (CASTRO, 2002, p. 357). Neste momento, o confronto entre fascistas e antifascistas dos anos 1920 passa a integrar “os temas políticos nacionais” e a LC desenvolve uma intensa intervenção política, sobretudo, em São Paulo.

Em janeiro de 1933, a comissão executiva da LC decide “lutar pela formação de uma frente única antifascista em São Paulo” e a Comissão Executiva da União dos Trabalhadores Gráficos (UTG) de São Paulo, dirigida pelos trotskistas, resolve ampliar a proposta de frente única “a todas as organizações sindicais de São Paulo”. Em fevereiro, militantes do PCB e da LC participam de reuniões onde é discutida a criação de “uma organização inspirada no Comitê Antiguerreiro Internacional”. Na UTG realiza-se uma reunião com a participação de muitas “associações de classe” onde foram convocados para participar de uma reunião “sobre a guerra” que fundou em São Paulo o “Comitê de Frente Única Antiguerreira” liderado pelo

PCB, mas que os trotskistas participaram apesar das “profundas críticas”. No dia 23 do mês seguinte, os integralistas liderados por Plínio Salgado marcham pela primeira vez em São Paulo. (Ibid., p. 358-359).

No início de junho, Lobo propõe a formação de uma frente única antifascista que no interior da LC será amplamente defendida pelo trotskista italiano Goffredo Rosini. Sua fundação ocorrerá no dia 25 de junho no salão da Legião Cívica 5 de julho dirigida pelo italiano Francesco Frola da seção paulista do Partido Socialista Brasileiro (PSB). Conforme Castro, participaram do evento fundacional:

Além do PSB paulista, o Grêmio Universitário Socialista, a União dos Trabalhadores Gráficos (UTG), a Legião Cívica 5 de Julho, a Liga Comunista (LC), a seção paulista do Partido Socialista Italiano, a Bandeira dos Dezoito, O Grupo Socialista “Giacomo Matteoti”, o Grupo “Itália Libera”, a revista *O Socialismo* e os jornais *O Homem Livre* e *A Rua*. (Ibid., p. 360)

O autor indica ainda o amplo leque de forças políticas que compuseram a Frente Única Antifascista (FUA), a “esquerda tenentista”, os “socialistas brasileiros e italianos”, os “anarquistas” e os “trotskistas”. Por sua vez, o PCB foi a única força política de esquerda de São Paulo que não participou da fundação da FUA, ainda que, tenha participado de algumas atividades entre novembro de 1933 e janeiro de 1934. Diferentemente do Comitê Antiguerreiro, a FUA não recebeu adesões individuais e sua atividade política restringiu-se a propaganda e a manifestações públicas contra o integralismo. A partir de fevereiro de 1934, o fechamento de *O Homem Livre* – órgão de divulgação da FUA – devido a dificuldades financeiras, a concorrência com o Comitê Antiguerreiro, a fragilidade orgânica da LC e a dificuldades do PSB resultaram no esvaziamento da FUA. (Ibid., p. 360-364 passim).

Neste ínterim, a LC passou por uma importante transformação que marcou sua intervenção política futura. Em outubro de 1933, na ocasião de sua II Conferência Nacional, seguindo a orientação da OIE, ela passa a se denominar Liga Comunista Internacionalista (LCI-b) abandonando a perspectiva fracionária relativa ao PCB e sua proposta de reformá-lo. A LCI-b assume-se enquanto partido e passa a defender a proposta de construção da IV Internacional.

Para a LCI-b, o ano de 1934 trouxe avanços organizativos significativos<sup>23</sup> a partir da arregimentação de militantes e de sua intervenção política cuja defesa da frente única propiciou ampliar o diálogo com outras organizações políticas de esquerda. Durante ações

---

<sup>23</sup> Foi constituído um núcleo da LCI-b no estado do Ceará que contou com a participação da futura romancista Rachel de Queiróz. In. KAREPOVS & MARQUES NETO, op. cit., p. 126.

efetivas contra o integralismo – a manifestação de 1º de maio e a contramanifestação de 7 de outubro – a Liga apostava ainda na criação de frentes eleitorais. No momento de gestação de uma nova constituição federal e no período pré-eleitoral, a LCI-b constituiu a Coligação Proletária-PSB que no dia 14 de outubro seria a terceira força política mais votada (sem a participação do PCB) em São Paulo. (KAREPOVS & MARQUES NETO, op. cit., p. 125-126).

Diferentemente de São Paulo, Castro sustenta que no Rio de Janeiro foi possível a configuração de uma frente mais ampla do que a FUA e o Comitê Antiguerrero. Proposta encaminhada pelo Partido Socialista Proletário do Brasil (PSPB), a Frente Única Proletária surge com a participação do PCB, da LCI-b e do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) e logo se denomina Frente Única de Luta contra a Reação e o Fascismo. A frente composta por organizações suprime “a menção à ‘guerra’ e coloca a questão fascista em pé de igualdade com a ‘reação’”. Assim, prevê a criação de uma “brigada antifascista” e a “luta pela autonomia sindical”. Deve-se destacar que para acordar a frente tanto o PCB quanto a LCI-b – na época dirigida por Hilcar Leite – tiveram que lançar mão de alguns pressupostos. Durante as eleições, a frente não elegeu nenhum candidato e logo foi superada pelos acontecimentos. (CASTRO, op. cit., p. 378-379).

Entre novembro de 1934 e janeiro de 1935, Castro evidencia o surgimento de uma proposta ainda mais ampla que a frente constituída no Rio de Janeiro e que lançaria as bases para a criação da Aliança Nacional Libertadora (ANL). Para o autor:

A formação de uma ampla frente de setores progressistas (e não apenas a esquerda) a favor de amplas reformas na sociedade que caracteriza a “frente popular” diluiu a luta antifascista na luta mais ampla por reformas e contra as forças conservadoras e reacionárias. A Comissão Jurídica e Popular de Inquérito, ainda no último bimestre de 1934, preparou o terreno para essa proposta ao rapidamente se viabilizar como uma entidade frentista e “apartidária” de luta contra o reacionarismo do governo Vargas. (Ibid., p. 379).

Em fins de 1934, a LCI-b sofre uma cisão devido à questão do “entrismo” que prejudica o crescimento construído anteriormente e a fragiliza. A declaração da falência da IC não significou a construção de uma nova internacional de imediato. Para Trotsky, as forças débeis da LCI deveriam incorporar forças políticas de outros campos da esquerda. Também, tornava-se necessário buscar outras formas de intervenção e, o entrismo, foi a saída encontrada para acumular forças. Isto significou a entrada dos trotskistas nos partidos socialistas com o objetivo de conquistar para suas ideias os setores mais avançados dos socialistas. (KAREPOVS & MARQUES NETO, op. cit., p. 126.).

Neste sentido, Bensaïd explica os motivos que levaram Trotsky a propor o “entrismo” nos partidos socialistas:

O ano de 1934 foi marcado por novos desenvolvimentos políticos maiores. Fevereiro assiste ao esmagar da insurreição de Viena e às manifestações fascistas em Paris. Consciente da ameaça que esse crescimento do fascismo faz sobre a própria existência da social-democracia, Trotsky deduz que o aparecimento de correntes de esquerda no seio desses partidos se torna inevitável. Alguns meses mais tarde, a participação dos socialistas espanhóis na insurreição das Astúrias confirma esse prognóstico. Trotsky retira daí conclusões práticas para a Espanha, a Bélgica e a França: as pequenas forças da Oposição de Esquerda devem tomar o seu lugar na frente única contra o fascismo, entrando nos partidos social-democratas. Conhecida como “a viragem francesa”, esta orientação foi também objeto de debates e divisões. (BENSAÏD, op. cit., p. 43).

O debate sobre “a viragem francesa” atingiu a LCI-b. Sob a liderança de Lobo e Pinheiro, um grupo rompe com a organização – criticada por capitulação ao reformismo – e passa a publicar um jornal com o mesmo nome de *A Luta de Classe*. Contudo, após examinar a situação, a direção internacional da LCI apóia o grupo liderado por Pedrosa. Para piorar o quadro interno de crise, a mudança gestada na IC<sup>24</sup> no que se refere à política do terceiro período trouxe, desde meados de 1934, a possibilidade de construção das “frentes populares”, de “uma política orientada pela guerra, não mais pela revolução”. (KAREPOVS & MARQUES NETO, op. cit., p. 126-127).

A seguir, os autores precisam o significado desta política nas fileiras da LCI-b:

O surgimento da Aliança Nacional Libertadora (ANL), manifestação política da “frente popular” no Brasil, atraiu para suas fileiras uma parte significativa das organizações políticas e sindicais, dirigentes da LCI incluídos. Apesar de uma posição crítica ante a ANL (...) a LCI ficou praticamente desarmada diante da combinação de crise interna, fechamento da ANL e o Putsch comunista de novembro de 1935. (Ibid., p. 127).

Por conseguinte, Almeida sustenta que a colocação da ANL na ilegalidade levou o PCB a desenvolver uma “política conspiratória e golpista” que trouxe não apenas uma derrota política com o fracasso dos “levantes militares de novembro de 1935”, mas uma dura repressão que se abateu sobre todo o movimento operário brasileiro. (ALMEIDA, 2005, p. 113-114). Segundo o autor, a derrota do “putsch militar”:

Serviu de justificativa para o aprofundamento da repressão sobre a classe operária. Estima-se em 20 mil o número de prisões, sendo que Vargas, aproveitando-se do fracassado levante, colocou nas masmorras todos aqueles que se opunham ao seu

<sup>24</sup> Formalizada em julho de 1935 na ocasião do VII Congresso da IC.

governo: stalinistas, trotskistas, anarquistas, socialistas e tenentistas. A feroz repressão destroçou praticamente todas as organizações operárias, sindicais e políticas. (Ibid., p. 115).

Na LCI-b a repressão significou a restrição de suas atividades à difusão de seus jornais<sup>25</sup> e à intervenção em alguns poucos sindicatos. As prisões de dirigentes e outros militantes ocasionaram a interrupção do contato entre a militância de São Paulo e do Rio de Janeiro e a realização de trabalhos isolados. Neste momento, a LCI-b sustentou que para a manutenção do quadro repressivo, na ausência de apoio na “massa”, o governo necessitava que surgisse uma figura acima dos partidos, um “árbitro”. (KAREPOVS & MARQUES NETO, op. cit., p. 128).

Durante o ano de 1936 trotskistas e comunistas responderam de forma distinta ao quadro repressivo instaurado pelo governo Vargas. Karepovs e Neto indicam que enquanto a LCI propunha:

A luta pelas liberdades democráticas, buscando a volta da normalidade constitucional, que viria acompanhada da “indignação popular indignada”. (...). O PCB ainda via a possibilidade de insurreições e defendia o desencadeamento de guerrilhas pelo país. (Ibid., p. 128).

É interessante notar que, apesar da intervenção política, o núcleo da LCI-b do Rio de Janeiro, a partir de avaliação crítica ao “putsch” de novembro, resolveu denominar-se Grupo Bolchevique-Leninista em fins de 1936, o que possibilitou um entendimento com a “Oposição Classista” do PCB que havia deixado o partido pouco antes do “putsch” por discordarem “dos métodos golpistas que levaram às revoltas”. Assim, militantes como o médico Febus Gikovate, o bancário Augusto Besouchet e o jornalista Barreto Leite Filho acabaram fundindo-se aos trotskistas e criando o Partido Operário Leninista (POL) em janeiro de 1937. (Ibid., p. 128-129).

Existe certa dificuldade em precisar a intervenção política nos acontecimentos da política brasileira de 1937 a 1939. A escassez da literatura sobre esta organização política deve-se principalmente a dificuldade de apropriação dos documentos produzidos na época à situação de clandestinidade da atividade política desenvolvida pelo POL. Isto evidencia a repressão desferida pela ditadura de traços fascistas do Estado Novo, tutelada por Getúlio Vargas, ao movimento operário e às suas organizações políticas.

---

<sup>25</sup> Sobre a imprensa política da LCI, ela funcionou através da continuidade de *A Luta de Classe*, mas também publicou em São Paulo e Rio de Janeiro edições locais através de *O Proletário* e *O Comunista*.

Sobre o POL, Karepovs e Marques Neto indicam que a inexistência de documentação até junho verifica-se pela continuidade repressiva do governo Vargas desencadeada após o fracassado “putsch” levado adiante pelo PCB em novembro de 1935. Em maio de 1937, os presos políticos que não tiveram “culpa formada” foram libertados o que propiciou a “retomada plena dos contatos entre os militantes cariocas e paulistas” e construir um entendimento com os ex-comunistas. Foi através da brochura “A Situação Nacional” que seus militantes construíram uma leitura conjunta sobre o momento político. Destarte, alguns recuos por parte dos trotskistas foram necessários, tais como, o “uso da forma classe contra classe”, ainda que os autores destaquem a existência de diferenças com a fórmula do PCB no início dos anos 1930. (Ibid., p. 129).

O desencadeamento do golpe que instalou o Estado Novo não afetou de imediato a estrutura organizativa do POL – mais coesa que a da LCI-b quando da repressão desencadeada em fins de 1935 – que teria desenvolvido uma intervenção política com certa desenvoltura nos primeiros meses. Sua imprensa, em especial *A Luta de Classe*, produziu análises sobre o golpe e o regime caracterizado, respectivamente, como “bonapartista” e “fascista”, bem como, discutiu os rumos e as medidas desencadeadas pela ditadura no “campo político e sindical”. Também, ela evidenciou a inserção dos trotskistas nas categorias sindicais de “garçons, gráficos, vidraceiros, tecelões, ferroviários, trabalhadores em ônibus e comerciários”. Em abril de 1938, a repressão novamente recaiu sobre os trotskistas e sua imprensa teve sua periodicidade prejudicada. (Ibid., p. 129-130).

Pouco antes, na ocasião das eleições presidenciais canceladas, Coggiola sustenta que o PCB conseguiu se organizar com a diminuição da repressão e por meio da direção de Lauro Reginaldo da Rocha (Bangu) resolveu apoiar “o candidato semi-oficial José Américo de Almeida”. Por sua vez, o Comitê Regional de São Paulo, liderado por Hermínio Sacchetta e Heitor Ferreira Lima defendeu o nome de Prestes para a disputa deflagrando uma séria divergência que resultaria na saída destes militantes, da “organização comunista do Paraná e fragmentos do Partido de Minas Gerais, Rio Grande do Sul e Pernambuco”. Parte destes militantes, liderados por Sacchetta, logo se denominaram “Dissidência Pró-Reagrupamento da Vanguarda” e, após certa relutância, resolver conformar junto aos trotskistas do POL o “Comitê Pró-Reagrupamento da Vanguarda Revolucionária do Brasil” cuja fusão definitiva ocorreria em agosto de 1939 com o surgimento do PSR. (COGGIOLA, op. cit., p. 254-255).

Pouco antes, Pedrosa tinha seguido para a Paris onde representaria os trotskistas do POL na conferência de fundação da IV Internacional realizada em setembro de 1938. O contexto de fundação da IV Internacional, definida “O Partido Mundial da Revolução



Socialista”, é difícilimo para as organizações trotskistas e desenvolve-se sobre o acúmulo de derrotas do movimento operário internacional do período. A seguir, a explicação de Bensaïd problematiza o entendimento de Trotsky sobre a necessidade de fundação da nova internacional:

Trotsky está bem consciente de que as condições de criação da IV Internacional são absolutamente inéditas e particularmente difíceis: trata-se de uma Internacional minoritária, sem nenhuma seção de massas, que ele qualifica como uma “Internacional de quadros”, encarregada, antes de tudo, de transmitir uma herança e de preparar o futuro; ela nasce de uma série de derrotas do proletariado mundial, das quais a contra-revolução burocrática na URSS não era a menor (...). Nestas condições, “a linha reta não é lá muito possível”. Será então necessário encontrar os pontos de apoio para passar dessa Internacional minoritária à construção de uma nova Internacional de massas. (BENSAÏD, op. cit., p. 44-45).

Nesta conferência, Pedrosa foi incumbido de acompanhar os trabalhos das seções latino-americanas. Contudo, logo após a transferência da sede da IV Internacional para Nova York devido à eclosão da segunda guerra mundial, Pedrosa identificou-se com um grupo que polemizou abertamente sobre a caracterização da URSS. Estes contestaram a caracterização de Trotsky e da maioria da Internacional que entendia que a União Soviética era um “Estado operário degenerado” e defenderam a caracterização de que esta seria um “Estado livre burocratizado”. A consequência desta polêmica foi o afastamento de Pedrosa da IV Internacional, a interrupção dos contatos com o recém fundado PSR e a adesão de muitos companheiros de Pedrosa da época do POL às suas ideias. Este desenrolar é entendido por Karepovs e Marques Neto como o fim da “primeira geração do trotskismo no Brasil” e a “parcial continuidade” desta na geração seguinte liderada por Sacchetta e Rocha Barros. (KAREPOVS & NETO, op. cit., p. 133-134).

### **1.3. A imprensa trotskista brasileira**

Os jornais e boletins trotskistas devem ser entendidos como parte integrante da imprensa operária e, também, da história do movimento operário. De 1930 a 1939, as publicações operárias foram redigidas por anarquistas, comunistas, socialistas, trotskistas e sindicalistas de diferentes categorias de trabalho. No caso da dissidência comunista do PCB, a categoria protagonista no interior de suas organizações para a redação dos mesmos foram os trabalhadores gráficos nas cidades do Rio de Janeiro e de São Paulo.

Batalha (2000, p. 64) sustenta que “a imprensa operária” é “a expressão cultural mais visível deste segmento social”. No que se referem à imprensa propriamente dita trotskista, os jornais e boletins são as expressões mais visíveis de sua trajetória e práxis, ainda que a valorização desta como fonte de pesquisa possua limites definidos. Por exemplo, o crescente uso nas pesquisas sobre a temática de cartas trocadas entre militantes, de prontuários de ativistas oriundos da polícia política de Getúlio Vargas, de atas de reuniões e de outros documentos políticos internos possibilita preencher lacunas às quais os jornais e boletins muitas vezes pouco tem a contribuir. Por outro lado, o estudo da imprensa trotskista brasileira como objeto permite explorar uma pluralidade de objetivos, discursos e sentidos apreendidos de acordo com os sujeitos sociais e políticos que constroem os mesmos.

No século XX a imprensa pôde cumprir, em contextos históricos distintos, tanto uma função conservadora ou reacionária quanto uma função progressista em relação à sociedade regida pela centralidade do trabalho sob a lógica do capital. A concretização desta forma multifacetada de imprensa possui antecedentes ligados a história da Revolução Francesa de 1789, como indica Fábio Souza (2012, p. 52):

A descentralização dos periódicos impressos ocorreu no turbilhão revolucionário de 1789. Segundo Jeremy D. Popkin, o Antigo Regime possuía um único jornal diário e outros periódicos que circulavam na terra de Rousseau eram de procedência estrangeira, o que garantia à monarquia francesa um controle praticamente total das notícias e informações que circulavam na sociedade. Com a Revolução e a instauração da liberdade de imprensa, a quantidade de jornais e panfletos políticos multiplicou-se, o que gerou, entre a população, a possibilidade de debater publicamente questões que antes ficavam confinadas em Versalhes.

Citando Popkin, Souza apresenta uma importante questão gerada pela liberdade de informações aos revolucionários franceses:

Os revolucionários franceses foram os primeiros a enfrentar o paradoxo inerente à liberdade de imprensa num sistema representativo de governo: o povo pode escolher seus representantes, mas não necessariamente a visão que estes têm de si mesmo às imagens criadas pela imprensa. (Ibid., p. 52).

O autor indica que este problema envolvendo a questão da representatividade de distintos segmentos sociais ao procurar a imprensa levou, por exemplo, a classe operária – “ao não se sentir representada pelos jornais de grande circulação ou ‘burgueses’ – a criar seus próprios periódicos impressos”. (Ibid., p. 52).

Em 1947, Astrogildo Pereira (2012, p. 83-84) já havia assinalado a existência da imprensa operária no Brasil desde 1858 através da publicação do *Jornal dos Tipógrafos* no

Rio de Janeiro e, posteriormente, de outras publicações, tais como, *O Tipógrafo* (1867-1868), *Gazeta dos Operários* (1875), *O Proletário* (1877-1878), *O Operário* (1881) e a *Gazeta Operária* (1883).

Em geral, a imprensa trotskista brasileira foi tributária desta experiência operária que sentiu a necessidade de redigir e publicar seus próprios impressos diante da falta de representatividade nas publicações oficiais do período. Em específico, ela foi tributária da experiência da socialdemocracia russa do primeiro quartel do século XX e, principalmente, da experiência bolchevique vivida no interior daquela e que saiu vitoriosa do processo revolucionário russo, desempenhando papel decisivo na Revolução de Outubro de 1917, e no desenvolvimento ulterior da primeira revolução proletária, que influenciou o movimento operário em todos os quadrantes do planeta.

A repercussão desta no movimento operário brasileiro e nas suas publicações ocorreu em um momento de crise interna do primeiro. Conforme Leandro Konder (2009, p. 159-160), entre 1917 e 1918, a liderança anarcossindicalista destacou-se em várias greves, alcançando o ápice no estado de São Paulo no ano seguinte, quando eclodiram 37 grandes greves. Contudo, o momento seguinte foi de refluxo deixando os líderes do movimento operário perplexos.

A seguir, Konder descreve os problemas que estavam colocados às lideranças operárias e parte da saída encontrada:

Eles não sabiam como dirigir um recuo organizado da massa em face da onda de repressão que se desencadeava. Os ativistas começaram a constatar que não dispunham de instrumentos teóricos adequados para tentar preservar, politicamente, ao menos algumas das conquistas obtidas no período anterior, nos anos do avanço. Generalizou-se entre eles, então, o sentimento de que era preciso buscar novas formas de organização, para tornar o combate mais eficiente. (Ibid., p. 160-161).

Todavia, deve-se matizar a leitura de Konder sobre a questão. O acúmulo de derrotas inculcou reflexões teóricas acerca dos instrumentos de luta utilizados pelo movimento operário de até então. Ou seja, é inegável que alguns daqueles operários de influência anarquista buscaram revisar seus métodos. Porém, parte da liderança anarquista enfrentou de frente o refluxo do final da década de 1910 preservando seus teóricos. Isto fica bastante evidente no texto de Dulles (1977) que mostra diversas iniciativas dos anarquistas, apesar dos insucessos sucessivos.

Por outro lado, Pereira (op. Cit., p. 87) indica que 1921 para o movimento operário foi um ano “de pausa forçada, de balanços de batalhas perdidas, de revisão de métodos, de autocrítica e, sobretudo, de busca de novos caminhos”. Para o ex-militante anarquista e futuro

comunista, “a bancarrota do anarquismo na direção do movimento operário tornara-se patente, e dos seus escombros saíam os materiais de construção de o partido da classe operária, estruturado segundo os ensinamentos de Marx, Engels, Lênin”. Um passo decisivo realizado nessa direção foi a publicação da revista *Movimento Comunista*, entre janeiro de 1922 e junho de 1923, pelo primeiro agrupamento comunista resultante das reavaliações indicadas por Pereira.<sup>26</sup>

No período seguinte, tanto a imprensa comunista quanto a trotskista podem ser denominadas como parte integrante daquilo que Albino Rubim (1983) e Maria Ferreira (1990) chamaram de “imprensa partidária de resistência”, referindo-se ao segundo período<sup>27</sup>, da imprensa proletária no Brasil entre 1922 – ano de fundação do PCB – e 1945 – momento que finda a ditadura do Estado Novo. Entende-se que, ao imputar à “imprensa proletária” a hegemonia da forma Partido, os autores captaram corretamente as mudanças ocorridas no movimento operário a partir dos reflexos imediatos e graduais da Revolução de Outubro na Rússia de 1917 no Brasil.

No entanto, pode-se questionar o recorte cronológico proposto que se inicia através do marco fundacional do PCB e termina com uma questão institucional referente ao esgotamento do Estado Novo. O que se quer dizer, é que o marco inicial escolhido deve-se antes à fundação partidária do que a construção de um jornal que pudesse servir como organizador coletivo do partido político referido. O jornal, por sua vez, foi criado somente três anos depois com o nome de *A Classe Operária*<sup>28</sup>, que por sua vez teve seu primeiro número lançado no 1º de Maio de 1925.

Se *A Classe Operária* procurou servir desde 1925 enquanto organizador coletivo do PCB – no modelo de jornal defendido por Lênin – *A Luta de Classe* foi a principal ferramenta política dos dissidentes comunistas, adeptos da crítica ao stalinismo, efetuada pelo ex-dirigente bolchevique Leon Trotsky. Este periódico, publicado pela primeira vez no dia 08 de

---

<sup>26</sup> É preciso destacar que o entendimento de Pereira possui alto grau legitimador do surgimento do PCB. Assim sendo, o declínio do anarquismo e o revisionismo de sua liderança foram de grande importância para a formação do PCB. Ainda que importantes lideranças outrora anarquistas tenham adentrado e impulsionado a formação do PCB, muitos outros anarquistas continuaram organizando-se à luta.

<sup>27</sup> Conforme Rubim (1983), o primeiro período teria sido aquele de predominância das ideias anarcossindicalistas cujo recorte cronológico estabelecido iniciou com o processo de urbanização brasileiro no século 19 até meados dos anos 1920 quando ocorreu uma mudança efetiva na orientação política do proletariado. A influência da revolução na Rússia e o advento do comunismo no Brasil são parte importante nesta mudança.

<sup>28</sup> “A publicação de *A Classe Operária*, em 1925, resultou de um plano maduramente pensado e traçado pela direção do Partido. Tratava-se de lançar um jornal de massas - um "Jornal de trabalhadores, feito para trabalhadores". Estávamos em Estado de Sítio— decretado em 5 de julho de 1924 e sucessivamente prorrogado até 31 de dezembro de 1926 —, o que tornava ainda mais difíceis as naturais dificuldades de um empreendimento dessa natureza. Vencidas, porém, as dificuldades mais imediatas, pôs-se na rua o primeiro número do Jornal, a 1º de maio de 1925. Sua tiragem, 5000 exemplares, relativamente considerável, esgotou-se logo, e foi sendo aumentada mais e mais a partir do segundo número”. In. PEREIRA, 1962, p. 72;

maio de 1930, procurou – igualmente reivindicando Lênin – servir como organizador coletivo das organizações políticas ligadas ao trotskismo.

Para Lênin, o bolchevique formulador desta concepção de jornal, a iniciativa dos revolucionários deveria partir da conjugação dos efetivos militantes existentes:

Para a publicação e difusão de um único jornal de abrangência nacional, contribuiremos a preparar e promover, não apenas os propagandistas mais habilidosos, mas também os organizadores mais capazes, os dirigentes partidários mais talentosos, que saibam, no momento oportuno, dar a ordem para o combate decisivo e comandá-lo. (LÊNIN, 2006, p. 104).

A concepção de Lênin partia da necessidade objetiva de erigir uma organização política que não ficasse restrita à agitação e propaganda, mas funcionasse como organizador coletivo em toda a Rússia, valorizando seus propulsores e, ao mesmo tempo, lapidando-os para o combate decisivo quando chegasse o momento da luta.

No caso do jornal *A Luta de Classe* e seus 45 números, este foi publicado por todas as organizações políticas de matriz trotskista do período, desde a forma fracionária junto ao PCB até a partidária, entre maio de 1930 e agosto de 1939. Karepovs (1985, p. 03) sustenta que a publicação pode ser considerada “um fio de continuidade política” diante das várias denominações que se intitularam os trotskistas. Ainda, o autor indica que o nome do jornal foi baseado no seu equivalente francês *La Lutte de Classes*, dirigido por Pierre Naville. O autor informa que a tarefa do jornal situava-se na perspectiva de ser “o organizador coletivo”, apesar da “circulação quase sempre clandestina”, das “crises internas” das organizações que publicaram o mesmo e da “pequena tiragem (500-1000 exemplares)”.

É interessante ressaltar minimamente a dinâmica de confecção de *A Luta de Classe* descrita por Karepovs:

Embora não possuísse gráfica própria, *A Luta de Classe*, até 1937, sempre foi impressa tipograficamente. Isto se explica pelo fato de a organização trotskista contar com muitos militantes gráficos, que faziam todo o jornal, desde sua composição até a impressão, às escondidas, nos horários mortos de seus locais de trabalho; ou então, em gráficas cujos proprietários eram simpatizantes da LCI. (Ibid., p. 03).

Apesar da intensificação da repressão ao movimento operário após a derrota do *putsch* do PCB em novembro de 1935, que obrigou o jornal a entrar em “dura clandestinidade”, este passou a ser mimeografado a partir do número 34 de dezembro de 1937, logo após do golpe de Estado que manteve Getúlio Vargas no poder e interrompeu a sucessão presidencial que se avizinhava. Também, o autor evidencia o expediente encontrado pelos trotskistas para

despistar a repressão policial desde meados 1935. Para tanto, o jornal impresso na cidade do Rio de Janeiro, passou a indicar outros locais de confecção no frontispício (Belo Horizonte, Juiz de Fora e Niterói) ou simplesmente omiti-los. (Ibid., p. 03-04).

Outra característica marcante de *A Luta de Classe* foi sua irregularidade, em parte, devido à repressão policial e diversas prisões de seus militantes e redatores que produziam o periódico. Nas diversas fases vividas pela publicação, Karepovs indica alguns dos militantes (e seus codinomes) que compuseram “o corpo de redatores” da mesma, a saber:

Mário Pedrosa (Aparício, Vidal, Georges, Gonzaga, M. Camboa), Lívio Xavier (L. Lyon, Camilo), Hylcar Leite (Eloy, Lino), Febus Gikovate (Andrade), Fúlvio Abramo (Wlado), Aristides Lobo (Fernando), Victor de Azevedo Pinheiro (Alves), Edmundo Moniz (Ferrão), Rodolfo Coutinho e João da Costa Pimenta. (Ibid., p. 04).

No período da publicação de *A Luta de Classe*, alguns destes militantes participaram em diferentes momentos de outras publicações esporádicas ligadas às organizações políticas trotskistas. Entre janeiro de 1931 e maio de 1932 foram publicados pela Liga Comunista (LC) quatro números do *Boletim da Oposição*, que buscou realizar um trabalho de esclarecimento e construir uma ligação mais estreita junto ao “proletariado revolucionário” brasileiro com “as teses da OIE, fração de esquerda da IC”.<sup>29</sup>

Provavelmente, resultado de uma ampliação nas fileiras da Liga Comunista Internacionalista<sup>30</sup> (LCI-b), esta publicou, além de *A Luta de Classe*, os jornais *O Comunista*, *O Proletário* e o intitulado *Pela Quarta Internacional* (Boletim dos Bolcheviques-Leninistas do Brasil).

Os dois jornais confeccionados pela LCI-b tiveram circulação restrita. Enquanto o primeiro foi editado pelo Comitê Regional do Rio de Janeiro durante aproximadamente cinco números durante o ano de 1934, o segundo foi editado pelo Comitê Regional de São Paulo durante cinco números, entre abril de 1935 e 1936. Uma característica comum destes jornais foi a utilização de mimeógrafos para a tiragem dos mesmos, o que diferia da confecção de *A Luta de Classe* no período de publicação daqueles. Ainda, outra característica comum foi a inclusão nos jornais de temas da política nacional e internacional ou de textos teóricos como forma de subsídio para o entendimento dos primeiros.

No que se refere ao boletim *Pela Quarta Internacional*, editado em grande parte pela LCI-b, o mesmo teve aproximadamente sete números publicados, entre agosto de 1935 e

<sup>29</sup> Editorial. *Boletim da Oposição*, s. n, jan. 1931, p. 01.

<sup>30</sup> Como visto na primeira parte desta dissertação, a partir de outubro de 1933 a LC interrompe a atividade fracionária junto ao PCB e passa a funcionar como um partido político, a Liga Comunista Internacionalista.

janeiro de 1937, cuja produção mimeografada e grande extensão do boletim, assim como, seu caráter exclusivo de informações internacionais sobre o movimento operário nos mais variados países e na União Soviética foram suas principais características. É difícil identificar o grupo que editou ao menos o último número deste boletim, visto que a repressão desencadeada sobre o conjunto do movimento operário em fins de 1935 atingiu a LCI-b, que há pouco se recuperava de um sério dissenso interno. Conforme Karepovs e Marques Neto (2002, p. 128), “a feroz repressão” ocasionou uma interrupção entre os militantes das regionais de São Paulo e do Rio de Janeiro “que iniciaram trabalhos isolados”. Na prática, a LCI-b não existia mais e, especialmente o número sete, não reivindica esta; daí a dificuldade de precisar quem publicou o provável último número de *Pela Quarta Internacional*.

Com a formação do POL, foram publicados entre julho e setembro três números do *Boletim de Informações Internacionais*, e do jornal *Sob Nova Bandeira* tem-se notícia do número três publicado em setembro de 1937. Em dezembro de 1937, *A Luta de Classe* é retomada pouco mais de um ano após o lançamento de seu último número. O POL publicaria ainda em conjunto com a Dissidência Pró-Reagrupamento de Vanguarda do PCB três números de *Boletim*, entre abril e agosto de 1939, até realizarem a fusão que ocasionou o surgimento do PSR. Esta organização editou, em agosto de 1939, o último número de *A Luta de Classe* que se tem notícia e, ainda, três números de um *Boletim* cujo último número encontrado foi publicado em novembro.

Deste momento em diante, iniciou um hiato nas publicações dos jornais trotskistas que findou apenas em 1945 com o surgimento do jornal *Luta Proletária*, que publicou entre janeiro e junho do presente ano seis números. A segunda geração de militantes trotskistas liderada pelo jornalista Hermínio Sacchetta, retomou a publicação de um jornal trotskista, após um provável hiato de aproximadamente cinco anos, quando a ditadura bonapartista de Getúlio Vargas chegava ao fim, conservando sua importância na política brasileira.

Ressalta-se que a imprensa trotskista brasileira, no período de 1930 a 1939, teve sua periodicidade diversas vezes submetida às vicissitudes da luta de classes, aos antagonismos de classe que resultaram em dura repressão policial, mas também pela confusão e incompreensão nas fileiras de suas organizações. Ao investigar os temas da política nacional e internacional presentes nos jornais e boletins, é possível apreender, problematizar e entender as diversas questões concernentes à dinâmica política da classe, do movimento operário e de suas respectivas organizações políticas.

Também, deve-se evidenciar que os textos desta imprensa política possuem objetivos diversos e buscam desenvolver uma pedagogia própria para o diálogo com os trabalhadores e

os segmentos organizados da classe. Pode-se afirmar que os jornais trotskistas do período tiveram três tipos de “interlocutores” ou “público-alvo”: seus militantes e simpatizantes, os comunistas e os elementos da classe operária com tendências ou simpatias pela via revolucionária.

O diálogo desenvolve uma função educacional e de esclarecimento das posições e teses dos trotskistas; uma relação crítica estabelecida com as teses comunistas ressaltando seus equívocos cometidos na política nacional e internacional; e um caráter informativo e crítico da realidade social enquanto fundamento essencial à articulação e envolvimento político. As incursões do diálogo proposto não podem ser dissociadas, pois o objetivo de informar, educar e organizar a classe operária e sua vanguarda justifica a existência dos impressos trotskistas e sua função de organizador coletivo. De qualquer forma, e apesar dos objetivos, deve ser salientado que – com relativa exceção de *A Luta de Classe* – os jornais e boletins trotskistas tiveram existência efêmera, reduzida tiragem e inserção política. Concluindo, abaixo o quadro 02 ilustra os jornais e boletins publicados, sua provável periodicidade e os números disponíveis no CEMAP, consultados no presente trabalho.

<b>A IMPRENSA TROTSKISTA BRASILEIRA NA DÉCADA DE 1930</b>		
<b>JORNAIS E BOLETINS</b>	<b>PROVÁVEL PERÍODO DE PUBLICAÇÃO</b>	<b>Nº DE EDIÇÕES DISPONÍVEIS NO CEMAP / Nº APROXIMADO DE EDIÇÕES PUBLICADAS</b>
A Luta de Classe	05/1930 – 08/1939	37/49
Boletim da Oposição	01/1931 – 05/1932	04/04
O Comunista	1934	03/05
O Proletário	04/1935 – 04/1936	04/05
Pela Quarta Internacional	08/1935 – 01/1937	03/07
Boletim de Informações Internacionais	1937	03/03



Sob Nova Bandeira	1937	01/03
Boletim	1939	01/03

Quadro 02 – Ilustração dos jornais e boletins trotskistas publicados na década de 1930.

## **2. O ITINERÁRIO INTERNACIONAL DA REVOLUÇÃO SOCIAL NA IMPRENSA TROTKISTA BRASILEIRA DE 1930 A 1939**

O impacto das ideias produzidas na Revolução de Outubro de 1917 e de seu desenvolvimento ulterior atravessou o movimento operário internacional cujo impulso inaugurou a possibilidade de vitória da revolução social e de protagonismo das classes oprimidas em todos os quadrantes do planeta. A reviravolta ocasionada pela contra-revolução burocrática efetivada na URSS dos anos 1930 produziu, desde os anos 1920, trajetórias individuais e coletivas dissidentes que, reivindicando o significado da vitória de outubro de 1917, buscaram reverter os erros cometidos pela direção política stalinista daquele país e da IC. Aqui, me refiro àqueles alcunhados “trotskistas” que, se organizaram, referenciados teórica e politicamente no exilado e ex-dirigente bolchevique Leon Trotsky.

No capítulo anterior foram apresentados os antecedentes que interligam o surgimento do trotskismo no Brasil, via Oposição de Esquerda, ao desenvolvimento da OIE. Também, foi identificada a trajetória fracionista desta, em relação ao PCB, e dos partidos posteriores coligados com o movimento pela IV Internacional. Junto destas trajetórias, possibilitou-se conhecer a imprensa trotskista com seus jornais e boletins.

A imprensa política de matiz trotskista permite visualizar o itinerário teórico e político dos acontecimentos fundamentais da política nacional e internacional na década de 1930. Entenda-se fundamentais aqueles eventos que produziram mudanças na configuração da estrutura social e política ou, posto de outra forma, interferiram no desenvolvimento dos meios e das relações de produção capitalistas transformando o seu próprio funcionamento, assim como, dos Estados nacionais e de suas instituições, direta ou indiretamente.

Neste sentido, as páginas dos jornais e boletins restituem fragmentos do real e do vivido relacionados aos sentidos do agir inculcados pelos militantes das organizações políticas que evidenciam a perspectiva da revolução social, da estratégia que se revela. Uma definição conceitual da revolução defendida por Bensaïd exemplifica a forma como os trotskistas daqueles anos a encararam: um movimento de subversão, cujo “ato político” a define por excelência, e de dissolução, enquanto um “processo social”. (1999., p. 137). Parte desta estratégia, a perspectiva internacionalista, uma espécie de farol – que procura iluminar os lugares da revolução e seus impasses – evidencia as mudanças ocorridas no decorrer dos anos descartando, renovando ou superando velhas questões e acontecimentos. Sobre esta base desenvolve-se uma teoria social.

As páginas que seguem desdobram os debates e acontecimentos fundamentais que estiveram presentes na imprensa trotskista brasileira daqueles anos. Na intervenção política e ideológica dos jornais e boletins estiveram presentes textos de militantes de outros países da OIE, inclusive os de Trotsky, que foram traduzidos pelos brasileiros com o intuito de esclarecer e dialogar com o movimento operário e o PCB.

Este capítulo trata de quatro questões relativas ao desenvolvimento histórico da explosiva década de 1930 que estiveram em evidência na imprensa trotskista brasileira daqueles anos, a saber, o desenvolvimento interior da URSS, a crítica à política stalinista na direção da III Internacional, a abordagem teórica do fascismo junto da luta antifascista e os escritos sobre a proximidade de uma nova guerra mundial.

O estudo sistemático de cada questão propiciou desnudar o movimento teórico e político dos jornais e boletins trotskistas ao longo do período suscitado acima e expressar uma dinâmica teoria social construída pelos dissidentes comunistas alinhados politicamente a Lev Davidovitch, Trotsky, quando tomadas de conjunto. Neste sentido, tornou-se possível identificar um fragmentado, mas dinâmico itinerário internacional da revolução social sob a interpretação, em especial, dos redatores e das organizações políticas dos dissidentes comunistas do PCB e de seus camaradas internacionais. Vejamos mais de perto.

### **2.1. A União Soviética e a Internacional Comunista sob o stalinismo**

Este subtítulo analisa duas temáticas de grande incidência na Imprensa política dos trotskistas brasileiros na década de 1930, a da URSS e da Comintern. Por sua vez, a fração stalinista apresenta-se enquanto uma questão que atravessa os dois temas indicados que serão trabalhados. Portanto, trata-se da questão da direção política na condução tanto da URSS quanto da IC.

O primeiro tema, o da URSS, comporta uma série de notícias, análises e denúncias sobre o desenvolvimento interior do Estado saído da Revolução de Outubro de 1917 na Rússia, em especial, dos anos 1930. Os jornais e boletins trotskistas repercutiram da política soviética: a situação dos bolcheviques-leninistas e sua luta clandestina, a economia diante da coletivização *forçada* dos campos e do primeiro Plano Quinquenal, a natureza do regime soviético e sua evolução, a diplomacia soviética, as transformações ocorridas na polícia e no Exército Vermelho, os processos de Moscou etc.

Concomitante, a segunda temática, a da IC, reverberou acima de tudo os debates sobre a política adotada por ela para o movimento comunista internacional. Inicialmente, o foco recai sobre os desdobramentos do VI Congresso da *Comintern*, sua política aos países coloniais e semicoloniais, questões acerca do emprego da violência e do culto à personalidade. Ainda, ganha relevo nas páginas dos dissidentes comunistas do PCB: a situação política cubana e o silêncio da IC, a relação da diplomacia soviética com a política da IC e, finalmente, análises acerca do VII Congresso da *Comintern*.

Ressalta-se que a diversidade documental dos textos publicados pela imprensa trotskista no Brasil indica a presença de análises teóricas e políticas sobre o conjunto das questões suscitada acima. Também, ela permite entrever a intencionalidade dos documentos publicados com o intuito de estabelecer um diálogo com o PCB sobre os equívocos cometidos por sua direção política internacional e a justeza dos pressupostos teóricos e da elaboração política da inicialmente, denominada OIE.

A primeira edição de *A Luta de Classe* – publicação do GCL, de maio de 1930 – trouxe ao debate a problemática da “radicalização das massas”. Redigido por Leon Trotsky, o cerne do artigo trata da concepção de radicalização da IC e propõe uma alternativa.

Após descrever o processo incessante e mecânico de crescimento, ano após ano, da radicalização das massas proposto pela Comintern; Trotsky sustenta que “os movimentos ascendentes da luta de classes são substituídos por movimentos de declínio, (...), conforme a eminentemente combinação complexa das condições materiais e ideológicas”. Ele ressalta que “a atividade das massas propriamente dita se manifesta de distintas maneiras, segundo as circunstâncias”.<sup>31</sup> Portanto, o indicativo da orientação e da atividade política das massas torna-se dependente ao reconhecimento de dada situação concreta e da atividade anterior das massas.

O texto publicado pelo GCL reflete a política do terceiro período aprovada no VI Congresso da IC. Sobre o mesmo, o historiador Pierre Broué sublinha que

Tudo começa no que chamamos “a radicalização das massas”, que é ilustrada pelo número de greves, de choques com a polícia, de palavras de ordem políticas ao lado das reivindicações econômicas. Esta “radicalização” implica a compreensão da aproximação de uma “ascensão revolucionária das massas” e, como garante Molotov, o “mundo entre com os dois pés” nos eventos mais revolucionários cujo progresso, as “conquistas”, na URSS, não são elementos sem importância. As armas que devem ser preparadas para o uso são “a greve geral política”, “a conquista da rua”, e a chave da vitória é “a recusa de todas as alianças com os reformistas”. (BROUÉ, 2007, p. 618).

<sup>31</sup> TROTSKY, Leon. O que é radicalização. In. *A Luta de Classe*, n. 01, Rio de Janeiro, 08 mai 1930, p.04.

Todavia, foi após a ruptura entre Stalin e Bukharin, em 09 de julho de 1929, na ocasião do X *Plenum* da *Comintern* que as implicações da radicalização das massas começaram a assentar raízes, principalmente, sob a tática de “classe contra classe” em substituição a da “frente única”.

Em julho de 1930, na terceira edição de *A Luta de Classe*, a polêmica repercutida faz referência ao tipo de luta desencadeada nos países coloniais e semicoloniais para alcançar a independência nacional. A crítica sugere que a IC apresentou uma versão remasterizada do *Kuomintang*, a das Ligas Antiimperialistas, o que envolveria todas as classes do país oprimido, inclusive o proletariado, ao serviço da burguesia nacional. Mais especificamente, a proposta da IC incide sobre a construção de uma “organização de massas sem partido e pretender ser quem coordena, organiza e dirige a luta dos povos oprimidos contra o imperialismo internacional”.<sup>32</sup>

A referência ao *Kuomintang* e às Ligas Antiimperialistas ocorre aproximadamente três anos depois da derrota da revolução na China e da realização do I Congresso Antiimperialista realizado em Bruxelas, entre 10 e 15 de fevereiro. Este congresso reuniu diversos representantes de organizações nacionalistas e antiimperialistas de países como Índia, Argélia, Sudão, África do Sul, Síria, Palestina, Peru e México. Broué sustenta que este foi “o maior encontro político anticolonialista do Entreguerras” e que, não obstante, referendou a política do *Kuomintang*, apesar de seu esgotamento e do fim próximo desta experiência. (Ibid., p. 559).

No mês seguinte quatro textos envolvendo a URSS e a IC foram publicados por *A Luta de Classe*. A distinção dos assuntos entre cada um deles é bastante evidente e até mesmo a importância de cada um. Contudo, eles aproximam-se quando refletimos sobre a intervenção política da fração stalinista na condução da URSS e da IC.

O primeiro repercutiu a aplicação do primeiro Plano Quinquenal por meio de uma análise de Trotsky sobre a evolução e isolamento econômico da URSS. A análise criticou o ritmo agressivo da coletivização dos campos<sup>33</sup> e, conseqüentemente, o comprometimento de

<sup>32</sup> A ideologia “kuomintanguista” e as Ligas antiimperialistas. In. *A Luta de Classe*, n. 03, Rio de Janeiro, jul 1930, p. 01-02.

<sup>33</sup> É interessante destacar que este é o único texto específico referente à coletivização *forçada* dos campos publicada na imprensa política da dissidência comunista do PCB. Assim, as conseqüências sociais desta política não seriam abordadas diretamente por sua imprensa após 1930, apesar de Trotsky tê-las esboçado no livro *A Revolução Traída* de 1936. Para Trotsky, “nunca o sopro da morte tinha pairado tão baixo sobre o território da Revolução de Outubro, como durante os anos da coletivização completa. O descontentamento, a insegurança, a repressão, dilaceravam o país. Um sistema monetário desorganizado; a sobreposição dos preços máximos fixados pelo Estado, dos preços ‘convencionais’ e dos preços do mercado livre; a passagem de um simulacro de

sua interdependência, “a solda”, da agricultura e da indústria. A saída preconizada foi a de conciliar “o ritmo” da coletivização da terra aos “recursos técnicos disponíveis” junto da utilização do desemprego – crise de ocupação<sup>34</sup> – nos países imperialistas para buscar formas de colaboração com o regime.<sup>35</sup>

O texto seguinte trouxe um relato da situação política anterior a realização do 16º Congresso do Partido Comunista russo que indicou a impossibilidade de discutir no partido as acusações que recaíram sobre os “direitistas” liderados por Bukharin, Rikov e Tomsky, a prisão de centenas de “bolchevique-leninistas” em Moscou pouco antes do congresso partidário e as condições restritas de militância impostas aos opositoristas exilados e encarcerados na Sibéria.<sup>36</sup>

Ressalta-se que a análise de Trotsky acerca do primeiro Plano Quinquenal não pode ser entendida separadamente da trajetória da Oposição de Esquerda na URSS e sua estratégia econômica alternativa na década anterior. O programa econômico da Oposição de Esquerda de 1923 a 1930 evidencia uma continuidade singular. Enquanto no biênio 1923-1924 a proposta da Oposição de Esquerda consistiu “na planificação econômica para controlar os efeitos centrífugos da Nova Política Econômica” (BENSAÏD, 2010, p. 22); no biênio 1926-1927 a Oposição Unificada preconizou “a coletivização dos campos subordinada ao ritmo da industrialização” e “a planificação para a industrialização” (BROUÉ, 1996, p. 80).

A manutenção de determinados pressupostos econômicos de 1923 a 1930 pela Oposição de Esquerda russa possibilita indicar que estes tiveram como preocupação central a contenção dos efeitos desiguais provocados pela NEP e sua paulatina superação. Com a proposição do Plano Quinquenal pela burocracia soviética sob a liderança de Stalin, as reivindicações da Oposição de Esquerda pareceram ter sido atendidas justamente no momento que “os direitosistas” foram derrotados politicamente e a NEP extinguida brutalmente. Portanto,

---

*comércio* entre o Estado e os camponeses aos impostos pagos em cereais, carnes e leite; a luta de morte contra os roubos constantes dos haveres dos colchozes e a dissimulação desses roubos; a mobilização puramente militar, do Partido para combater a sabotagem dos cúlques após sua liquidação como classe; simultaneamente, o regresso ao sistema das senhas de víveres e às rações de fome; por fim, o restabelecimento dos passaportes internos. Todas estas medidas fizeram regressar o país a atmosfera da guerra civil, há tanto terminada. In. TROTSKY, 2007, p. 84.

<sup>34</sup> Trotsky refere-se aqui a uma das consequências da Grande Depressão iniciada em 1929. Conforme Hobsbawm, “para aqueles que, por definição, não tinham controle ou acesso aos meios de produção (...), ou seja, os homens e mulheres contratados por salários, a consequência básica da Depressão foi o desemprego em escala inimaginável e sem precedentes, e por mais tempo do que qualquer um já experimentara. In. HOBSBAWM, 1995, p. 97.

<sup>35</sup> TROTSKY, L. O Plano Quinquenal e a desocupação. In. *A Luta de Classe*, n. 04, ago 1930, p. 03. Tradução do jornal da Oposição de Esquerda francesa *La Verité* nº 29 de 14 de março de 1930.

<sup>36</sup> SENINE, A. Antes do 16º Congresso do Partido Bolchevique. In. *A Luta de Classe*, n. 04, ago 1930, p. 04. Extraído de *La Verité* de 13 de junho de 1930.

a importância dos documentos citados acima reside justamente no fato de evidenciar dois aspectos fundamentais da consolidação da fração stalinista no poder da URSS.

Mas os aspectos destacados pelos textos seguintes são deveras mais sinuosos podendo servir tanto à URSS quanto a IC. O primeiro deles faz referência ao culto à personalidade de Stalin na ocasião do seu quinquagésimo aniversário e ao tratamento de igualdade dado a ele junto a Lênin pelo artigo do Partido Comunista Francês, prefaciado por Manuel Cachin e de uma carta anexada do Comitê Executivo da IC (CEIC).<sup>37</sup> Neste sentido, o historiador Moshe Lewin (2007, p. 188) sugere que “a despeito de todas as suas aberrações, o culto a Stalin, sua lenda, sua aura e sua personalidade foram amplamente aceitos na Rússia e, de um extremo a outro do mundo, como um *vozhd* (guia) sem paralelo histórico”.

O segundo texto noticia o assassinato de um “comunista da Oposição” pelos comunistas chineses nas ruas de Cantão e aproveita para comentar uma carta de Trotsky acerca da questão do emprego da violência revolucionária. Na carta ele considera plausível seu desfecho diante do desenvolvimento desta tendência no Partido Comunista russo e, logo, na IC. No entanto, ele pondera que “a ditadura do proletariado é inconcebível sem o uso da força, até contra alguns elementos do proletariado mesmo” e que o Estado proletário deve exigir severamente seu controle via democracia operária.<sup>38 39</sup>

As temáticas da URSS e da IC tiveram presença constante durante os quatro números de *A Luta de Classe* publicados pelo GCL. Ainda que a quinta edição tenha sido apreendida ou extraviada na ocasião do golpe de Estado da Aliança Liberal, ressalta-se que as quatro primeiras edições ecoaram boa parte das questões teóricas e dos acontecimentos políticos de fins dos anos 1920. Aliás, debate fundamental para assimilar a crítica da OIE sobre estes temas e intervir com o intuito de dialogar com o PCB, pressuposto da perspectiva fracionária do GCL.

Desta forma, na ocasião de lançamento do *Boletim da Oposição*, em janeiro de 1931, pela recém constituída LC, o tema da URSS persistia, mas problematizava uma questão que iria estar presente – sob diferentes enfoques – nos jornais e boletins dos trotskistas brasileiros dos anos 1930, a da natureza do regime soviético. O primeiro documento sobre a questão foi

<sup>37</sup> Burocracia e bajulação. In. *A Luta de Classe*, n. 04, Rio de Janeiro, ago 1930, p. 04.

<sup>38</sup> Na China. Impotência e violência stalinista. In. *A Luta de Classe*, n. 04, Rio de Janeiro, ago 1930, p. 06. Extraído do jornal *La Verdad* n. 01, órgão da Oposição de Esquerda na Argentina.

<sup>39</sup> Ao refletir sobre os países burgueses a questão do uso da força é concebida diferentemente. Trotsky defende que o partido revolucionário enquanto minoria da classe trabalhadora obriga-se a ganhar a maioria e não deve usar da violência com seus opositores ideológicos e sinceros trabalhadores socialdemocratas. Ele assevera que este tipo de enfrentamento traria consequências futuras negativas ao próprio partido. *Ibid.*, p. 06

redigido por Trotsky que procurou sistematizar a “essência do regime soviético” da seguinte forma:

a) o sistema soviético como forma de Estado; b) ditadura do proletariado como conteúdo de classe dessa forma de Estado; c) ação dirigente do partido que concentra todos os fios da ditadura; d) conteúdo econômico da ditadura do proletariado: nacionalização da terra, dos bancos, das usinas, dos transportes etc.; e) base militar da ditadura: o Exército Vermelho.<sup>40</sup>

Logo a seguir, Trotsky sustenta que estes aspectos estão ligados uns aos outros e que o partido é seu elo mais fraco, mas o mais decisivo: “a pedra angular de todo o sistema”. Ao identificar a essência do regime, a preocupação de Trotsky é responder positivamente de que na URSS ainda existe a ditadura do proletariado apesar dos “zigzagues econômicos”, pois o partido atual ainda defendia a “nacionalização dos meios de produção e o monopólio do comércio exterior”.<sup>41</sup>

Contudo, ele adverte que o partido como fonte de “elaboração coletiva de opiniões e decisões, livre escolha de funcionários e controle destes” não existe mais. Do “centrismo” do aparelho burocrático da atual direção política, Trotsky acredita na irrupção do partido do golpe de Estado contra-revolucionário, ainda que no pólo oposto desenvolva-se um processo simétrico, o “pólo proletário” representado pela Oposição de Esquerda.<sup>42</sup>

Esta análise sobre a disposição das forças políticas voltou a ser discutida no mês seguinte em *A Luta de Classe*, devido à descoberta de uma conspiração de “meia dúzia de países” e “centenas de elementos contra-revolucionários” na URSS. Os acontecimentos divulgados na notícia são apresentados enquanto “sintoma da profunda evolução na relação das forças da União Soviética” e do combate direcionado pelos stalinistas à “ala esquerda” em detrimento da “ala direita”.<sup>43</sup> Neste quadro, os stalinistas correspondem ao “centrismo burocrático” cuja maior característica está nos zigzagues e, conseqüentemente, em seu hibridismo. (BENSAÏD, op. cit., p. 33).

Três meses depois, *A Luta de Classe* repercutia os métodos policialescos de perseguição aos acusados de “trotskistas” via “encarceramento, deportação e assassinato” e denunciava nominalmente o encarceramento de 117 militantes no presídio de “Verc(...)ne-Urisk”.<sup>44</sup> Quatro anos depois, a LCI-b por meio de *A Luta de Classe* noticiaria “a última

<sup>40</sup> TROTSKY, Leon. A ditadura do proletariado na URSS. *Boletim da Oposição*, n. 01, jan 1931, p. 04.

<sup>41</sup> *Ibid.*, p. 04-05.

<sup>42</sup> *Ibid.*, p. 05.

<sup>43</sup> A conspiração contra os soviets e os desmentidos dos conspiradores. In. *A Luta de Classe*, n. 06, fev 1931, p. 05-06. Extraído do jornal *The Militant* de 15 de novembro de 1930.

<sup>44</sup> Os bolcheviques-leninistas encarcerados e assassinados na URSS. In. *A Luta de Classe*, n. 07, mai 1931, p. 06.



cruzada contra o trotskismo na União Soviética” dando destaque a perseguição “contra as menores manifestações de simpatias por Trotsky” e ao “insucesso das cruzadas stalinistas precedentes para enterrar o trotskismo”.<sup>45</sup>

Estes documentos assinalados são importantes por que evidenciam a existência da Oposição de Esquerda russa de 1931 a 1935. O significado da existência e da atividade política desta oposição possibilita identificar o conhecimento pelos trotskistas brasileiros não apenas da crítica ao stalinismo, mas da repressão e atrocidades cometidas por ele.<sup>46</sup> Neste sentido, as notícias veiculadas cumprem a função não apenas de noticiar, mas de denunciar os abusos cometidos objetivando o esclarecimento e o diálogo junto ao movimento operário brasileiro.

Dois anos depois da publicação da primeira edição do *Boletim da Oposição, A Luta de Classe* de janeiro de 1933 traz uma reflexão de Trotsky condizente ao aniversário de 15 anos da Revolução de Outubro de 1917. A questão não remete a essência do regime, mas desdobra questões intrínsecas do mesmo.

O ex-dirigente bolchevique reflete sobre o êxito revolucionário de Outubro de 1917 indicando que seus dirigentes e as massas não viram senão “a primeira etapa da revolução mundial” e que na época ninguém defendeu a ideia de edificar uma “sociedade socialista isolada”. No entanto, ele pondera que o caminho da revolução mundial mostrou-se “desmensuradamente mais sinuoso e longo”.<sup>47</sup>

Ao colocar que o caminho da revolução mundial tornara-se mais complexo e longo, Trotsky reconhecia as dificuldades da luta política travada com os stalinistas soviéticos, mas seguiu defendendo a estratégia bolchevique e os prognósticos relativos à metodologia revolucionária adotada. Assim, a manutenção das ideias de Lênin e dos bolcheviques sobre a questão da revolução russa como prólogo da revolução mundial evidenciou parte da herança revolucionária que estava sendo defendida por Trotsky e seus camaradas.

Ainda, esta edição de *A Luta de Classe* denunciou o tratado de não agressão firmado entre União Soviética e França que previa ao governo de Moscou assumir “o compromisso de

---

<sup>45</sup> A cruzada “anti-trotskista”. In. *A Luta de Classe*, n. 25, jun 1935, p. 03.

<sup>46</sup> De certa forma, isto corrobora a ampla pesquisa documental do historiador Pierre Broué (1980) sobre “Os Trotskistas na URSS (1929-1938)” e desconstrói uma versão da historiografia estadunidense que apresentou Trotsky vivenciando um isolamento completo da realidade soviética. Concordando com o autor, ponto de vista semelhante foi compartilhado pelos historiadores da União Soviética e do movimento comunista, incluído Isaac Deutscher, que se ocuparam, sobretudo, de Trotsky em detrimento dos trotskistas. Neste sentido, o alcance da pesquisa de Broué sugere que a Oposição de Esquerda na URSS constituiu um fenômeno importante e permanente na vida política deste país até 1940. Daí a reincidência permanente da luta e difamação contra o trotskismo naquele país.

<sup>47</sup> TROTSKY, Leon. 15 anos. In. *A Luta de Classe*, n. 09, jan 1933, p. 01.

abster-se de toda ação direta ou indireta, suscetível de favorecer (...) a transformação do regime político e social dos territórios franceses, das colônias, dos protetorados ou sob mandato”.<sup>48</sup> Este acordo deixou os revolucionários franceses à própria sorte e cristalizou o abandono da luta de classe pela confecção de acordos diplomáticos com os países capitalistas<sup>49</sup>.

*A Luta de Classe* publicaria em agosto de 1934 texto sobre a URSS. Ela divulgou um balanço acerca do desenvolvimento interno da mesma e das condições de militância enfrentadas pelos “bolchevique-leninistas” de 1923 a 1933. A análise mantém algumas definições apresentadas anteriormente, mas evidencia desdobramentos e redefinições importantes para o momento histórico vivido. Por exemplo, a consolidação do aparelho stalinista é definida como relativa e provisória. Porém, a “sorte do proletariado mundial e da URSS” encontra-se no “ocidente”, mais precisamente, na França. O stalinismo mantém a característica de “centrismo burocrático” e a vigência do dilema comunismo ou fascismo está cada vez mais próximo de todo o mundo, inclusive da URSS.<sup>50</sup>

Neste sentido, a primeira novidade foi o diagnóstico preconizado para a reforma do Estado soviético, dependente de uma ascensão do movimento proletário no Ocidente e da própria revolução russa. A segunda novidade foi a menção da QI e sua relação com a União Soviética:

A tarefa da Quarta Internacional relativamente à União Soviética consiste precisamente nisso que, tornando-se uma poderosa arma do movimento revolucionário do Ocidente, ela será por isso mesmo arma da restauração do Partido Comunista da União Soviética e da reforma do Estado soviético.<sup>51</sup>

Pouco antes, a LCI-b noticiou através de *A Luta de Classe* de fevereiro de 1934, documento referente à ausência da Comintern diante de uma Cuba convulsionada. O eixo central destacado refere-se à situação política favorável à luta dos trabalhadores cubanos junto do questionamento da opinião da IC sobre aos acontecimentos recentes em Cuba. O texto informa o desenvolvimento de uma luta intensa durante muitas semanas cujo desfecho inicial

---

<sup>48</sup> Oposição Internacional de Esquerda. O Pacto De Não Agressão E O Estado Proletário. In. *A Luta de Classe*, n. 09, jan 1933, p. 04.

<sup>49</sup> Por exemplo, Trotsky sustenta que “a ideia mestra da política externa dos Sovietes era que os acordos comerciais, diplomáticos e militares do Estado soviético com os imperialistas, acordos inevitáveis, não deviam, em caso algum, travar ou enfraquecer a ação do proletariado dos países capitalistas interessados, não podendo a integridade do Estado operário ser assegurada senão pelo desenvolvimento da revolução mundial”. (TROTSKY, op. cit., p. 196-197).

<sup>50</sup> A Situação dos bolchevique-leninistas russos. In. *A Luta de Classe*, n. 21, ago 1934, p. 05.

<sup>51</sup> *Ibid.*, p. 05.

foi a apropriação pelos operários das propriedades estadunidense e a formação de sovietes locais.

Broué especifica que a rebelião ocorreu diante de uma forte crise econômica que enfraqueceu a outrora sólida ditadura do general Machado. Entraram em greve os motoristas de ônibus seguidos pelos condutores de bonde, empregados do comércio e trabalhadores dos jornais. (BROUÉ, op. cit., p. 797). Em contrapartida, foi indicado que “os piratas do grande capital estadunidense” preparavam-se para “esmagar a rebelião, por meio da intervenção armada”. A análise realizada no texto sugere que Cuba possuía um potencial de transformar-se no “calcanhar de Aquiles do monstro de *Wall Street*”, pois “as contradições entre a dominação do imperialismo americano e os interesses das massas chegaram na república antilhana a um ponto explosivo”.<sup>52</sup>

O silêncio da Comintern em fornecer orientação aos trabalhadores cubanos é criticado pela argumentação de que a Internacional foi criada justamente para estes momentos. No entanto, para a redação do *Claridad Proletária*, o silêncio está relacionado ao pacto firmado entre URSS e EUA de não agressão e ingerência nos territórios e possessões estadunidenses que propiciou o reconhecimento da URSS.<sup>53 54</sup>

O presente documento repõe em evidência a questão da diplomacia soviética e de sua preponderância sobre a *Comintern*. A postura de guarda-fronteiras da URSS pelas seções nacionais da Internacional parece ser a melhor explicação caso aceitemos que a orientação comunista no período priorizou evitar a guerra que parecia aproximar-se mais e mais.

Este indicativo é reforçado na ocasião do “pacto franco-soviético” que para o Secretariado Internacional da LCI marcou “a assinatura do atestado de óbito da III Internacional e a adesão pública ao social-patriotismo”. O principal argumento da crítica – publicada n’*A Luta de Classe* de agosto de 1935 – é colocado nos seguintes termos:

Se podemos admitir que o governo soviético seja verdadeiramente forçado a concluir uma aliança militar com o imperialismo francês, o proletariado deste país não o é de modo algum. Pelos seus votos no parlamento, os deputados socialistas e comunistas não têm que se pronunciar sobre as razões e motivos da ação do governo soviético, ‘mas exclusivamente sobre as razões e motivos do governo Flandin-

<sup>52</sup> Cuba e a Internacional Comunista. In. *A Luta de Classe*, n. 19, Rio de Janeiro, 22 fev 1934, p. 08. Este texto foi retirado do boletim redigido em língua espanhola *Claridad Proletaria* n. 05 de janeiro de 1934 da Liga Comunista da América do Norte.

<sup>53</sup> *Ibid.*, p. 08.

<sup>54</sup> A pesquisa de Broué não corrobora a versão de um silêncio da *Comintern*. Ela evidencia a interferência de seus agentes enviados a Cuba na polêmica de por fim ou não a greve geral para receber apoio e reconhecimento do ditador. In. BROUÉ, op. cit., p. 797-798.

Laval'. Se votassem a confiança a esse governo seriam uns canalhas com os socialdemocratas alemães de 1918.<sup>55</sup>

O Secretariado Internacional problematiza que o motivo da realização deste pacto poderia estar ligado ao perigo imediato do fascismo alemão e a necessidade de firmar um bloco contra ele, mas sustenta que a relação do fascismo e da guerra com o desenvolvimento das forças produtivas alemãs e dos capitalismo mais progressistas da Europa revela uma configuração da política europeia motivada antes pelos interesses divergentes inter-imperialistas.<sup>56</sup>

Ainda, o documento sinaliza que “a noção de agressor” pode ser útil diplomaticamente, mas é nefasta ao proletariado. A Comintern que há pouco tempo atrás sustentou “a libertação nacional da Alemanha”, impossível de realizar-se sem a guerra, hoje defende a manutenção do *status quo* de Versalhes para evitar a guerra. Neste sentido, a crítica do SI é perspicaz:

Quando se abandona a posição da luta de classes e da revolução internacional e começa a procurar a salvação fora da luta revolucionária contra seu próprio governo, em seu próprio país, está-se perdido. (...) Desperdiçar o único capital que dispomos, a independência revolucionária do proletariado, troco de combinações diplomáticas precárias, equívocas, instáveis, equivaleria a barrar completamente o futuro revolucionário.<sup>57</sup>

É interessante destacar que o SI entende que ao fraternizar com a burguesia francesa contra a Alemanha, a URSS cimenta a relação dos nazistas com o proletariado deste país. A aderência do proletariado francês a esta aliança possui um significado imenso, pois evidencia o abandono de sua independência de classe e propicia o fortalecimento de uma “teoria das raças” em detrimento de uma “teoria das classes”. “Impelidos pela onda nacionalista que ele mesmo desencadeou Hitler pode ver-se obrigado a provocar a guerra”.<sup>58</sup>

Em fevereiro de 1936, o jornal *O Proletário*, publicação da região de São Paulo da LCI-b, criticou “a mudança de caráter do Exército Vermelho” ressaltando o caráter nacional em detrimento do caráter de classe a partir da “reforma de quadros” e, principalmente, da reinserção da hierarquia na polícia e no exército.<sup>59</sup>

<sup>55</sup> Secretariado Internacional da LCI. Stálin assinou o atestado de óbito da III Internacional. In. *A Luta de Classe*, n. 26, ago 1935, p. 01-02.

<sup>56</sup> *Ibid.*, p. 01-02.

<sup>57</sup> *Ibid.*, p. 01-02.

<sup>58</sup> *Ibid.*, p. 02.

<sup>59</sup> O restabelecimento da hierarquia na polícia e no exército na URSS. In. *O Proletário*, n. 02, jan 1936, p. 06. Extraído de *La Verité* de novembro de 1935.

Parte das mudanças indicadas, em especial no Exército Vermelho, ocorreu ainda no ano de 1935. Mandel (1995, p. 183) amplifica a questão da agência stalinista e suas transformações a partir da afirmação de que “enquanto desmantelava as divisões territoriais, ela introduziu a velha casta dos oficiais, com a sua clássica hierarquia, patentes, medalhas e privilégios materiais crescentes”.

No mês seguinte, *o Boletim dos Bolchevique-Leninistas do Brasil* repercutiu artigo de Trotsky sobre o relatório Dimitrov<sup>60</sup> e questionou a afirmação de que “a vitória definitiva, irrevogável do socialismo no país dos Soviéticos, vitória de importância mundial, que aumentou consideravelmente o poder e a importância da União Soviética como bastão dos explorados e oprimidos do mundo inteiro”.<sup>61</sup> Para ele, a questão colocava-se de forma diversa:

Os sucessos técnicos são consideráveis, os sucessos econômicos ficam muito atrás. Para assegurar um ‘bem-estar’ apenas semelhante ao dos países capitalistas avançados e para reeducar a população são precisos ainda muitos anos, mesmo em se fazendo abstração das contradições interiores e do papel de mais em mais nefasto da burocracia soviética, isto é, de dois fatores, que, por si só, são capazes de destruir aquisições sociais não asseguradas. A decomposição do capitalismo, o avanço do fascismo, o perigo crescente de guerra, todos esses processos progredem muito mais rapidamente do que a edificação do socialismo na URSS.<sup>62</sup>

Assim, o ponto central da crítica de Trotsky foi a substituição da orientação à revolução internacional pela política de “assegurar a paz”, o fato de a aliança com “os amigos da paz” substituir a luta de classes pela “comunidade de classes” e “a criação da frente popular com os partidos radicais do capitalismo financeiro”. Ao final do artigo ele assevera que “todos estes meios são já incapazes de prolongar a paz, com mais forte razão assegurá-la”.<sup>63</sup>

Neste sentido, a crítica do social-patriotismo veiculada devido a uma série de acordos diplomáticos realizados pela URSS com países imperialistas e toda a sua significação na arena política mundial consolida-se ao findar do VII Congresso da *Comintern*. A LCI-b via *Boletim dos Bolcheviques-Leninistas do Brasil* publica em fevereiro de 1936 dois documentos que repercutem este congresso.

---

<sup>60</sup> Este relatório foi lido na ocasião do VII Congresso da IC, em julho de 1935.

<sup>61</sup> TROTSKY, Leon. A União Soviética e a Revolução Internacional. In. *Boletim dos Bolcheviques-Leninistas do Brasil*, n. 02, fev 1936, p. 04.

<sup>62</sup> *Ibid.*, p. 04-05.

<sup>63</sup> *Ibid.*, p. 06.

Redigido por Trotsky, o primeiro comenta que a experiência do *Parti Communiste Français* (PCF) foi o centro das atenções e apresentada como exemplo a ser seguido.<sup>64</sup> O seu resultado político, a avaliação positiva desta experiência foi a sua generalização, a da política da frente-popular. Assim, “a Alemanha fascista e a Noruega democrática, a Grã-Bretanha e a Índia, a Grécia e a China” evidenciaram igual necessidade desta política e, caso possível, “de um governo de frente popular”.<sup>65</sup>

A leitura inicial do relatório Dimitrov é enfática sobre a questão exposta acima: “uma frente popular antifascista com base na frente única proletária”. No entanto, a sua explicação final deixa nuançada toda a significação desta política. Vejamos:

“Seria um profundo erro supor que a luta pela democracia poderia desviar o proletariado da revolução socialista. (...) Não é possível chegar à vitória do socialismo sem a realização de uma total democracia. Igualmente, o proletariado não pode se preparar para a vitória sem dar uma batalha aguerrida, consistente e revolucionária pela democracia. (BROUÉ, op. cit., p. 842).

Na prática, isto significa a “frente popular plenamente desenvolvida da cúpula até a base” e coloca a questão do governo e das formas diversas que a situação pode apresentar. (Ibid., p. 842).

O diagnóstico apresentado por Trotsky sugere a adesão definitiva da Comintern ao social-patriotismo. Contudo, este novo giro não corresponde ao abandono imediato das “massas referenciadas na Internacional Comunista da política do terceiro período”, o que ele conclui ser um movimento um pouco mais lento. De qualquer forma, ele demonstra que a nova política atrai para ela “novas camadas, bastante afastadas da classe operária, muito patriotas, muitos descontentes com os decretos financeiros, e que vêm o Partido Comunista como a ala mais enérgica da Frente Popular” resultando na acumulação de “tendências cada vez mais contraditórias”.<sup>66</sup>

A seguir, Trotsky sugere que o desenvolvimento destas tendências contraditórias ao redor do partido deve ser acompanhado para “apoiar a tendência revolucionária proletária contra a facção dirigente social-patriota” que tenderá a se atrapalhar com “a colaboração de classes”. Também, lembra que “no auge da política do terceiro período” foi previsto um novo

<sup>64</sup> Marta Dassú explicita os motivos de o PCF ter sido o centro das atenções. A partir de maio de 1934, o CEIC inicia uma profunda discussão sobre a situação francesa, diante “do impulso unitário das organizações de base dos partidos operários”. No entanto, a posição é esclarecida pela *Pravda* de 23 de maio, quando ela sustenta que “o PCF pode, e deve, diante da ameaça do fascismo, propor a frente única de luta à direção do Partido Socialista”. In. DASSÚ, 1985, p. 298-299.

<sup>65</sup> TROTSKY, Leon. O Sétimo Congresso da Internacional Comunista. In. *Boletim dos Bolcheviques-Leninistas do Brasil*, n. 02, fev. 1936, p. 02. A redação final do texto data de 07 de setembro de 1935.

<sup>66</sup> Ibid., p. 02-03.

giro, este “incomparavelmente mais profundo e funesto que todos os precedentes”, decorrente da “teoria do socialismo num só país” e suas inevitáveis “conclusões social-patrioteiras”.<sup>67</sup>

O segundo documento repercute a votação de três resoluções congressuais, suas conseqüências à política da Comintern pelo viés do trotskista estadunidense John West. Inicialmente, vejamo-las como foram publicadas no documento, na íntegra:

1ª A vitória do socialismo em escala mundial e num próximo período histórico, será assegurada pela manutenção da paz, tornando assim possível novas vitórias ao socialismo na URSS; 2ª Agora a classe operária não terá que escolher entre a ditadura do proletariado e a democracia burguesa, mas entre esta e o fascismo; 3ª Em face da situação atual como poderia a fatigada massa proletária da Tchecoslováquia bater-se pela paz contra o fascismo? Ela deve bater por todos os meios ao seu alcance, pela continuação e para que se tornem ainda mais estreitas as relações entre esse país e a URSS, tornando realidade o pacto de mútua assistência entre esses dois países.<sup>68</sup>

Descritas como a propagação do veneno stalinista à *Comintern*, West sustenta que a primeira resolução torna evidente a presença da teoria do socialismo num só país por meio da “manutenção da paz”, da transformação de suas seções nacionais em “agências de propaganda” e do sacrifício do proletariado de outros países em prol do socialismo na URSS. Por sua vez, a segunda resolução desnuda o que há pouco se tornara evidente, pois o socialismo num só país é entendido como etapa precedente da revolução internacional “pela manutenção do *status quo*”. Assim, a classe operária pode encampar governos burgueses democratas desde que apóie “a política de paz” da URSS.<sup>69</sup>

Enquanto isso, a terceira resolução especifica uma saída à Tchecoslováquia defender-se do fascismo, a defesa da paz e a cooperação mútua com a URSS. Para tanto, Dassú (1985, p. 326) defende que Dimitrov advoga por uma frente única que não condicione a saída da socialdemocracia do governo tcheco para um acordo entre os partidos operários.

Ainda, West apresenta no documento as conseqüências do afastamento desses princípios e contrapõe os mesmos. Sua defesa dos direitos democráticos dos operários e oprimidos coloca a questão como dever elementar do partido revolucionário. No entanto, sua defesa quando ameaçados pelo fascismo deve ser realizada pela ofensiva revolucionária, pela organização dos trabalhadores, pela frente única proletária, pela constituição de milícias proletárias, pela destruição do Estado burguês.<sup>70</sup>

<sup>67</sup> Ibid., p. 04.

<sup>68</sup> WEST, John. O Comintern cai nos braços de Kautsky. In. *Boletim dos Bolcheviques-Leninistas do Brasil*, n. 02, fev. 1936, p. 08-09. Extraído do jornal *New Militant* de 24 de agosto de 1935.

<sup>69</sup> Ibid., p. 09-10.

<sup>70</sup> Ibid., p. 11.

O trotskista estadunidense encerra o documento reafirmando a consequência lógica do VII Congresso da Comintern, ao invés da defesa da democracia e da frente popular, tratava-se agora de *apoiar* ou *integrar* governos populares ou antifascistas. Destarte, ele sugere que a dialética de Dimitrov pode ir muito além:

Nos países fascistas em que se desenvolve uma revolução burguesa-democrática, um governo de frente popular poderá se transformar numa ditadura de operários e camponeses e este em ditadura do proletariado e assim de etapa em etapa, pela evolução da dialética, sem as fases dolorosas da luta de classe revolucionária, ao socialismo.<sup>71</sup>

Se os últimos dois anos realçaram os desdobramentos do VII Congresso da *Comintern*, o biênio seguinte trouxe a repercussão pelos jornais e boletins trotskistas dos Processos de Moscou, uma série de processos inquisitórios movidos contra a velha guarda bolchevique e àqueles acusados de trotskistas. O assassinato de Kirov<sup>72</sup>, no dia 1º de dezembro de 1934, aparentemente, influenciou o terror policial desencadeado nos anos seguintes. Ao menos esse foi um dos motivos do julgamento, realizado entre 19 e 23 de agosto de 1936, conhecido como “O Processo dos Dezesseis” contra vários velhos bolcheviques, como Smirnov, Zinoviev e Kamenev, acusados de complô, terrorismo e pelo assassinato de Kirov.<sup>73</sup> (BROUÉ, 1996, p. 117).

Em janeiro de 1937, o *Boletim dos Bolcheviques-Leninistas do Brasil*, publicado pelo recém-fundado POL, trouxe artigo de Trotsky comentando as confissões de Zinoviev e Kamenev e sua previsão de que os próprios acusados acabariam sendo seus acusadores. No dia 15 de janeiro de 1935 estes foram condenados pelo assassinato de Kirov após o reconhecimento da responsabilidade moral pelo fato. Logo foram acusados de serem os organizadores diretos do atentado terrorista que confirmaram formalmente. Para Trotsky, “essas confirmações formais, sem o menor conteúdo concreto, são, na boca desses infelizes acusados um meio de dizer à opinião pública: tudo isto é mentira e falsidade”.<sup>74</sup>

---

<sup>71</sup> *Ibid.*, p. 12.

<sup>72</sup> “Velho bolchevique. Chefão do partido em Leningrado, ele era relativamente popular nesta cidade por sua eficácia no abastecimento dos operários. Segundo Bukharin, Kirov, adepto da coletivização e da industrialização, convencer-se rapidamente da necessidade de abandonar os métodos iniciais. Contestando a tese de Stalin da “maior resistência do inimigo de classe durante a transição para o socialismo”, tornou-se defensor do “apaziguamento” e do abandono dos métodos de terror”. Contudo, o autor comenta que “nenhum documento corrobora esta forma de apresentá-lo”. In. BROUÉ, 1996, p. 115.

<sup>73</sup> Este assunto foi repercutido pelo jornal *A Luta de Classe*. Ver: O Assassinato de Kirov. In. *A Luta de Classe*, n. 22, abr 1935.

<sup>74</sup> TROTSKY, Leon. Declaração de Trotsky sobre o Processo de Moscou. In. *Boletim dos Bolcheviques-Leninistas do Brasil*, n. 07, jan 1937, p. 03. Ressalta-se que originalmente este artigo foi redigido por Trotsky em 23 de agosto de 1936.



Trotsky, ao comentar tais acusações, indica que foi acusado de ter dado instruções a dois jovens para as ações terroristas. Ele sustenta que muitos dos seus amigos dos mais diversos lugares da Europa vieram assistir sua conferência em Copenhague e poderiam confirmar sua estadia.<sup>75</sup> O absurdo intensifica-se quando seu filho é acusado de recrutar estes terroristas em Berlim e filtrar aqueles que entrariam em contato com Trotsky na capital da Noruega. Ao fim do artigo, ele indica que foi acusado manter ligações com a polícia nazista de Hitler, a Gestapo, e sugere que seu caso seja levado a um Tribunal Livre.<sup>76</sup>

Versão semelhante (ou posterior ao relato descrito acima) é corroborada por Broué. Este indica que Trotsky foi alvo dos processos, “o dos Dezoito”, junto de Piatakov, Muralov, Radek e Serebriakov. A acusação afirma que estes realizaram “espionagem em favor de diversas potências, de sabotagem econômica, do assassinato de Kirov e ainda de terem constituído um “centro logístico” ligados a Trotsky e... ao Estado-Maior alemão!”. Todos foram condenados e fuzilados, menos Trotsky. (Ibid., p. 117-118).

Em março de 1938, o Processo “dos vinte e um” é divulgado pelo POL via *A Luta de Classe*. Ele faz referência às novas acusações de crimes hediondos e da convocação ao tribunal na URSS de antigos dirigentes bolcheviques que desempenharam papéis importantes no desenvolvimento da Revolução de Outubro de 1917, como Bukharin, Rikov, Kronstinski e Rakovski. O jornal sustenta que o absurdo destas acusações suscitou a revolta, inclusive, de aliados do próprio stalinismo diante do descrédito sistemático que o movimento revolucionário mundial da burocracia levava a efeito.<sup>77</sup>

Ainda, a edição de *A Luta de Classe* de agosto de 1939, traz a primeira publicação do PSR. Fecha-se um ciclo e abre-se um novo. Inicia a trajetória do PSR e, possivelmente finda a do jornal *A Luta de Classe* após 45 edições publicadas. Uma nova geração incumbe-se de não deixar a frágil flâmula da IV Internacional desintegrar-se. Na edição, a questão da socialdemocracia volta à tona, através de artigo redigido por Trotsky, acompanhado pela IC e pela questão colonial.

De certa forma, as conclusões esboçadas pelo texto estão baseadas pela proximidade da guerra. Ele articula a essência da socialdemocracia, a situação política das seções coloniais latino-americanas e problematiza a sua luta e, em seguida, critica o programa seções da Comintern dos países desenvolvidos sob a bandeira da democracia.

---

<sup>75</sup> Ibid., p. 03-04.

<sup>76</sup> Ibid., p. 04.

<sup>77</sup> Mais um processo de Moscou. In. *A Luta de Classe*, n. 38, mar 1938, p. 02-03.

Trotsky inicia o texto defendendo que o verdadeiro caráter da socialdemocracia enquanto partido pode ser apreendido pelo medo da burocracia operária dos países imperialistas de “empreender nas colônias um movimento que poderia sapor a base e sua prosperidade na metrópole”.<sup>78</sup>

Logo depois, ele identifica “a degenerescência burguesa ulterior” na IC e as mudanças ocorridas na própria base dos partidos comunistas coloniais. Na América Latina as seções coloniais transformaram-se em “agentes de esquerda do imperialismo europeu e americano”. Todavia, ele entende que a luta por democracia e pela independência nacional significa aos países coloniais e semicoloniais uma “etapa necessária e progressista do desenvolvimento histórico”, o que implicaria – inclusive – na “defesa da pátria” desde que resguardada a independência de sua organização de classe.<sup>79</sup>

Também, ele analisa os países desenvolvidos e sustenta que “o programa da defesa da democracia para os países adiantados é o programa da reação”. Posto de outra forma:

A única tarefa progressista aqui é a preparação da revolução socialista internacional. Sua finalidade é quebrar os quadros do velho Estado nacional e edificar a sociedade de acordo com as condições geográficas e técnicas, sem alfândegas, nem impostos medievais.<sup>80</sup>

Deve ser ressaltado que Trotsky não adota uma atitude indiferente aos métodos políticos atuais do imperialismo. Nos casos que “as forças contra-revolucionárias” solapam o “Estado democrático” em prol do “particularismo provincial”, ele entende que o proletariado deve opor uma “resistência armada” e, caso saia vitorioso, dirigir a ofensiva revolucionária contra a “democracia imperialista”. No entanto, ele faz duas ressalvas, a primeira indica que este tipo de luta esta colocada apenas diante da “questão do regime político”. Por sua vez, a segunda indica que “transportar mecanicamente as leis e regras da luta de diversas classes de uma só e mesma nação para a guerra imperialista, isto é, para a luta de uma só e mesma classe de diversas nações, é pura tapeação e charlatanismo”.<sup>81</sup>

Destaca-se que o itinerário desenvolvido neste subtítulo procurou evidenciar o percurso teórico e política de duas temáticas – como o seu desenvolvimento sugere – concomitantes. Ao destacar os acontecimentos políticos e as resultantes teóricas oriundas das análises, críticas e debates publicados pelos jornais e boletins da imprensa política da dissidência comunista do PCB, espera-se que tenham ficado evidentes as opções dos

<sup>78</sup> TROTSKY, Leon. Algumas questões importantes. In. *A Luta de Classe*, n. 45, ago 1939, p. 02.

<sup>79</sup> *Ibid.*, p. 02.

<sup>80</sup> *Ibid.*, p. 02.

<sup>81</sup> *Ibid.*, p. 02.

trotskistas brasileiros, de sua primeira geração, acerca daquilo que se apropriaram para sua própria formação política, para o esclarecimento junto ao movimento operário e – deve-se ressaltar – para o diálogo junto ao PCB.

Como pôde ser lida, a esta imprensa repercutiram importantes questões sobre o desenvolvimento interno da URSS; avaliações do desenvolvimento do Estado saído de outubro de 1917, das transformações econômicas e políticas que tiveram uma incidência decisiva ao desenvolvimento da sociedade do “socialismo num só país”, das intrigas palacianas, das mudanças que repercutiram no Exército Vermelho e do extermínio de grande parte da velha-guarda bolchevique, humilhada e vilipendiada pelos Processos de Moscou. Ainda, foram trabalhadas questões que nitidamente afetaram tanto a URSS quanto a IC cujo maior exemplo foi a repercussão objetiva da diplomacia soviética na vida política das seções nacionais da Comintern e o próprio desenvolvimento da fração stalinista e sua política propícia a ziguezagues ou, dito de outra forma, a bruscas viragens.

A imprensa trotskista brasileira ecoou problemas fundamentais relacionados à IC, em especial, o de diversos aspectos de sua política do VI ao VII Congresso Mundial e, conseqüentemente, sua inação e ação diante de acontecimentos singulares em determinados países coloniais, semicoloniais e desenvolvidos. Em suma, longe do denunciismo sectário, os jornais e boletins divulgaram conjuntamente proposições diversas sobre cada questão analisada. Salvo quando divulgadas enquanto notícias, pequenas notas, as páginas deles procuraram contrapor politicamente tanto a URSS quanto a IC e sugerir mudanças efetivas aos diversos direcionamentos adotados pelas duas.

## **2.2. À meia noite do século XX**

Possuidor de uma relevância estratégica à dissidência comunista do PCB no Brasil e da IC no mundo, o fascismo / nazismo aparece nas páginas dos jornais e boletins trotskistas de forma diversa, mas coerente. Por exemplo, a evolução da situação política alemã e a centralidade conferida a ela, a luta internacional contra o fascismo / nazismo e os sujeitos políticos envolvidos, sua abordagem teórica e histórica, a crítica às orientações políticas da Comintern e alguns de seus silêncios são algumas das faces expressas pelos jornais e boletins acerca da temática.

Junto com o nazi-fascismo, a temática da guerra engendra questões similares e, principalmente, conectadas ao avanço do primeiro, principalmente, no continente europeu,

mas, de forma alguma, restrita a este. O desenvolvimento de situações concretas traz consigo elaborações teóricas e políticas de como lidar com o tema. Por exemplo, os debates referentes ao pacifismo e ao armamento do proletariado; a análise da perspectiva de Lênin sobre a I Guerra Mundial e a postura vigente da URSS; os desdobramentos de situações específicas que aproximam a guerra e as tarefas do proletariado internacional; a relação entre a guerra e o fascismo, são apenas algumas das questões transmitidas pela imprensa das organizações política ligadas à Lev Davidovitch, Trotsky.

Indissociável do crescente perigo de uma nova guerra mundial na década de 1930, o fascismo / nazismo e a guerra percorrem constantemente o imaginário militante do período interferindo na vida cotidiana de milhares de pessoas de todos os quadrantes do planeta. Sobre o fascismo, a LC publica o primeiro documento sobre a questão através do *Boletim da Oposição* de janeiro de 1932 que identifica a centralidade da Alemanha à situação política mundial.

Redigido por Trotsky, ele evidencia o encadeamento de diversas questões da política mundial em virtude do declínio capitalista, de suas crises momentâneas e da importância decisiva da Alemanha no contexto vigente e sob o perigo fascista. Sua análise percorre a situação política e social da revolução espanhola, da Inglaterra, da França, dos Estados Unidos. Também, ela incide sobre o desenvolvimento capitalista no Japão, a política chinesa e a relação destes e da URSS na Manchúria, especificamente, sobre a estrada de ferro da China Oriental enquanto propriedade da URSS.<sup>82</sup>

A análise prioritária do documento incide sobre uma Alemanha afligida por “graves antagonismos políticos e econômicos” e dependente da evolução de uma situação “pré-revolucionária que *poderia* transformar-se em “revolucionária” ou “contra-revolucionária”. Para Trotsky, aproximava-se a cada dia o momento da resolução da contenda “comunismo” ou “fascismo” e o *Kommunistische Partei Deutschlands (KPD)*<sup>83</sup> detinha uma relevância única para um desfecho favorável ao primeiro. Mas o silêncio dos stalinistas de Moscou semeou o pânico aos dirigentes do KPD e Trotsky denunciou como estes enxergaram o cenário que se avizinhava e que solaparia a classe operária.<sup>84</sup>

O fascismo sobe irresistivelmente; de qualquer modo, sua vitória é certa; em vez de nos lançarmos “cegamente” na luta e sermos batidos, é mais prudente batermos em

<sup>82</sup> TROTSKY, Leon. Está na Alemanha a chave da situação internacional. In. *Boletim da Oposição*, n. 03, jan 1932, p. 02-07. Sua redação final ocorreu no dia 26 de novembro de 1931.

<sup>83</sup> Partido Comunista da Alemanha.

<sup>84</sup> *Ibid.*, p. 07-08.

retirada, e darmos ao fascismo a oportunidade de tomar o poder e de, com isso, comprometer-se. E então, oh! Então – mostraremos do que somos capazes.<sup>85</sup>

O silêncio, o pânico e a resultante inação buscaram atrair o *Nationalsozialistische Deutsche Arbeiterpartei* (NSDAP)<sup>86</sup> para a armadilha do “poder governamental”. À Oposição de Esquerda, Trotsky sustentou o dever de soar o “alarme”. “A direção da IC, conduz o proletariado alemão a uma catástrofe imensa, que consistirá numa capitulação frente ao fascismo, causado pelo pânico”.<sup>87</sup> Ele prediz a catástrofe e sentencia:

A tomada do poder pelos “nacional-socialistas” terá como feito, antes de tudo, a exterminação da elite do proletariado alemão, a destruição de suas organizações; ela lhe tirará toda a fé em si mesmo e no seu futuro. (...). A obra infernal do fascismo italiano parecerá provavelmente insignificante; seria uma experiência quase humanitária em comparação com o que poderia fazer o nacional-socialismo alemão.<sup>88</sup>

E segue... A tragicidade recairá sobre a classe operária que “não terá abrigo, não saberá onde esconder-se”. O combate ao nacional-socialismo depois da chegada ao poder, relegando a possibilidade de barrar sua vitória, significará enfrentá-lo sob condições ainda mais desfavoráveis ao proletariado. “Mas o caminho do poder ainda não lhe está aberto”.<sup>89</sup>

O perspicaz subtítulo de Broué (2007, p. 653), “eles entregaram a cidadela”, sintetiza o desfecho trágico ao proletariado alemão e a inação do KPD. Portanto, “nada de revolução proletária, senão ditadura nazista”. Hitler sobe ao poder na Alemanha em janeiro de 1933.

Dois meses após a vitória nazista, a LC divulga novo documento sobre a situação política alemã pelo jornal *A Luta de Classe*. Desta vez, a análise e medidas propostas contidas no mesmo emanam diretamente da fração brasileira e sinalizam à abertura de diálogo com o PCB. Ela defende a necessidade de traçar medidas e construir “um plano internacional” à defesa do “proletariado alemão” após o “silêncio criminoso” do Partido Comunista soviético e da Comintern.<sup>90</sup>

O texto acusa a fração stalinista de facilitar a ascensão de Hitler ao poder “escondendo o perigo com sua teoria do social fascismo”. Ao contrário, ele considera que as previsões realizadas pela OIE sobre a situação política na Alemanha foram confirmadas, mas que

<sup>85</sup> Ibid., p. 09.

<sup>86</sup> Partido Nacional Socialista dos Trabalhadores Alemães.

<sup>87</sup> Ibid., p. 09.

<sup>88</sup> Ibid., p. 10.

<sup>89</sup> Ibid., p. 10.

<sup>90</sup> Em defesa do proletariado alemão. In. *A Luta de Classe*. São Paulo, n. 11, abr 1933, p. 03.

“muitos dos nossos camaradas, amedrontados com a campanha de calúnias contra nós, têm ficado surdos aos apelos da Oposição”.<sup>91</sup>

A LC propõe uma série de medidas imediatas ao PCB: rever a linha política e traçar um plano internacional de defesa do proletariado alemão e contra a reação fascista, realizar esta exigência fundamentada nos estatutos da Comintern que prevê a realização a cada dois anos do Congresso Mundial; pressionar o Secretariado Sul-Americano e, em especial, as seções nacionais latino-americanas para que se dirijam ao CEIC e exijam a convocação do VII Congresso; reivindicar – devido ao caráter excepcional – a participação de todos os grupos e frações excluídos dos quadros formais da IC. Ainda, ela propõe medidas para a luta antifascista no Brasil: organizar uma campanha antifascista nacional e, finalmente, preparar e convocar nas cidades de São Paulo e Rio de Janeiro uma manifestação pública convidando todas as organizações antifascistas de caráter democrático e proletário numa ação verdadeira de frente única contra o fascismo.<sup>92</sup>

No entanto, o diálogo reproduzido acima não encontra ressonância direta e, quiçá, indiretamente ela tenha sido mínima. Afinal, a LC propunha uma alteração radical ao programa do PCB e da Comintern e, conforme já indicado no capítulo anterior, a fração stalinista tinha se consolidado no poder tanto da URSS quanto da IC em fins dos anos 1920.

Os alinhados a Trotsky defenderam a proposta do ex-dirigente bolchevique de que a formação de uma frente única levasse em conta a unidade do proletariado dirigido pela socialdemocracia e pelos comunistas, de uma luta política conduzida pelas organizações operárias. Esta frente única permitiria ao proletariado unificar-se para a ação direta contra os fascistas.<sup>93</sup>

Uma observação da recusa do KPD em formar uma frente única com os “social-fascistas” do *Sozialdemokratische Partei Deutschlands* (SPD)<sup>94</sup> e sua ala esquerda dissidente, o *Sozialistische Arbeiterpartei* (SAP)<sup>95</sup> – sugerida por Trotsky – evidencia a política de “frente única pela base” do primeiro e suas consequências ao movimento operário alemão. Conforme Broué (op. cit., p. 662), “a política dita de frente única pela base era ainda mais oposta à política da frente única que o era a política de recusa pura e simples da frente única”.

O debate sobre o nacional-socialismo e a Alemanha continua a repercutir em julho de 1933, na ocasião do lançamento de uma nova edição de *A Luta de Classe*. A LC publicou no

---

<sup>91</sup> Ibid., p. 04.

<sup>92</sup> Ibid., p. 04.

<sup>93</sup> Parte desta proposta foi especificada pelo economista e ativista Ernest Mandel. In. MANDEL, Ernest. *Trotsky como alternativa*. São Paulo: Xamã, 1995, p. 161.

<sup>94</sup> Partido Socialdemocrata da Alemanha.

<sup>95</sup> Partido Socialista Operário.

jornal referido uma declaração, dos delegados pertencentes à OIE, que realizou um balanço da situação política alemã, da luta internacional contra o fascismo e propôs iniciativas para o desenvolvimento da última.

Ainda, o texto evidencia uma análise impregnada de nuances e assertivas sobre o período histórico desde a I Guerra Mundial, o papel nefasto desempenhado pela socialdemocracia e à incapacidade da *Comintern* de enfraquecer esta. Também, ele critica a forma encaminhada de constituição do “Congresso de Luta Contra o Fascismo” e sugere que sob apenas uma condição ele poderá representar um papel progressista, ainda que modesto.<sup>96</sup>

Vejam os:

Sacudindo a hipnose do regente burocrático que está atrás dos bastidores pondo na ordem do dia uma livre discussão das causas da vitória do fascismo alemão, da responsabilidade das organizações dirigentes do proletariado, e de um verdadeiro programa de luta revolucionária.<sup>97</sup>

As propostas contidas na declaração dos delegados da OIE avançaram em relação às medidas sugeridas pela sua representação brasileira, a LC. Por exemplo: “Aceitar imediatamente as propostas da Segunda Internacional sobre a coligação na escala internacional, com a ressalva de que essa coligação não exclua, mas exija, a concretização das palavras de ordem e dos métodos para cada país particular”; “condenar, em princípio, a fórmula da frente única ‘somente por baixo’, que significa a recusa da frente única em geral”; “repelir e condenar a teoria do social-fascismo”; “renunciar a política das organizações sindicais comunistas independentes”; “participar ativamente dos sindicatos de massa”; “mobilizar o proletariado europeu, contra o chauvinismo Versalhes e anti-Versalhes debaixo da bandeira do Estados Unidos Soviéticos da Europa”.<sup>98</sup>

Três edições após a declaração dos delegados da OIE, a LCI-b via *A Luta de Classe* identifica a criação de Comitês Antiguerreros liderados pela agência stalinista em vários países. A prioridade recai sobre a luta antiguerrera, contra a guerra e pela paz. A luta antifascista torna-se secundária diante do perigo de uma nova guerra. O documento reivindica Lênin para defender que o único caminho de libertação da guerra desenvolve-se pela “luta revolucionária pelo socialismo”. A luta contra a guerra está submetida, implícita à luta pelo

---

<sup>96</sup> Declaração dos delegados pertencentes à Oposição Internacional de Esquerda (bolcheviques-leninistas) para o Congresso de Luta Contra o Fascismo. In. *A Luta de Classe*. Rio de Janeiro, n.14, 29 jul 1933, p. 01, 03.

<sup>97</sup> *Ibid.*, p. 04.

<sup>98</sup> *Ibid.*, p. 04.

socialismo. Isto significa que: a receita política revolucionária não deve ser a prescrição do seu contrário – a paz, mas do seu semelhante – a guerra civil.<sup>99</sup>

Decorre desta questão, certo anacronismo das análises trotskistas ao reivindicar na conjuntura de uma nova guerra mundial os pressupostos defendidos por Lenin na ocasião da I Guerra Mundial. O fenômeno do nazi-fascismo parece ter uma influência supérflua na postura política a ser assumida no caso da tendência de uma nova guerra se efetivar. A ressalva, contudo, incide no argumento de que para os trotskistas a luta antifascista tinha prioridade em relação à luta antiguerreira.

Mas a luta antifascista continuava na ordem do dia. O proletariado austríaco e francês resistia ao avanço do fascismo, apesar da adversidade flagrante que estavam expostos. *A Luta de Classe* de fevereiro de 1934 informava na primeira página sobre “o despertar do proletariado internacional”.

Inicialmente, o texto comenta “a luta heróica” dos operários da Áustria diante da ofensiva dos fascistas austríacos e italianos “sob um governo bonapartista que desempenha ali o mesmo papel de von Papon na Alemanha”. Após perguntar-se sobre que direção os operários resistem, ele constata a ausência completa de um Partido Comunista e a falência da *Comintern*, transformada em agência de propaganda do governo soviético. Neste sentido, os operários austríacos estão sob a direção da “Internacional reformista” que “abandonou os princípios revolucionários para servir de agência da burguesia no seio da classe operária”. Logo, o documento conclui que o proletariado “está entregue a si mesmo” na resistência ao fascismo.<sup>100</sup>

Deve-se lembrar que na ocasião de quebra da greve dos ferroviários pelo chanceler Engelbert Dollfus e, posteriormente, do fechamento do parlamento austríaco; os estudantes, intelectuais e operários revoltaram-se diante da omissão de Otto Bauer e da socialdemocracia, sob o argumento de evitar uma guerra civil, resistindo até meados de 1934. (BROUÉ, 2007, p. 799-800).

Na França, a complexidade da situação é imensa e as perspectivas diferentes. O relato indica o proletariado iniciando o combate contra “a reação da direita” e dos “fascistas” sob a direção do “Partido Socialista”. Contudo, ele ainda mantém suas posições intactas e “tudo há ainda que esperar do desenvolvimento da luta de classes na França”.<sup>101</sup>

---

<sup>99</sup> Frederico (pseudônimo). Contra o pacifismo. In. *A Luta de Classe*, n. 17, out 1933, p. 07.

<sup>100</sup> O despertar do proletariado internacional. In. *A Luta de Classe*, n. 19, 22 fev 1934, p. 01.

<sup>101</sup> *Ibid.*, p. 02.



Waldo Mermelstein (1994, p. 11) sustenta que no ano de 1934 “chegou a vez da França”. A demissão de Chiappe, chefe da polícia de Paris, ligado aos fascistas provoca uma manifestação e a tentativa de invasão do Parlamento ocasionando várias mortes. O autor evidencia o recrudescimento da conjuntura política francesa que até a posse de Leon Blum, em junho de 1936, vivenciou a sucessão de cinco governos. A conturbada conjuntura desde o governo Doumergue é explicada por Mermelstein devido aos efeitos tardios da “Depressão”:

Com seu Parque industrial antiquado, o grande peso das pequenas e médias propriedades na cidade e no campo e um grande déficit público. Em relação aos assalariados, seus decretos-lei rebaixaram os salários, demitiram milhares de funcionários públicos e procuraram impedir a baixa dos preços agrícolas, em especial do trigo e do vinho, produtos tradicionais do país. A reação do movimento operário e popular ao avanço fascista e à política dos governos que se sucederam foi muito forte e marcou todo o período até a posse de Blum. (Ibid., p. 11).

Ressalta-se que desde 1932 a imprensa trotskista brasileira realiza ou traduz análises sobre o fortalecimento internacional do fascismo, em especial, no continente europeu. A apatia dos dirigentes do KPD e SPD desarmou o proletariado alemão diante da ascensão nacional-socialista. Após o desastre, os trotskistas brasileiros publicaram documentos que propuseram uma série de medidas para a luta internacional contra o fascismo. A ausência de uma caracterização densa acerca do nacional-socialismo, ou seja, instrumental e histórica tinha sua importância.

De junho a julho de 1934, a LCI-b supriu esta demanda através da tradução e publicação do texto “O que é o nacional-socialismo” de Trotsky. Divulgado pelo órgão da regional do Rio de Janeiro da LCI-b, o jornal *O Comunista* trouxe uma caracterização das condições históricas e políticas que propiciaram o surgimento do nacional-socialismo alemão.

Na edição de junho de *O Comunista*, a primeira questão do artigo faz referência à personalidade de Hitler. O ex-dirigente bolchevique evoca a distinção entre o “chefe pela graça de Deus” e o “chefe pela graça do povo” para explicar que o último deve “abrir seu caminho” ou “ajudar as circunstâncias a fazê-lo”. Não obstante, “o chefe é uma relação entre pessoas, uma oferta individual para atender a um pedido coletivo”.<sup>102</sup>

A seguir, ele problematiza a personalidade Hitler a partir das considerações acima:

As discussões sobre a personalidade de Hitler são tanto mais vivas quanto mais se procuram nele os mistérios de sua vitória. Seria, porém, difícil encontrar outra figura política que reúna tantas forças históricas impessoais. Nem todo pequeno-burguês

<sup>102</sup> TROTSKY, Leon. O que é o nacional-socialismo. In. *O Comunista*, Niterói, n. 03, 1º jun 1934, p. 07-08. Redação final de 02 de novembro de 1933 na ocasião do exílio na Turquia, na cidade de Prinkipo. .

furiioso poderia tornar-se Hitler, mas uma parcela de Hitler existe em todo pequeno burguês furioso.<sup>103</sup>

Mas o que tornou esse “pequeno-burguês furioso”? Trotsky não responde esta questão diretamente. Ele analisa historicamente a complexidade social e a fragilidade econômica da pequena burguesia – desde o estopim da I Guerra Mundial – e evidencia a permanência de classes intermediárias multifacetadas após seu desfecho sob o perigo da proletarização. Trotsky entende que “a pauperização da pequena burguesia, mas dissimulada pelas gravatas e meias de seda artificial, dissipou todas as esperanças oficiais e, antes de tudo, a doutrina do parlamento democrático”.<sup>104</sup>

Na continuação do artigo publicado pela edição de julho de *O Comunista*, ele sustenta que foi a camada de comando inferior e médio do antigo exército que içou a bandeira do nacional-socialismo sob a perspectiva de soldado ultrajado no pós-guerra.<sup>105</sup> Ele inclui Hitler nesta perspectiva e indica como da “matéria bruta surgiu o chefe”:

Hitler começou pelas injúrias e pelas queixas contra as condições de Versalhes, contra a carestia de vida, contra a falta de respeito aos suboficiais valorosos, contra as intrigas dos jornalistas e dos banqueiros da religião de Moisés. Havia, no país, muitas pessoas arruinadas, em naufrágio, com cicatrizes, com equimoses bem recentes. (...). Suas denúncias, porém, ressoavam como uma ordem e uma prece à sorte cruel. Como os doentes desesperados, as classes condenadas não cansam de variar suas queixas, nem de escutar consolações. Todos os discursos de Hitler eram nesse tom. O sentimentalismo informe, a ausência de uma disciplina de pensamento, a ignorância junto às leituras variadas – todos esses meios se transformaram em auxílios. Davam a Hitler a possibilidade de unir na sacola de mendigo do nacional-socialismo toda sorte de descontentamento, e de conduzir a massa para onde ela o empurrasse. De suas primeiras improvisações, não ficou na memória do agitador senão o que encontrava aprovação. Seus pensamentos políticos foram o fruto da acústica oratória. Assim se efetuava a escolha das palavras de ordem. Assim se amontoava o programa.<sup>106</sup>

No decorrer do documento Trotsky aborda outras questões acerca do nacional-socialismo. Após indicar a base social da pequena burguesia alemã, das classes intermediárias como fundamento da intervenção política sobre o passado recente de humilhação, ele mostra o movimento seguinte do nazismo, o de opor a pequena burguesia contra o proletariado. O raciocínio de Trotsky sugere que depois da I Guerra Mundial “a socialdemocracia salvou a burguesia da revolução proletária”; enquanto, nos idos dos anos 1920, o nacional-socialismo

---

<sup>103</sup> Ibid., p. 08.

<sup>104</sup> Ibid., 08.

<sup>105</sup> TROTSKY, Leon. O que é o nacional-socialismo (continuação). In. *O Comunista*. Niterói, n. 04, 1º jul 1934, p. 01.

<sup>106</sup> Ibid., p. 01.

surgiu para salvar a burguesia da socialdemocracia. Ou seja, “o golpe de estado de Hitler só é o anel final na cadeia de deslocamentos contra-revolucionários”.<sup>107</sup>

Também, o artigo destaca que o “idealismo nacional” é forjado para elevar a nação acima da história através do apoio da “raça” e sua revelação no plano político. Mas este racismo permite que pela porta dos fundos retorne o “liberalismo econômico despido das liberdades políticas”. O nacionalismo na economia fica reduzido às explosões anti-semitas diante do capital usurário e bancário entendido como a encarnação do demônio. A explicação de Trotsky sugere que ao nacional-socialismo era necessário um programa para a chegada no poder; contudo, o programa realizado fica fixado pelo capital monopolista e sua consequência direta, a guerra.<sup>108</sup> A saber:

A concentração forçada de todos os recursos e de todos os meios do povo, segundo os interesses do imperialismo – missão histórica real da ditadura fascista – significa a preparação para a guerra (...). Não se pode nem reformar nem demitir o fascismo. Só se pode derrubá-lo. A órbita política dos nazis conduzirá a esta alternativa: a guerra ou a revolução.<sup>109</sup>

A alternativa evidenciada por Trotsky, o desenlace na Alemanha da guerra ou da revolução, foi problematizada no mês seguinte, agosto de 1934, pelo jornal *A Luta de Classe*. O texto relaciona a guerra ao fascismo e amplifica suas consequências diretas na situação política internacional. O fascismo é apresentado como o fator político mais importante da guerra ao propiciar que a burguesia consiga a paz civil, fator preponderante para a guerra. A luta contra a guerra pressupõe a luta contra o fascismo. Ainda, ele sustenta que o enfrentamento dos “bandos fascistas” deve ser realizado através do “armamento do proletariado”, da criação de “destacamentos operários” para sua “autodefesa”.<sup>110</sup>

Ressalta-se que a LCI-b defendeu n’*O Comunista* a formação de “uma frente única internacional de todas as correntes de esquerda” para a soltura dos dirigentes do KPD “Thaelman e Toergler” que continuavam presos nos “campos de concentração hitleristas”.<sup>111</sup> Todavia, a referida solidariedade não impediu que a Liga publicasse pelo jornal *A Luta de Classe* uma comparação entre fascismo e stalinismo. O artigo sugere que estes estão situados em lados opostos e possuem características distintas numa correspondente situação histórica,

---

<sup>107</sup> Ibid., p. 02.

<sup>108</sup> Ibid., p. 03-05.

<sup>109</sup> Ibid., p. 05.

<sup>110</sup> A guerra, o fascismo e o armamento do proletariado. In. *A Luta de Classe*, n. 21, ago 1934, p. 05.

<sup>111</sup> Pela liberdade de Thaelman e Toergler. In. *O Comunista*. Niterói, n.05, ago 1934, p. 04.

mas que eles representam duas tendências políticas reacionárias que impedem ao proletariado vencer a burguesia.<sup>112</sup>

Em junho de 1935, *A Luta de Classe* divulgou uma análise sobre a URSS e a próxima guerra. A apreciação desenvolvida evidenciou o caráter imperialista da guerra que se avizinhava. A caracterização principal esboçada foi “a desproporção entre o desenvolvimento das forças produtivas e os limites impostos ao mercado interno pelo Estado nacional” que seria resolvida através da luta de Estados pelo mercado exterior e sua redistribuição decidida pela guerra.<sup>113</sup>

A análise da LCI-b incide sobre a URSS, postulando a palavra de ordem “nem fascismo, nem guerra imperialista, isto é, nem comitês antiguerreiros, nem pacto franco-soviético”. A crítica vincula a política pacifista e armamentista da URSS à guerra imperialista, consequência direta do “deperecimento contra-revolucionário da ditadura do proletariado”. A Liga sustenta que a saída encontrada pela via revolucionária está na “derrubada violenta da burocracia stalinista pela reforma da ditadura proletária” devido ao aguçamento de sua crise interna ou da “repercussão da vitória do proletariado em um ou mais países do ocidente”. No entanto, esta não aparece como a perspectiva mais plausível da análise diante da possibilidade da URSS participar da guerra imperialista junto de “uma subversão contra-revolucionária que instalará a burguesia no poder”.<sup>114</sup>

Pouco mais de dois anos depois, o jornal *Sob Nova Bandeira*, publicação do igualmente recente POL, volta a discutir acerca do fascismo através de Pedrosa que busca caracterizá-lo em suas páginas. O texto investigou aspectos ligados à definição de fascismo enquanto “uma resultante da evolução capitalista” na época do “capitalismo monopolista” resultado da “substituição da livre-concorrência” do período antecedente.<sup>115</sup>

De acordo com Trotsky, ele busca raízes similares às discutidas pelo ex-dirigente bolchevique sobre as condições históricas que favoreceram o surgimento do fascismo. Assim, as questões problematizadas relacionam-se à função dos Estados – italiano e alemão – após a I Guerra Mundial, ao tipo de desenvolvimento de suas economias, destacando historicamente estes processos.<sup>116</sup> Também, ele trata da política efetivada pela socialdemocracia alemã no contexto citado acima; mas, efetivamente, incide sobre a problematização do papel dos

<sup>112</sup> Frederico (Pseudônimo). Fascismo e Stalinismo. In. *A Luta de Classe*. Rio de Janeiro, n. 20, mai 1935, p. 04.

<sup>113</sup> Situação Internacional. A URSS e a próxima guerra. O dever do proletariado internacional. In. *A Luta de Classe*. Niterói, n. 25, 1º jun 1935, p. 01.

<sup>114</sup> *Ibid.*, p. 01, 05.

<sup>115</sup> PEDROSA, Mario. Alguns aspectos do fascismo. In. *Sob Nova Bandeira*. Rio de Janeiro, n. 03, set 1937, p. 12.

<sup>116</sup> *Ibid.*, p. 12-15.

grandes industriais no surgimento do fascismo na Alemanha, das dificuldades encontradas pelas camadas intermediárias entre a burguesia e o proletariado diante do perigo de proletarização e, ainda, de sua incidência de consumação do perigo.<sup>117</sup> Como não poderia deixar de ser diferente, a crítica desferida por Pedrosa alcança o papel desempenhado pelo KPD antecedendo a chegada ao poder do NSDPA, liderado por Hitler.<sup>118</sup>

Na mesma edição de *Sob Nova Vanguarda*, Trotsky tem publicado documento que realiza uma distinção entre bonapartismo e fascismo, a partir de uma análise de situação políticas em desenvolvimento, em especial no continente europeu. Redigido em 1934, ele aparece três anos depois nas páginas da imprensa trotskista brasileira que justifica sua aparição devido a sua concretude na distinção realizada sobre o contexto vigente.

Inicialmente, Trotsky reflete acerca da importância e da fragilidade da orientação teórica, justamente, nos períodos de “conflito social agudo, abalos políticos imprevistos e mudanças bruscas na situação”. Essa dinamicidade da situação política abala qualquer orientação teórica e pressões seu abandono total ou sua modificação.<sup>119</sup>

A primeira crítica presente no documento se refere à generalização stalinista de que “na época atual, as finanças e o capital não podem se acomodar com a democracia parlamentar e são forçados a recorrer o fascismo”. Em seguida, ele indica a tentativa de representantes da Comintern em forjar uma “teoria da etapa intermediária” de 1930 a 1933 cujo significativo imputava ao bonapartismo uma tentativa de disfarce e mascaramento do fascismo. Este teoria tinha sido desenvolvida, conforme Trotsky, na época que a socialdemocracia tinha recebido a alcunha de social-fascista e, que sua ala esquerda, junto aos trotskistas, foi designada como os elementos social-fascistas mais perigosos.<sup>120</sup>

A seguir, Trotsky analisa o caso francês e identifica a alteração da política stalinista naquele país.

Com relação à França de hoje, os stalinistas não ousam repetir: “O fascismo já chegou” – ao contrário, aceitaram a política de frente única, que ontem recusavam, com o fim de impedir a vitória do fascismo na França. Foram forçados a distinguir o regime de Doumergue do regime fascista.<sup>121</sup>

---

<sup>117</sup> Ibid., p. 15-17.

<sup>118</sup> Ibid., p. 19

<sup>119</sup> TROTSKY, Leon. Bonapartismo e Fascismo. In. *Sob Nova Bandeira*. Rio de Janeiro, n. 03, set 1937, p. 19.

<sup>120</sup> Ibid., p. 20.

<sup>121</sup> Ibid., p. 20.

Contudo, o fundamental na análise de Trotsky parte da crítica a não caracterização do regime de Doumergue e sustenta que é justamente na França que se desenvolve “a transição do parlamentarismo ao bonapartismo”, mais especificamente, “a primeira etapa dessa transição”, ou seja, “entre o ensaio de guerra civil” pelos fascistas e a “greve geral do proletariado” que ocorreram, respectivamente, entre 06 e 12 de fevereiro de 1934. Para ele, a mútua anulação das forças sociais em luta, o “equilíbrio relativo entre o campo da contra-revolução, que ataca, e o campo da revolução que se defende”, propiciou que “o eixo do poder” fosse “temporariamente elevado acima das classes e acima de sua representação parlamentar”. Neste sentido, o chefe do governo foi procurado fora do parlamento e dos partidos, o que resultou na composição de um governo cujo objetivo principal seria portar-se como um árbitro entre o campo da contra-revolução e o da revolução.<sup>122</sup>

O governo que emerge é, pois, um governo do “sabre”, bonapartista:

O verdadeiro eixo do governo atual passa pela polícia, a burocracia e a camarilha militar. É uma ditadura militar-policia apenas disfarçada pelos galeões do parlamentarismo, a que temos diante dos olhos. Mas um governo do sabre como juiz-árbitro da nação – eis o que é o bonapartismo.<sup>123</sup>

Logo depois, Trotsky identifica outras características integrantes do governo bonapartista. O seu programa é descrito como um instrumento da ordem dependente do capital financeiro. Mas a análise é específica e busca desenvolver-se sobre dada concretude, em especial, a da França. Assim, ele problematiza a “reforma constitucional” que objetivou adaptar as instituições do Estado às necessidades do governo bonapartista, o que possibilitará ao capital financeiro diante de dada emergência recorrer à solução bonaparte mais conveniente do momento.<sup>124</sup>

Explicitada a definição de bonapartismo de Trotsky, o texto evidencia a similitude de que tanto o fascismo quanto o bonapartismo e a democracia parlamentar no poder são o governo do capital financeiro. No entanto, ele sustenta que “as questões sociais resolvem-se no domínio da política”, daí a resultante diferença entre fascismo e bonapartismo a partir das classes sociais mobilizadas, das condições de luta de cada nação específica.<sup>125 126</sup>

---

<sup>122</sup> Ibid., p. 20-21.

<sup>123</sup> Ibid., p. 21.

<sup>124</sup> Ibid., p. 21.

<sup>125</sup> O documento analisado refere-se ainda ao governo polonês de Pilsudski. No entanto, foi dada preferência à apresentação do caso francês priorizado por Trotsky no documento.

<sup>126</sup> Ibid., p. 21.

A cada ano a situação política, sobretudo, europeia direcionava-se ao desfecho de uma nova guerra mundial. Acordos diplomáticos foram erigidos numa velocidade similar aos rompimentos subsequentes e novas orientações de cada Estado nacional. Democracia parlamentar, bonapartismo e fascismo compartilhavam de anseios semelhantes, a manutenção da divisão dos mercados exteriores ou sua repartição. Condições históricas oriundas do resultado da primeira grande guerra e da crise do capitalismo em fins dos anos 1920 forneceram subsídios para o acirramento das lutas de classe em todos os quadrantes do planeta.

Por sua vez, notícias sobre a situação política na Espanha ganharam expressivo destaque na imprensa política de matiz trotskista no Brasil ao final dos anos 1930. Ela analisa uma série de acontecimentos e de modificações nas relações de poder entre os sujeitos políticos daquele país e suas consequências.<sup>127</sup> Fernando Claudín (1977) comenta que a única revolução que teve lugar na Europa durante a existência da IC (exceto a efêmera república soviética na Hungria de 1919) foi a da Espanha.

O jornal *A Luta de Classe* – expressão de continuidade da imprensa trotskista no Brasil dos anos 1930 – prosseguiu com a difusão de notícias e análises de diversos acontecimentos que prenunciavam a solução capitalista para a superação dos entraves econômicos dos Estados nacionais. Em artigo de março do ano de 1938, o jornal noticiou a invasão de Hitler sobre a Áustria enfatizando o rompimento do realinhamento entre Inglaterra e Itália diante da aprovação de Mussolini que teria sido obrigado a engolir a iniciativa alemã. Apesar da frágil solidez, o eixo Roma-Berlim continuou vigente.<sup>128</sup>

O crescente perigo de guerra trouxe à tona em *A Luta de Classe* a concepção de Lênin sobre a guerra imperialista. Em julho de 1939, o jornal publicou artigo de Trotsky sobre a

<sup>127</sup> *O Proletário* publicou notícia na edição de fevereiro/março de 1936 sobre a vitória eleitoral da Frente Popular naquele país. A edição de agosto do ano seguinte do *Boletim de Informações Internacionais* dá exclusividade para a análise do “gangsterismo stalinista” e dos “problemas da revolução espanhola”. Ele inicia com a notícia do assassinato do revolucionário Andrés Nin, um dos pioneiros do comunismo na Espanha, e a denúncia das prisões de opositores de esquerda anti-stalinistas durante o governo de Juan Negrin. Ainda, o boletim reproduz uma declaração do Partido Operário Internacionalista (POI) da França reivindicando a defesa do Partido Operário de Unificação Marxista (POUM) diante das provocações dos stalinistas, democratas e reformistas. Na segunda parte do boletim, são discutidos os problemas da revolução da Espanha através dos documentos “A dualidade do poder na Revolução Espanhola”, “O Stalinismo e o POUM na Revolução Espanhola” e “A situação espanhola e as tarefas da vanguarda revolucionária”. In. *Boletim de Informações Internacionais*, n. 02, ago 1937, p. 01-21. No mês seguinte, a análise publicada pela edição do *Boletim de Informações Internacionais* reorienta a perspectiva e trata de problematizar como se organiza a contra-revolução espanhola. In. *Boletim de Informações Internacionais*, n. 03, set 1937, p. 02-05. A partir de então, as análises são deslocadas para o jornal *A Luta de Classe* e incidem sobre “a marcha para a direita na Espanha republicana (In. *A Luta de Classe*, n. 38, fev 1938, p. 06-07), “os julgamentos dos dirigentes do POUM” (In. *A Luta de Classe*, n. 41, nov 1938, p. 02-03) e, com um sugestivo título, “Franco: fruto sinistro da política das ‘frentes-populares’” (In. *A Luta de Classe*, n. 43, mar 1939, p. 05-06), etc.

<sup>128</sup> Guerra – União Sagrada. In. *A Luta de Classe*, n. 38, mar 1938, p. 03-04.

questão e sua aplicação prática durante a primeira guerra mundial. Trotsky rememora a posição de Lênin em 1914 sobre a tomada de posição dos socialistas diante da I Guerra Mundial e indica que a centralidade política da questão referia-se ao papel dos partidos socialistas dos países imperialistas. A saber, “se o Partido Socialista apoiaria a guerra politicamente, se votaria pelo orçamento militar; se renunciaria à luta contra o governo, se faria propaganda em prol da ‘defesa da pátria’”.<sup>129</sup>

Para Trotsky, Lênin sustentou a contrariedade do apoio à guerra pelo caráter reacionário da luta entre países imperialistas que objetivaram erigir a ferro e fogo uma nova repartição do mundo. Neste sentido ele reivindica a essência daquilo que acredita ser “a teoria do derrotismo” de Lênin e sua defesa da luta revolucionária para promover a derrota do próprio governo imperialista em tempo de guerra.<sup>130</sup>

Quatro meses depois, o PSR publica dois documentos acerca do estalar da II Guerra Mundial através do *Boletim*. Redigido pelo “Subsecretariado da IV Internacional”, o “Manifesto do Bureau Americano-Oriental” traz questões relevantes acerca da guerra que iniciara. Ele comenta o cinismo estadunidense sobre a sua não participação na guerra e critica a “Conferência do Panamá” que, sob a liderança do “imperialismo democrático” dos EUA, mobiliza os povos oprimidos da América Latina para lançá-los na carnificina. Ainda, ele censura o pacifismo de Ghandi transformado em agente de recrutamento do “imperialismo britânico” e defende a palavra de ordem “nem com Hitler e Stálin, nem com Chamberlain, Daladier e Roosevelt”.<sup>131</sup>

A seguir, o documento sustenta que aos povos oprimidos da América Latina, Ásia e África apenas uma guerra nacional pode ser justa, “a vossa guerra”, contra os banqueiros, e imperialistas da Europa, dos EUA e do Japão, “a guerra pela independência nacional” e “pela expulsão dos agentes do imperialismo”. Ainda, o manifesto ressalta a postura estadunidense de agir enquanto reserva da reação mundial.<sup>132</sup>

Por conseguinte, o segundo documento amplifica a análise do manifesto ao identificar as causas da guerra, os culpados pela mesma e o papel dos EUA. As questões abordadas pelos documentos imputam suas causas ao desenvolvimento econômico pré-guerra, ao tratado de Versalhes e ao militarismo expansionista alemão. Trata-se de uma guerra entre “imperialismos rivais por uma redivisão do mundo”, “uma guerra pelo direito à exploração

<sup>129</sup> TROTSKY, Leon. Lenine e a guerra imperialista. In. *A Luta de Classe*, n. 44, jul 1939, p. 01.

<sup>130</sup> *Ibid.*, p. 01, 05.

<sup>131</sup> Manifesto do Bureau Americano-Oriental. Subsecretariado da IV Internacional. In. *Boletim*, n. 03, 18 nov 1939, p. 01-02.

<sup>132</sup> *Ibid.*, p. 02.



dos trabalhadores do mundo em geral, especialmente das massas trabalhadoras dos países coloniais e semicoloniais”. O objetivo da guerra é o de determinar a quem caberá o maior quinhão na nova divisão do mundo.<sup>133</sup> Por outro lado, o documento identifica o objetivo do imperialismo estadunidense, o de ficar ao final em condições de ditar a paz e evidencia os fatores que adiam a sua entrada no conflito bélico.<sup>134</sup>

Destaca-se que as análises divulgadas pelos jornais e boletins trotskistas tiveram na temática do fascismo um grande esforço de elaboração teórica e esclarecimento. Os acontecimentos decisivos que possibilitaram o avanço do fascismo, em especial, no continente europeu, resultaram num maior aprofundamento de sua significação nos círculos trotskistas de todo o mundo. A sua importância está ligada à própria prioridade de entendimento e enfrentamento dado a este. Por sua vez, o tema da guerra gozou de relativa importância teórica e política, decorrente das avaliações sequenciais que evidenciaram, edição após edição, os perigos crescentes que ela representava. As duas temáticas trouxeram análises, notícias e críticas que, não obstante, configuraram-se nas páginas da imprensa política dos trotskistas brasileiros, trazendo igualmente importantes aportes de como enfrentar a meia noite do século que se avizinhava.

---

<sup>133</sup> A segunda guerra mundial. In. *Boletim*, n. 03, 18 nov 1939, p. 06-07.

<sup>134</sup> *Ibid.*, p. 08.

### 3. A INTERPRETAÇÃO DA REALIDADE SOCIAL BRASILEIRA PELA IMPRENSA POLÍTICA “TROTSKISTA”: HISTÓRIA E CONJUNTURA

Os filósofos apenas interpretaram o mundo diferentemente, importa é transformá-lo. (Karl Marx)

A XI tese sobre Feuerbach, redigida por Marx, ressalta a importância da transformação do mundo ao invés de sua interpretação. Entende-se que, ao escrever tais palavras, a crítica desferida, ainda que datada historicamente – ele escreveu na primeira metade do século XIX, direcionando ao materialismo filosófico de Feuerbach e ao idealismo dos hegelianos de esquerda – teve o intento de traçar os limites históricos de determinada época e, conseqüentemente, apontar para o que realmente interessava. Mas o que seria isto? A importância de transformar o mundo.

Entende-se que, ao sublinhar esta questão, a assertiva de forma alguma pretendeu marginalizar a importância interpretativa. Isto quer dizer, Marx de forma alguma negligenciou a relevância de interpretar o mundo. Acrescenta-se que ele não opôs – concordando com Michael Löwy (2012, p. 148) – uma interpretação sem consequência prática daquela acompanhada por uma prática correspondente. A tese XI sugere antes a realização “de uma atividade humana *total*, uma atividade *crítico-prática*, na qual a teoria *já é* prática revolucionária e a prática, *carregada de significado* teórico (Ibid., p. 149)”.

Ainda, este capítulo – “A interpretação da realidade social brasileira pela imprensa política ‘trotskista’: História e conjuntura” – remete à conjunção do pensamento e da ação expressa pela unidade dialética das organizações políticas ligadas a Lev Davidovitch, Trotsky. Tanto o percurso quanto suas vicissitudes estão enraizadas histórica e conjunturalmente diante da iniciativa destes homens e mulheres e das análises por eles produzidas, resultado de uma atividade teórica que já é prática revolucionária.

Dividido em três partes, o presente capítulo objetiva expressar algumas das facetas interpretativas dos jornais e boletins trotskistas sobre a realidade social brasileira. Assim, deve ser possível perceber como foi articulada historicamente a interpretação do Brasil, os antecedentes e o desfecho do golpe de Estado de outubro de 1930 e a conjuntura política da década de 1930, marcada por alinhamentos e realinhamentos políticos e pela escalada bonapartista cuja expressão maior foi o Estado Novo.

### 3.1 Ponto de partida

O impresso *A Luta de Classe* divulgou – no período de intervenção fracionária da dissidência comunista no PCB – dois documentos sobre a história do Brasil que demonstram uma tentativa original de compreender a sua formação social. É verdade que nenhum deles restringe sua análise a questão aqui proposta – o primeiro analisa a conjuntura política do período que o texto foi redigido e o segundo identifica as lacunas e insuficiências do primeiro –, mas isto não diminui a relevância das contribuições delineadas por ambos. Refiro-me aos textos “Esboço de análise da situação brasileira”<sup>135</sup> e “A situação brasileira e o trabalho para o seu esclarecimento”<sup>136</sup> publicados, respectivamente, pelo jornal *A Luta de Classe* nas edições de fevereiro/março e maio de 1931.

O “Esboço...”<sup>137</sup> foi escrito com o intuito de servir enquanto referência para as discussões sobre o Brasil realizadas pela direção do movimento trotskista internacional durante boa parte dos anos 1930. (ABRAMO & KAREPOVS, 1987, p. 07-08). Sob os pseudônimos de M. Camboa e L. Lyon, Mario Pedrosa e Lívio Xavier redigiram aquilo que Ferreira denominou como um dos três principais textos da esquerda brasileira dos anos 1930. Junto a ele, o autor incluiu os livros de Caio Prado Jr “A Evolução Política do Brasil” e de Leôncio Basbaum “A Caminho da Revolução Operária e Camponesa”. (FERREIRA, 1999, p. 206).

Ainda, a importância do “Esboço...” é comentada por outros pesquisadores. Karepovs e Marques Neto sublinham a confecção de “um marco na história da esquerda marxista brasileira”. A citação abaixo reforça o comentário dos autores e aponta o direcionamento e conteúdo da análise desenvolvida:

---

<sup>135</sup> Esboço de análise da situação brasileira. In. *A Luta de Classe*, n. 06. Rio de Janeiro, fev/mar 1931, p. 03. Ressalta-se aqui uma inconsistência ou a necessidade de esclarecimento da seguinte informação. Os autores mencionam *A Luta de Classe* nº 06, de outubro de 1930, como órgão que divulgou o texto. No entanto, sabe-se hoje que a edição apreendida foi a de número anterior. Portanto, é provável que o texto tenha sido republicado na edição de fevereiro/março de 1931. Ainda, deve-se considerar a possibilidade do texto ter sido redigido em outubro de 1930 e publicado após a rearticulação da dissidência enquanto Liga Comunista. Esta versão pode ser problematizada a partir do texto “A situação brasileira e o trabalho para seu esclarecimento” na edição de *A Luta de Classe* nº 07.

<sup>136</sup> A situação brasileira e o trabalho para o seu esclarecimento. In. *A Luta de Classe*, n. 07. Rio de Janeiro, 1º mai 1931, p. 05.

<sup>137</sup> Uma versão deste documento está disponível no livro “Na Contracorrente da História: Documentos da Liga Comunista Internacionalista 1930 – 1933”. Intitulado “Esboço de uma análise da situação econômica e social do Brasil”, no livro consta a versão brasileira revertida do francês ao português, publicada pelo semanário *La Lutte de Classes* n. 28/29 de fevereiro/março de 1931. Optou-se utilizar esta versão em detrimento a do jornal *A Luta de Classe*, pois não foram encontradas diferenças significativas de conteúdo.

Foi o primeiro esforço sério no sentido de compreender as especificidades da formação brasileira sob o ponto de vista marxista, e nele foram examinados, desde o período colonial, passando pela escravidão, as características do capitalismo brasileiro, os impasses da centralização do poder no federalismo brasileiro e as forças políticas em luta naquele momento. (KAREPOVS & MARQUES NETO, 2002, p. 122).

Do entendimento geral dos autores sobre o documento interessa – no momento – aquela parte referente à formação brasileira. “O esboço...” inicia pelo indicativo de que “o modo de produção capitalista e a acumulação (...) foram exportados diretamente das metrópoles para o Novo Mundo”. Entretanto, a viabilidade do empreendimento estava comprometida com a resolução de uma contradição fundamental pelas burguesias das metrópoles. A saber, a do excesso de terra passível de ser transformada pelo “colono livre” em “propriedade privada” e “meio individual de produção”, obstaculizando a acumulação capitalista. (ABRAMO & KAREPOVS, op. cit., p. 66-67).

Desta forma, o texto indica a resolução encontrada pelas burguesias das metrópoles:

A dependência do trabalhador em relação ao capitalista, proprietário dos meios de produção, teve e ser criada por meios artificiais: a apropriação da terra pelo Estado, que a converteu em propriedade privada, e a introdução da escravidão indígena e negra; numa palavra: a colonização sistemática. (Ibid., p. 67).

O caso brasileiro poderia ser resumido a partir da citação acima. No entanto, eles problematizam cuidadosamente a forma direta como ocorre a acumulação primitiva do capital. Vejamos:

A transformação da economia escravagista em salariado do campo se fez diretamente e o afluxo migratório, que já começara antes da abolição da escravatura, teve como objeto oferecer braços à grande cultura cafeeira. Produziu-se aqui, portanto, o que Marx chama de “uma simples troca de forma”. O Brasil nunca foi, desde a sua primeira colonização, mais que uma vasta exploração agrícola. Seu caráter de exploração rural e colonial precedeu historicamente sua organização como Estado. Nunca houve aqui terras livres; aqui também não conhecemos o colono livre, dono dos seus meios de produção, mas o aventureiro da metrópole, o fidalgo português, o comerciante holandês, o missionário jesuíta – que não tinham qualquer outra base a não ser o monopólio das terras. Sob a forma de um peculiar feudalismo, todos vinham explorar a força do trabalho indígena adaptado e do negro importado. (Ibid., p. 67-68).

Assim, emerge um Estado marcado por um “rígido esquematismo de classe”. Ressalta-se que o documento indica algumas características da sociedade monárquica, em especial, a de sua sustentação a partir “do braço escravo por uma minoria de donos da terra” que combinava “trabalho escravo, *latifundium*, produção dirigida pelos senhores da terra com a

sua clientela, burguesia urbana e uma camada insignificante de trabalhadores livres, tanto nas cidades quanto nos campos”. Contudo, o regime escravista foi superado pela necessidade de desenvolvimento capitalista e do monopólio da indústria inglesa. É necessário evidenciar que o texto afirma que “a burguesia brasileira nasceu no campo” relacionado à necessidade da produção agrícola “destinada desde o começo aos mercados externos”. (Ibid., p. 68-69).

A seguir o texto refere-se à cultura açucareira e à da mineração indicando o deslocamento dos eixos de colonização, em específico, o de Bahia-Pernambuco, respectivamente, para o interior dos estados da Bahia e Minas Gerais no século XVIII. Após indicar os motivos da crise da mineração, o texto evidencia o surgimento da cultura cafeeira nas regiões montanhosas do Rio de Janeiro em fins do século XVIII, quando adquire “as características particulares que mantém até agora”. (Ibid., p. 69-70).

A partir de então, Pedrosa e Xavier analisam a república “imposta ao Brasil pela burguesia cafeeira de São Paulo”:

Com o advento da república, esse Estado impôs sua hegemonia à Federação. Para que se possa operar, sem choques muito graves, o desenvolvimento capitalista nas antigas províncias, unidas por liames puramente políticos mas, em compensação, separadas por uma diversidade sem igual de possibilidades econômicas, os legisladores da constituinte, deram à República uma forma federativa. (Ibid., p. 70-71)

Os autores advogam que o desenvolvimento da cultura cafeeira é tipicamente capitalista. As condições de exploração estão todas reunidas: “terras virgens, ausência de rendas fundiárias, possibilidades de maior especialização na produção, numa palavra, possibilidades de monocultura”. Assim, este tipo de exploração tornou possível desenvolver o capitalismo “sob todas as suas formas”, a saber:

Desse modo, o sistema de crédito, o crescimento da dívida hipotecária, o comércio nos portos de exportação, tudo ajudava a preparar uma base capitalista nacional. Os braços que faltavam foram importados. A imigração adquiriu, a partir daí, caráter de empresa industrial. (Ibid., p. 72).

Destacado os elementos principais da análise de Pedrosa e Xavier sobre a formação nacional, gostaria de ressaltar que o segundo documento indicado – abreviado por “A situação brasileira...”<sup>138</sup> – procurou reforçar o debate proposto pelo “Esboço...” problematizando algumas questões desta parte mais propriamente histórica.

<sup>138</sup> Uma versão deste documento está disponível no livro “Na Contracorrente da História: Documentos da Liga Comunista Internacionalista 1930 – 1933”. Optou-se utilizar esta versão em detrimento a do jornal *A Luta de*

Em “A situação brasileira...”, Aristides Lobo<sup>139</sup> propõe que o texto de Pedrosa e Xavier precise a definição de colono enquanto um trabalhador assalariado do campo, ou mais exatamente, diante de uma escala social, entre o trabalhador e o escravo. Ou seja, o texto parte do acordo com a definição de Pedrosa e Xavier de que a classe dos pequenos proprietários não pôde se desenvolver na formação econômica brasileira. Contudo, ele entende fundamental contrapor o entendimento de que a grande massa rural no Brasil mais contemporâneo é composta, sobretudo por pequenos proprietários agrícolas. (Ibid., p. 78-79).

Vejam a explicação central sobre a questão e a crítica ao PCB:

A ideia reacionária, que a burguesia é a primeira a disseminar, segundo a qual cada colono seria em geral um pequeno proprietário, não passa de uma cínica inversão da realidade. Não é o colono que possui em geral o seu pedaço de terra, mas, pelo contrário, o pequeno proprietário agrícola que, esmagado sob o peso das hipotecas e não podendo prosperar dentro do círculo envolvente da grande propriedade, se vê obrigado a alugar sua força de trabalho para não morrer de fome. Assim sendo, a concepção errônea da direção do Partido não significa senão a provação implícita da concepção hipócrita da burguesia. Igualmente reacionárias, elas se confundem. (Ibid., 89-90).

Além disso, o texto chama a atenção para que seja explicado o significado da expressão “clientela”, pois a forma como aparece no “Esboço...” contradiz a afirmação sobre a produção agrícola estar destinada, “desde o início”, ao mercado exterior. “A situação brasileira...” propõe ainda que Pedrosa e Xavier ampliem e esclareçam “o papel de Minas na formação econômica e política do país”. (Ibid., p. 90).

Ressalta-se que “A situação brasileira...” preza no documento pela postura da LC de fazer “ressurgir em suas fileiras a democracia interna que a burocracia liquidou no seio do Partido”.<sup>140</sup> (Ibid., p. 87). A possibilidade de por em discussão o texto de Pedrosa e Xavier na edição seguinte de *A Luta de Classe* foi um importante indicativo. Contudo, não consta na documentação pesquisada o indicativo que os acréscimos e rearranjos postulados tenham sido executados e enviados para o movimento trotskista internacional e, como deseja Lobo, ao camarada Trotsky.

De todo modo, a parte propriamente histórica do “Esboço...” representa uma síntese da realidade social brasileira, um apanhado dos principais elementos que estruturam a história do Brasil. A guisa de conclusão, indica-se o alcance teórico do documento.

---

*Classe*, pois não foram encontradas diferenças significativas de conteúdo e a primeira possui uma qualidade superior à leitura.

<sup>139</sup> Em *A Luta de Classe* nº 07, o texto aparece assinado pela abreviatura M. S. Contudo, Marques Neto (1993, p. 175) indica que o “Esboço...” sofreria observações redigidas por Aristide Lobo na edição seguinte de *A Luta de Classe*.

<sup>140</sup> Referência ao PCB.

Concordando com Ferreira:

A Liga Comunista com a interpretação da realidade social no Brasil, contida no Esboço de uma análise da situação econômica e social do Brasil, antecipa, em grande medida e por várias décadas, a tese sobre “economia complementar”. A começar pelo entendimento da economia no período colonial, articulada à economia da metrópole, e precedendo fundamentalmente à sua organização estatal. Uma economia colonial que de maneira sistemática respondia aos interesses da metrópole, “complementando” as suas necessidades. Embora contasse com inúmeras peculiaridades, a produção econômica nunca deixou de ser conectada contraditoriamente a um todo, a um sistema mais global. (FERREIRA, 2005, p. 26).

Apesar da sintética interpretação proporcionada pelo “Esboço...” acerca da formação nacional do Brasil, ressalta-se a produção de uma análise coerente teoricamente às ferramentas analíticas utilizadas por Marx, o que indica o conhecimento de algumas de suas obras, como a de O Capital. Por si só, esta evidência relacional não diz muita coisa. No entanto, quando parte-se da compreensão que esse arcabouço teórico possibilitou forjar uma interpretação original, repulsando análises binárias e arriscando-se por definições ainda não existentes sobre as especificidades do capitalismo brasileiro, fica evidente que o empreendimento foi muito além de qualquer esboço. Pedrosa e Xavier forjaram uma matriz interpretativa do capitalismo brasileiro que alcançou a historiografia brasileira e teve incorporadas algumas das definições por eles sintetizadas.

### **3.2 O golpe de Estado da Aliança Liberal**

Em outubro de 1930, Washington Luís teve interrompido o final de seu mandato presidencial. Júlio Prestes, o candidato “oficial” há pouco eleito, ficou impossibilitado de assumir a governança devido ao golpe de Estado desferido pela “dissidência oligárquica” que efetivou Getúlio Vargas no poder. Caudatária da burguesia cafeeira paulista, a fração burguesa industrial viu a dissidente Aliança Liberal (AL) chegar ao poder composta por “forças políticas heterogêneas”. Por exemplo, a burguesia cafeeira mineira – descontente com o controle hegemônico de sua semelhante paulista – e a burguesia pecuarista gaúcha compunha a principal “base social” da frente eleitoral que desfechou o golpe. (DEMIER, 2013, p. 72-73).

A burguesia pecuarista gaúcha tinha parcela significativa de sua produção voltada ao mercado interno e, regionalmente, contava com apoios de “incipientes setores industriais” e das “camadas médias urbanas”. Consoante Demier:

Essa fração burguesa demandava mais firmemente políticas de Estado que rompessem com o exclusivismo econômico cafeeiro (ao qual, aliás, resignadamente se submetera ao longo de todo o regime). (...). Do ponto de vista político programático, a Aliança Liberal se apresentou nas eleições com uma plataforma timidamente reformista, que tocava levemente em alguns pontos da chamada “questão social”. (Ibid., p. 73-74).

Ainda, a sua chegada ao poder não significou a transferência oligárquica do controle político nacional. A emergência de “novos setores sociais urbanos” colocou em evidência a questão da “hegemonia”. Demier sublinha que:

Não havia possibilidade histórica de mais uma etapa de *domínio exclusivo*, agora sob a liderança de outras facções políticas da burguesia agrária brasileira. Assim, embora fosse a Aliança Liberal uma expressão política das “dissidências oligárquicas”, seus homens, uma vez alocados nos postos políticos de comando no país, lá não se portariam na qualidade de representantes oligárquicos. (...) Para além das supostas “independência”, “coragem” e “sabedoria” da equipe governamental varguista, essa *descolagem* dos novos chefes políticos de suas bases sociais originárias exprimia, na verdade, o início de um processo de autonomização relativa do aparelho estatal em face das classes e frações de classe. (Ibid., p. 74).

Vivenciava-se com o “Governo Provisório de Vargas (1930-1934) uma novidade, a do “fenômeno político do bonapartismo” e, conseqüentemente, o início de “uma forma de dominação política indireta da burguesia sobre o restante da nação”. (Ibid., p. 74).

Realizado esse breve panorama do ano de 1930, vejamos como a dissidência comunista do PCB, via GCL e LC, perceberam o período que envolve o desfecho golpista da AL. Neste sentido, a imprensa política trotskista publicou texto<sup>141</sup> que analisou o desenlace golpista de 1930, a saber: Aos Trabalhadores do Brasil<sup>142</sup>. Este será analisado ao longo deste subtítulo junto ao “Esboço...”.

O término da redação do “Esboço...” veio pouco antes do golpe desferido pela AL. Após historiar a formação brasileira e indicar a emergência da cultura cafeeira, Pedrosa e Xavier buscaram precisar a situação política da República anterior a 1930. Diferentemente do que era previsto pela “ficção constitucional”, o texto evidencia que “os representantes dos estados secundários” tornaram-se “representantes do poder central nos estados”. Junto a isso, “a diferenciação econômica entre os Estados da Federação acentua(va)-se cada vez mais”, o que não impediu que o capitalismo penetrasse todo o Brasil, “transformando as bases econômicas mais retardatárias”. (ABRAMO & KAREPOVS, op. cit., p. 72).

<sup>141</sup> Para a análise foi utilizado o documento publicado por ABRAMO & KAREPOVS (1987).

<sup>142</sup> Aos trabalhadores do Brasil. In. *Boletim da Oposição*, n. 01, jan 1931, p. 08-10.



Para Pedrosa e Xavier, o crescimento industrial gerado pela I Guerra Mundial e o protecionismo complicou as relações de classe. A política do “monopólio da produção cafeeira no mercado mundial” foi dificultada pela necessidade de criação de “mercados internos”. Eles entendem que:

A urgência e a penúria do mercado interno constitui um dos pontos nevrálgicos da instabilidade econômica e política do Brasil. Para o desenvolvimento dos mercados internos todos os meios são bons e um governo forte e centralizado é condição essencial. A penetração imperialista é um revulsivo constante que acelera e agrava as contradições econômicas e as contradições de classe. O imperialismo altera constantemente a estrutura econômica dos países coloniais e das regiões submetidas à sua influência, impedindo o seu desenvolvimento capitalista normal, não permitindo que esse desenvolvimento se realize de maneira formal nos limites do Estado. Por essa razão, a burguesia nacional não tem bases econômicas estáveis que lhe permitam edificar uma superestrutura política e social progressista. O imperialismo não lhe concede tempo para respirar e o fantasma da luta de classe proletária tira-lhe o prazer de uma digestão calma e feliz. (Ibid., p. 74).

Esta passagem possibilita ver o manuseio de Pedrosa e Xavier daquilo que Trotsky chamou de “lei do desenvolvimento desigual e combinado”. Conforme Silva:

Nessa passagem (...) pode-se identificar um processo no qual os Estados de formação mais recente, sob a égide do imperialismo, vivem processos de constante turbulência e instabilidade política e econômica pelo fato de coexistirem as formas mais atrasadas de dominação política e produção econômica ao lado das mais avançadas. O resultado desta contradição é a instabilidade política. (SILVA, 2003, p. 151).

Assim, o próprio desenvolvimento industrial necessita do apoio do Estado e este de reforço. Ele é descrito como “um processo regular e sistemático do desenvolvimento industrial nos países politicamente secundários”. Pedrosa e Xavier sustentam que esse processo acentuou-se no Brasil com a I Guerra Mundial e coincidiu com “o domínio preponderante do imperialismo norte-americano no cenário mundial, especialmente na América Latina”. (ABRAMO & KAREPOVS, op. cit., p. 75).

Ao referenciar especificamente o imperialismo norte-americano, percebe-se uma diferença de análise sobre a questão do imperialismo entre o PCB e o GCL. Concordando com Silva:

Os trotskistas não consideram a existência de uma oposição entre o imperialismo norte-americano e o inglês como os comunistas afirmaram. Para os trotskistas, ambos os imperialismos mantêm seu controle sobre as “colônias”, cada um deles com maior ou menor predominância em função da correlação de forças da política internacional. (SILVA, op. cit., p. 153).

Outra questão evidente no “Esboço...” foi o debate sobre a centralização e a federação. O entendimento proposto parte da constatação de que “sob o regime burguês, o aparelho estatal tende a evoluir naturalmente para uma centralização crescente”. Para eles, devido a uma série de questões particulares, este processo foi acentuado e acelerado no Brasil, a saber:

A extensão territorial; a fraca densidade populacional; sua agricultura industrializada, graças ao caráter especial da sua produção; a ausência da renda fundiária, que ocasiona a confusão entre o proprietário da terra e o proprietário da exploração agrícola; o desenvolvimento desigual do capitalismo<sup>143</sup>; a divisão política que legaliza a supremacia dos estados mais fortes sobre os mais fracos; o impulso industrial progressivo e a pressão imperialista. (ABRAMO & KAREPOVS, op. cit., p. 77).

Os dois últimos pontos descritos na passagem acima são indicados como acentuadores da centralização estatal, “desde que se patenteou a necessidade de criação de mercados internos”. A burguesia no poder vê um Estado cada vez mais adaptado aos seus interesses econômicos; a relação indicada por Pedrosa e Xavier sugere que esta adaptação verifica-se “na razão direta de sua centralização”. (Ibid., p. 77).

É interessante destacar que eles sustentam que esse Estado pode alternar em seu interior a fração burguesa que exerce o poder. De certa forma, isto antecipa os acontecimentos de outubro de 1930. “Se atualmente, serve de maneira imediata aos interesses dos partidos dominantes de São Paulo, ele pode servir, amanhã, aos interesses dos partidos dominantes de Minas Gerais e do Rio Grande do Sul”. (Ibid., p. 77-78).

No “Esboço...” o levante da “dissidência oligárquica” indica a necessidade da centralização econômica e a Federação aparece “como condição da unidade nacional”. Novamente, ressalta-se a incapacidade da burguesia agir unificada enquanto classe. O argumento desta assertiva pondera que a inexistência de tradições comuns das diferentes frações burguesas, a não formação de uma consciência dos seus interesses comuns e a não expropriação de pequenos proprietários de terra explica tal incapacidade. Seus próprios partidos são definidos como regionais e carentes de tradições políticas. (Ibid., p. 78-79).

Para Pedrosa e Xavier, a situação política de 1930 evidencia que:

---

<sup>143</sup> Em “A situação e o trabalho para o seu esclarecimento”, Aristides Lobo procura contribuir criticamente ao “Esboço...”, o autor crítica o tratamento, enquanto condição particular, dado ao desenvolvimento desigual do capitalismo. Em seguida, ele defende que “o que se poderá dizer é que, no caso dos países coloniais, semicoloniais e dependentes do imperialismo, como o Brasil, a desigualdade do desenvolvimento econômico se torna mais sensível à medida que se vai tornando maior a penetração imperialista, ‘revolucionando permanentemente a economia’ desses países e criando, assim, a tendência para a centralização governamental”. In. ABRAMO & KAREPOVS, op. cit., p. 90-91.

Os estados revoltados procuram resolver pelas armas a violenta contradição que opõe a forma política federativa ao desenvolvimento pacífico das forças produtoras. A burguesia brasileira procura uma forma conciliadora entre a tendência a centralização do governo e a forma federativa, garantia da unidade política do Brasil. (Ibid., p. 79).

Silva destaca que surge da passagem acima a tese central dos trotskistas para “explicar” aquilo que o autor chama de “Revolução de 1930”. O autor a resume da seguinte forma:

A Revolução de 1930 é o tensionamento máximo, posterior ruptura, dos fios que mantinham unidas as várias frações dominantes no quadro da federação com o revezamento entre São Paulo e Minas Gerais. Este modelo esgotou-se em função das tensões internas e oriundas da entrada em cena cada vez mais decisiva do imperialismo. As frações marginalizadas levantaram-se contra a burguesia paulista, conduzindo o Estado brasileiro para aquele processo de centralização mencionado acima. Isto pôs fim a um período de desenvolvimento capitalista no Brasil, inaugurando uma nova fase no processo de acumulação. (SILVA, op. cit., p. 160).

Ainda, o “Esboço...” termina realizando uma análise da questão da unidade nacional. Ela é tratada antes como “uma conquista política” do que “uma consequência econômica”. Pedrosa e Xavier enfatizam: “é chegado o momento de levá-la à prova”. Para eles, a burguesia “intenta hoje consolidá-las pelas armas”. Isto ocorre por que “o desenvolvimento das forças produtoras no quadro nacional obriga à luta por uma forma política adequada ao equilíbrio dos estados que estão chegando ao momento de assumir seu impulso capitalista”. Os ativistas do GCL descrevem a necessidade específica de cada fração burguesa para o desenvolvimento econômico. (ABRAMO & KAREPOVS, op. cit., p. 79-80).

Já foi salientado que o “Esboço...” foi redigido às vésperas do golpe de Estado de outubro de 1930. Lançado em *A Luta de Classe* na edição de maio de 1931, “A situação brasileira...” cobrou sua atualização<sup>144</sup> devido ao desfecho do golpe e a incorporação de elementos de um texto publicado pela primeira edição do *Boletim da Oposição* de janeiro de 1931. Redigido pela Comissão Executiva Provisória da Liga Comunista, o manifesto “Aos Trabalhadores do Brasil” trouxe uma análise quase imediata aos acontecimentos de outubro de 1930.

O momento é de reorganização política na Oposição de Esquerda brasileira, mas não somente. Ferreira comenta o cenário político que a recém formada LC encontra:

O movimento político de 1930 salpica a realidade social e ambiciona temperar toda a classe burguesa com uma preocupação sobre a desagregação política proveniente

<sup>144</sup> Atualização por que o “Esboço...” seria enviado, rememora-se, ao Secretariado Internacional da OIE.

da crise instaurada na estrutura político-federativa descentralizada. Na ordem do dia para o capitalismo brasileiro, estava a presença de um Estado centralizador que pudesse ser o sujeito da aliança tripartite, frente ao capital financeiro internacional e da burguesia brasileira. Aliança tripartite que era condição ao desenvolvimento econômico do Brasil, e que cobrava altíssimo preço a toda força de trabalho, preço que alcançará majoração máxima com o advento do Estado Novo. (FERREIRA, 2005, p. 28).

O esforço de análise reside sobre a conjuntura política que efetivou a AL no poder. “Aos Trabalhadores do Brasil” enfatiza a crise de hegemonia que afetou o Partido Republicano Paulista (PRP) – o partido dominante da burguesia de São Paulo – que durante 40 anos de “república democrática” controlou o poder, “consequência imediata da crise do café”. Por outro lado, o discurso daqueles que chegam ao poder faz-se em nome da “unidade nacional em perigo”. (ABRAMO & KAREPOVS, op. cit., p. 56, 58).

Ironicamente, a passagem abaixo evidencia a diferença daqueles que foram saídos do poder e de parte dos que chegaram há pouco. Conforme a LC:

A burguesia do Rio Grande do Sul, esquecida das suas tendências separatistas, fez-se, assim, campeã da unidade nacional... sob a sua hegemonia política. E foi apeado do governo federal o partido mais representativo dos interesses da burguesia monopolizadora de São Paulo, uma vez vacilante a sua base econômica, caracterizada pela monocultura capitalista. Agora, está-se vendo a burguesia gaúcha, baseada na policultura, pecuária e indústrias correlatas, fazendo a campanha pela “unidade da pátria”, fazer a sua própria propaganda. (Ibid., p. 58).

A LC indica o recurso demagógico regido pelo discurso de “um nacionalismo econômico”, “favorável ao povo” e “pelo barateamento da vida” através da “reforma das tarifas”; de uma política que não afetaria os interesses do “sistema de produção” do Rio Grande do Sul. Ainda, a burguesia paulista – “afogada nos stocks de café e de tecidos” – “abdica nas mãos de uma ditadura militar todo o controle do Estado”. A Liga sustentará que “a burguesia cafeeira lançara o fardo das explorações não lucrativas sobre os ombros do colono, que pagará a terra que trabalha por preço alto (...) para que o Estado pague pontualmente os juros da dívida externa”. Tanto “o capital internacional” quanto “o capital financeiro”, assim como, “a burguesia nacional” ficarão satisfeitos. (Ibid., p. 58-59).

Para a LC, a saída encontrada, “o remédio à crise financeira”, será a de um novo empréstimo “que ligará mais os interesses da burguesia nacional aos da burguesia imperialista”. Uma nova sangria ao proletariado e às massas rurais ocorrerá. A união da “demagogia liberal” e do “palavrório revolucionário” objetiva:

Manter a unidade burguesa do Brasil, manter a centralização do poder político, sob a forma de ditadura manifesta ou mascarada, de baioneta calada sobre as massas exploradas e oprimidas, manter essa unidade num país em que o desenvolvimento das forças produtivas, nos diferentes estados, se faz desigualmente, acelerado o processo de desagregação pela invasão do capital financeiro internacional, pretender livrar a “pátria brasileira” do desmembramento, eis a “missão histórica” dos “generais da revolução”, dos Juarez Távora e Miguel Costa, dos João Alberto Góes Monteiro a serviço da burguesia.<sup>145</sup> A unidade nacional burguesa foi mantida graças à vitória da “Aliança Liberal”. Suprimidos do cenário alguns dos figurões mais comprometidos, o acordo geral da burguesia está sendo restabelecido à custa de uma opressão maior das classes pobres, reduzidas às mais duras condições de vida. Esse acordo geral será no Brasil burguês a última forma conciliatória entre a centralização do Estado, processo econômico de desenvolvimento capitalista e a forma federativa, garantia da unidade política. (Ibid., p. 59-60).

Ressalta-se da passagem o entendimento da AL como fator de manutenção da unidade nacional via acordo geral da burguesia<sup>146</sup>, forma conciliatória entre a centralização do Estado – fator econômico – e a federação – fator político e relacionado à esfera de atração do imperialismo.

Ao longo dos anos 1930, a imprensa política trotskista continuou a problematizar as linhas gerais de desenvolvimento do capitalismo brasileiro, suas imbricações sociais, políticas e econômicas. Ela publicou diversas notícias e análises sobre o período procurando que suas análises construídas na e pela práxis facilitassem o diálogo junto ao movimento operário. Não obstante, ela procurou identificar o desenvolvimento das forças sociais e políticas no emaranhado de relações construídas diante de diferentes vicissitudes. De qualquer forma, indica-se que os documentos trabalhados no subtítulo anterior e no presente tiveram importância decisiva às publicações sobre a política brasileira nos jornais e boletins

---

<sup>145</sup> Sobre a primeira parte desta passagem, Miguel Tavares de Almeida sugere que as análises da LC tiveram acertos. Por exemplo, ele indica que de 1930 a 1937 o Brasil viveu sob uma ditadura mascarada. De 1937 a 1945, ele deparou-se diante de uma ditadura manifesta. In. ALMEIDA, 2003, p. 112.

<sup>146</sup> Alguns historiadores do trotskismo brasileiro destacam a proximidade das teses sobre o *Estado de compromisso* de Francisco Weffort e Boris Fausto com a do *acordo geral da burguesia* formulada pela Liga Comunista. Por exemplo, Silva (op. cit., p. 142-143) chama atenção para a proximidade da formulação da LC e de Boris Fausto acerca do “Estado de compromisso”. O conceito de Fausto (1978, p. 104) sugere que “a possibilidade de concretização do Estado de compromisso é dada porém pela inexistência de oposições radicais no interior das classes dominantes e, em seu âmbito, não se incluem todas as forças sociais. O acordo se dá entre várias frações da burguesia, as classes médias – ou pelo menos parte delas – assumem maior peso, favorecidas pelo crescimento do aparelho do Estado, mantendo entretanto uma posição subordinada”. Contudo, apesar da semelhança, Silva (, op. cit., p. 144) indica a seguir uma diferença e outra proximidade com Fausto, a saber: “ela difere, em parte, daquele de Boris Fausto, à medida que estabelece a existência de um compromisso entre as oligarquias regionais, contra o domínio de São Paulo. (...) O mesmo não se pode dizer quanto à explicação do conflito que redundou na Revolução. Em outras palavras, tanto para os trotskistas quanto para Boris Fausto a revolução de 1930 é o resultado de um conflito entre várias frações regionais da classe dominante”. Ainda, relação semelhante pode ser desenvolvida com formulação do sociólogo Francisco Weffort sobre a questão. De acordo com Demier (2008, p. 89), Weffort defende que o “*Estado de compromisso* seria a resultante política da Revolução de 1930, uma forma de organização do poder estatal decorrente da impossibilidade por parte de qualquer um dos setores dominantes de se fazer hegemônico tal como certas frações da oligarquia do período anterior”.

trotskistas. Ainda, o marco institucional do movimento armado de outubro de 1930, o estado de coisas erigido a partir dele, foi a base fundamental da análise teórica e política dos trotskistas brasileiros.

### 3.3 A política brasileira dos anos 1930

O Brasil que emerge de outubro de 1930 sob a liderança da AL ocupa espaço nas páginas dos jornais e boletins trotskistas, mais exatamente, da LC. Textos que procuram compreender o que sucedeu na ocasião do golpe de Estado e depois do mesmo têm a sua divulgação e espaço na imprensa política ligada a Trotsky e a OIE. As análises do “estado de coisas” vêm acompanhadas de críticas e propostas à vanguarda do proletariado. Estão em questão como proceder diante de uma nova situação política e da evolução das forças sociais e políticas no país.

No *Boletim da Oposição* de Janeiro de 1931, a LC lançou a palavra de ordem pela convocação de uma “Assembléia Constituinte” através do manifesto “Aos Trabalhadores do Brasil”.<sup>147</sup> O lançamento de tal palavra de ordem veio a concorrer com uma proposta semelhante das “frações das classes dominantes” excluídas do poder e, conseqüentemente, da formulação política do “novo regime”. (CASTRO, 1995, 58).

O retorno da publicação de *A Luta de Classe* em fevereiro/março de 1931 trouxe um texto referente a essa palavra de ordem. A substância da Constituinte proposta é diametralmente oposta a da oposição burguesa. A LC sustenta que tal palavreado de agitação deve representar legítima e diretamente “todo o povo espoliado (o soldado, o marinheiro, o camponês, o operário, o trabalhadores estrangeiro e as mulheres)” evitando “abandonar a massa à tapeação democrática”, através da ampliação de sua participação de forma não tutelada e distante dos partidos da burguesia, “disfarçados em liberais”. A Oposição de Esquerda opõe à “Constituição censitária, mutilada da grande burguesia, uma Constituinte verdadeiramente democrática e popular”.<sup>148</sup>

Diante de uma burguesia dividida, a favor ou contrária a Constituinte, a LC entende que a primeira “corre aos velhos processos ilusórios de tapeação constitucional democrática” enquanto a segunda “corre aos arsenais de guerra para se armar, para agir pela força bruta”. E prossegue: “enquanto uma está no poder dominando a situação e contendo as massas, a outra

<sup>147</sup> Aos Trabalhadores do Brasil. In. *Boletim da Oposição*, n. 01, jan 1931, p. 10.

<sup>148</sup> A palavra de ordem da Constituinte. In. *A Luta de Classe*, n. 06. Rio de Janeiro, fev/mar 1931, p. 01

vai para o lado de fora, fingindo de oposição a fim de canalizar o descontentamento do povo oprimido”.<sup>149</sup>

A presente edição do jornal também problematizou a fascistização da “revolução liberal” e a situação do proletariado afligido pelos “cortes salariais”, “o desemprego” e “a carestia”, em especial, na cidade de São Paulo. Para a LC, a burguesia brasileira libertou seus elementos mais ativos para “o uso de métodos de terror e destruição” contra o proletariado. Essa liberação pela burguesia propiciou o surgimento da Legião Revolucionária (LR) ao estilo fascista de Mussolini cujas lideranças tinham lastro nos tenentes, como Miguel da Costa.<sup>150</sup>

Cabe reafirmar que o entendimento da situação política brasileira pela LC está alicerçado na existência de frações no interior da burguesia, mas articuladas pelo objetivo de arrefecer o descontentamento do povo oprimido. A divisão de setores “democratizantes” e “fascistizantes” opõem a proposta de uma nova constituição e a da manutenção do poder discricionário no início do “Governo Provisório” de Getúlio Vargas. Portanto, a LC insurge-se ante ao último, mas opõe-se ao primeiro buscando utilizar-se de sua proposta para estabelecer a luta pelas liberdades democráticas, subvertendo a propositura ao campo de fato democrático e popular.

O *Boletim da Oposição*, de maio de 1932, publicou um extenso documento sobre a questão da Constituinte. Intitulado “Projeto de teses sobre a Assembléia Constituinte”, a LC apresentou sua orientação política por meio de dez teses. Ela analisa a natureza do modo de produção capitalista e relaciona a proposta da constituinte no estágio atual do capitalismo brasileiro. Assim, o aparelho do Estado burguês é caracterizado como opressor, mas elástico e adaptável as circunstâncias; na época imperialista, a burguesia com seus interesses internacionalizados têm a possibilidade de lançar mão de diferentes formas de Estado para manter sua dominação.<sup>151</sup>

Ainda, o “regime de produção de mercadorias” ocasiona a concorrência e a disputa da “hegemonia de mercado” pela burguesia, daí a causa das guerras entre os Estados capitalistas. Nos limites da nação, torna-se possível o desenvolvimento de conflitos armados entre frações da burguesia, favorecendo a emergência de um governo discricionário. Em seguida, a LC sustenta que a libertação da dominação burguesa pelas massas exploradas pode ocorrer apenas pela revolução proletária que institui “a ditadura do proletariado, baseada nos soviets como

---

<sup>149</sup> Ibid., p. 01.

<sup>150</sup> A transformação fascista da “Revolução Liberal”. In. *A Luta de Classe*, n. 06. Rio de Janeiro, fev/mar 1931, p. 02-03.

<sup>151</sup> Projeto de teses sobre a Assembléia Constituinte. In. *Boletim da Oposição*, n. 04, mai 1932, p. 02.

órgãos de governo, e no Partido Comunista, como organização política.<sup>152</sup> Depois de indicar como será “a última hora da democracia burguesa”, a LC defende que enquanto:

A burguesia conservar o poder em suas mãos, o proletariado deverá recorrer a todas as formas de democracia burguesa, pois não só será esse o meio mais fácil de conduzir as massas retardatárias, que ainda possuem ilusões democráticas, ao caminho da revolução proletária.<sup>153</sup>

Neste sentido, o Parlamento está destinado “a fazer crer ao povo que é ele quem governa, pois, podendo eleger seus representantes, não lhe seria difícil, obter a maior parcela de poder”. Contudo, a LC assevera que o Estado não se baseia exclusivamente nele e que sua existência está condicionada aos interesses capitalistas em jogo. O caso brasileiro recente exemplifica o raciocínio da LC: “o essencial nesse aparelho de estado é a burocracia administrativa concentrada nos ministérios e sustentada pela polícia, pela marinha e pelo exército burgueses”. Assim, a destruição do parlamento pelo proletariado deve vir acompanhada pela destruição do regime. No entanto, as palavras de ordem democráticas não são uma questão formal, elas devem ser o resultado de “uma análise justa de uma etapa bem definida da evolução da sociedade burguesa nos diferentes países”. No caso de uma situação revolucionária (a perspectiva de tomada do poder pelo proletariado) que falte o apoio necessário da massa ao Partido Comunista, a luta deve desdobrar-se antes pelo apoio da massa e, depois, na luta pelo poder.<sup>154</sup>

Ressalta-se que acima foi apresentada uma síntese conceitual da LC sobre diversas questões que serviram de orientação teórica para sua formulação política cujos principais interlocutores foram Marx, Lenin e Trotsky. Considera-se que tal intento serviu para introduzir no documento a conjuntura política brasileira vigente. Vejamos.

Vive-se no Brasil uma “ditadura capitalista” exercida “discricionariamente” oriunda do “movimento militar de outubro de 1930”. Tal ditadura caracteriza-se pela existência de um governo provisório de diversas tendências que:

Arranca ao povo as liberdades mais elementares: de reunião, de pensamento, imprensa, organização; dirige contra os sindicatos operários uma séria ofensiva, visando castrá-los e reduzi-los à passividade com a decretação de leis de caráter fascista.<sup>155</sup>

---

<sup>152</sup> Ibid., p. 02-03.

<sup>153</sup> Ibid., p. 04.

<sup>154</sup> Ibid., p. 04-06.

<sup>155</sup> Ibid., p. 06.



Para a LC, a tendência autonomista dos estados traduz a situação de uma burguesia fraca, dividida e sem forças para resolver até mesmo as tarefas a que se propôs. A sua análise sobre a situação da burguesia brasileira torna-se mais pormenorizada:

A campanha pela constitucionalização do país, movida pelas burguesias do Rio Grande, São Paulo e Minas, e a reação que se desenha, contra essa campanha, de elementos militares e civis nucleados pelo 'Clube Três de Outubro', deu forma mais precisa e nítida a contradição inicial. (...). Ou a ditadura, apoiando-se diretamente nas armas, se consolida, ou capitula diante dos elementos constitucionalistas da burguesia.<sup>156</sup>

Ainda, as forças armadas também são descritas divididas em “duas alas antagônicas”, a dos chefes mais destacados dos chamados tenentes, que adquirem estrutura orgânica no Clube Três de Outubro<sup>157</sup>, e a de um setor contrário ao mesmo. De certa forma, uma descrição um tanto imprecisa, em especial, da segunda ala. Diante desse quadro geral, a LC sustenta que a burguesia compreende o momento de transição e que “a unidade nacional está em perigo” procurando estabelecer “um novo equilíbrio de forças, num plano de relativa convergência dos interesses que provocaram a ruptura”.<sup>158</sup>

Ao determinar a conjuntura política vigente, a LC problematiza a utilização das palavras de ordem democráticas para o caso brasileiro condicionada a hipóteses de trabalho específicas. Por exemplo, no caso de consolidação da ditadura e do adiamento da convocação da Constituinte, ela propõe “lançar-se a campo (...) numa luta pela Constituinte imediata, nas bases mais democráticas possíveis, com plenos poderes, soberana”. Desta forma, ela propõe que “quanto mais a ditadura lançar mão dos meios violentos de dominação, tanto mais a luta pela Constituinte se deslocará das fileiras da burguesia constitucionalista para a vanguarda proletária”. E continua: “A palavra de ordem da Constituinte é necessária e não deve ser oposta, mas conjugada a dos soviets”.<sup>159</sup> Por outro lado, caso a ditadura militar capitule aos elementos constitucionalistas, a hipótese de trabalho sugere a participação eleitoral diante da seguinte constatação:

---

<sup>156</sup> Ibid., p. 06-07.

<sup>157</sup> Araújo (1998, p. 97) evidencia que, “descontentes com a divisão dos cargos ministeriais e estaduais que dava certa preeminência às oligarquias aliancistas, os tenentes lançaram uma ofensiva com a organização das Legiões e, principalmente do Clube 3 de Outubro, por meio do qual conseguiram ampliar sua margem de influência”. Segundo Basbaum (1975-1976, p. 20), o Clube 3 de outubro é o partido dos tenentes, nascido de uma reunião na casa do Ministro Afrânio Melo Franco e presidido inicialmente pelo General Góis Monteiro. Para o autor, “o Clube 3 de outubro é o principal sustentáculo do governo revolucionário” e a expressão do “espírito exaltado e incoseqüente das classes médias que não sabiam o que queriam nem para onde iam, mas que desejavam antes de tudo o poder incontrolado e a destruição, dos comunistas e dos prestistas, dos quais tinham medo”.

<sup>158</sup> Ibid., p. 06-07.

<sup>159</sup> Ibid., p. 06-07.

Antes que a burguesia convoque realmente a constituinte e ponha em movimento as diversas peças do código eleitoral, pode haver uma nova mudança de situação. Uma vez, porém, que essa convocação seja feita, marcada a época para as eleições, iniciado o alistamento eleitoral, devemos aceitar o fato consumado.<sup>160</sup>

No mês de outubro do presente ano, *A Luta de Classe* reproduz na primeira página a questão da Constituinte.<sup>161</sup> Contudo, a burguesia paulista – “campeã da constituinte” – provoca a mal chamada “Revolução Constitucionalista de 1932”, opondo-se ao governo provisório de Getúlio Vargas. Neste sentido, Ângela Araújo (1998, p. 97) sustenta que a mesma teve origem na questão da continuidade que deveria ser dada a “obra revolucionária” durante o governo provisório, na oposição dos interesses dos tenentes, que defendiam “a manutenção de um regime ditatorial”, e das “oligarquias regionais dissidentes”, que propunham “a rápida reconstitucionalização do país”.

A presente edição de *A Luta de Classe* proporciona uma análise do conflito, “a tentativa da burguesia paulista de arrebatado o poder central pelas armas fracassou”. Interessa na análise a percepção que esta derrota causaria a “ruptura de todas as frentes únicas burguesas dos estados sulinos”, resultando em novas composições políticas.<sup>162</sup> Também, ela sinaliza as consequências da derrota:

Do ponto de vista político, a desmoralização da grande burguesia que desencadeou a aventura sinistra está consumada. Do ponto de vista econômico, a situação se torna mais dura do que antes. Cresce o desemprego. Os salários caem. A carestia de vida se agrava. A derrota financeira se arrasta por todo o país, atingindo vencedores e vencidos. O câmbio, se existe, se avizinha do zero. A circulação monetária, fabulosamente aumentada, é a inflação que temos diante de nós, com todos os seus cortejos habituais: miséria de largas camadas pequeno-burguesas, subida vertiginosa dos preços, agravamento constante dos impostos, salários insuficientes, greves, *lockouts*, colisões de toda espécie.<sup>163</sup>

A Liga entende que os representantes da burguesia constitucionalista de São Paulo desertaram covardemente traíndo setores da pequena burguesia e mesmo de proletários, que por seu lado, “esperam continuar a luta num outro terreno”. A direção da campanha pela Constituinte desloca-se da grande burguesia paulista para a pequena burguesia radicalizada

<sup>160</sup> *Ibid.*, p. 07-08.

<sup>161</sup> A Liga responde positivamente pela sua necessidade, mas interroga “qual” constituinte. Ela indica os interesses de três forças sociais ou políticas interessadas: a de Getúlio Vargas, Oswaldo Aranha e os tenentes; a da burguesia de São Paulo; e a dos trabalhadores do campo e da cidade. No texto, o jornal interroga ainda como cada força pretende realizar suas aspirações, o caráter dos governos resultantes e a finalidade dos respectivos programas. Indica-se a importância do texto devido à didática simples empregada e a objetividade textual para o diálogo junto ao proletariado e a militância do próprio PCB. Todavia, ele não traz nenhuma novidade ao campo de análise da política brasileira quando comparado ao “Projeto de teses sobre a Assembléia Constituinte”. Para mais informações ver: *Constituinte? Sim. Mas qual?* In. *A Luta de Classe*, n. 08. São Paulo, out 1932, p. 01.

<sup>162</sup> A situação. In. *A Luta de Classe*, n. 08. São Paulo, out 1932, p. 03.

<sup>163</sup> *Ibid.*, p. 03.

pela guerra civil e diante de uma difícil situação econômica. Neste sentido, a LC defende aproveitar “esse estado de espírito” e reagrupar “as massas pequeno-burguesas” atrás do proletariado “para conduzi-las contra a fração burguesa vitoriosa (...) refortalecida nos seus pruridos fascistas militares”.<sup>164</sup>

A chamada Revolução Constitucionalista<sup>165</sup> serve para reafirmar a justeza das posições da LC, em especial, a assertiva de que:

Só se podem mobilizar as camadas mais oprimidas da população contra os arreganhos fascistas da ditadura vitoriosa, arregimentando-as sob a bandeira das palavras de ordem democráticas, quer dizer, sob a bandeira da Constituinte soberana, nas bases mais democráticas.<sup>166</sup>

Tal confiança na justeza de sua análise e o próprio caráter de fração do PCB proporciona que a LC realize um chamamento aos camaradas deste partido, objetivando forçar a sua direção para a construção de uma campanha unitária imediata “no programa de reivindicações democráticas”. Conforme a LC, isto possibilitaria arrastar ao partido “as largas massas da população” e “conduzir o proletariado à revolução socialista”.<sup>167</sup>

Em janeiro de 1933, *A Luta de Classe* atualizou a análise da LC, publicada na edição anterior, sobre os desdobramentos políticos da chamada “Revolução Constitucionalista”. A LC constata que o campo vencedor começa a se desintegrar:

As diferenças de interesses em jogo, as diferenças sociais, a pressão imperialista rompem contra a vontade dos próprios chefes vitoriosos a unanimidade superficial reinante, a indiferenciação da primeira fase do movimento outubrista, obrigando os indivíduos a se separarem em grupos, para ficar representando interesses sociais bem definidos. A luta meramente política, no seu início, superficialmente limitada no plano da superestrutura, tende agora a descer as profundezas da infra-estrutura social, onde se travam os problemas decisivos da luta entre as classes.<sup>168</sup>

<sup>164</sup> Ibid., p. 03.

<sup>165</sup> Araújo (1998, p. 184-185) indica que a “revolução constitucionalista” unificou as oligarquias agrárias, o empresariado do comércio e da indústria. Os descontentes propunham “a luta pela dominação política e econômica de São Paulo e a defesa da ordem e da manutenção do status quo, contra “o perigo comunista”. Para a autora, foram esses temas que permitiram “a recomposição da unidade das classes dominantes e a ampla mobilização da classe média”. Neste sentido, os revoltosos chamavam Vargas e os tenentes de “promotores da luta de classes” e responsabilizaram os mesmos pela “agitação social”. Ainda, a autora demonstra que “por trás deste discurso, estava a intensa atividade dos trabalhadores que, sem dúvida, intranqüilizava as classes dominantes paulistas”. “Estava também a oposição de parcela considerável destes setores ao projeto do governo revolucionário de incorporação controlada das classes subalternas e o seu descontentamento, portanto, com o encaminhamento que este governo vinha dando à questão social, com sua intermediação de greves e com a promulgação recente das leis sociais”.

<sup>166</sup> Ibid., p. 04.

<sup>167</sup> Ibid., p. 04.

<sup>168</sup> Da demagogia à realidade tenentista. In. *A Luta de Classe*, n. 09. São Paulo, jan 1933, p. 01.

O “levante constitucionalista” trouxe novas camadas sociais à luta. Tomaram parte na luta setores da pequena burguesia urbana e grande parte da burguesia do interior, “semi-urbana e semi-agrária”. A partir de então, a LC sustenta que “a agravação das competições políticas não ficará mais limitada dentro do círculo oligárquico situacionista”. Inicialmente, ela faz referência ao “reagrupamento social saído de dois partidos vencidos girando em torno da mesa governamental”, o Partido Republicado Liberal<sup>169</sup> e os tenentes.<sup>170</sup> No entanto, o ponto central do documento recai sobre o último, em sua frágil e contraditória base social e nas mudanças processadas no seu interior após outubro de 1930.

Inicialmente, a LC trata da base social tenentista, a pequena burguesia agrária e urbana. À pequena burguesia rural, ela incute uma situação muito particular:

A imensidade territorial com a pequena densidade da população corta essa pequena burguesia em traços isolados, provincianamente limitados aos horizontes estaduais. A inferioridade numérica dos pequenos proprietários em face da esmagadora maioria do proletariado rural atenua extraordinariamente a acuidade do problema democrático da terra, base de todo partido pequeno-burguês nacional de caráter histórico progressista. (...). O caráter da pequena propriedade agrária no país, a divisão do país em regiões pela especialidade de produtos e a dependência externa da maioria destes, tudo isso impede a generalização dos interesses de classe da pequena burguesia agrária na escala nacional concorrendo para o maior regionalismo de seus interesses e o regionalismo provinciano de sua política.<sup>171</sup>

À pequena burguesia urbana, a LC repercute a função que a mesma tem desempenhado:

O seu papel tem constituído até hoje em instrumento de comunicação entre a grande burguesia e o proletariado. Pela sua impressionabilidade, ela registra passivamente os grandes problemas em que se debate a burguesia nacional e pressente com imprecisão mas inquietude o descontentamento e a revolta latente que vão lavrando ao seio do proletariado.<sup>172</sup>

Ainda, a LC refere-se aos traços corporativos e burocráticos que acompanharam aos tenentes em sua entrada na política e sustenta que tal forma permitiu a eles influenciar os acontecimentos de outubro de 1930. Ainda, eles são descritos como colaboradores de uma fração burguesa. O caráter militar do golpe de Estado teria sido atenuado pela participação de políticos e, conseqüentemente, obscureceu a participação dos tenentes. A LC indica que a chegada destes ao poder, obrigou-lhes a afastarem-se “de seus interesses puramente

<sup>169</sup> A Liga define este partido como representante de parte da burguesia gaúcha industrial.

<sup>170</sup> Ibid., p. 01.

<sup>171</sup> Ibid., p. 02.

<sup>172</sup> Ibid., p. 02.

corporativos” para viabilizar “a luta pelo predomínio no poder”. Os tenentes passaram a procurar apoio político fora do exército, “nas camadas populares mais vastas”. Neste sentido, a chamada “Revolução Constitucionalista” acelerou este processo e, ao mesmo tempo, seu próprio campo esteve submetido à diferenciação.<sup>173</sup>

Esta diferenciação no interior do tenentismo foi identificada por Viviani (2006, p. 05) que sustentou a vulnerabilidade destes no momento posterior a revolta constitucionalista. Citando Forjaz, a autora indica o duplo golpe sofrido pelos tenentes e a contribuição do mesmo na implantação de determinadas características ao Estado saído do golpe de Estado de outubro de 1930:

Da própria instituição Exército e dos grupos oligárquicos defensores da constituinte. Contudo, o tenentismo em sua breve atuação política teve participação peculiar na implantação de uma nova forma de Estado, que teria o intervencionismo, corporativismo e elitismo como fundamentais no processo de modernização do país. (Ibid., p. 05).

Em abril de 1933, *A Luta de Classe* assinalou que a luta pela Constituinte entrava em nova fase, a da campanha eleitoral.<sup>174</sup> No anterior, o governo pressionado pela revolta constituinte criou uma nova lei eleitoral que previa a realização de eleições visando uma nova Constituinte. Seis meses depois, o jornal publicou notícia sobre a Assembléia Constituinte. A LC analisou a realização daquela no Palácio Tiradentes, localizado na cidade do Rio de Janeiro que ocorreria no mês seguinte. Inicialmente, ela caracteriza os participantes da Constituinte:

Não passa de um amontoado de velhos figurões da velha política burguesa no Brasil, de matiz notadamente ultramontano, e de novos elementos carreados pelo aluvião político da chamada “revolução” de 1930, todos mais ou menos com coceiras fascizantes.<sup>175</sup>

Logo depois, breves considerações são apresentadas sobre o caráter do “anteprojeto” e dos grupos envolvidos:

De origem governamental, onde os dispositivos mais reacionários encontram guarida, passará certamente, com o acréscimo, ainda, de emendas inspiradas pelo clero brasileiro. A bancada da chapa única já entrou num belo acordo com os “getulistas” e acabará aos beijos e abraços com o líder da maioria (...). A ala ‘socialista’ da Assembléia, tendo à frente Zoroastro Gouvea, cala-se (...), quando em

---

<sup>173</sup> Ibid., p. 02.

<sup>174</sup> Campanha eleitoral ao Partido Comunista. In. *A Luta de Classe*, n 11. São Paulo, abr 1933, p. 02.

<sup>175</sup> A comédia da Constituinte. In. *A Luta de Classe*, n. 17, out 1933, p. 06.

todo o país, e principalmente em São Paulo, os integralistas de Plínio Salgado se tornam mais insolentes, ameaçando as organizações operárias.<sup>176</sup>

Conforme Carone (1975, p. 109), os participantes da Assembléia Nacional Constituinte, instalada em 15 de novembro de 1933, promulgam em 14 de julho de 1934 uma “constituição conservadora”, em especial, após o recuo do Clube 03 de Outubro e das metamorfoses nos “anteprojetos progressistas e sociais”.

Citada na presente edição de *A Luta de Classe*, as análises sobre a composição social e política, o programa e as ações do integralismo passam tornar-se cada vez mais presentes na imprensa política de matiz trotskista. Em agosto de 1934, o jornal *O Comunista* trouxe uma análise da excessiva demagogia e da mistificação política empregada pelo integralismo.

Fundada em 07 de outubro de 1933, a Ação Integralista Brasileira (AIB), liderada por Plínio Salgado, articula-se ao redor dos núcleos de extintos partidos que se proliferaram desde 1922, quando surgiu a Legião do Cruzeiro do Sul, conhecendo rápida expansão. Programaticamente, a AIB estrutura-se a partir de “uma mística sentimental de superfície, um mundo a defender resumido no lema ‘Deus, Pátria e Família’, criando um distintivo com o sigma simbólico, imitando e capitalizando as vitórias do nazi-fascismo”. Ainda, ela inaugura a violência direitista buscando respaldo na burguesia “com mostras servis de guardião da sociedade anticomunista”. (Ibid., p. 114).

Inimiga declarada da AIB, A Liga – na forma partido – critica uma das condições estabelecidas pelos integralistas para a adesão em suas fileiras, a de amar o Brasil. Tal “cretinice”, sustenta a LCI-b, pode ser indicada pelo fato de que não há nenhum partido que não advogue pelos “altos interesses do país”. Quais sejam esses, não convém entrar no mérito. Para a LCI-b, o que eles não confessam ao Brasil é a semelhança de seu amor com o de Mussolini pela Itália e o de Hitler pela Alemanha, a saber:

Um profundo amor ao poder que utilizarão de maneira mais bárbara e violenta contra o proletariado e suas organizações de defesa. Esta canalha se apresenta ao público, através de seus papeluchos, como ‘soldado da pátria’, defensores da honra, do direito e da família!<sup>177</sup>

Em abril de 1935, é a vez de *O Proletário* abordar a questão do integralismo, mas relacionado prioritariamente a do proletariado. O artigo analisa a situação do integralismo após a “Batalha da Sé” de 07 de outubro de 1934. A LCI-b procura assinalar a busca dos integralistas pelo diálogo junto ao proletariado e relacioná-los aos interesses da burguesia

<sup>176</sup> Ibid., p. 06.

<sup>177</sup> A mistificação integralista. In. *O Comunista*, n. 05. Região do Rio, ago 1934, p. 01.

nacional devido ao financiamento obtido, aos palácios luxuosos que tem freqüentado e aos retiros dos chefes. A demagogia continua a ser criticada pela Liga e elemento caracterizador do integralismo. Composto por oficiais do exército, ele é identificado como uma milícia militar, organizado para a luta e baluarte armado da burguesia para a defesa de seus interesses. O resultado da defesa dos interesses burgueses significa a destruição das “liberdades e conquistas proletárias”.<sup>178</sup> Em outras palavras, a LCI-b comenta:

É por isso os trabalhadores não devem iludir-se julgando que os patrões vão combater o fascismo como seu inimigo; ao contrário o auxiliam na destruição das reivindicações sociais, políticas e econômicas do proletariado, a fim de salvar o regime em que prosperam.<sup>179</sup>

Como pôde ser visto até o momento, a imprensa política trotskista abordou a emergência e a fragmentação do tenentismo e o surgimento da AIB, procurando evidenciar as forças sociais aos quais estes procuraram se ligar juntos dos respectivos interesses de cada um. Contudo, outras forças políticas emergiram da situação adversa da política brasileira no período e tiveram relativo destaque. Pode-se dizer que a Aliança Nacional Libertadora – representante de interesses diversos – foi uma daquelas que se fez presente.

Conforme Vianna:

A história da ANL começou no segundo semestre de 1934. Seu lançamento, em março de 1935, foi o coroamento de um processo de lutas concretas, de organizações parciais, de acumulação de forças por parte de setores antifascistas na sociedade. Passou pelas lutas grevistas reivindicatórias da classe operária, pelas discussões de programas de ação entre grupos e partidos de esquerda e pelos tenentes inconformados com os rumos que tomaram o movimento de 1930. (VIANNA, 2011, p. 139).

A ANL é tema de análise da edição de junho de 1935 de *A Luta de Classe*. Ressalta-se que para a LCI-b, a importância dela reside no fato que o PCB desempenha importante papel na sua organização, o que repercute no movimento operário destas paragens e na própria organização política trotskista.

A caracterização inicial da ANL pela LCI-b aponta:

Uma tentativa de criar no Brasil uma corrente intermediária entre o movimento revolucionário do proletariado, representado, ainda no Brasil por força da inércia, pelo PC stalinizado e grupos circunvizinhos, e os partidos burgueses liberalóides,

<sup>178</sup> O integralismo e o proletariado. In. O Proletário, n. 01. São Paulo, abr 1935, p. 04.

<sup>179</sup> Ibid., p. 05.

destroços do tenentismo, etc, representantes da burguesia adianta e da pequena burguesia.<sup>180</sup>

Conforme a LCI-b, ela origina-se “dos erros e fracassos da política do próprio partido que se diz representante do proletariado”, o PCB. Este que a Liga apresenta ligado à pequena burguesia mais oprimida e parte do proletariado qualificado que se relaciona com a primeira. A parte da crítica mais detida da LCI-b sobre a posição do PCB e sua impulsão da ANL, importa identificar os traços gerais da análise daquilo que a Liga chama de “bipartido”.<sup>181</sup>

A LCI-b define a ANL enquanto um partido que pretende “representar e encerrar em seu seio várias classes sociais”. Ela rejeita chamar a ANL de movimento por que uma frente única de indivíduos e associações nada mais é para ela do que um partido. Sobre o programa da Aliança, sugere-se a combinação de “uma pitada de marxismo” e de “nacionalismo patrioteiro” através de uma “aliança operária e camponesa contra a opressão latifundiária e imperialista” que a ANL propõe e o PCB encampa. Trata-se de lutar pela “libertação nacional do Brasil”.<sup>182</sup>

Almeida (2005, p. 83) informa que a ANL teve um rápido crescimento, em poucos meses ela alcançou cerca de 50 mil filiados. Aliás, crescimento que contagiou vários setores que a compunham, inclusive o PCB, que entenderam ser viável “passar à ofensiva pra derrubar o governo Vargas”. Neste sentido, o autor evidencia que:

O lançamento , em 5 de julho de 1935, do manifesto assinado por Luís Carlos Prestes, presidente de honra da ANL, pregando a derrubada de Vargas e a tomada do poder pela ANL, foi o estopim para o início da escalada repressiva deste governo, que culminaria com o fechamento da ANL e a prisão de diversos dos seus dirigentes. Na ilegalidade, a ANL passou a ser hegemônica pelo PCB, partido que preconizava a tomada do poder pela insurreição armada. Esta acabou por ser iniciada em 23 de novembro de 1935 em Natal (RN), sendo seguida pelas insurreições em Recife (PE) em 25 de novembro de 1935 e no Rio de Janeiro (RJ) em 27 de novembro de 1935. As revoltas logo foram dominadas, com o governo Vargas ampliando a sua escalada repressiva, que acabou por levar à prisão cerca de 20 mil pessoas, além do fechamento de centenas de organizações operárias. (Ibid., p. 83-84).

A edição de fevereiro/março de 1936 de *O Proletário* repercute brevemente o desfecho da ANL, o fracasso do *putsch* prestista / aliancista do mês de novembro do ano passado. No entanto, o assunto prioritário do documento é a análise do governo de Getúlio Vargas enquanto expressão decadente da democracia burguesa no Brasil. No primeiro ponto,

<sup>180</sup> A Aliança Nacional Libertadora e a confusão do movimento operário. In. *A Luta de Classe*, n. 25, 25 jun 1935, p. 01.

<sup>181</sup> Ibid., p. 01.

<sup>182</sup> Ibid., p. 01.



a LCI-b sinaliza as dificuldades do capital financeiro de impor seu domínio e assinala que o golpe prestista / aliancista foi convertido “numa arma admirável para o grupo de magnatas nacionais e internacionais representados por Getúlio Vargas e a camarilha paulista, com suas ramificações em diversos estados do Brasil”. Para a LCI-b, o dia posterior ao golpe possibilitou a Vargas:

Justificar aos olhos da democracia burguesa, como medidas de defesa da democracia, os mais violentos golpes contra esta: a sua maior restrição; o fortalecimento do aparelho estatal; o fortalecimento do aparelho policial; a extensão do domínio do capital financeiro sobre as velhas e novas fontes da economia nacional (café, algodão, açúcar, álcool-motor, etc.) sujeitando esta a uma exploração e controle mais diretos; uma vitória política fulminante sobre as posições montantes; e, o que não é menos importante, a formação de um movimento geral antidemocrático, cobrindo-se com a máscara de “luta contra o extremismo” e “defesa da democracia”, que pode tomar forma de um vasto partido semifascista sob os auspícios do presidente e articulado nacionalmente pelo aparelho do Estado, como pode servir de veículo poderoso para o crescimento do fascismo nacional (integralismo), reserva armada da burguesia; a ilegalização completa de todo movimento político independente do proletariado e da pequena burguesia, etc.<sup>183</sup>

A parte do resultando do golpe fracassado, o segundo ponto abordou o panorama político pós-novembro. A LCI-b sustenta que a nova ofensiva da reação apresenta certos indícios de instabilidade. A tentativa de formação de dois partidos nacionais começa a ganhar forma. Enquanto o primeiro orienta-se pela união dos partidos de oposição no Rio Grande do Sul (RS) e de outros Estados, como o PRP de São Paulo; o segundo configura-se a partir da composição dos partidos dominantes que sustentam Getúlio Vargas. A burguesia paulista é novamente acusada de tentar hegemonizar a economia pelos Estados do Norte. Acusação semelhante sucede no Rio Grande do Sul, onde o Ministro da Agricultura e Comércio estaria protegendo os negócios paulistas.<sup>184</sup> A partir destas constatações, a Liga interroga:

Como teria sido possível que a “admirável” unidade de todos os partidos burgueses dos diversos Estados em torno do governo de Getúlio Vargas, reclamada e obtida por este em Novembro, está começando a mostrar o seu verdadeiro aspecto, também para as oposições burguesas.<sup>185</sup>

Ela entende que a luta devido a Novembro verificou-se ante um inimigo comum. Por outro lado, Getúlio Vargas e a “camarilha paulista” são apresentados como representantes diretos do capital financeiro, este que obtém maior domínio e lucro do Estado paulista. Neste

<sup>183</sup> O governo de Getúlio Vargas, expressão da decadência da democracia burguesa no Brasil. In. *O Proletário*, n. 03. São Paulo, fev/mar 1936, p. 08.

<sup>184</sup> *Ibid.*, p. 08.

<sup>185</sup> *Ibid.*, p. 08.

sentido, “a camarilha paulista” é caracterizada pela disposição do poder, buscando prejudicar os outros Estados, aqueles “que o capital financeiro ainda não conseguiu expandir e uniformizar”. Apesar da agudização das divergências, a Liga prevê que a sucessão presidencial – devido ao caráter atual do governo e certos fatores políticos internacionais – será marcada pelo “abrandamento bem sensível da luta pela cadeira presidencial”.<sup>186</sup>

Ainda, o terceiro ponto denota outra questão, a da violenta reação contra o proletariado e a proteção descarada do governo aos integralistas que procuram “penetrar nas camadas operárias”. Por sua vez, o texto destaca a situação do proletariado marcado pela “fraqueza extrema de suas organizações”. A reação contra o proletariado atingiu seus principais espaços de atividade política:

Dissolução de todas as organizações de massa pequeno-burguesas ou proletárias; ilegalização completa dos partidos proletários e de sua ação partidária; o enxovalhamento e o gangsterismo policial nos sindicatos operários; perseguições pessoais; infiltração policial no Exército e transformação deste num órgão de feroz disciplina capitalista.<sup>187</sup>

Publicado pelo recém formado POL, o terceiro número do jornal *Sob Nova Bandeira*, de setembro de 1937, traz no título “A Luta Contra o Fascismo no Brasil” uma série de artigos que analisa o integralismo e a luta contra ele. Importa perceber como o POL analisa o desenvolvimento conjuntural da política brasileira e que forças sociais e políticas estão dispostas no tabuleiro das lutas de classe no Brasil e, a partir, de quais interesses.

O artigo que será trabalhado, intitulado “Política integralista e política anti-integralista”, trata das perspectivas do integralismo no Brasil, dos seus limites, de suas relações políticas diante do governo de Getúlio Vargas e do proletariado. Por exemplo, o POL acredita que a possibilidade daquele conquistar uma vitória própria, “à maneira italiana e sobretudo alemã”, inexistente. Tal “encarnação verde do fascismo”, dificilmente pode ir além da função de “provocador policial” ou de forjar “boatos alarmistas”. Mesmo esta “mesquinha” função não ocorre sem o auxílio aparelho governamental, aí está o perigo do integralismo e de seus cúmplices. Para o POL, o integralismo emergiu de forma distinta do fascismo, em especial, diferente de sua forma mais acabada antes da tomada do poder, a do caso alemão. Enquanto este foi marcado pelo “tom plebeu e até anticapitalista” e pela oposição aos

---

<sup>186</sup> “A perspectiva de uma guerra imperialista, que acelera a extensão do capital financeiro no sentido de aparelhamento do Brasil”. Entendido como um grande fornecedor de “matéria-prima” e de “produtos semimanufaturados”, o Brasil e a América do Sul vivenciarão uma “conjuntura de desenvolvimento econômico favorável”. (Ibid., p. 06).

<sup>187</sup> Ibid., p. 06.

governos constituídos, apesar de apoiar-se na burguesia; os integralistas desenvolveram-se na relação com o governo, “no papel de investigador da Ordem Social, com um olho em cada porta”.<sup>188</sup> Esta relação fica bem delineada pelo medo diante das perspectivas de renascimento do “movimento democrático” e do “despertar do proletariado”, a saber:

Daí o seu maior agarramento ao governo, o seu servilismo redobrado e o seu histórico jogo de provocações e ameaças terroristas das últimas semanas, em parte para atender às ordens do seu grande protetor, Getúlio Vargas, no seu plano de golpe de Estado para se conservar no poder, e em parte para persuadir à burguesia cada vez mais distante e encaminhada pelos rumos dos dois candidatos “democráticos”, da necessidade de se salvar do comunismo barbudo e truculento entregando-lhe a rosca do poder ou uma dentada da rosca.<sup>189</sup>

O POL evidencia que os políticos burgueses ligados às duas candidaturas “democráticas” esperam evitar o golpe de Estado pela tática já analisada por Marx na brochura “Dezoito Brumário”, assim como, a postura política dos aliancistas e comunistas, a saber:

“Omissão e capitulação excessivas”. Nem de José Américo, nem de Armando Salles se poderá ver o menor gesto decidido e eficaz para impedir que Getúlio realize o seu projeto de perturbar a ordem para restabelecer a ditadura. E os democratas aliancistas e “comunistas”, por sua vez, abdicam nas mãos deles de toda a responsabilidade da luta pelas liberdades democráticas.<sup>190</sup>

A primeira quinzena de dezembro de 1937 marcou o retorno do jornal *A Luta de Classe*. Ele trouxe uma análise do golpe de Estado iniciado em outubro do corrente ano e consumado no mês seguinte pela nova Constituição. Inicialmente, ele aborda a campanha eleitoral presidencial e identifica no início de 1937 uma pressão externa aliada à da burguesia, que se preparava para a disputa, que obrigou a reação a recuar através da suspensão do estado de guerra. O POL caracterizou a candidatura de Armando Salles como a representação da burguesia industrial e da “cultura intensiva” e a de José Américo como aquela dos latifundiários de São Paulo e do Nordeste. Os pontos de vistas do último receberam apoio ainda do PCB, de parte dos restos da ANL e democratas da pequena burguesia.<sup>191</sup>

Conforme o POL, a candidatura de José Américo comportava contradições devido ao amplo campo de apoio recebido, o das massas trabalhadoras e o dos elementos mais reacionários da burguesia. Isto resultou na oscilação de sua candidatura entre o emprego da

<sup>188</sup> Leo (Pseudônimo). Política integralista e política anti-integralista. In. *Sob Nova Bandeira*, n. 03, set 1937, p. 02-03.

<sup>189</sup> *Ibid.*, p. 03-04.

<sup>190</sup> *Ibid.*, p. 04.

<sup>191</sup> O golpe de Estado bonapartista. In. *A Luta de Classe*, n. 34, 10 dez 1937, p. 01-02.

demagogia e “as declarações de fidelidade às forças políticas”. Após os discursos na Bahia, marcados pela histeria, demagogia e messianismo, a candidatura de José Américo entrou em crise. Logo sua candidatura estava morta, passando a ser “um brinquedo nas mãos de Getúlio”. O POL sustentou que, apesar do recuo, a reação “conservava intactas todas as suas forças e preparava-se para entrar em ação novamente no momento oportuno”. Ao mesmo tempo, a participação da massa trabalhadora na campanha, ainda que a reboque da burguesia, evidenciava um rápido amadurecimento político cujo ponto culminante foi “a demonstração espontânea por ocasião da absolvição de Pedro Ernesto. Não obstante, este episódio marcou “o reinício das atividades da reação” que procurou organizar uma “contramanifestação” que demonstrou, principalmente, a falta de apoio da massa.<sup>192</sup>

Para o POL, a impossibilidade de buscar apoio nas massas fez a reação decidir-se pelo golpe bonapartista. Para tanto, Getúlio Vargas contava com o apoio de expressivo número de oficiais do exército e da marinha, “do integralismo”, “com as forças políticas zé-americanas, apavoradas com a feição que ia tomando a candidatura de José Américo”, e daqueles que no Rio Grande do Sul desejavam derrubar Flores da Cunha. A partir de então, o ritmo dos preparativos do golpe acelerava-se. Foi apresentado na Câmara um documento forjado pela reação e atribuído à Comintern junto do pedido de decretação do estado de guerra. Diante do “perigo comunista”, o próprio José Américo declarou-se solidário e os deputados que o apoiavam – salvo raríssimas exceções – votaram favoravelmente. O POL informou ainda que “a burguesia nacional mais adiantada, agrupada na UDB”, votou contra o estado de guerra, sem, contudo, “desmascarar audaciosamente o golpe de Estado”. Por sua vez, as lideranças “democráticas” pequeno-burguesas debandaram e, o stalinismo, impotente, foi pego de surpresa pelo rápido avanço da reação. O próprio POL – que havia proposto a candidatura de Prestes, diante das ilusões democráticas de Armando Salles e José Américo – indica que não conseguiu mudar os rumos dos acontecimentos, apesar de ter lançado uma proposta ao PCB para “um derradeiro esforço para levar a massa à luta contra a marcha ameaçadora da reação”.<sup>193</sup>

Após identificar os principais episódios do golpe bonapartista e relembrar as forças que propiciaram Getúlio Vargas desfechar o golpe final em 10 de novembro, o POL indica que “o integralismo ficou sobrando”. Os motivos indicados foram:

---

<sup>192</sup> Ibid., p. 02.

<sup>193</sup> Ibid., p. 03.

Em primeiro lugar a ausência de qualquer resistência ao golpe bonapartista tornava dispensável a mobilização da tropa de choque do sigma e a partilha do poder entre Getúlio e Plínio, com vantagens para o segundo que, contando com um partido organizado, poderia com relativa facilidade absorver todo o poder e eliminar Getúlio. Em segundo lugar Getúlio tentou conquistar deste modo uma parte da pequena burguesia (inclusive a aliancista – a adesão vergonhosa do presidente da ANL, Herculino Cascardo, que já no dia 11 passou um telegrama de adesão e solidariedade a Getúlio é bem significativa) e disfarçar até certo ponto o caráter fascista do “estado novo” instituído pela nova “constituição”. Em terceiro lugar, a dependência da economia brasileira do imperialismo (principalmente do americano e do inglês) era um óbice à participação do integralismo no poder. O integralismo, agente de Hitler e Mussolini, criaria sérias dificuldades e possivelmente graves consequências às relações do Brasil com os Estados Unidos e a Inglaterra. E o novo governo, apesar de todas as modificações, não podia deixar de estar subordinado economicamente aos imperialismos inglês e americano. Em quarto lugar, Getúlio estava interessado em que a transição se desse de modo mais suave possível, afim de que as massas não se apercebessem da nova e pesadíssima carga que lhes era imposta. Com o integralismo seria impossível evitar o aspecto violento que indisporia desde o início o “novo regimen” com a massa.<sup>194</sup>

Por outro lado, o POL sustentou que a exclusão do integralismo do poder não diminuiu o “caráter reacionário e fascista da nova ordem de coisas”. Getúlio Vargas é apresentado concentrando todos os poderes em suas mãos. Ainda, o POL adverte que é equivocado distinguir Getúlio de Plínio Salgado e considerar estado de coisas como um mal menor. É equivocado colocar em primeiro plano a luta contra o integralismo, sabotando a luta contra o golpe bonapartista. “A inclusão de grande parte do programa do sigma na nova ‘constituição’, desarmou completamente o integralismo e lhe tirou, pelo menos temporariamente, todas as suas perspectivas”.<sup>195</sup> Ainda, o POL entende que Getúlio possui certo interesse em conservar os bandos verdes, caso sua consolidação seja colocada em xeque. Contudo, ele sugere que uma relativa estabilização do novo regime tornará o integralismo desnecessário. No que se refere ao exército e políticos burgueses apoiadores do golpe, o POL indica que os mesmos disputarão a hegemonia da situação criada por um bom tempo. Esta luta pode nos bastidores prejudicar uma consolidação do regime e proporcionar uma grave crise, apesar da possibilidade de predomínio de uma das forças. Getúlio é apresentado como o traço da união momentânea destes grupos.<sup>196</sup>

Após caracterizar as forças sociais e políticas na sucessão presidencial e, em seguida, como saíram os grupos políticos que apoiaram a reação do golpe de Estado, o POL trata de problematizar no documento o caráter bonapartista do golpe. A falta de apoio sério da

<sup>194</sup> Ibid., p. 03-04.

<sup>195</sup> Leôncio Basbaum (1976, p. 109) indica que “Plínio Salgado e seus adeptos foram realmente surpreendidos com as ordens de fechamento de sua organização”. Ainda, o autor comenta que a AIB mudou o nome e alterou seus estatutos, mudando de sua forma para um “clube cívico-recreativo” que desenvolveria ocultamente “propaganda oposicionista”.

<sup>196</sup> Ibid., p. 04.

burguesia e de um amplo movimento de massa, impôs a Getúlio como primeira tarefa o convencimento da burguesia “a entregar os seus destinos nas suas mãos” e, também, através de medidas de caráter demagógico, da pequena burguesia e de parte do proletariado. Junto a essas, tornava-se necessário “situar-se na luta inter-imperialista”, evitando “a qualquer preço sérias complicações de caráter internacional”.<sup>197</sup>

Ao tratar das perspectivas do “Estado Novo”, o POL acredita que a hipótese mais provável é a de uma relativa estabilização da situação política. Ele vê a transformação ocorrendo de modo “indolor”, “sem estardalhaço” e “sem incidentes de monta”. Neste sentido, ele indica certa indiferença das massas diante da transformação radical que se operou no país. A legitimidade da ação de Getúlio não levantou dúvidas e as discussões foram travadas acerca da interpretação da nova “constituição”.<sup>198</sup>

Ainda na segunda quinzena de dezembro de 1937, *A Luta de Classe* continua a repercutir o golpe bonapartista. De autoria de Febus Gikovate, o artigo aprofunda uma questão levantada no documento analisado anteriormente, a da ausência de uma base de massa para fortalecer o regime saído do golpe de Estado. Inicialmente, o autor destaca o caráter preventivo do “golpe contra-revolucionário” para assegurar “a paz social”, ameaçada pelas eleições que, apesar do empenho real de “duas correntes da burguesia”, trazia junto “o perigo de um amplo movimento de massas”. O próprio desejo pessoal de Getúlio continuar no poder era um dado importante, mas tal possibilidade foi viabilizada por que a burguesia abdicou de gerir seus interesses temendo a luta.<sup>199</sup>

O novo regime não dispunha de uma base social que pudesse se apoiar. Ele necessitava, para manter a estabilidade do governo, criar tal apoio. Conhecendo esta dificuldade, Getúlio procurou sanar o problema. Gikovate indica que o “programa ‘nacionalista’ no papel” daquele “o reconcilia com os ‘nacional-libertadores’ da esquerda e da direita”. Ao ter de abrir mão do integralismo, devido à agênciade um imperialismo rival aos Estados Unidos, Getúlio “lançou mais uma ponte de passagem para a pequena burguesia aliancista”. Contudo, o autor entende que este apoio não é suficiente para a garantia de estabilidade do regime, visto que, “o proletariado já é, nas grandes cidades, onde em última instância se resolve os problemas políticos, uma força ponderável e talvez decisiva”. Daí a importância suscitada pelo autor das “massas trabalhadoras” necessárias para a estabilidade do regime. Esta questão coloca em evidência não somente as aspirações necessárias do regime

---

<sup>197</sup> Ibid., p. 04.

<sup>198</sup> Ibid., p. 05.

<sup>199</sup> O bonapartismo procura uma base de massa. In. *A Luta de Classe*, n. 35, 25 dez 1937, p. 01.

bonapartista, mas a necessidade de organizar a classe para a resistência pelo POL e, posteriormente lançar-se à luta contra o regime.<sup>200</sup> É neste sentido que no mês de fevereiro do ano seguinte *A Luta Classe* publica texto reforçando a necessidade de organizar a luta contra “a ditadura policial-militar de Getúlio”.<sup>201</sup>

Por outro lado, *A Luta de Classe* analisa, em novembro de 1938, uma mensagem de Getúlio Vargas entregue à imprensa às vésperas do aniversário de um ano do Estado Novo. O POL indica que a mensagem traz um balanço das “realizações”, mas evita os problemas que interessam ao povo. Por exemplo, ela não faz referência ao salário mínimo. Todavia, a mensagem traz várias promessas à classe operária, como o “lar do trabalhador” e “restaurantes populares”, a partir do dinheiro retirado “nas reservas das instituições da previdência”.<sup>202</sup> Ao evidenciar uma série de questões que o governo vem capitulando aos poderosos, o POL traça um balanço um tanto diferente daquele da mensagem, a saber:

Diminuição dos salários tanto relativa quanto absolutamente; encarecimento dos gêneros de primeira necessidade; desvalorização da moeda; inflação; desrespeito sistemático e cada vez maior às leis sociais; extinção de todas as liberdades mesmo a de protestar e dizer que tem fome e está sendo roubado; prisões abarrotadas de operários, soldados, marinheiros, intelectuais; presídio político em ilha deserta afastada de toda a civilização (...); instituição de trabalho forçado para presos políticos.<sup>203</sup>

O texto encerra com a palavra de ordem “abaixo o governo semifascista de Getúlio” e com a defesa de “uma assembléia Nacional de delegados eleitos democraticamente por todos os cidadãos maiores de 18 anos, de qualquer raça, cor ou religião”.<sup>204</sup>

Ainda na presente edição, o POL repercutiu “A Conspirata de Belmiro Valverde e Severo Fournier”, “o fracassado *putsch* verde de 11 de maio último”. O texto indica que Getúlio buscou – “graças ao sentimento pronunciadamente antifascista do povo brasileiro e a uma demagogia ‘anti-extremista’” – a popularização do novo regime, o que de fato conseguiu.<sup>205</sup>

É interessante destacar que o POL assinala que o rótulo de “popular” e “anti-extremista” do Estado-Novo nada mais é que “*uma forma abasileirada de fascismo*”, apesar da ausência do “caráter formal do Estado totalitário”, ainda que suas características estejam

<sup>200</sup> Ibid., p. 01-02.

<sup>201</sup> É preciso organizar desde já a luta contra a ditadura policial-militar de Getúlio. In. *A Luta de Classe*, n. 38, 15 fev 1938, p. 01.

<sup>202</sup> A fala do throno. In. *A Luta de Classe*, n. 41, 22 nov 1938, p. 01-02.

<sup>203</sup> Ibid., p. 02.

<sup>204</sup> Ibid., p. 02.

<sup>205</sup> A Conspirata de Belmiro Valverde e Severo Fournier. *A Luta de Classe*, n. 41, 22 nov 1938, p. 08.

presentes. A conspirata propiciou a Getúlio levar uma “ofensiva completa contra o que restava teoricamente de garantias individuais e os presídios encheram-se mais ainda e não penas de integralistas, mas de democratas, comunistas, socialistas, militantes sindicais e nacionais – libertadores e etc”. Contudo, os “chefões galinhas-verdes” estão livres e outros destes “em plena liberdade e certamente apoiados por Getúlio”. Portanto, a luta contra o fascismo e o integralismo significou lutar contra seus cúmplices e protetores, tais como, Getúlio Vargas e Felinto Muller, mais exatamente, contra a “adaptação do fascismo aqui”.<sup>206</sup>

A partir de agosto de 1939, a luta contra o fascismo e a reação seria de desenvolvida pelo PSR através do jornal *A Luta de Classe* e o *Boletim*. Todavia, os textos publicados em ambos no ano corrente não trouxeram mudanças significativas sobre o entendimento do regime bonapartista do Estado Novo. Respectivamente, a partir de agosto e novembro não há notícias de novos jornais ou boletins de mesmo nome ou não. A imprensa política trotskista parece ter sido interrompida ou vítima da repressão. O próximo jornal será publicado pelo PSR apenas em 1945 sob o nome de *Luta Proletária*. Portanto, a pesquisa sobre a interpretação trotskista acerca da política brasileira, das forças sociais e políticas em presença, assim como, suas composições e recomposições das classes e frações de classe e os interesses sociais, de 1940 a 1944, fica – com raríssimas exceções – prejudicada.

---

<sup>206</sup> Ibid., p. 08.





## **4. ASSERTIVAS TROTSKISTAS SOBRE A LEGISLAÇÃO, A CONCEPÇÃO E O MOVIMENTO SINDICAL PELO VIÉS DE SUA IMPRENSA POLÍTICA DOS ANOS 1930**

Nas páginas seguintes serão tratadas determinadas questões que modificaram profundamente o movimento sindical e sua estrutura em relação à década anterior. Tais modificações devem ser apreendidas historicamente, pois, a estrutura sindical de traços fascistas que emerge no período, não concentra todas as suas características de imediato, ela é erigida diante de um contexto conturbado da política brasileira, eivado de arranjos e rearranjos políticos que atingem classes e frações de classe.

Diante desse estado de coisas, o capítulo objetiva evidenciar a concepção sindical dos trotskistas, sua crítica às vicissitudes do movimento sindical e a percepção da legislação sindical na década de 1930. Para tanto, serão utilizadas as notícias e análises divulgadas pela imprensa trotskista brasileira que publicou, a saber: *A Luta de Classe* (1930-1939), *O Comunista* (1934), *O Proletário* (1935-1936) e *Sob Nova Bandeira* (1937).

### **4.1 O movimento sindical pelo viés da Oposição de Esquerda no Brasil**

No início da década de 1930 no Brasil, os trotskistas procuraram intervir nos sindicatos desde a formação do GCL. Do antigo ativismo sindical de matiz comunista, de fins dos anos 1920, eles deram continuidade – organizando-se como fração do PCB – a partir da frágil base constituída naquele partido. Deve-se sublinhar que os “trotskistas” nada de novo começaram; contudo, a experiência, espacialmente circunscrita, no período fracionário caracterizou-se por uma fragilidade ainda mais acentuada. De certo, a frágil inserção sindical não foi uma característica apenas do PCB, nos anos 1920, ou de sua fração no início da década de 1930.

Cabe ressaltar que o início da década, momento de reorganização do GCL, trouxe significativas mudanças para a sociedade brasileira oriundas da mal chamada “Revolução de 1930”. Como indica Marcelo Badaró Mattos:

Mudanças na política econômica, reorientando paulatinamente os investimentos e prioridades para o setor urbano-industrial, sem entretanto qualquer ruptura mais abrupta com os interesses da grande lavoura. Alterações no papel do Estado, economicamente mais interventor e politicamente mais centralizador, que, com

todas as nuances possíveis em jogo, tendeu a caminhar no sentido de uma conformação francamente autoritária. (...). A proposta difundida nos discursos dirigentes da época de convivência harmônica entre trabalhadores e empresários, arbitrada por um Estado que seria, ainda segundo aqueles discursos, ao mesmo tempo regulador e protetor, apresentando-se como inventor da legislação social. (MATTOS, 2003, p. 11).

Ainda, Mattos indica que “quatro núcleos básicos de leis” compunham esta legislação social, o da legislação previdenciária, as leis trabalhistas, a legislação sindical e aquelas que resultaram na Justiça do Trabalho. Vejamos a substância de cada núcleo evidenciado pelo autor:

a) a legislação previdenciária, generalizando as primeiras experiências dos anos 1920 com as Caixas e Aposentadorias e Pensões, mais tarde chamadas de Institutos, que, com contribuições do Estado, dos patrões e dos trabalhadores, iriam garantir um mínimo em termos de seguridade social - aposentadorias, pensões, indenizações e assistência médica; b) as leis trabalhistas propriamente ditas, que regulavam jornadas e condições de trabalho, férias, descansos semanais remunerados, pisos salariais etc; c) a legislação sindical, que instituiu o modelo de sindicato único por categoria e região (monopólios de representação), estrutura vertical por categorias (sindicatos no nível local, federações no nível regional e confederações de abrangência nacional), e a tutela do Ministério do Trabalho sobre as entidades sindicais, com poder de fiscalização das atividades e de intervenção nas direções; d) as leis que instituíram a Justiça do Trabalho, encarregada de arbitrar os conflitos de natureza trabalhista. (Ibid., p. 11-12).

Os aspectos contidos nos respectivos núcleos citados por Mattos devem facilitar a investigação de como e quando estes foram noticiados e problematizados na imprensa política trotskista do Brasil e, caso não tenham sido, indicá-los. No entanto, indica-se que o foco do capítulo concentra-se no terceiro núcleo, o da legislação sindical e, em determinados momentos, sobre o segundo núcleo, o das leis trabalhistas.

Portanto, busca-se apreendê-los historicamente a partir dos jornais e boletins publicado nos períodos do “Governo Provisório (1931-1934)”, do “Governo Constitucional (1934-1937)”, e de parte da ditadura do “Estado Novo (1937-1939). Posto de outra forma, a análise é iniciada com o período de gestação “bonapartista”, alcança o do “bonapartismo semiparlamentar” diante da escalada bonapartista, resultando no “18 Brumário de Getúlio Vargas”, o do “fastígio bonapartista”.<sup>207</sup>

No que se refere aos ativistas sindicais “trotskistas” e sua imprensa política, destaca-se que o marco temporal estipulado deve suscitar outras questões além dos aspectos da “legislação sindical” e delimitar o marco espacial do ativismo e da crítica sindical encontrado

<sup>207</sup> O conjunto dos anos 1930-1945 foi alvo da pesquisa de Demier (2013) acerca da presença do fenômeno do bonapartismo nestas paragens.

nas fontes. Assim, deve acompanhar a análise, referências pontuais sobre os locais de intervenção e crítica sindical e, também, a evolução de sua concepção sindical.

Entre maio de 1930 e outubro de 1933 – o período de intervenção fracionária junto ao PCB, via GCL e LC – a questão sindical<sup>208</sup> é discutida apenas pelo jornal *A Luta de Classe* (o *Boletim da Oposição* não traz notícias específicas sobre o assunto) e, mesmo assim, dos dez números disponíveis para a consulta, de um total de dezessete, oito trouxeram análises, notícias e debates sobre esta questão. Neste sentido, o assunto é recorrente entre maio de 1930 e janeiro de 1933, quando se referindo às edições disponibilizadas pelo CEMAP. Especificamente, os jornais tratam, sobretudo, dos anos de 1930 e 1931 (o ano de 1932 teve apenas uma edição publicada e, de janeiro a outubro de 1933, das três edições disponíveis, apenas a de janeiro trata da questão sindical).

Intitulada “Notas sindicais”, o jornal *A Luta de Classe* publica uma crítica a postura do PCB em relação aos sindicatos, devido à reação desencadeada pelo golpe de Estado de 1930, sobre o abandono dos mesmos “à própria sorte” diante do sonho da “revolução agrária e antiimperialista”. O contexto analisado refere-se, sustenta a Oposição de Esquerda, a uma “situação especialíssima” que propiciou ao patronato “lançar mão de todos os meios a seu alcance para aumentar seus lucros à custa da miséria que paralelamente acarreta aos lares proletários”. O GCL adverte que a redução salarial, o aumento das horas de trabalho e o regime de fome a que estão submetidos os trabalhadores intenta reunir ao patronato “condições objetivas excelentes” para sua “reorganização”. Diante desta situação, a fração do PCB defende uma reorganização sindical em novos moldes que resistam frente à reação e, ainda, a “ação dissolvente” da direção do PCB.<sup>209</sup>

Esta reorganização – no entanto – parece antes um ajustamento de contas com a postura da direção do PCB acerca dos sindicatos em fins da década de 1920; afinal, o centro do debate recai justamente sobre a polêmica da Oposição Sindical que critica o tratamento político dado ao sindicato pelo Partido.<sup>210</sup> Isto fica evidente no seguinte trecho da análise:

E o melhor meio de se preparar militantes capazes e massas combativas é levar os sindicatos à luta, periodicamente, pelas reivindicações de melhorias econômicas imediatas, pois só na prática os operários se convencerão da inevitabilidade de se transformar a luta econômica em luta política.<sup>211</sup>

<sup>208</sup> Referimo-nos por questão sindical as notícias veiculadas sobre o movimento operário brasileiro, a participação sindical, e, ainda, aqueles textos teóricos acerca da concepção sindical e referentes à legislação social.

<sup>209</sup> Notas sindicais. In. *A Luta de Classe*, n. 01, Rio de Janeiro, mai 1930, p. 03.

<sup>210</sup> Ver página x do capítulo 01.

<sup>211</sup> *Ibid.*, p. 03.

Portanto, a Oposição de Esquerda indica a necessidade de convencimento aos trabalhadores de que os sindicatos são – em primeiro lugar – “organismos de luta econômica dos operários que se colocam no terreno da luta de classes”. A própria conquista da hegemonia no seio do proletariado torna-se dependente de uma defesa daqueles interesses.<sup>212</sup> Ressalta-se que ao criticar o PCB, o GCL evidencia concomitantemente uma metodologia para a vanguarda debater junto aos trabalhadores, imputando à prioridade da luta econômica nos sindicatos e sua função de ponte à luta política.

No mês seguinte, o jornal *A Luta de Classe* repercute novamente a questão no artigo “Marx e a questão sindical”. A análise historiciza a questão dos sindicatos nos termos do seu passado – de origem espontânea e limitados pelas reivindicações quotidianas –, do presente (1886) – de união dos trabalhadores de todos os países na construção fraternal e de laços comuns, a internacional / o internacionalismo – e, de seu futuro (depois de 1886) – de “ser o centro de ação consciente da classe operária, para o bem maior de sua emancipação completa”, sustentando o movimento social e político para “a emancipação completa”. Evidencia-se, assim, uma evolução histórica dos sindicatos que se desenvolve incorporando novos elementos às suas características. Conforme o GCL, o futuro referencia a concepção sindical de Marx para a crítica da concepção puramente política da luta proletária do “trade-unionismo” e do “lassalianismo”, servindo ao GCL para criticar o avanço desta tendência nas fileiras da Comintern.<sup>213</sup>

Reivindicando Marx<sup>214</sup>, a Oposição de Esquerda sustenta que para ele:

Os sindicatos são a forma tirada diretamente das condições sociais existentes, da organização do proletariado, como classe. O proletariado, como a única “classe verdadeiramente revolucionária”. (...) O proletariado como classe, tem de lutar objetivamente pelo socialismo; e por isso Marx qualifica os sindicatos (isto é – o modo mais direto de o proletariado tomar a forma de classe) de “escola do socialismo”.<sup>215</sup>

Por outro lado, a questão do partido aparece diferenciada do sindicato enquanto “a consciência de classe concentrada”, “a vanguarda conscientemente revolucionária”. Foi a partir destas questões que Lenin formulou “a concepção marxista das relações recíprocas

---

<sup>212</sup> Ibid., p. 03

<sup>213</sup> Marx e a questão sindical. In. *A Luta de Classe*, n. 02. Rio de Janeiro, jun 1930, p. 02.

<sup>214</sup> O documento ampara-se teoricamente e cita extratos da resolução sindical do Congresso de Genebra da Primeira Internacional de 1886, do livro *Salário, Preço e Lucro* e do livro *Manifesto Comunista*, ambos de Karl Marx.

<sup>215</sup> Ibid., p. 02.

entre o partido, o sindicato e a classe”, deformada pela Comintern. Assim, os “trotskistas” negam tanto a concepção sindicalista de “negação mecânica de toda ligação entre o partido e o sindicato” quanto a do PCB de “predomínio automático e formal do partido diretamente sobre o sindicato”.<sup>216</sup>

Essa oposição a concepção sindical do PCB reincide na presente edição de *A Luta Classe*. Conforme o GCL, a baixa adesão numérica dos tecelões da Fábrica de Tecidos Aurora para a cotização e custeio do *habeas-corporis* de dois camaradas presos é relacionada ao método empregado pelos militantes do PCB daquela fábrica, baseado antes na “fé revolucionária”.<sup>217</sup> Junto a esta questão, o GCL evidencia a do atraso ideológico<sup>218</sup> de grande parte dos tecelões.<sup>219</sup>

Ainda, a edição de junho destaca o lançamento do jornal *Voz do Gráfico*, referente ao mês de maio, e a retomada das atividades pela nova redação e direção da União dos Trabalhadores Gráficos (UTG). O GCL evidencia que o novo organismo diretivo busca reconduzir esse organismo de classe à “luta intransigente em defesa dos interesses direitos de seus associados”, diante do “elevado número de companheiros gráficos que voltam ao seio do seu sindicato”.<sup>220</sup>

Na edição de julho, a UTG ganha novamente as páginas de *A Luta de Classe*. O GCL demonstra como está ocorrendo a reorganização do sindicato na capital e as medidas para conquistar um maior número de aderentes.<sup>221</sup> Ainda, a presente edição noticia a traição da diretoria do Centro Cosmopolita – corporação dos cozinheiros e garçons – em conluio com a “Quarta Delegacia Auxiliar” sob o pretexto de reprimir a propaganda comunista e a fraude da assembléia que reformou os estatutos do centro, prorrogando “por mais de três anos o mandato da atual diretoria policial”, após esta ser rechaçada.<sup>222</sup> Também, consta a divulgação de uma demissão de um padeiro que ocasionou na contratação de outro que não organizava-se na “União dos Trabalhadores em Padarias” e a combatia energicamente. Diante do ocorrido, cinco padeiros resolveram paralisar o serviço e solicitar a demissão do mesmo. Contudo, eles

<sup>216</sup> Ibid., p. 02.

<sup>217</sup> Na edição de agosto de *A Luta de Classe*, o GCL criticou o PCB por impor uma hierarquia burocrática aos sindicatos, a saber: “o proclamar-se quixotesicamente nos comícios de 1º de maio que a Federação é obra do Sindicato, que todos sindicatos são comunistas”. Para o GCL, esta diretriz contribui para a repressão do “aparelho policial da burguesia” e “não serve para fortalecer os sindicatos nem aproximá-los do partido”. Resumidamente, a crítica incide no fato de que “toda a luta contra a classe operária” reduz-se “num simples episódio de perseguição aos comunistas”. Ver: Provocação e clandestinidade. In. *A Luta de Classe*, n. 04. Rio de Janeiro, ago 1930, p. 02.

<sup>218</sup> Esta característica será analisada a seguir.

<sup>219</sup> Entre os tecelões da Fábrica de Tecidos Aurora. In. *A Luta de Classe*, n. 02, Rio de Janeiro, jun 1930, p. 06.

<sup>220</sup> UTG. In. *A Luta de Classe*, n. 02, Rio de Janeiro, jun 1930, p. 06.

<sup>221</sup> UTG. In. *A Luta de Classe*, n. 03, Rio de Janeiro, jul 1930, p. 03.

<sup>222</sup> Centro Cosmopolita. In. *A Luta de Classe*, n. 03, Rio de Janeiro, jul 1930, p. 01.

foram presos no dia seguinte e levados pela Quarta Delegacia Auxiliar, ficando quatro dias detidos para refletirem que, “no regime atual, o trabalho não é livre”.<sup>223</sup>

Ressalta-se que estas notícias acerca da reorganização da UTG no Rio de Janeiro, da repressão ao Centro Cosmopolita e a prisão dos padeiros vinculados a União dos Trabalhadores em Padarias parece indicar os sindicatos, aos quais, a Oposição de Esquerda manteve algum contato. Contudo, o trabalho mais relevante foi o da UTG que, ao que tudo indica, eles dirigiram ou tiveram parte na direção.<sup>224</sup>

Na edição de agosto, o jornal *A Luta de Classe* publicou documento que analisa os trabalhos de Losovsky, publicados pelo PCB na segunda edição da *Folha de Discussão*, sobre o movimento sindical revolucionário do Brasil e, que imputam ao mesmo, um momento incontestavelmente difícil. O GCL concorda em tese com a assertiva, no entanto, indica um partido pouco conhecido, apesar de oito anos de vida, e desmoralizado.<sup>225</sup> O balanço do GCL é incisivo:

De nada nos adiantou termos fundado, sucessiva e burocraticamente federações e confederações, que acabaram existindo apenas no papel, sem termos adquirido a capacidade de orientá-las e torná-las organismos em condições de defender os interesses da classe trabalhadora.<sup>226</sup>

A seguir o GCL aborda a questão da “pobreza ideológica do nosso proletariado urbano” mencionado na página anterior. Aliás, “ignorante” do papel que representa na sociedade e “sem espírito de classe”. Por exemplo, na ocasião de sua sindicalização, ele indaga as vantagens que poderá usufruir devido à cota que contribuirá. Ele não compreende que “deve organizar-se para defender os interesses de sua classe”. Para o GCL não se deve estranhar tal mentalidade, pois “pouco ou nada se fez” em termos de “educação política”. Desse modo, refuta-se a afirmação de Losovsky de que “a opressão política esmagadora” e “a difícil situação econômica” contribuíram para o desenvolvimento do “espírito combativo das massas e de sua consciência de classe”.<sup>227</sup> Portanto, fica evidente a importância dada pela Oposição de Esquerda no Brasil à educação política do proletariado e o papel fundamental que deve ser exercido por sua vanguarda para realizar o primeiro a contento.

<sup>223</sup> Proletários ou escravos. In. *A Luta de Classe*, n. 03. Rio de Janeiro, jul 1930, p. 02.

<sup>224</sup> Na historiografia é consenso que os trotskistas dirigiram a UTG e mantiveram grande influência nos primeiros anos da década de 1930. Para mais informações ver: MARQUES NETO (1993), KAREPOVS & MARQUES NETO (2002).

<sup>225</sup> A I. S. V. e o movimento sindical revolucionário no Brasil. In. *A Luta de Classe*, n. 04. Rio de Janeiro, ago 1930, p. 06.

<sup>226</sup> *Ibid.*, p. 06.

<sup>227</sup> *Ibid.*, p. 06.

Ainda, o GCL refere-se ao erro de negar que exista no Brasil “uma corrente operária com o caráter reformista ou social-fascista”. Apesar do surgimento do PCB, as direções que se sucederam não foram capazes de desagregá-las, nem conquistar seus componentes à luta revolucionária. A crítica incide pela forma política do PCB opor-se a essas correntes reformistas, taxando seus chefes de traidores, ao invés de defender na base “a necessidade de levar as suas organizações às lutas econômicas, nas quais seriam desmascarados os que se haviam empoleirado nas direções”.<sup>228</sup> Ou seja, a dissociação da luta econômica como ponte para a luta política e, ainda, o privilégio da última no movimento sindical pelo PCB.

Na última parte do documento outro desacordo fundamental aparece entre o GCL e Losovsky. Enquanto o último considera acertada a criação da Confederação Geral do Trabalho no Brasil (CGTB) no ano de 1929 e a define por “um fenômeno de grande alcance no movimento operário brasileiro”, o GCL demonstra um “completo desacordo”:

1º Por que ela não correspondeu de maneira nenhuma a um “PODEROSO SURTO de atividade combativa da massa” (...). 2º porque a iniciativa redundou em “droga”, como, aliás, constata o nosso camarada, e isto porque o que se tinha em vista, naquela ocasião, não era educar e agrupar massas revolucionariamente, mas demonstrar, para efeito externo, grande trabalho, ou “trabalho muito” como dizem os nossos colegas do norte... E essa iniciativa que devia marcar o ponto de partida de um grande trabalho, marcou justamente o inverso: o início do desbaratamento do pouco que já se havia feito.<sup>229</sup>

Indica-se que os textos publicados em *A Luta de Classe* no ano de 1930 revelam a atividade fracionária, sobretudo, de crítica a concepção sindical do PCB e de sua intervenção no movimento sindical. Neste sentido, a crítica proporciona sistematizar as ideias sindicais que os próprios oposicionistas formularam de forma fragmentária no período anterior, antes do desenvolvimento da atividade fracionária e ordená-las para atividade sindical.

De novembro de 1930 a março de 1931, o Governo Provisório de Vargas buscou tratar daquilo que a historiografia comumente chamou de “questão social”. Conforme Almeida, a mesma teve “algum destaque” na “Plataforma da Aliança Liberal”, de janeiro de 1930. Depois que o Governo Provisório foi instalado, a autora informa que esse “compromisso foi mantido”. Ao final de novembro, foi criado o Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio (MTIC) que através de uma série de decretos-leis procurou enfrentar a questão. (ALMEIDA, 1978, p. 172). Sobre a série de decretos-leis, destaca-se a afirmação de Almeida:

---

<sup>228</sup> Ibid., p. 06

<sup>229</sup> Ibid., p. 06.



Quando da instalação da Assembléia Constituinte a 10 de novembro de 1933, todas as principais medidas referentes às relações de trabalho já se haviam transformado em lei – a exceção do direito à estabilidade, restrito ainda a algumas categorias de trabalhadores em serviços urbanos. (Ibid., p. 173).

Opinião semelhante foi compartilhada por Mattos acerca do chamado “Ministério da Revolução”, quando evidencia que as relações entre Estado e trabalhadores no primeiro governo Vargas (1930-1945) tiveram diferentes fases. Neste sentido, o autor entende que foi do MTIC na primeira fase (1930-1934) que “originou-se a quase totalidade das leis que foram depois reunidas e sistematizadas, em 1943, na Consolidação das Leis do Trabalho (CLT)”. (MATTOS, op. cit., p. 12).

Em março de 1931, na ocasião da Conferência Operária Estadual de São Paulo, organizado pela Federação Operária (anarquista), Karepovs e Marques Neto sublinham que a mesma teve a participação dos “mais importantes sindicatos de São Paulo, ao qual os oposicionistas pretendiam comparecer, ao lado dos comunistas, e conquistar a liderança do conclave da liderança anarquista”. (KAREPOVS & MARQUES NETO, op. cit., p. 123). A repercussão da conferência nas páginas de *A Luta de Classe* teve lugar na edição de fevereiro / março de 1931.

A LC apresentou no conclave projeto de resolução sobre a “orientação sindical” que foi rejeitada pela maioria anarquista, a saber:

1º) Condenar todas as tendências de apoliticismo sindicalista, de neutralidade e alheamento à atividade política do partido revolucionário do proletariado (...); 2º) Lutar intransigentemente contra todas as manifestações de reformismo e corporativismo que surjam nos sindicatos como expressões típicas de colaborações de classes; 3º) Protestar energicamente contra todas as tentativas de oficialização dos sindicatos operários, que vem sendo feitas pela burguesia por intermédio de seu Ministério do Trabalho e que anunciam o perigo de uma degenerescência dos sindicatos operários em organizações fascistas; 4º) É preciso agir com toda a energia contra as manifestações de divisionismo no sentido de opor à ofensiva capitalista toda a classe operária unida (...). A conquista da maioria da classe operária domina toda a atividade sindical e confunde-se com a luta pela unidade.<sup>230</sup>

Outro ponto importante do conclave foi a questão da Unidade Sindical, à qual a LC apresentou duas propostas. Na primeira, após indicar a existência de duas confederações operárias nacionais, a transitória “Confederação Operária Brasileira” (COB) e a recém organizada CGTB, ela propõe que a Federação Operária de São Paulo apóie o movimento pela reorganização da CGTB e, uma vez reorganizado, ingresse ao lado das demais federações estaduais. Rejeitada esta proposta, a LC sublinha a necessidade de acabar com o divisionismo

<sup>230</sup> A oposição comunista e a orientação sindical. In. *A Luta de Classe*, n. 06. São Paulo, fev / mar 1931, p. 04.

sindical e propõe “lutar pela realização de um congresso operário nacional de unidade sindical, onde será reorganizada uma confederação nacional na base de união de ambas”. No entanto, esta proposta foi igualmente rejeitada pelos anarquistas.<sup>231</sup>

Algumas considerações acerca da Conferência Operária Estadual de São Paulo merecem destaque. A primeira refere-se a proposta de unidade sindical, esta evidencia o sincero entendimento da LC acerca do seu caráter fracionário em relação ao PCB, em especial, quando ela propõe essa unidade a partir da CGTB, fortemente criticada anteriormente. Não obstante, cabe a LC o papel de propor a unidade às correntes sindicais auto-intituladas revolucionárias, mediante a organização de uma confederação operária nacional. Por outro lado, a segunda infere à orientação sindical, a crítica ao apoliticismo sindicalista. Não custa rememorar que a LC criticou a orientação francamente política do PCB em relação aos sindicatos; aos anarquistas – diametralmente oposta – a crítica refere-se a adoção de uma orientação francamente sindicalista<sup>232</sup>. Portanto, deve-se reforçar que a Oposição de Esquerda traçou como linha justa ao movimento operário a efetivação da unidade sindical.<sup>233</sup>

Ainda, destaca-se que o projeto de resolução da LC sinalizou à necessidade de protestar contra a tentativa de sindicalização oficial dos sindicatos operários pela burguesia via intermediação do MTIC. Na edição de maio de 1931, *A Luta de Classe* alerta para “o trabalho contínuo de mistificação entre os operários” pelo recém criado MTIC e pela a lei de sindicalização que “veio acentuar ainda mais que está dominando no governo do Brasil um espírito fascista em processo de cristalização”.<sup>234</sup>

No ano de 1931 a LC não desenvolve nenhuma análise substancial na sua imprensa política acerca dos decretos-leis oriundos do Governo Provisório de Vargas. Contudo, ela sinaliza pequenas incursões críticas perante as mesmas e acompanha o desfecho entre a proposta e sua posterior concretude na realidade brasileira. De qualquer forma, a sindicalização oficial instituída pelo decreto nº 19.770 e sua difusão pelo MTIC impactaram o movimento sindical e a classe operária. A seguir, Mattos identifica o significado do decreto e a função do MTIC para a sua generalização:

<sup>231</sup> Os anarquistas contra a unidade sindical. In. *A Luta de Classe*, n. 06. São Paulo, fev / mar 1931, p. 04.

<sup>232</sup> Essa questão do apoliticismo sindical anarquista seria novamente problematizada na edição seguinte do jornal. Ver: Apoliticismo sindical. In. *A Luta de Classe*, n. 07. Rio de Janeiro, 1º mai 1931, p. 02-03.

<sup>233</sup> Em outubro de 1932, esta relação do partido e sindicato foi discutida novamente, a partir de um texto de Trotsky. Ver: Partido e Sindicato. In. *A Luta de Classe*, n. 08, São Paulo, out 1932, p. 04.

<sup>234</sup> Repressão sistemática. In. *A Luta de Classe*, n. 07. Rio de Janeiro, 1º mai 1931, p. 05-06.

Servir como interlocutores dos trabalhadores junto ao governo e vice-versa, funcionando por dentro do Estado, como órgãos públicos e, portanto, submetidos também às diretrizes das demais instâncias governamentais. (...). Além de estimular a criação de sindicatos oficiais, quase sempre com pouca representatividade, uma das estratégias adotadas pelo Ministério para angariar adesões “voluntárias” ao seu modelo de sindicato foi vincular a concessão de benefícios das novas leis trabalhistas à representação por sindicatos reconhecidos, deixando assim que as lideranças mais combativas sofressem a pressão para a busca de reconhecimento do Ministério por parte de suas bases, ansiosas por usufruir os benefícios da legislação. (MATTOS, op. cit., p. 13-14).

Após um intervalo de um ano e quatro meses, devido à repressão que se abateu aos redatores e a própria LC, o jornal *A Luta de Classe* é retomado em outubro de 1932. A nova edição traz uma sucinta análise do “momento sindical”, repercutindo a “ação sindical praticamente nula” na cidade de São Paulo durante a chamada “Revolução Constitucionalista”. Nesse momento, a LC evidencia que os sindicatos limitaram-se “a não fecharem as portas”. Como causa imediata da inação, ela pondera a intensa repressão que se abateu “sobre os militantes mais combativos e conscientes”. Contudo, ela aponta como causa fundamental da paralisia “a política liquidacionista da burocracia stalinista e o sectarismo dos remanescentes amarelecidos do anarquismo”.<sup>235</sup>

A edição de janeiro de 1933 de *A Luta de Classe* realizou um amplo balanço da intervenção comunista no movimento sindical e, em menor medida, do anarquismo. Substancialmente, as três análises não trouxeram nada de novo; apesar das consequências mais mediatas da atividade sindical daqueles. Para não ficar repetitiva a crítica da Liga, apresenta-se uma síntese das questões suscitadas pelos textos.

Intitulado “Anarquismo e Stalinismo”, o primeiro texto remete à Conferência Operária realizada em São Paulo em março de 1931, marcada por um anarquismo envelhecido que não se renovará. Todavia, a perspectiva de definhamento dessa corrente não foi concretizada, ascendendo uma geração de jovens militantes. A Liga imputa aos comunistas a responsabilidade de ressuscitar o “cadáver” do anarquismo em São Paulo, realizando uma retrospectiva da atividade stalinista desde fins 1930.<sup>236</sup>

Ainda, o segundo texto – uma carta do Rio sobre o movimento sindical – trata da influência dos “amarelos” no movimento sindical do país e da “ausência do nosso Partido” diante da “arrogância com que os agentes patronais ligados ao Ministério do Trabalho se arvoram em líderes do proletariado”. Traidores de ontem estão à frente da maioria dos sindicatos, em especial, no Rio de Janeiro, devido a grande influência dos “ministerialistas”.

<sup>235</sup> Momento sindical. In. *A Luta de Classe*, n. 08. São Paulo, out 1932, p. 04.

<sup>236</sup> Anarquismo e Stalinismo. In. *A Luta de Classe*, n. 09. São Paulo, jan 1933, p. 03.

A carta indica que estes já se manifestam, diante da pressão das massas, favoráveis a uma reforma da lei de sindicalização oficial, representando uma “vitória parcial da nossa campanha”. Trata-se, portanto, sustenta a LC, de “redobrar de energia na campanha pela revogação da lei de sindicalização”.<sup>237</sup>

Em seguida, a carta da regional do Rio problematiza a contraditória política da burocracia stalinista, utilizando o exemplo da UTG na capital. Vejamos.

A UTG no Rio aprovou, em uma de suas últimas reuniões de representantes, várias medidas preconizadas por nós, Oposição de Esquerda, contra a reação policial que pesa sobre o movimento operário. Uma dentre essas medidas consiste na formação de uma poderosa frente única de todos os sindicatos contra esse perigo. Em face de uma proposta como essa, que valia por si só como um desmentido categórico a todas as calúnias assacadas contra nós pelos stalinistas, – eles não tinham outra coisa a fazer senão apoiá-la. E o que é mais interessante porque revela claramente a contradição da política burocrática, está no seguinte: ao ser encaminhada a discussão da proposta da UTG no sindicato dos metalúrgicos, não só Casini e os operários a ele ligados como ainda os próprios operários da fração dirigente do partido acentuaram a importância do referido documento, lutando ombro a ombro contra os “ministerialistas” e outros amarelos camuflados. Esse fato veio provar à evidência como é ridícula e indigna a acusação de contra-revolucionários, “social-fascistas”, traidores com que os stalinistas pretendem desmoralizar aqueles que não se submetem cegamente à sua direção.<sup>238</sup>

Contudo, a proposta da UTG ao sindicato dos metalúrgicos foi derrotada pelos agentes do patronato que obtiveram maioria após uma longa discussão em torno do assunto. A Liga criticou “a falta de iniciativa e clareza por parte dos oradores comunistas”, imputando aos mesmos o descontentamento da assembléia.<sup>239</sup>

Ressalta-se que este documento importa por que demonstra a iniciativa da Oposição de Esquerda e de sua liderança frente à UTG na capital. Também, evidencia a política de frente única preconizada pela revogação da lei de sindicalização e uma análise do papel do MTIC no interior do movimento operário, relacionado aos “amarelos” e “ministerialistas”. Outra questão é a da demonstração empírica da contradição que perpassa o PCB e sua intervenção sindical sectária.

Por fim, o último documento que ilustra o período fracionário enquanto Oposição de Esquerda é aquele intitulado “A lição dos Tecelões e o Aventurismo”. Do mesmo, importa indicar a adesão da União dos Operários em Fábrica de Tecidos em São Paulo à sindicalização oficial. A parte da crítica à postura sectária dos comunistas, que proporcionou o referido desdobramento, destaca-se o papel do MTIC. Conforme a LC, a eclosão de “greves

<sup>237</sup> Movimento sindical. Liquidacionismo. In. *A Luta de Classe*, n. 09. São Paulo, jan 1933, p. 03.

<sup>238</sup> *Ibid.*, p. 03.

<sup>239</sup> *Ibid.*, p. 04.

parciais” propiciou policializar o movimento. “Em muitos casos, os próprios patrões tomavam imediatamente a deliberação de fechar as portas da empresa, no evidente intuito de ameaçar infamemente os operários com o desemprego”.<sup>240</sup> Desta forma, criava-se uma situação desejável para o aparecimento do representante do MTIC, a saber:

Diante das portas fechadas das fábricas, por ordem do patrão, ou em face da falta de direção ou viabilidade do movimento, os operários grevistas, tapeados, ficavam sem saber o que fazer. Era então que chegava o sindicalizador mór, como a mandado do céu, com o seu remédio infalível – a sindicalização. Si os operários querem obter lei de férias, é só sindicalizarem-se. Só sindicalizados é que o sindicalizador poderia obrigar os patrões a lhes pagas férias, a lhes abrir as portas das fábricas, a não despedi-los, aumentar-lhes os salários, dar-lhes tudo, enfim.<sup>241</sup>

O relato põe a nu determinadas estratégias lançadas pelos patrões conjuntamente ao MTIC visando à adesão aos sindicatos oficiais. À Oposição de Esquerda, esta tendência se fortalecia diante da atividade sindical sectária e, conseqüentemente, dos erros cometidos por anarquistas e comunistas que obstaculizaram a unidade sindical.

A situação do movimento sindical no início dos anos 1930 tinha características comuns ao movimento operário de qualquer país, marcado por divergentes linhas políticas. Contudo, uma característica peculiar ao caso brasileiro é indicada por Almeida, a da “ausência de uma força política que predominasse sobre o movimento sindical e a fraqueza mesma das organizações que concorriam pela liderança geral”. Corroborando esta assertiva, a autora reforça seu argumento sublinhando que, “na prática, nenhuma das forças políticas que agiam no meio trabalhador constituía um movimento político nacional”. (ALMEIDA, op. cit., p. 193-194).

A LC, apesar de indiciar os erros cometidos pelos stalinistas e anarquistas, não ficou restrita a esta questão subjetiva da luta sindical e revolucionária. Ela conhecia os limites indicados por Almeida, mas procurou contrapor esta questão no triênio analisado com medidas concretas que, não obstante, pelo seu próprio caráter de fração, obstaculizaram seu próprio crescimento devido à dependência e proposta de retomar o PCB à linha justa revolucionária.

A própria atividade sindical – basicamente de grande influência na UTG das cidades do Rio de Janeiro e São Paulo – foi antes crítica e baseada na atividade sindical comunista. Por sua vez, esta iniciativa foi seguidamente prejudicada pelos próprios comunistas que, sob a

<sup>240</sup> A lição dos Tecelões e o Aventurismo. In. *A Luta de Classe*, n. 09. São Paulo, jan 1933, p. 04.

<sup>241</sup> *Ibid.*, p. 04.

orientação dos sindicatos vermelhos e do inimigo social-fascista, procuraram confabular apenas entre os seus, distanciando-se de outras correntes do movimento sindical.

O ano de 1933 foi um ano profícuo para a LC, momento que ela recebeu o maior número de aderentes às suas fileiras. O seu jornal foi lançado com maior periodicidade em relação aos dois anos últimos. Todavia, parte deles não está disponível para a consulta e aqueles disponíveis e pesquisados que aqui não constam devem-se, sobretudo, pelo fato de não agregarem ao debate do movimento sindical e à percepção da legislação social erigida desde novembro de 1930.

Portanto, as informações sobre estas questões são interrompidas em janeiro de 1933 enquanto as edições indisponíveis à pesquisa não forem encontradas e disponibilizadas. Quando as questões objetos da pesquisa retornam à imprensa política “trotskista”, ela não pertence mais a uma fração do PCB. A Liga Comunista tornara-se Internacionalista, reivindicando-se como um partido político propriamente dito.

#### **4.2 Crítica e atividade sindical dos partidos “trotskistas”**

No ano de 1934, o jornal *A Luta de Classe* continuava a ecoar as consequências do decreto-lei que instituiu a sindicalização oficial. A edição de fevereiro do jornal trouxe uma análise que indicou uma nova postura frente ao decreto-lei e a repercussão decorrente da iniciativa.

A análise procurou detidamente suscitar os objetivos da sindicalização oficial pelo Governo Provisório de Vargas, a saber: “Especialmente elaborada para atenuar os conflitos de classe por meio da subordinação do proletariado ao aparelho do Estado, que seria o árbitro supremo nas pendências surgidas entre o patronato e as massas laboriosas descontroladas”. Não obstante, os trotskistas enfatizaram que a lei de sindicalização - apesar dos objetivos fundamentalmente contra-revolucionários - revelou rapidamente sua impotência e fraqueza. Os “conflitos de classe” intensificaram-se e a “ação mediadora” do MTIC logo tornou palpável, para “uma camada ponderável da classe operária o seu sentido mistificador e reacionário em cada conflito surgido”.<sup>242</sup>

---

<sup>242</sup> O movimento sindical no Brasil e suas perspectivas revolucionárias. In. *A Luta de Classe*, n. 20. Rio de Janeiro, mai 1934, p. 04.

No desenvolvimento da luta sindical os trotskistas afirmaram que o papel e a função do Estado na sociedade ficaram mais evidentes não somente para “meia dúzia de elementos de vanguarda”. Por exemplo:

Sindicatos que nunca haviam existido, sequer, antes da lei de sindicalização, em lugar de serem os instrumentos servis da vontade da burguesia dirigente, principiaram voltar-se contra ela. Não foram raros os casos em que, em vários pontos do país, as organizações operárias ministerializadas, se insurgiram contra o “seu” Ministério, chegando mesmo, algumas, devolver-lhe a carta de oficialização.<sup>243</sup>

Por outro lado, o sindicato livre foi apresentado como se estivesse “condenado a não passar de um fantasma”. Para exemplificar este estado de coisas, os trotskistas utilizaram as condições vigentes da Federação Operária e da Federação Sindical Regional, respectivamente, animadas por anarquistas e stalinistas em São Paulo, principal centro industrial do país.<sup>244</sup>

Contudo, como visto anteriormente na edição de janeiro do ano de 1933, a posição da época que se reconheciam como fração do PCB mudou substancialmente. Da luta pela revogação do decreto-lei que instituiu os sindicatos oficiais, agora os trotskistas sustentavam a impossibilidade de revogar a lei – ou reformá-la no que tinha de mais reacionária – nas condições vigentes do movimento sindical.<sup>245</sup> Neste sentido, eles apostaram no seguinte prognóstico:

Uma vez que a burguesia não logrou ainda formar para si uma burocracia operária facilmente manipulável e uma vez que as condições objetivas da situação favorecem o aprofundamento dos conflitos entre o Ministério do Trabalho e os sindicatos oficializados, tudo leva a prognosticar que, si a vanguarda revolucionária souber agir em tempo e orientar-se por uma política justa, servida por uma tática correspondente, haverá uma transformação radical, num futuro relativamente próximo, de todo o aparelho sindical oficializado.<sup>246</sup>

Ainda, a mudança de postura pelos trotskistas diante dos sindicatos oficiais fica nítida em outra notícia publicada pelo jornal. Está em questão a oficialização sindical da UTG<sup>247</sup> e do Sindicato dos Profissionais do Volante em São Paulo.

A adesão destes sindicatos instigou a Federação Operária, a Federação Sindical Regional e o Sindicato dos Empregados do Comércio, este último dirigido pelos

<sup>243</sup> Ibid., p. 04.

<sup>244</sup> Ibid., p. 04.

<sup>245</sup> Ibid., p. 04.

<sup>246</sup> Ibid., 04-03.

<sup>247</sup> Na presente edição de A Luta de Classe, a LCI-b analisou as críticas da FSR diante do *tourant* sindical da UTG e apresentou o posicionamento da mesma. Ver: Os que de fato não lutam contra a reação e o fascismo. In: *A Luta de Classe*, n. 20. Rio de Janeiro, mai 1934, p. 04.

“constitucionalistas”, lançarem críticas sobre tal atitude. Neste sentido, a resposta da LCI-b a tais críticas propiciou entender melhor a postura adotada pelos trotskistas, ao comentarem, sobre a adesão daqueles sindicatos à oficialização. Isto fica evidente na resposta irônica dada aos críticos. “Como se sabe essas organizações operárias, continuando fiéis ao princípio da sindicalização livre, resolveram continuar também ligadas aos operários e, para esse fim, pedir a sua oficialização ao Ministério do Trabalho”.<sup>248</sup>

Naquele momento, os trotskistas entendem que a adesão aos sindicatos oficiais significa uma tentativa de impedir que a classe operária fique a mercê – abandonada por sua vanguarda – de seus dirigentes que servem aos interesses do MTIC. Mas a questão não comporta a oficialização sindical por si mesma, existem outros complicadores que influenciam a decisão dos sindicatos ao aderirem à oficialização. Por exemplo, os trotskistas citam “a nova Lei de Férias” e sua destinação apenas aos indivíduos que aderiram aos sindicatos oficiais. Para a LCI-b a adesão é uma medida “puramente tática”, de “homens que sabem encarar a realidade de frente e se encontram preparados para aparar o golpe”.<sup>249</sup>

Por conseguinte, foi na edição de agosto de *O Comunista* que a posição da LCI-b sobre os sindicatos oficiais foi apresentada de forma simples e precisa. Intitulado “Para a sindicalização livre, a sindicalização oficial”, a LCI-b sintetizou sua posição, abaixo reproduzida:

A nova lei de férias veio colocar os proletários revolucionários do Brasil diante deste dilema: ou assistir à morte inglória dos sindicatos livres, ficando a massa trabalhadora sem vanguarda dirigente dentro dos sindicatos ministerialistas, ou, ao contrário, ingressar nos sindicatos ministerialistas e oficializar os sindicatos livres existentes, como medida tática destinada a arrancar da tutela do Ministério do Trabalho o aparelho sindical da classe operária. (...). A lei de sindicalização só será revogada como uma imposição dos próprios sindicatos oficializados dirigidos por sua vanguarda revolucionária. (...). Em suma, tendo sempre em vista a revogação da lei de sindicalização, o dever dos proletários conscientes, dos que não tem medo de se corromper porque são incorruptíveis, é ingressar nos sindicatos oficializados, ficar em estreita ligação com a massa trabalhadora, explicar-lhe pacientemente (Lenine) as palavras de ordem de sua vanguarda revolucionária, e lutar por reformas sucessivas, cada vez mais radicais da lei de sindicalização, até a sua revogação completa, como consequência da luta, como resultado dos acontecimentos, da vida, da realidade.<sup>250</sup>

A tática preconizada pelos trotskistas, nos poucos sindicatos que tinham importante influência no período, refuta qualquer sectarismo – qualidade tão imputada ao mesmo por setores da historiografia e adversários políticos. Questão a parte, interessa perceber que eles

<sup>248</sup> A oficialização sindical e a crítica adversária. In. *A Luta de Classe*, n. 20. Rio de Janeiro, mai 1934, p. 03.

<sup>249</sup> Ibid., p. 03.

<sup>250</sup> Para a sindicalização livre, a sindicalização oficial. In. *O Comunista*, n. 03. Niterói, 1º jun 1934, p. 04.



identificaram o paradoxo enfrentado pela vanguarda do movimento sindical pós-outubro de 1930, em especial, devido à arbitragem do recente MTIC e o significado do decreto-lei que instituiu os sindicatos oficiais. Este paradoxo pode ser identificado quando eles precisam o que está em jogo ao movimento, ou seja, manter os sindicatos dirigidos pela vanguarda proletária à parte da sindicalização oficial sob a tutela do Estado, mas esvaziado e incapaz de conseguir conquistas imediatas necessárias à classe operária; ou oficializar os sindicatos que participavam ou dirigiam e, conseqüentemente, concorrer com o MTIC pela liderança ao movimento sindical “ministerialista”, visando revogar a lei amparada em ampla organização da classe operária.

Sobre a adesão em especial da UTG divulgada a partir de um manifesto, Almeida salienta a importância da entidade e pondera sobre o caminho escolhido pela mesma:

A declaração é tão mais significativa quando se tem presente a orientação política radical dos dirigentes – em sua maioria trotskistas – o fato de que a UTG era, quiçá, das mais poderosas entidades sindicais paulistas e uma das poucas que, fundada em 1923, podia se vangloriar de seus quinze anos de atividade ininterrupta. Na verdade, a União dos Trabalhadores Gráficos apenas decidia trilhar o mesmo caminho já escolhido por outros importantes sindicatos paulistas. (ALMEIDA, op. cit., p. 221).

Neste sentido, o reconhecimento dos sindicatos tornava-se cada vez mais acentuado. É o que assinala Mattos: “Em 1931 e 1932, apenas 115 sindicatos foram criados segundo as novas regras. Entre 1932 e 1934 a pressão ministerial, somada à demanda das bases pelos benefícios da lei, foi bastante forte, o que explica que 141 sindicatos tenham sido criados em 1933”.

Ainda no mês de agosto de 1934, a LCI-b publicou tese sobre a questão sindical referente a questão sindical via *A Luta de Classe*. A centralidade da análise incide na “lei de sindicalização”. A seguir indicam-se alguns apontamentos da Liga que possibilitam entrever outras características da lei e de sua natureza.

Na tese, indica-se que o decreto-lei referido aproveitou-se de “certas disposições do estado corporativo fascista”, mas não situou as mesmas às “condições particulares do Brasil”. Ao proceder desta forma, a Liga indica que a “lei falhou aos seus objetivos”, a saber:

Sem possibilidade de formar uma burocracia sindical considerável, por intermédio da qual controlasse todo o movimento e a vida das organizações econômicas da classe operária, porque um aparelho dessa ordem não se improvisa, a “lei de sindicalização” deu na prática um resultado inteiramente oposto ao visado pelos seus elaboradores e aplicadores. Num país em que a organização sindical independente era precária, o decreto governamental favoreceu o incremento a formação de novos

sindicatos, que atingiam corporações importantes e numerosas, até então não organizadas.<sup>251</sup>

Apesar de apontar o que significou a falha dos objetivos da lei, a LCI-b evidencia que no Rio de Janeiro verificou-se uma tendência acentuada à sindicalização oficial. Por outro lado, ela sustenta que a derrota dos “constitucionalistas” em São Paulo à ditadura varguista deixou os dias contados do “movimento sindical livre”, canalizando aos poucos a força do movimento operário à oficialização.<sup>252</sup> Também, ressalta-se que a orientação aprovada na III Conferência Nacional da LCI-b mantém as características assinaladas no corrente trabalho. O que há de novo sucede pela evolução dos acontecimentos em São Paulo:

Recobrada em 1933 a sua autonomia governativa (eleições à constituinte, interventor “civil e paulista”, reagrupamento de sua aliança com Minas e Rio Grande, etc), a burguesia industrial de São Paulo resolveu desfazer o golpe da morte na sindicalização oficial. Isto se explica pelo caráter contraditório desta, que, na prática, favorece a organização da massa trabalhadora, dando-lhe novas armas de agitação (“leis sociais”) e mesmo uma tribuna com a representação de classe na Constituinte.<sup>253</sup>

Neste sentido, a burguesia paulista que estava pela “liberdade sindical” acabou admitindo ao lado daquela o princípio da autonomia sindical, mas sob o regime da “pluralidade sindical”. Na prática, estas questões, introduzidas na Constituinte de 1934, admitiam o reconhecimento de mais de um sindicato da mesma corporação, baqueando o decreto-lei dos sindicatos oficiais. Diante deste quadro, a LCI-b respondeu “aos manejos divisionistas da burguesia” através da luta pela unidade sindical, “com a formação de fortes organismos federativos locais que possam ser a base de uma única CGT”.<sup>254</sup>

No entanto, o breve período de “normalidade institucional”, decorrente da Constituinte de 1934, extinguiu-se no segundo semestre do ano seguinte. (MATTOS, op. cit., p. 17). A própria Constituição prejudicou aos trabalhadores, tratando da unidade sindical em termos genéricos. A situação analisada por Araújo exemplifica o estado de coisas vigente pelo decreto nº 24.694, instituído dias antes da nova carta constitucional, que regulamentou a mesma. A saber:

<sup>251</sup> Tese sobre a questão sindical, aprovados na conferência Nacional da LCI. In. A Luta de Classe, n. 21. Rio de Janeiro, ago 1934, p. 06.

<sup>252</sup> Também, a tese apresenta as duas linhas de combate preconizadas pela LCI-b, a de São Paulo e a do Rio de Janeiro. Ibid., p. 06.

<sup>253</sup> Ibid., p. 06.

<sup>254</sup> Ibid., p. 06.

A nova lei, apesar de diminuir a intervenção ostensiva do Ministério do Trabalho – não contemplava, por exemplo, a possibilidade do MTIC destituir as diretorias ou dissolver definitivamente a entidade, prerrogativas que constavam da lei anterior – ainda permitia que ele fechasse os sindicatos por um prazo de 6 meses e, como mostra Evaristo de Moraes Filho, incluía muito outros casos de controle, prendendo “os sindicatos à máquina administrativa em maior escala do que o 19.770”. (ARAÚJO, 1992, p. 37).

Ainda sobre o novo decreto-lei, é interessante perceber os significados das normas prescritas pelo mesmo, indicados pela autora.

Regulavam desde a constituição dos sindicatos e a organização dos estatutos – que deveriam ser aprovados pelo Ministério – até o seu funcionamento interno. Assim, de fato, a própria necessidade de reconhecimento dos sindicatos já restringia a sua autonomia. Se o Ministério podia examinar a sua constituição para lhe conferir a Carta de reconhecimento, podia também cassar o reconhecimento se o seu funcionamento não se desse conforme a lei. (Ibid., p. 37).

O ano de 1935 trouxe o debate na imprensa trotskista brasileira acerca da Lei de Segurança Nacional, denominada “Lei Monstro”. Ela marca o fim de certa “normalidade constitucional, do período iniciado na época recente da constituinte. O jornal *O Proletário* evidencia que esta lei confere uma “arma poderosa” à burguesia agir e imobilizar “toda e qualquer ação contrária” aos seus interesses. Também, ela demonstra a forma acabada de “ditadura aberta e legal” do governo saído de outubro de 1930. Outra questão evidenciada é a da “ilegalidade” às organizações proletárias e o impedimento de que “a vanguarda consciente organize e dirija os movimentos em prol das liberdades democráticas e, principalmente, as ações revolucionárias do proletariado”. Mas o significado da Lei Monstro, apontado pelo bureau regional de São Paulo da LCI-b, possui um alcance mais amplo, que “incidirá sobre toda e qualquer oposição, venha de que campo vier”, mesmo que os dispositivos dela repercutam com maior violência contra o proletariado e suas organizações.<sup>255</sup>

Por outro lado, o significado da Lei Monstro não abrangeu apenas às organizações proletárias. Como indica a edição de abril de *A Luta de Classe*, a ditadura policial imputa sérias restrições ao movimento sindical:

Feridos em sua ação, ameaçados de cisão pelo dispositivo constitucional da “pluralidade sindical”, os sindicatos operários têm com a lei monstro sua independência inteiramente comprometida. O governo armou-se de meios para cortar o caminho a qualquer ação do proletariado mesmo legal.<sup>256</sup>

<sup>255</sup> A Lei Monstro e o Proletariado. In. *O Proletário*, n. 01. São Paulo, abr 1935, p. 01.

<sup>256</sup> A Lei Monstro. In. *A Luta de Classe*, n.22, abr 1935, p. 03.

Isto – sustenta a LCI-b – modifica as condições de luta do movimento operário e transforma o “sindicato em simples repartições do Estado, de organizações de luta em agências da polícia. Assim, o combate ao “amarelismo” e ao “desvirtuamento do sindicato” necessita “transportar o eixo da luta para as fábricas oficinas e locais de trabalho”, constituindo “comitês de fábrica e oficina”.<sup>257</sup>

Diante de tais condições, a LCI-b divulga uma análise sobre a divisão do proletariado e de suas organizações sindicais. Em maio, o jornal *A Luta de Classe* esta análise indica esta fragmentação impede a resistência “aos golpes da burguesia e seu Estado” e que “os erros cometidos pela vanguarda operária” facilitam o controle dos sindicatos pela mesma. Neste sentido, a LCI-b aponta que:

Desiludidos de suas organizações sindicais, aterrorizados pelos métodos policiais e reacionários da direção, vendo o Ministério do Trabalho não ligar a mínima importância aos seus interesses à mercê da violência da polícia, constatando a derrota de seus movimentos e greves pela sabotagem e pela traição dos chefes amarelos, divididos em vários sindicatos de oficina dentro da mesma indústria, os operários sindicalizados começaram a se afastar de suas organizações, que foram se transformando em esqueletos.<sup>258</sup>

Ainda, ela sugere que o “sectarismo stalinista” – “tornando os sindicatos em apêndice de seu partido” – tiveram grande responsabilidade “do afastamento do proletariado de suas organizações e da impossibilidade de resistências aos manejos ministerialistas”. Para a Liga, o momento é de luta pela unidade sindical – “dever de todos os operários”.<sup>259</sup> Assim, os trotskistas propõem que:

Sem abdicar do seu programa de luta pela revogação da lei de sindicalização oficial, pela mais ampla independência do sindicato em relação ao Estado burguês, baseando-se sempre na luta de classe, a Liga Comunista Internacionalista (bolchevique-leninista) apoiará decisivamente qualquer iniciativa que vise realizar de fato a unidade sindical do proletariado do Brasil. Esta só pode ser atingida pela participação de todas as tendências existentes ao no movimento operário.<sup>260</sup>

Em junho, *A Luta de Classe* divulgou os preparativos ao Congresso Nacional dos Trabalhadores Gráficos. O jornal informa a realização do Congresso Regional dos gráficos no Rio de Janeiro e a saúde o desenvolvimento de outros congressos regionais e assembléias da categoria. A LCI-b sustenta que este acontecimento é de “excepcional importância” e destaca

---

<sup>257</sup> Ibid., p. 03.

<sup>258</sup> A Liga Comunista Internacionalista e a unidade sindical do proletariado. In. *A Luta de Classe*, n. 23, 1º mai 1935, p. 07.

<sup>259</sup> Ibid., p. 07.

<sup>260</sup> Ibid., p. 07.

a fundação da Confederação Sindical Unitária do Brasil (CSUB) junto da tarefa de organizá-la nacionalmente por indústria, ou seja, “com a organização de sindicatos, federações e confederações em linha vertical”. Assim, ela conclama que todas as categorias de trabalhadores “imitem o exemplo dos operários gráficos” e que, “como coroamento dessa obra”, as federações fundadas realizem a adesão, “em sua luta”, à CSUB.<sup>261</sup>

De iniciativa comunista, em 1935 foi fundada a CSUB com a participação de três centenas de delegados de diversos sindicatos. Os trotskistas optaram por participar, sustentando a linha de construir a unidade sindical, fator fundamental para resistir a Lei Monstro e ao controle policial dos sindicatos.

A edição de agosto de *A Luta de Classe* repercutiu uma tentativa de greve política da UTG contra o golpe reacionário que ocasionou o fechamento da ANL. Ao que tudo indica, os trotskistas tiveram sérios abalos na liderança na UTG em São Paulo, no intervalo – julho – do jornal.<sup>262</sup> A situação política mudava rapidamente e as iniciativas da vanguarda operária esgotavam-se rapidamente. A própria CSUB não resistiu.

A derrota do levante comunista de novembro de 1935 e a reação desencadeada pelo governo de Getúlio Vargas, utilizando-se amplamente da Lei de Segurança Nacional, as condições do movimento sindical são as piores possíveis. Diante deste turbulento contexto, em documento de janeiro de 1936, o jornal *O Proletário* analisou as novas condições do movimento sindical.

A LCI-b repercute a feroz perseguição a qualquer manifestação de comunismo e às suas organizações proletárias. Ela entende que no fundo, a cruzada desencadeada parte da burguesia nacional aliada ao imperialismo internacional, alcançando o conjunto do movimento operário, tais como, “stalinistas, sindicalistas, socialistas, anarquistas e bolcheviques-leninistas”. O objetivo da reação incide justamente na tentativa de “separar por um largo tempo a vanguarda proletária da classe”, mais exatamente, depois da perseguição policial e sucessivas prisões, da burguesia por intermédio do MTIC. Os trotskistas sustentam que paralelamente às prisões, o MTIC mobiliza “todos os seus lacaios”, para assim, “terminar a subordinação do movimento sindical aos órgãos do Estado burguês”.<sup>263</sup>

Isto fica explícito pelo relato da LCI-b, vejamos:

Os sindicatos dirigidos pelos que sempre defenderam a independência dos sindicatos diante do M. do Trabalho foram os primeiros a sofrer os golpes da reação. Os

<sup>261</sup> Congresso Nacional dos Trabalhadores Gráficos. In. *A Luta de Classe*, n. 25. Niterói, 1º jun 1935, p. 06.

<sup>262</sup> A Greve dos Gráficos. In. *A Luta de Classe*, n. 26, ago 1935, p. 06.

<sup>263</sup> Novas condições do movimento sindical. In. *O Proletário*, n. 02. São Paulo, jan 1936, p. 08.

amarelos e ministerialistas, sustentados e dirigidos claramente, pelo do M. do Trabalho, pela polícia, apoiando-se nos integralistas, tomaram de assalto as direções sindicais, destituindo as eleitas pela massa sindicalizada. Mais do que rapidamente, o M. do Trabalho aprovou, isto é, legalizou este ato de violência da reação contra o movimento sindical. Ao mesmo tempo que se executava este assalto, o M. do Trabalho ordenava aos seus lacaios a expulsão dos militantes revolucionários e até mesmo daqueles que só lutavam contra a intervenção clara e aberta do M. do Trabalho nos sindicatos operários.<sup>264</sup>

Ainda, a Liga assinala que o conjunto dos sindicatos já estava subordinado ao MTIC, até mesmo aqueles dirigidos por correntes revolucionárias tiveram sua atividade condicionada ao MTIC. Não obstante, a liga imputa parte da responsabilidade à ANL e ao stalinismo pela situação que se precipitou. No entanto, ela conclama a necessidade de união de todas as correntes operárias contra a penetração do integralismo no movimento sindical, uma provável ponte para “ligá-lo ao proletariado”. As questões que devem ser apropriadas pela unidade – sustenta a LCI-b – estão conectadas à “defesa das vítimas da reação, a defesa intransigente do comunismo contra os ataques do capitalismo” e ao combate do “apoliticismo do movimento sindical”.<sup>265</sup>

Apesar da escalada repressiva desde meados de 1935, duas notícias publicadas pelo jornal *A Luta de Classe* demonstram que o proletariado pontualmente reagiu diante do terror policial. Em 1936, na edição julho do referido jornal evidenciou em diferentes níveis, o descontentamento latente pela via da greve devido a reivindicações econômica e democráticas do proletariado baiano, portuários e setor de transportes<sup>266</sup>, e da denúncia dos portuários no Rio de Janeiro<sup>267</sup> acerca de sucessivos adiamentos do reajuste salarial, devido à tapeação dos representantes do MTIC ou pela traição ou incapacidade de sua direção sindical.

Deve ser sublinhado que, após a edição de novembro, o jornal *A Luta de Classe* teve sua publicação interrompida, retornando apenas em dezembro de 1937, logo após o golpe bonapartista que instituiu o Estado Novo. Neste ínterim, sucessivas prisões e divergências desagregam a LCI-b. Será apenas no referido ano que os trotskistas se reorganizarão por meio do Partido Operário Leninista. Apesar da interrupção de *A Luta de Classe*, o POL publicou ao menos três edições do jornal *Sob Nova Bandeira* no ano de 1937, das quais pôde ser consultada a terceira.

Em setembro de 1937, o jornal trouxe uma análise acerca da luta sindical enquanto forma concreta de combate ao fascismo. Redigido por Hilcar Leite, o documento afirma o

<sup>264</sup> Ibid., p. 08.

<sup>265</sup> Ibid., p. 07.

<sup>266</sup> O proletariado da Bahia reage pela greve. In. *A Luta de Classe*, n.31. Rio de Janeiro, 1º jul, 1936, p. 03.

<sup>267</sup> A paciência dos portuários tem um limite. In. *A Luta de Classe*, n. 31. Rio de Janeiro, 1º jul 1936, p. 04.

equivoco da luta contra o fascismo descolado daquela contra o capitalismo, relacionando a importância dos sindicatos como órgãos, aos quais, a classe operária trava lutas diretas contra o capitalismo. Neste sentido, Leite se propõe ao “exame do caráter dos atuais sindicatos e do lugar que eles ocupam na luta revolucionária contra o fascismo”.<sup>268</sup>

Salienta-se que o militante trotskista sintetiza a evolução do movimento sindical desde a lei de sindicalização, passando pela liquidação da independência movimento e pelo controle dos sindicatos, ampliado com o “estado de guerra”. Neste sentido, ele sublinha uma das consequências de tal evolução:

Apesar dos seus desejos, não pôde a burguesia realizar totalmente a política sindical do fascismo italiano, por lhes faltarem condições políticas e materiais, mas deu um grande passo nesse sentido, principalmente pela constituição de uma burocracia sindical inteiramente subordinada pelo Ministério do Trabalho (...).<sup>269</sup>

Esta situação de subordinação e, a própria burocracia, não podem existir independentemente do Estado burguês. Com a passagem do PCB – definitiva sustenta Leite – ao campo da “colaboração de classes”, a burocracia sindical pode lançar mão da sabotagem e da traição “abertamente e em maior escala”. Em outras palavras, esses burocratas “só existem em função do controle exercido pelo Estado capitalista sobre o movimento sindical operário”.<sup>270</sup>

Diante desse quadro, o movimento sindical – enfraquecido e destruído, consequência da aventura de novembro de 1935 – encontra-se numa situação “cheia de perigos e de confusões” para o seu reerguimento. Neste sentido, o ativista trotskista advoga que:

Sem reerguer o movimento sindical operário, sem colocar as massas no caminho da luta contra o capitalismo, a luta contra o fascismo nunca perderá seu caráter confucionista, colaboracionista, oportunista e, portanto, seu caráter de traição. (...). Para se prevenir tanto dos golpes do fascismo e da democracia burguesa, os militantes revolucionários têm de mobilizar as massas trabalhadoras, agrupá-las e dirigi-las contra o capitalismo. Concretamente, essas tarefas têm de ser realizadas através dos sindicatos. Reagrupar as forças dispersas, penetrar de qualquer jeito e participar nos sindicatos, lutar contra a burocracia ministerialista, organizar lutas parciais pelos interesses econômicos, explicar pacientemente aos operários a necessidade de luta contra o capitalismo gerador do fascismo.<sup>271</sup>

<sup>268</sup> LEITE, Hilcar. Luta sindical: Forma concreta de combate ao fascismo. In. *Sob Nova Bandeira*, n. 03, set 1937, p. 09.

<sup>269</sup> *Ibid.*, p. 10.

<sup>270</sup> *Ibid.*, p. 10.

<sup>271</sup> *Ibid.*, p. 10.

Este entendimento rejeita o “antifascismo abstrato”, cuja composição de burgueses, pequeno-burgueses e operários intenta obstaculizar ao fascismo. Para Hilcar Leite, as organizações antifascistas organizadas através da colaboração de classes:

Desaparecerão como castelos de cartas e mostrarão toda sua impotência no momento decisivo. Os únicos obstáculos sérios, os únicos órgãos que se manterão e terão forças para lutar contra o fascismo no momento mais decisivo serão o partido revolucionário, os sindicatos e outras organizações da classe operária.<sup>272</sup>

Deve-se sublinhar que os órgãos assinalados com possibilidade de barrar o avanço fascista surgem das conclusões de “novembro de 1935”, pela incapacidade das palavras somente de ordem democráticas para “mobilizar as massas operárias e trabalhadores”. Leite defende que a luta no terreno sindical contra o fascismo é o “terreno mais concreto para aplicar a experiência adquirida à custa dos sacrifícios do putsch de 1935”.<sup>273</sup>

Ocorre que na ocasião do retorno do jornal *A Luta de Classe*, o golpe de Estado bonapartista está relativamente consolidado. A previsão de Hilcar Leite foi concretizada, o campo do “antifascismo abstrato” ruiu com o advento do Estado Novo. Porém, a vanguarda revolucionária não conseguiu ligar-se às massas operárias conforme a necessidade para resistir. De dezembro de 1937 a agosto de 1939, as notícias veiculadas em *A Luta de Classe*, sobre o movimento sindical, evidenciam os esforços da classe operária diante de uma realidade adversa. As mesmas permitem recuperar traços da realidade imposta à classe operária e sua vanguarda.

Na primeira quinzena de dezembro, *A Luta de Classe* repercutiu duas notícias relacionadas à classe operária. Na primeira foi reproduzida a carta de um operário chamado Gustavo, da categoria dos garçons, referindo-se ao aumento do custo de vida e aos baixos salários. Ele evidencia a situação dos operários que reivindicaram e lutaram contra o “regime de exploração”, marcada pelo estado de guerra e a perseguição policial, vistos com satisfação pelos seus patrões. O operário reivindica na carta a combatividade da numerosa categoria e apresenta um programa de reivindicações imediatas para a luta dos garçons, como a do salário mínimo.<sup>274</sup> Por outro lado, a segunda refere-se à eclosão da greve dos estivadores de Fortaleza, vinte dias depois do golpe de Estado, reivindicando “melhores condições de vida e de trabalho”. A carta do trabalhador informa o desfecho que resultou na prisão de um dos

---

<sup>272</sup> Ibid., p. 11.

<sup>273</sup> Ibid., p. 11.

<sup>274</sup> Carta de um operário. In. *A Luta de Classe*, n. 34. Rio de Janeiro, 10 dez 1937, p. 08.



dirigentes do movimento, assim como, na promessa do capitão do porto em conceder as reivindicações pleiteadas.<sup>275</sup>

Destaca-se na edição seguinte de *A Luta de Classe* – na segunda quinzena do referido mês – que o Comitê Central Provisório do POL responde à carta do operário Gustavo, publicada na edição anterior, apontando os limites da reivindicação pelo salário mínimo e, propondo, em contrapartida, a do “aumento dos salários”.<sup>276</sup> O diálogo estabelecido procura problematizar as reivindicações apresentadas no jornal, indicando seus limites e estabelecendo uma metodologia para a superação dos erros de forma fraternal. Por exemplo, o comitê do POL indica os limites da reunião de todos os trabalhadores de uma mesma categoria, considerada acertada, mas limitada. Isto, inclusive para a vitória das lutas parciais. Também, a resposta do Comitê reforça a questão da luta de classe, entendida como luta política e, portanto, pressupondo “a existência do instrumento de luta” – o partido – constituído pelos “elementos mais conscientes e mais combativos da classe operária”.<sup>277</sup>

Ao final do documento, o comitê do POL sustenta que o garçom deve refletir sobre a sua situação, a da corporação e a do proletariado de todo país, lançando a seguinte interrogação:

É ou não é a atual situação consequência da desorganização do proletariado, da penetração de ideologias estranhas à sua classe, da ausência de uma vanguarda que possa orientar e dirigir a luta diária pelas reivindicações políticas e econômicas das massas trabalhadoras?<sup>278</sup>

O próprio POL responde a pergunta. Vejamos.

Sem dúvida alguma é esta a situação real. O stalinismo e a ANL levaram as massas de derrota em derrota, deturparam os princípios da luta de classe, prepararam o caminho para a reação e para o gole bonapartista de Getúlio. Esta política de suicídio levou-os para um beco sem saída e estão se desagregando e decompondo a olhos vistos.<sup>279</sup>

No entanto, a situação não é favorável às reivindicações e processos radicalizados de luta desde o decreto da chamada Lei Monstro de abril de 1935. Como indica Mattos, do ano referido até 1942:

<sup>275</sup> Greve no Ceará em pleno Estado Novo. In. *A Luta de Classe*, n. 34. Rio de Janeiro, 10 dez 1937, p. 08.

<sup>276</sup> Ainda, esta edição do jornal evidencia as péssimas condições de trabalho dos gráficos das oficinas da empresa editora *A Nação*, referindo-se ao aumento do tempo de trabalho sem um aumento correspondente. Ver: A situação dos gráficos das oficinas de “A Nação”. In. In. *A Luta de Classe*, n. 35. Rio de Janeiro, 25 dez 1937, p. 08.

<sup>277</sup> Carta aberta ao operário Gustavo. In. *A Luta de Classe*, n. 35. Rio de Janeiro, 25 dez 1937, p. 05-06.

<sup>278</sup> *Ibid.*, p. 06.

<sup>279</sup> *Ibid.*, p. 06.

Viveu-se uma fase de completa desmobilização sindical. Dirigentes totalmente submissos às orientações do Ministério do Trabalho foram elevados à direção dos sindicatos, não houve greves por categoria e a participação das bases nas atividades sindicais reduziu-se a quase nada. (MATTOS, op. cit., p. 18-19).

Neste sentido, as notícias de movimentações da classe operária no jornal *A Luta de Classe* são reincidentes, mas demonstram as difíceis condições impostas à classe operária. As greves e outras notícias remetem a reivindicações de determinadas categorias em locais específicos de trabalho, repercutindo às más condições de trabalho e baixos salários, entre outras questões pontuais. Dentre elas, se destacam aquelas sobre os operários em greve da Fábrica de Vidro Esberard<sup>280</sup>; os baixos salários dos tecelões das fábricas de tecidos<sup>281</sup>; os ferroviários e a Caixa de Aposentadoria e Pensões da Central do Brasil<sup>282</sup>; os protestos dos trabalhadores de ônibus da Empresa Viação Elite<sup>283</sup>; os trabalhadores de ônibus de luxo e a conquista do sistema de três turmas adotados na Empresa Limousine Federal<sup>284</sup>; um caso de um trabalhador do comércio do Rio de Janeiro despedido sumariamente<sup>285</sup>; os operários têxteis em greve da Fábrica de Santo Aleixo em Magé<sup>286</sup> e as operárias da Fábrica Vizetti diante de péssimas condições de trabalho e salários defasados<sup>287</sup>.

Por outro lado, o jornal *A Luta de Classe* publicou outros textos contendo análises acerca da situação geral da classe trabalhadora diante do Estado Novo, buscando apreender as modificações na estrutura e no movimento sindical. Também, propiciou perceber as condições de reprodução da vida e do trabalho pela classe.

Em fevereiro de 1938, o referido jornal trouxe uma análise acerca dos sindicatos ameaçados pelo Estado Novo. Na mesma, é indicada uma situação de penúria da classe trabalhadora diante das “derrotas políticas dos últimos anos”, da “desvalorização da moeda” e da “alta dos gêneros de primeira necessidade”. Ao final do estado de guerra em 1937, o movimento sindical operário aparece definido como “decapitado de sua vanguarda”, vivenciando “condições políticas desvantajosas”, mas pondo-se em movimento obrigado

<sup>280</sup> Em greve os operários da Fábrica de Vidro Esberard. In. *A Luta de Classe*, n. 36. Rio de Janeiro, 10 jan 1938, p. 05.

<sup>281</sup> ALERTA companheiros das fábricas de tecidos. In. *A Luta de Classe*, n. 36. Rio de Janeiro, 10 jan 1938, p. 08.

<sup>282</sup> As eleições na Caixa de Aposentadorias da Central. In. *A Luta de Classe*, n. 36. Rio de Janeiro, 10 jan 1938, p. 08.

<sup>283</sup> A reação nas empresas de ônibus. In. *A Luta de Classe*, n. 38 (3). Rio de Janeiro, 15 fev 1938, p. 08.

<sup>284</sup> Uma vitória dos trabalhadores em ônibus. In. *A Luta de Classe*, n. 38 (4). Rio de Janeiro, 25 mar 1938, p. 08.

<sup>285</sup> Uma amostra da reação patronal. In. *A Luta de Classe*, n. 38 (4). Rio de Janeiro, 25 mar 1938, p. 08.

<sup>286</sup> A Greve dos têxteis da Fábrica de Santo Aleixo em Magé. In. *A Luta de Classe*, s. n. Rio de Janeiro, 25 set 1938.

<sup>287</sup> As injustiças e as misérias que sofrem as operárias na Fábrica Vizetti. In. *A Luta de Classe*, n. 45. Rio de Janeiro, ago 1939, p. 05-04.

pelas “miseráveis condições econômicas” em que se encontrava. “Arrastado pela linha política oportunista e traidora do PCB”, ele formava organizações operárias para apoiar o demagogo reacionário José Américo, na ocasião da sucessão presidencial antes do golpe de Estado. De julho a outubro de 1937, emergiu um “potente movimento da massa operária” interrompido pelo golpe bonapartista de Getúlio Vargas.<sup>288</sup>

O POL entende que o golpe de Estado “não destruiu as causas que geraram o movimento”, mas agravou-as ainda mais. Em seguida, ele repercute aquilo que acredita ser o objetivo do Estado, a reforma da legislação sindical.

a) A constituição dos sindicatos na base da unidade sindical, isto é, só poderá haver um único sindicato, de ofício ou por indústria, e esse subordinado ao Ministério do Trabalho; b) estruturação dos sindicatos no sentido de organização corporativa – sindicatos, uniões, federações e confederações; c) disciplina e controle do patrimônio sindical (...). d) regulamentação do direito de intervenção do Estado na vida dos sindicatos e sistema disciplinar (...) e) obrigação dos sindicatos dar aos seus associados assistência médica, judiciária, instrução.<sup>289</sup>

Para o POL, as questões suscitadas acima indicam que o Estado Novo traz consigo o fim da liberdade e da democracia sindical, buscando impor “uma organização sindical fascista” através da proibição de greves e pela continuidade da repressão policial. A citação de Oliveira Vianna exemplifica o “espírito da reforma”, a saber: “E o mais interessante na reforma é o que o Estado Novo poderá exercer a repressão nos sindicatos, contra os elementos julgados nocivos, e estabelecer um sistema disciplinar para os seus associados”. Assim, o terror será implantado dentro do próprio sindicato.<sup>290</sup>

Provavelmente, a referência à reforma sindical está relacionada aos dispositivos incorporados pela Constituição outorgada de 1937. Sobre a mesma, Demier sustenta que:

Dispositivos incorporaram à Carta de 1937 a estrutura sindical formatada a partir da “Revolução de 1930”. O princípio do “pluralismo sindical” que (...) nunca saíra do papel desde sua estipulação pela Constituição de 1934, foi novamente substituído pelo da “unicidade sindical”. As greves e lockouts foram severamente proibidos como sendo “recursos antissociais nocivos ao trabalho e ao capital e incompatíveis com os superiores interesses da produção nacional”. (DEMIER, op. cit., p. 156-157).

Ressalta-se que a ofensiva do Estado Novo contra os sindicatos continua a ser noticiada na edição seguinte de *A Luta de Classe*. O mais novo episódio traz a formação da “Frente Sindical contra o extremismo”, resultado – sustenta a análise – da necessidade do

<sup>288</sup> Os sindicatos ameaçados pelo Estado-“Novo”. In. *A Luta de Classe*, n. 38 (3). Rio de Janeiro, 15 fev 1938, p. 02.

<sup>289</sup> *Ibid.*, p. 02.

<sup>290</sup> *Ibid.*, p. 02-03.

momento pelo patronato de reduzir os salários e pela “modificação das leis trabalhistas”. Conforme o artigo, esta frente foi formada pela iniciativa da “Superintendência da Ordem Política e Social” e o “Departamento Estadual do Trabalho” de São Paulo que reuniram meia dúzia de “sindicatos de fachada”.<sup>291</sup>

Ainda, a edição de setembro do jornal *A Luta de Classe* publicou matéria sobre a lei do salário mínimo e o custo de vida. O POL indica que esta lei foi acenada pela burguesia diante do “rebaixamento do nível de vida e o aumento da miséria”. “Apresentada como a panacéia que resolverá a situação e acabará com a miséria” – sublinha o POL – esta lei nada resolverá, mantendo “o nível de vida baixo do proletariado”. Tal questão poderá ser resolvida apenas pelo “aumento progressivo dos salários”, justamente o que a burguesia procura evitar.<sup>292</sup>

Neste sentido, isto fica explícito quando o POL defende que a luta no movimento sindical deve ocorrer da seguinte forma:

Como uma forma de diminuir a exploração, devemos nos bater pelo aumento dos salários e pela escala móvel de salários, isto é, pelo salário proporcional ao custo de vida, mas para isso é urgente lançarmo-nos com toda a atividade na formação de comitês de empresa e desenvolver nossa luta num raio cada vez mais amplo.<sup>293</sup>

Contudo, a questão do salário mínimo ganhava cada vez mais evidência. Como indica Almeida (op. cit., p. 239-240), ela estava inscrita na plataforma da AL e durante os anos 1930 “fora tema constante da pregação tenentista e das reivindicações do movimento operário”. Por outro lado, a autora sustenta que contra esta medida “diversas frações da burguesia urbana, por seu turno, ofereceram resistência surda”. A resistência dos mesmos na ocasião da Constituinte de 1934 não impediu que o direito constitucional fosse assegurado.

Conforme Almeida, a resistência da burguesia à lei do salário mínimo persistiu nos anos seguintes:

Ao arrepio dos grupos proprietários, e mesmo depois de calar pela força o movimento operário, o governo constitucional promulgou em janeiro de 1936, a Lei nº 185 que criava as comissões encarregadas de fixar o salário mínimo. Através de suas entidades representativas a burguesia protestou. (...) Diante do fato consumado, o empresariado urbano mudou seus alvos e métodos de luta. Nas comissões do salário mínimo, foro corporativo composto por representantes de empregados, empregadores e delegados do Ministério do Trabalho, as disputas deram-se em dois níveis, a refletir o jogo de interesses díspares não só entre proprietários e

<sup>291</sup> A Frente Sindical contra o extremismo. In. *A Luta de Classe*, n. 38 (4). Rio de Janeiro, 25 mar 1938, p. 05.

<sup>292</sup> A Lei do Salário Mínimo e o custo de vida. In. *A Luta de Classe*, s. n. Rio de Janeiro, 25 set 1938, p. 07.

<sup>293</sup> *Ibid.*, p. 07.

assalariados, mas também entre empresários de regiões diversas do país. (Ibid., p. 240, 242).

Cabe ressaltar que, na ocasião da aprovação do decreto-lei nº 2162 que instituiu o salário mínimo em maio de 1940, foram satisfeitos pelas autoridades governamentais “os interesses regionais dos grupos empresários e destes com seus trabalhadores”. Não obstante, sagrou-se “o princípio do estabelecimento de níveis de remuneração diferenciados por região”. (Ibid., p. 242).

Sobre o assunto, a última edição que se têm notícia de *A Luta de Classe*, de agosto de 1939, publicou texto acerca dos míseros ordenados dos trabalhadores, suscitando uma percepção parecida daquela de Almeida sobre como a burguesia posicionou-se diante do debate do salário mínimo a partir de 1936. A matéria sustenta que na maior parte das fábricas de São Paulo, “os patrões ou os mestres das fábricas” diziam aos operários que não dariam aumento, sugerindo que os mesmos esperassem pelo salário mínimo.<sup>294</sup> Esta posição evidencia que após um primeiro momento de contrariedade, a mudança de tática da burguesia, em especial, a paulista incorreu para aprofundar os seus lucros utilizando-se da gestão da própria lei que ela foi contrária, para assim, negar o aumento.

Neste sentido, a interrupção de *A Luta de Classe* não possibilitou identificar como o PSR percebeu a lei sindical de 1939<sup>295</sup> e a instituição da Justiça do Trabalho e como estas afetaram a estrutura sindical consolidada pelo Estado Novo, por meio da Consolidação das Leis Trabalhista, a CLT em 1943. Afinal, pode-se afirmar que comunistas e trotskistas praticamente tiveram suas atividades interrompidas devido ao Estado policial-militar que os combateu fortemente desde o ano de 1935, com raros e breves períodos com possibilidade de atividade no movimento sindical.

---

<sup>294</sup> O que se passa na maior parte das Fábricas de S. Paulo. In. *A Luta de Classe*, n. 45. Rio de Janeiro, ago 1939, p. 04.

<sup>295</sup> Lei Orgânica da Sindicalização Profissional. Busca aprofundar o controle dos sindicatos pelo Estado. Neste sentido, Mattos (op. cit., p. 19) assinala como o decreto justificava a sua aparição: “Com a instituição desse registro, toda a vida das associações profissionais passará a gravitar em torno do Ministério do Trabalho: nele nascerão, com ele crescerão; ao lado dele se desenvolverão; nele se extinguirão”.

## CONCLUSÃO

Esta dissertação, intitulada “Revolução e realidade social na imprensa trotskista brasileira na década de 1930”, tratou prioritariamente no decorrer de suas páginas da temática do trotskismo brasileiro, em especial, na década de 1930. Os objetos da pesquisa foram os seus jornais e boletins que repercutiram as principais análises, debates e notícias referentes ao movimento operário nacional e internacional. Assim, optou-se privilegiar a imprensa política ao invés das organizações políticas de matriz trotskista.

Do conjunto de textos publicados pela imprensa trotskista brasileira, foram priorizados aqueles textos referentes a dois aspectos da mesma, o da revolução e o da realidade social. Neste sentido, questões relevantes e um tanto presentes nos jornais e boletins ficaram de fora, tais como, aqueles textos sobre as prisões e o aparato repressivo que se abateram aos trotskistas no período da pesquisa. Também, foram deixadas de lado as análises que evidenciaram, prioritariamente, a relação crítica estabelecida com o Partido Comunista do Brasil e a evolução dos debates suscitados.

Não obstante, outras duas questões ficaram a parte. A primeira refere-se aquelas análises desenvolvidas pela Oposição de Esquerda Internacional e pela Liga Comunista Internacionalista que evidenciam suas trajetórias intelectuais, enquanto a segunda remete às notícias acerca do movimento trotskista internacional, de sua organização em dezenas de países e que, certamente, junto ao primeiro, possibilitaria, minimamente, problematizar a trajetória política e intelectual da OIE e da LCI.

Sobre os dois aspectos mencionados que permearam boa parte da dissertação, deve ser ressaltado que os mesmos foram tomados de maneira ampla e estiveram presente nos capítulos dois, três e quatro. Estes que de maneira geral foram subsidiados por ampla documentação publicada pelos jornais e boletins trotskistas no Brasil. Não poderia deixar de ser lembrado que a consulta foi possível graças à acessibilidade dos mesmos, cedidos pelo CEMAP do Centro de Documentação e Memória da UNESP.

A disposição dos capítulos adotada pela dissertação procurou evidenciar os dois aspectos propostos para a investigação do corrente trabalho, exceto o primeiro capítulo. O mesmo procurou suscitar os principais aspectos da trajetória das organizações políticas trotskistas no Brasil, sublinhando as divergências e os debates que ocasionaram o surgimento de opositoristas nas seções nacionais da Comintern, junto das especificidades do caso brasileiro. Ele foi construído para servir como uma introdução da trajetória dos dissidentes

comunistas ao longo dos anos 1930, destacando os episódios da política brasileira que participaram ou analisaram. Compondo o capítulo, na parte relativa à imprensa trotskista brasileira foram trabalhados os antecedentes da imprensa operária e seu desenvolvimento no Brasil. Em seguida, foram abordados aspectos relativos à natureza da imprensa trotskista e suas características, tais como, redatores, periodicidade, jornais e boletins publicados, etc. Estas questões podem ser encontradas na bibliografia sobre a temática do trotskismo, contudo, esta breve introdução de sua imprensa procurou sistematizar as informações existentes e coaduná-las ao corrente trabalho.

A partir deste momento serão realizadas considerações acerca dos demais capítulos, reafirmando algumas questões já indicadas. Também serão aprofundadas aquelas que apareceram de forma marginal. Vejamos.

O segundo capítulo da dissertação buscou evidenciar o itinerário internacional da revolução social nos jornais e boletins trotskistas. Foi possível perceber as questões reincidentes nas páginas dessa imprensa política, em especial, dos temas relacionados aos subtítulos. Um primeiro comentário geral sobre as notícias, debates e análises divulgadas aponta para a questão de que os jornais e boletins do trotskismo brasileiro tiveram contatos, ao longo de toda a década de 1930, com jornais de outros opositores. Isto é corroborado pelos textos traduzidos das edições de *Lá Verité* (França), *The Militant* (EUA), *New Militant* (EUA), *Socialist Appeal* (EUA) e *Claridad Proletaria* (Argentina). A relativa assiduidade que foi traduzida contrasta com a pequena produção de análises das questões da política internacional contida nos mesmos. No entanto, elas existem e algumas demonstram claro refinamento e conhecimento da conjuntura política explosiva dos anos 1930. Outra questão relevante é a do ritmo das traduções, do intervalo entre publicação do original e a da tradução, que ocorre de forma dinâmica na maioria das vezes. Ainda, a amplitude das traduções de textos redigidos por Trotsky também merece destaque diante do conjunto de textos publicados de outras paragens.

Por outro lado, as análises propriamente trabalhadas no segundo capítulo evidenciam diferentes aspectos de cada subtítulo. Apesar de repetitivos em determinados momentos, os documentos investigados em cada subtítulo permitem compreender o essencial da crítica opositora à URSS e à IC, assim como, ao fascismo e à guerra. Cabe destacar que as questões sobre a URSS e o fascismo possuem uma reincidência maior e de certa forma servem como orientadores para o debate da evolução dos acontecimentos no período. Ainda, alguns textos tiveram de ficar de fora, devido à repetição de determinados assuntos e aos limites da investigação. De qualquer forma, as fontes consultadas permitiram traçar um

autêntico panorama da política internacional na década de 1930, evidenciando os impasses da URSS e suas transformações interiores, a política stalinista na Comintern e seus resultados no movimento comunista internacional, a interpretação de Trotsky e da OEI sobre fascismo e a denúncia da teoria social-fascista, bem como, os antecedentes que ocasionaram o desenlace da concorrência entre imperialismos pela via da guerra, cuja evolução dos acontecimentos parece ter sido apreendidos.

Por sua vez, o terceiro capítulo trouxe análises sobre questões similares ao capítulo anterior. Com exceção do primeiro subtítulo que procurou evidenciar a interpretação da história do Brasil pelo viés trotskista, os demais subtítulos abordaram a política brasileira dos anos 1930 através da identificação das análises propriamente dos acontecimentos políticos de grande monta. Em específico, foram abordados os arranjos e rearranjos das classes e frações de classe diante do golpe de Estado de 1930 que assumiu características um tanto distintas da década passada. De certo modo, o estudo dos jornais e boletins trotskistas permitiu perceber como os trotskistas identificaram a evolução política do período, os principais sujeitos políticos envolvidos e, ainda, os limites de sua abordagem.

Os jornais e boletins fazem referência a grupos políticos que procuraram mobilizar tanto a pequena burguesia quanto o proletariado brasileiro ao seu entorno. Destacam-se os tenentes através do Clube 3 de Outubro e das Legiões Revolucionárias, as vanguardas proletárias, em especial, a comunista e, em menor medida, dos próprios trotskistas, o fascismo à brasileira de Plínio Salgado através dos integralistas, assim como, a dissidência oligárquica que ascendeu ao poder junto dos tenentes e os partidos políticos da burguesia cafeeira e da oligarquia gaúcha. Destaca-se que as análises estudadas revelam certa deficiência em compreender a importância dos tenentes na política brasileira e a falta de uma compreensão do papel dos militares desde a ascensão da AL ao poder. De outro modo, as análises lançaram luzes sobre a chamada “Revolução Constitucionalista de 1932”, sobre o processo constituinte entre 1933 e 1934, sobre os levantes militares liderados pelo PCB em novembro de 1935, sobre o golpe bonapartista de Getúlio Vargas em novembro de 1937, assim como, sobre a exclusão no integralismo do bloco de poder e sua tentativa malfadada de golpe no ano seguinte.

No que se refere ao último capítulo, ele enfatizou outro aspecto da realidade social brasileira. Em especial, aquelas questões presentes nos jornais e boletins trotskistas acerca das mudanças efetivadas pela legislação sindical e trabalhista aos mundos do trabalho. Foi objetivo apreender como os trotskistas posicionaram-se diante das transformações ocorridas nos sindicatos, diante da postura governamental e sobre a percepção da luta efetuada pelo



movimento sindical, como deveria ocorrer segundo eles e como os acontecimentos políticos influenciaram a luta da vanguarda proletária nos sindicatos. Neste sentido, o papel do recém criado MTIC e o da oficialização sindical foram as duas questões de maior incidência na imprensa política trotskista. Contudo, junto a elas deve-se destacar a concepção sindical dos trotskistas e o debate suscitado no capítulo com os comunistas e os anarquistas. Essas três correntes foram definidas pelos primeiros como a vanguarda proletária do movimento sindical, ante os amarelos e a burocracia sindical erigida em conformidade ao MTIC.

Em suma, espera-se que a leitura desta dissertação tenha possibilitado ao leitor identificar a largos traços o itinerário político da revolução e realidade social inscritos na imprensa trotskista brasileira. Diga-se de passagem, um percurso complexo erigido a partir da consulta dos jornais e boletins ao longo de uma década explosiva e eivada de transformações sócio-políticas em todos os quadrantes do planeta. Neste sentido, a despeito da fraqueza numérica das organizações políticas que mantiveram as publicações pesquisadas, esta dissertação foi redigida pressupondo que os trotskistas brasileiros lançaram importantes análises sobre a realidade brasileira e sobre os principais acontecimentos da política internacional. Ao final da mesma, deve ser ressaltado que as expectativas iniciais deste trabalho foram em boa medida satisfeitas, reforçando o núcleo básico da pesquisa inicial. As lacunas, as insuficiências certamente existentes sugerem que as análises problematizadas ao longo desta dissertação possuem uma historicidade delimitada pela época que foram produzidas, quando os trotskistas forjaram suas ferramentas para incidirem na luta de classes pela revolução socialista.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABRAMO, Fúlvio; KAREPOVS, Dainis. (Orgs). *Na contracorrente da História*. Documentos da Liga Comunista (1930 – 1933). São Paulo: Brasiliense, 1987.

ALEXANDER, Robert. *Trotskyism in Latin America*. Stanford: Hoover Institution Press, 1973.

ALMEIDA, Maria Hermínia Tavares de. *Estado e Classes Trabalhadoras no Brasil (1930-1945)*. Tese (Doutorado em História), Universidade de São Paulo, São Paulo, 1978.

ALMEIDA, Miguel Tavares de. *Liga Comunista Internacionalista: teoria e prática do trotskismo no Brasil: 1930-1935*. 2003. Dissertação (Mestrado em História) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2003.

ALMEIDA, Miguel Tavares de. Os Trotskistas Frente à Aliança Nacional Libertadora e aos Levantes Militares de 1935. In. *Cadernos AEL: trotskismo*. Campinas, IFCH-UNICAMP, v. 12, n. 22/23, 2005, p. 79 – 122.

ARAÚJO, Ângela. A legislação social nos anos 1930: um estudo de processo decisório. *História & Perspectivas*. Uberlândia, n. 07, jul./dez. 1992, p. 05-46.

ARAÚJO, Ângela. *A construção do consentimento: Corporativismo e trabalhadores nos anos trinta*. São Paulo: Edições Sociais, 1998.

BASBAUM, Leôncio. *História sincera da República*. De 1930 a 1960. 4ª Ed. São Paulo: Alfa-ômega, 1976.

BATALHA, Cláudio. A Historiografia da Classe Operária no Brasil: trajetórias e tendências. In. FREITAS, (Org.). *Historiografia brasileira em perspectiva*. São Paulo: Contexto/USF, 1998, p. 145 – 158.

BATALHA, Cláudio. *O movimento operário na Primeira República*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2000.

BENSAÏD, Daniel. *Marx, o intempestivo*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999.

BENSAÏD, Daniel. *Trotskismos*. Fortaleza, CE: Expressão Gráfica, 2010.

BROUÉ, Pierre. *Los trotskistas em la URSS (1929-1938)*. Disponível em: [http://www.marxists.org/espanol/broue/1980/trotskyistas\\_en\\_la\\_urss.htm](http://www.marxists.org/espanol/broue/1980/trotskyistas_en_la_urss.htm). Acesso: 09 set. 2012.

BROUÉ, Pierre. A Oposição Unificada (1926-1927). In. COGGIOLA, Osvaldo. (Org.). *Trotsky Hoje*. São Paulo: Editora Ensaio, 1994.

BROUÉ, Pierre. *União Soviética: Da revolução ao colapso*. Porto Alegre, RS: Ed. Universidade/UFRGS, 1996.

BROUÉ, Pierre. *História da Internacional Comunista 1919-1943*. São Paulo: Sundermann, 2007.

CAMPOS, José Roberto. *O que é trotskismo*. São Paulo: Nova Cultural/Brasiliense, 1981.

CAMPOS, Alzira Lobo de Arruda; TRINDADE, Livia Sálvia. Trotskistas nas prisões de Vargas (São Paulo, 1931 – 36). *Pesquisa em Debate*, ed. 8, v. 5, n. 1, 2008.

CARONE, Edgard. *A República Nova (1930 – 1937)*. São Paulo: DIFEL, 1974.

CARONE, Edgard. *Revoluções do Brasil Contemporâneo (1922-1938)*. 2ª Ed. Rio de Janeiro: DIFEL, 1975.

CASTRO, Ricardo Figueiredo de. As Esquerdas e o Processo Constituinte Brasileiro de 1933 – 1934: Projeto e Ação Política. *História Social*, nº 2. Campinas, SP, 1995, p. 55 – 88.

CASTRO, Ricardo Figueiredo de. A Frente Única Antifascista (FUA) e o antifascismo no Brasil (1933 – 1934). *Topoi*. Rio de Janeiro, dez. 2002, p. 354 – 388.

COGGIOLA, Osvaldo. *O trotskismo na América Latina*. São Paulo: Brasiliense, 1984.

COGGIOLA, Osvaldo. O trotskismo no Brasil. In. MAZZEO, Antônio Carlos; LAGO, Maria Izabel. (Orgs.). *Corações Vermelhos (Os comunistas brasileiros no século XX)*. São Paulo: Cortez, 2003, p. 239 – 270.

DASSÚ, Marta. Frente Única e Frente Popular: o VII Congresso da Internacional Comunista. In. HOBERBAWM (Coord.). *História do Marxismo VI. O marxismo na época da Terceira*

Internacional. Da Internacional Comunista de 1919 às frentes populares. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.

DEL ROIO, Marcos. Os comunistas, a luta social e o marxismo. In. REIS FILHO, Daniel Aarão; RIDENTI, Marcelo (Orgs.). *História do Marxismo no Brasil: Partido e organizações dos anos 20 aos 60*. v. 5. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 2002.

DEL ROIO, Marcos. O Impacto da Revolução Russa e da Internacional Comunista no Brasil. In. MORAES, João Quartim de; REIS, Daniel Aarão. (Orgs.). *História do Marxismo no Brasil: O impacto das revoluções*. 2ª ed. v.1. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 2007.

DEMIER, Felipe Abranches. *Do Movimento Operário Para A Universidade: Leon Trotsky e os estudos sobre o populismo brasileiro*. 2008. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2008.

DEMIER, Felipe Abranches. *O longo bonapartismo brasileiro (1930-1964)*. Rio de Janeiro: Mauad X, 2013.

DULLES, J. W. F. *Anarquistas e comunistas no Brasil (1900 – 1935)*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1977.

FAUSTO, Boris. *A revolução de 1930*. Historiografia e história. 5ª Ed. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1978.

FERREIRA, Maria Nazareth. *A imprensa operária no Brasil*. São Paulo: Ática, 1988.

FERREIRA, Pedro Roberto. *O conceito de revolução da esquerda brasileira: 1920-1946*. Londrina: Ed. UEL, 1999.

FERREIRA, Pedro Roberto. O Brasil dos Trotskistas (1930 – 1960) In. *Cadernos AEL: trotskismo*. Campinas, IFCH-UNICAMP, v. 12, n. 22/23, 2005, p. 11 – 58.

HÁJEK, Milos. A bolchevização dos partidos comunistas. In. HOBBSAWM, Eric. (Coord.). *História do Marxismo VI: O Marxismo na época da Terceira Internacional*. Da Internacional Comunista de 1919 às frentes populares. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.

HOBBSAWM, Eric. *Era dos Extremos*. O breve século XX 1914-1991. 2ª Ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

KAREPOVS, Dainis. Trotsky n'A Luta de Classe. In. *Boletim Bibliográfico CEMAP*, São Paulo, n. 3, fev. 1985, p. 01 – 18.

KAREPOVS, Dainis. O Arquivo Edgard Leuenroth e a pesquisa sobre o trotskismo no Brasil. In. *Cadernos AEL: trotskismo*. Campinas, IFCH-UNICAMP, v. 12, n. 22/23, 2005, p. 263 – 284.

KAREPOVS, Dainis; LÖWY, Michael; NETO, José Castilho Marques. Trotsky e o Brasil. In. MORAES, João Quartim de. (Org.). *História do Marxismo no Brasil: Os influxos teóricos*. v. 2. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 1995, p. 223 – 246.

KAREPOVS, Dainis; NETO, José Castilho Marques. Os Trotskistas Brasileiros e suas Organizações Políticas (1930 – 1966). In. REIS FILHO, Daniel Aarão; RIDENTI, Marcelo. (Orgs.). *História do Marxismo no Brasil: Partido e organizações dos anos 20 aos 60*. v. 5. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 2002, p. 103 – 156.

KONDER, Leandro. *A derrota da dialética*. 2ª Ed. São Paulo: Expressão Popular, 2009.

LENIN, Vladimir Ilich. *Que fazer? A organização como sujeito político*. São Paulo: Martins, 2006.

LEWIN, Moshe. *O Século Soviético*. Da Revolução de 1917 ao colapso da URSS. Rio de Janeiro: Record, 2007.

LISBOA, Roberto Borges. *A formação da Convergência Socialista durante a ditadura civil-militar no Brasil (1970-1980)*. 2011. Monografia (Graduação em História) – Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2011.

LÖWY, Michael. *A teoria da revolução no jovem Marx*. 1ª Ed ampl. São Paulo: Boitempo Editorial, 2012.

MANDEL, Ernest. *Trotsky como alternativa*. São Paulo: Xamã, 1995.

MARQUES NETO, José Castilho. *Solidão revolucionária: Mario Pedrosa e as origens do trotskismo no Brasil*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1993.

MARX, Karl. Teses sobre Feuerbach. In. ENGELS, Friedrich & MARX, Karl. *A ideologia alemã*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007, p. 27-34.

MATTOS, Marcelo Badaró. *O sindicalismo brasileiro após 1930*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003.

MERMELSTEIN, Waldo. Prefácio à edição brasileira. In. Trotsky, Leon. *Aonde vai a França*. São Paulo: Editora Desafio, 1994.

PEREIRA, Astrogildo. *Formação do PCB: 1922/1928*. Rio de Janeiro: Vitória, 1962.

PEREIRA, Astrogildo. A imprensa operária no Brasil. In. *Revista Novos Rumos*, São Paulo, n.18-19, 1990, p. 82-88.

RUBIM, Antonio Albino Canelas. A pesquisa brasileira sobre a imprensa proletária. In. MELO, José Marques de. (Org.). *Pesquisa em Comunicação no Brasil: tendências e perspectivas*. São Paulo: Cortez, 1983, p. 47-60.

SILVA, Ângelo José da. *Comunistas e Trotskistas: a crítica operária à Revolução de 1930*. Curitiba: Moinhos do Verbo, 2002.

SOUZA, Fábio da Silva. Dos e para os operários: Questões metodológicas de pesquisa em jornais comunistas (*El Machete* e *A Classe Operária*). In. *Revista de História Comparada*, Rio de Janeiro, n. 6, 2012, p. 49-67.

TROTSKY, Leon. *A Revolução Traída*. São Paulo: Centauro, 2007.

TROTSKY, Leon. *A Teoria da Revolução Permanente*. São Paulo: Editora Sundermann, 2010.

VIANNA, Marly de Almeida Gomes. *Revolucionários de 1935. Sonho e Realidade*. 3ª Ed. São Paulo: Expressão Popular, 2011.

VIVIANI, Fabricia Carla. Anos 30. Mesmo momento, diferentes projetos. Um projeto da direita tenentista para o Brasil. In. *Anais do XVIII Encontro Regional de História – O historiador e seu tempo*. ANPUH/SP – UNESP/Assis, 24 a 28 de julho de 2006. Cd-rom.



## FONTES

ALERTA companheiros das fábricas de tecidos. In. *A Luta de Classe*, n. 36. Rio de Janeiro, 10 jan 1938.

Apoliticismo sindical. In. *A Luta de Classe*, n. 07. Rio de Janeiro, 1º mai 1931.

Anarquismo e Stalinismo. In. *A Luta de Classe*, n. 09. São Paulo, jan 1933.

A Aliança Nacional Libertadora e a confusão do movimento operário. In. *A Luta de Classe*, n. 25. Rio de Janeiro, 25 jun 1935.

A comédia da Constituinte. In. *A Luta de Classe*, n. 17, out 1933.

A conspiração contra os soviets e os desmentidos dos conspiradores. In. *A Luta de Classe*, n. 06, fev 1931.

A Conspirata de Belmiro Valverde e Severo Fournier. *A Luta de Classe*, n. 41, 22 nov 1938.

A cruzada “anti-trotskista”. In. *A Luta de Classe*, n. 25, jun 1935.

As eleições na Caixa de Aposentadorias da Central. In. *A Luta de Classe*, n. 36. Rio de Janeiro, 10 jan 1938.

A fala do throno. In. *A Luta de Classe*, n. 41, 22 nov 1938.

A Frente Sindical contra o extremismo. In. *A Luta de Classe*, n. 38 (4). Rio de Janeiro, 25 mar 1938.

A Greve dos Gráficos. In. *A Luta de Classe*, n. 26, ago 1935.

A Greve dos têxteis da Fábrica de Santo Aleixo em Magé. In. *A Luta de Classe*, s. n. Rio de Janeiro, 25 set 1938.

A guerra, o fascismo e o armamento do proletariado. In. *A Luta de Classe*, n. 21, ago 1934.



A ideologia “kuomintanguista” e as Ligas antiimperialistas. In. *A Luta de Classe*, n. 03, Rio de Janeiro, jul 1930.

A I. S. V. e o movimento sindical revolucionário no Brasil. In. *A Luta de Classe*, n. 04. Rio de Janeiro, ago 1930,

As injustiças e as misérias que sofrem as operárias na Fábrica Vizetti. In. *A Luta de Classe*, n. 45. Rio de Janeiro, ago 1939.

A Lei do Salário Mínimo e o custo de vida. In. *A Luta de Classe*, s. n. Rio de Janeiro, 25 set 1938.

A Lei Monstro e o Proletariado. In. *O Proletário*, n. 01. São Paulo, abr 1935.

A Lei Monstro. In. *A Luta de Classe*, n.22, abr 1935.

A lição dos Tecelões e o Aventurismo. In. *A Luta de Classe*, n. 09. São Paulo, jan 1933.

A Liga Comunista Internacionalista e a unidade sindical do proletariado. In. *A Luta de Classe*, n. 23, 1º mai 1935.

*A Luta de Classe*, n. 38, fev 1938.

*A Luta de Classe*, n. 41, nov 1938.

*A Luta de Classe*, n. 43, mar 1939.

A mistificação integralista. In. *O Comunista*, n. 05. Região do Rio, ago 1934.

A oficialização sindical e a crítica adversária. In. *A Luta de Classe*, n. 20. Rio de Janeiro, mai 1934.

A oposição comunista e a orientação sindical. In. *A Luta de Classe*, n. 06. São Paulo, fev / mar 1931.

A paciência dos portuários tem um limite. In. *A Luta de Classe*, n. 31. Rio de Janeiro, 1º jul 1936.

A palavra de ordem da Constituinte. In. *A Luta de Classe*, n. 06. Rio de Janeiro, fev/mar 1931.

A reação nas empresas de ônibus. In. *A Luta de Classe*, n. 38 (3). Rio de Janeiro, 15 fev 1938, p. 08.

A segunda guerra mundial. In. *Boletim*, n. 03, 18 nov 1939

A situação. In. *A Luta de Classe*, n. 08. São Paulo, out 1932.

A situação brasileira e o trabalho para o seu esclarecimento. In. *A Luta de Classe*, n. 07. Rio de Janeiro, 1º mai 1931.

A situação dos gráficos das oficinas de “A Nação”. In. In. *A Luta de Classe*, n. 35. Rio de Janeiro, 25 dez 1937.

A situação dos bolchevique-leninistas russos. In. *A Luta de Classe*, n. 21, ago 1934.

Aos trabalhadores do Brasil. In. *Boletim da Oposição*, n. 01, jan 1931.

A transformação fascista da “Revolução Liberal”. In. *A Luta de Classe*, n. 06. Rio de Janeiro, fev/mar 1931.

*Boletim de Informações Internacionais*, n. 02, ago 1937.

*Boletim de Informações Internacionais*, n. 03, set 1937.

Burocracia e bajulação. In. *A Luta de Classe*, n. 04, Rio de Janeiro, ago 1930.

Campanha eleitoral ao Partido Comunista. In. *A Luta de Classe*, n 11. São Paulo, abr 1933.

Carta aberta ao operário Gustavo. In. *A Luta de Classe*, n. 35. Rio de Janeiro, 25 dez 1937.

Carta de um operário. In. *A Luta de Classe*, n. 34. Rio de Janeiro, 10 dez 1937.

Centro Cosmopolita. In. *A Luta de Classe*, n. 03, Rio de Janeiro, jul 1930.

Congresso Nacional dos Trabalhadores Gráficos. In. *A Luta de Classe*, n. 25. Niterói, 1º jun 1935.

Constituinte? Sim. Mas qual? In. *A Luta de Classe*, n. 08. São Paulo, out 1932.

Contra o pacifismo. In. *A Luta de Classe*, n. 17, out 1933.

Cuba e a Internacional Comunista. In. *A Luta de Classe*, n. 19, Rio de Janeiro, 22 fev 1934.

Da demagogia à realidade tenentista. In. *A Luta de Classe*, n. 09. São Paulo, jan 1933.

Declaração dos delegados pertencentes à Oposição Internacional de Esquerda (bolcheviques-leninistas) para o Congresso de Luta Contra o Fascismo. In. *A Luta de Classe*. Rio de Janeiro, n.14, 29 jul 1933.

Editorial. *Boletim da Oposição*, s. n, jan. 1931.

Em defesa do proletariado alemão. In. *A Luta de Classe*. São Paulo, n. 11, abr 1933.

Em greve os operários da Fábrica de Vidro Esberard. In. *A Luta de Classe*, n. 36. Rio de Janeiro, 10 jan 1938.

Entre os tecelões da Fábrica de Tecidos Aurora. In. *A Luta de Classe*, n. 02, Rio de Janeiro, jun 1930.

É preciso organizar desde já a luta contra a ditadura policial-militar de Getúlio. In. *A Luta de Classe*, n. 38, 15 fev 1938.

Fascismo e Stalinismo. In. *A Luta de Classe*. Rio de Janeiro, n. 20, mai 1935.

Guerra – União Sagrada. In. *A Luta de Classe*, n. 38, mar 1938.

Greve no Ceará em pleno Estado Novo. In. *A Luta de Classe*, n. 34. Rio de Janeiro, 10 dez 1937.

LEITE, Hilcar. Luta sindical: Forma concreta de combate ao fascismo. In. *Sob Nova Bandeira*, n. 03, set 1937.

Mais um processo de Moscou. In. *A Luta de Classe*, n. 38, mar 1938.

Manifesto do Bureau Americano-Oriental. Subsecretariado da IV Internacional. In. *Boletim*, n. 03, 18 nov 1939.

Marx e a questão sindical. In. *A Luta de Classe*, n. 02. Rio de Janeiro, jun 1930.

Momento sindical. In. *A Luta de Classe*, n. 08. São Paulo, out 1932.

Movimento sindical. Liquidacionismo. In. *A Luta de Classe*, n. 09. São Paulo, jan 1933.

Na China. Impotência e violência stalinista. In. *A Luta de Classe*, n. 04, Rio de Janeiro, ago 1930.

Notas sindicais. In. *A Luta de Classe*, n. 01, Rio de Janeiro, mai 1930.

Novas condições do movimento sindical. In. *O Proletário*, n. 02. São Paulo, jan 1936.

O Assassinato de Kirov. In. *A Luta de Classe*, n. 22, abr 1935.

O bonapartismo procura uma base de massa. In. *A Luta de Classe*, n. 35, 25 dez 1937.

O despertar do proletariado internacional. In. *A Luta de Classe*, n. 19, 22 fev 1934.

O golpe de Estado bonapartista. In. *A Luta de Classe*, n. 34, 10 dez 1937.

O governo de Getúlio Vargas, expressão da decadência da democracia burguesa no Brasil. In. *O Proletário*, n. 03. São Paulo, fev/mar 1936.

O integralismo e o proletariado. In. *O Proletário*, n. 01. São Paulo, abr 1935.

O movimento sindical no Brasil e suas perspectivas revolucionárias. In. *A Luta de Classe*, n. 20. Rio de Janeiro, mai 1934

O Pacto De Não Agressão E O Estado Proletário. In. *A Luta de Classe*, n. 09, jan 1933.

O proletariado da Bahia reage pela greve. In. *A Luta de Classe*, n.31. Rio de Janeiro, 1º jul, 1936.

O que se passa na maior parte das Fábricas de S. Paulo. In. *A Luta de Classe*, n. 45. Rio de Janeiro, ago 1939.

O restabelecimento da hierarquia na polícia e no exército na URSS. In. *O Proletário*, n. 02, jan 1936.

Os anarquistas contra a unidade sindical. In. *A Luta de Classe*, n. 06. São Paulo, fev / mar 1931.

Os bolcheviques-leninistas encarcerados e assassinados na URSS. In. *A Luta de Classe*, n. 07, mai 1931.

Os que de fato não lutam contra a reação e o fascismo. In. *A Luta de Classe*, n. 20. Rio de Janeiro, mai 1934.

Os sindicatos ameaçados pelo Estado-“Novo”. In. *A Luta de Classe*, n. 38 (3). Rio de Janeiro, 15 fev 1938.

Para a sindicalização livre, a sindicalização oficial. In. *O Comunista*, n. 03. Niterói, 1º jun 1934.

Partido e Sindicato. In. *A Luta de Classe*, n. 08, São Paulo, out 1932.

PEDROSA, Mario. Alguns aspectos do fascismo. In. *Sob Nova Bandeira*. Rio de Janeiro, n. 03, set 1937.

PEDROSA, Mário; XAVIER, Lívio. Esboço de análise da situação brasileira. In. *A Luta de Classe*, n. 06. Rio de Janeiro, fev/mar 1931.

Pela liberdade de Thaelman e Toergler. In. *O Comunista*. Niterói, n.05, ago 1934.

Política integralista e política anti-integralista. In. *Sob Nova Bandeira*, n. 03, set 1937.

Projeto de teses sobre a Assembléia Constituinte. In. *Boletim da Oposição*, n. 04, mai 1932.

Proletários ou escravos. In. *A Luta de Classe*, n. 03. Rio de Janeiro, jul 1930.

Provocação e clandestinidade. In. *A Luta de Classe*, n. 04. Rio de Janeiro, ago 1930.

Repressão sistemática. In. *A Luta de Classe*, n. 07. Rio de Janeiro, 1º mai 1931.

Secretariado Internacional da LCI. Stálin assinou o atestado de óbito da III Internacional. In. *A Luta de Classe*, n. 26, ago 1935.

SENINE, A. Antes do 16º Congresso do Partido Bolchevique. In. *A Luta de Classe*, n. 04, ago 1930.

Situação Internacional. A URSS e a próxima guerra. O dever do proletariado internacional. In. *A Luta de Classe*. Niterói, n. 25, 1º jun 1935.

Tese sobre a questão sindical, aprovados na conferência Nacional da LCI. In. *A Luta de Classe*, n. 21. Rio de Janeiro, ago 1934

TROTSKY, Leon. 15 anos. In. *A Luta de Classe*, n. 09, jan 1933.

\_\_\_\_\_. A ditadura do proletariado na URSS. *Boletim da Oposição*, n. 01, jan 1931.

\_\_\_\_\_. Algumas questões importantes. In. *A Luta de Classe*, n. 45, ago 1939.

\_\_\_\_\_. A União Soviética e a Revolução Internacional. In. *Boletim dos Bolcheviques-Leninistas do Brasil*, n. 02, fev 1936.

\_\_\_\_\_. Bonapartismo e Fascismo. In. *Sob Nova Bandeira*. Rio de Janeiro, n. 03, set 1937.

\_\_\_\_\_. Declaração de Trotsky sobre o Processo de Moscou. In. *Boletim dos Bolcheviques-Leninistas do Brasil*, n. 07, jan 1937.

\_\_\_\_\_. Está na Alemanha a chave da situação internacional. In. *Boletim da Oposição*, n. 03, jan 1932.

\_\_\_\_\_. Lenine e a guerra imperialista. In. *A Luta de Classe*, n. 44, jul 1939.

\_\_\_\_\_. O Plano Quinquenal e a desocupação. In. *A Luta de Classe*, n. 04, ago 1930.

\_\_\_\_\_. O que é o nacional-socialismo. In. *O Comunista*, Niterói, n. 03, 1º jun 1934.

\_\_\_\_\_. O que é o nacional-socialismo (continuação). In. *O Comunista*. Niterói, n. 04, 1º jul 1934.

\_\_\_\_\_. O que é radicalização. In. *A Luta de Classe*, n. 01, Rio de Janeiro, 08 mai 1930.

\_\_\_\_\_. O Sétimo Congresso da Internacional Comunista. In. *Boletim dos Bolcheviques-Leninistas do Brasil*, n. 02, fev. 1936.

Uma amostra da reação patronal. In. *A Luta de Classe*, n. 38 (4). Rio de Janeiro, 25 mar 1938.

Uma vitória dos trabalhadores em ônibus. In. *A Luta de Classe*, n. 38 (4). Rio de Janeiro, 25 mar 1938.

UTG. In. *A Luta de Classe*, n. 02, Rio de Janeiro, jun 1930.

UTG. In. *A Luta de Classe*, n. 03, Rio de Janeiro, jul 1930.

WEST, John. O Comintern cai nos braços de Kautsky. In. *Boletim dos Bolcheviques-Leninistas do Brasil*, n. 02, fev. 1936.